



Lazer: da libertação do tempo à conquista das práticas

Autor(es): Gama, António, ed. lit.; Santos, Norberto Pintos dos, ed. lit.

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/3176>

DOI: DOI:<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0432-9>

Accessed : 19-May-2017 17:37:10

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



Norberto Pinto dos Santos
António Gama
Coordenação

Lazer

Da libertação do tempo
à conquista das práticas

(Página deixada propositadamente em branco)



E N S I N O



(Página deixada propositadamente em branco)

Norberto Pinto dos Santos
António Gama
Coordenação

Lazer

Da libertação do tempo
à conquista das práticas

(Página deixada propositadamente em branco)

Lazer

Da libertação do tempo
à conquista das práticas

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

CONCEPÇÃO GRÁFICA
António Barros

PRÉ-IMPRESSÃO
Paulo Oliveira
[PMP]

EXECUÇÃO GRÁFICA
SerSilito • Maia

ISBN
978-989-8074-56-0

ISBN DIGITAL
978-989-26-0432-9

DOI
<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0432-9>

DEPÓSITO LEGAL
286421/08

OBRA PUBLICADA COM A COLABORAÇÃO DE:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

Programa Operacional Ciência, Tecnologia,
Inovação do Quadro Comunitário de Apoio III



CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS

ÍNDICE

Autores	11
Prefácio.....	15
Notas para uma Geografia do tempo livre (1988)	17
<i>António Gama</i>	
Residência secundária e espaço rural. Duas aldeias na Serra da Lousã: Casal Novo e Talasnal (1989)	29
<i>Fernanda Delgado Cravidão</i>	
Tempo livre, lazer e terciário (1991)	59
<i>António Gama e Norberto Pinto dos Santos</i>	
Fundamentos para uma Geografia do tempo livre (1992)	85
<i>António Gama</i>	
Associativismo e práticas de ócio (1994)	107
<i>António Gama</i>	
Os espaços/tempos de lazer na sociedade de consumo contemporânea (1999).....	119
<i>Norberto Pinto dos Santos e António Gama</i>	
Notas para uma geografia dos desportos radicais no Centro de Portugal (1998)	131
<i>Lúcio Sobral da Cunha e Fernanda Delgado Cravidão</i>	
Lazer, espaço e lugares (2005).....	145
<i>Norberto Pinto dos Santos</i>	
Globalization and the relationship work/leisure. From standardization of leisure to work flexibility (2005)	165
<i>Norberto Pinto dos Santos</i>	

Tempo livre, lazer e consumo na sociedade urbana contemporânea, segundo os géneros (2005)	179
<i>Claudete Oliveira Moreira</i>	
Novas oportunidades para o espaço rural. Análise exploratória no Centro de Portugal (2007).....	209
<i>Norberto Pinto dos Santos e Lúcio Sobral da Cunha</i>	
Wine in Portuguese tourism and leisure (2008)	227
<i>Norberto Pinto dos Santos</i>	
O lazer e a noite. <i>Imagens</i> de uma cidade universitária: Coimbra (2008).....	247
<i>Norberto Pinto dos Santos e Claudete Oliveira Moreira</i>	

AUTORES

António Gama

Geógrafo, Assistente convidado de Geografia da Faculdade de Letras e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Tem-se dedicado ao estudo das problemáticas social e política do espaço, nomeadamente no que concerne aos temas urbanos e regionais e às questões das espacialidades do poder. Leccionou diversas disciplinas, entre elas, História e Teoria da Geografia, Geografia Económica e Social, Geografia Social e, mais recentemente, Teoria e Metodologia da Geografia e Geografia Política. Além destas, tem leccionado a disciplina de Espaço e Sociedade, da licenciatura de Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Entre as dezenas de trabalhos publicados destacam-se: *Racionalidade económica e teoria geográfica*, 1981; *Urbanização e planeamento – do poder da razão às razões do poder*, 1986; *Indústria e produção de um espaço peri-urbano*, 1987; *Notas para uma Geografia do tempo livre*, 1988; *Tempo livre, lazer e terciário*, 1991; *Urbanização difusa e territorialidade local*, 1992; *Espaço e sociedade numa situação de crescimento urbano difuso*, 1993; *Petites villes et urbanization au Portugal*, 1994, *As capitais no discurso geográfico*, 1994; *Processos sociais e urbanização*, 1996; *Espaços de sociabilidade*, 1997; *O tempo de consumo e os espaços de lazer*, 2000; *A água, uma questão de geopolítica*, 2006 e *Uma revisitação à time-space geography. A geografia do tempo e a teoria social*, 2007. Co-organizador de *Fragments de um retrato inacabado – A geografia de Coimbra e as metamorfoses de um país*, 2003; *Olhar o mundo ler o território*, Coimbra, 2004; *Esta Coimbra - Alfredo Fernandes Martins, A cidade e o cidadão*, 2005.

Claudete Oliveira Moreira

Geógrafa, Assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Integra o corpo docente do Instituto de Estudos Geográficos, tendo já sido responsável pela leccionação das disciplinas de Geografia Urbana, de Geografia dos Transportes e das Comunicações e de Ordenamento dos Espaços Rurais, e colaborado nas componentes

práticas de Geografia Regional, de Geografia do Turismo, de Geografia da População e de Geografia Humana de Portugal.

Como investigadora no Centro de Estudos Geográficos de Coimbra conclui, em 2005, a dissertação de mestrado *A Geografia e o género: um encontro urbano. Os tempos e os espaços nos territórios de Coimbra*. Tem escrito, entre outros artigos, *Society and multiculturalism: the geography of female participation*, 2003; *Espaços e ambientes: trajetórias femininas na Região Centro*, 2003; *Os lugares nos territórios de Coimbra: espacialização dos quotidianos*, 2007. Presentemente prepara a sua dissertação de doutoramento em Geografia sobre: *Territórios urbanos no Baixo Mondego*.

É contemplada, em 1995, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com o *Prémio Feijó 1994* e em 1996 com o *Prémio Eng.º António de Almeida* pela Fundação Engenheiro António de Almeida, do Porto. Na prossecução dos estudos de mestrado recebe, em 2002, da Fundação Tóquio, a bolsa *Sasakawa Young Leaders Fellowship Fund* (SYLFF), sendo actualmente uma SYLFF fellow. Em 2006 recebe pela Fundação Eng.º António de Almeida, do Porto, o honroso *prémio* que distingue o geógrafo Professor *Doutor Fernando Manuel da Silva Rebelo*.

Fernanda Delgado Cravidão

Geógrafa, Professora Catedrática da Universidade de Coimbra onde é docente e investigadora. Ao longo de mais de trinta anos tem vindo a desenvolver trabalhos no domínio da População e Desenvolvimento, Turismo e Território e Áreas Marginais. Neste âmbito é *full member* da *International Geographical Union - Commission on Evolving Issues of Geographical Marginality in the Early 21st Century World*.

Coordenou a Licenciatura em Turismo, Lazer e Património de 2004/05 a 2007/08. Coordena o 2º e 3º ciclos respectivamente, Lazer, Património e Desenvolvimento e Turismo, Lazer e Cultura. Autora e co-autora de mais de uma centena de artigos, muitos dos quais se encontram publicados em diversos países entre os quais se salientam: Inglaterra, Brasil, Índia, Espanha, Argentina, Cuba, Estados Unidos e Suécia.

É consultora científica de várias revistas nacionais e estrangeiras. Tem colaborado com várias Universidades nacionais e estrangeiras quer no domínio de seminários quer com co-orientadora de dissertações.

Lúcio Sobral da Cunha

Geógrafo, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Docente no Instituto de Estudos Geográficos e Investigador do Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Foi Presidente do Conselho Directivo e Vice-Presidente do Conselho Científico da Faculdade. Foi Presidente da Associação Portuguesa de Geomorfólogos.

Tem desenvolvido trabalho nas áreas da Geomorfologia (Geomorfologia Cársica, Geomorfologia Fluvial, Património Geomorfológico), da Geografia Física Aplicada aos Estudos Ambientais (Recursos Naturais, Riscos Naturais, Ambiente e Turismo) e dos Sistemas de Informação Geográfica aplicados ao Ordenamento do Território.

Sobre estes temas tem publicados mais de uma centena de trabalhos, com destaque para: *As Serras Calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere - Estudo de Geomorfologia*, 1988; *O Oppidum de Conimbriga e as Terras de Sicó*, 1996 (em colaboração); *Fragmentos de um retrato inacabado. A Geografia de Coimbra e as Metamorfozes de um País*, 2003 (coordenação); *Olhar o Mundo, ler o território. Uma viagem pelos mapas (coleção Nabais Conde)*, 2004 (coordenação); *Alfredo Fernandes Martins, geógrafo de Coimbra, cidadão do Mundo*, 2006 (coordenação); *Glossário ilustrado de termos cársicos*, 2007 (em colaboração); *Territórios e Culturas Ibéricas II*, 2007 (coordenação).

Norberto Pinto dos Santos

Geógrafo, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Docente de diversas disciplinas de Geografia Humana e Regional e do Ramo de Formação Educacional. Foi responsável ou colaborou em diversos seminários de diferentes Mestrados e/ou Pós-graduações, como sucedeu com os de Geografia – Ordenamento do Território e Desenvolvimento, Geografia Humana – Ordenamento do Território e Desenvolvimento, Geografia Física – Ambiente e Ordenamento do Território, Educação Ambiental e Lazer e Desenvolvimento Local. Colaborou com a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico da Guarda, no Centro de Estudos de Formação Autárquica de Coimbra e no Centro de Estudos Superiores de Alcobça, da Universidade de Coimbra. É coordenador do Mestrado em Geografia Humana, Ordenamento do Território e Desenvolvimento.

Tem como principais títulos em livro, livros de actas ou capítulos de livros *Os lazeres, os espaços e os lugares*, 2005; *Os Brasileiros em Portugal: fatos e “imagens”*, 2005; *A sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias*, 2001; e em artigos *Globalisation and work/leisure. From standardization of leisure to work flexibility*, 2008 (no prelo); *Organização social e consumo. Práticas e lugares de consumo. O tempo livre e o lazer*, 2005; *Os novos espaços do comércio na cidade de Coimbra*, 1999; *Os espaços-tempos de lazer na sociedade de consumo contemporânea*, 1999; *Espaços de Sociabilidade*, 1997; *Tempo livre, lazer e terciário*, 1991; *Emigração e Retorno. Consequências no desenvolvimento Regional. Contributo com a análise casuística dos concelhos de Sátão, Tondela e Viseu*, 1990.

(Página deixada propositadamente em branco)

PREFÁCIO

O lazer é um tema central na sociedade contemporânea. Directamente relacionado com o desenvolvimento da sociedade de consumo, tornou-se uma das referências da mercadorização do tempo e do espaço, através de formas de interacção socioeconómica lideradas tanto por processos de elitização como por processos de democratização, no acesso aos bens e serviços que lhe estão associados. Contudo, o lazer de uns é, sem dúvida alguma, o trabalho ou o emprego de outros. Efectivamente, o lazer transformou-se no modo, por excelência, de ocupação do tempo livre das populações do mundo desenvolvido e promoveu a criação de empregos, cada vez mais portefólios, com actividades a tempo parcial no tempo curto e sazonais em periodicidades mais amplas, funcionalmente flexíveis, com partilha de tempos e actividades entre empregados, mas, também, com a integração efectiva e expressiva da mulher no mundo do emprego remunerado.

A Escola de Geografia de Coimbra não tem, no âmbito da temática do Lazer, materializado as pesquisas e investigações que tem efectuado em obras de referência. Excepção feita à Geografia do Turismo, que tem conseguido levar os trabalhos efectuados para além das portas desta emérita Universidade, outras abordagens sobre o Lazer têm permanecido mais ou menos adormecidas.

Depois de uma primeira experiência ter tido lugar, com a leccionação, na licenciatura de Geografia, de uma disciplina de opção de *Geografia do Lazer*, surgem agora, no mesmo Grupo de leccionação, mas na Licenciatura em Turismo, Lazer e Património, três disciplinas directamente associadas à temática central da presente obra. Efectivamente, o 1º ciclo tem, no seu plano de estudos, a disciplina de *Geografia do Lazer* e o 2º ciclo em Lazer, Património e Desenvolvimento, integra um seminário em *Lazer e Desenvolvimento Local* e outro em *Lazer e Desportos Radicais*.

O aparecimento da área temática de Lazer nos planos de estudos motivou a recolha de um conjunto de trabalhos não dados à estampa ou pouco divulgados, conjuntamente com alguma investigação recente sobre o tema, que veio a permitir a elaboração de um manual escolar para os alunos de Geografia e de Turismo, Lazer e Património. Todavia, perante a pertinência social do tema, não deixa de ser cativante para o público em geral e especialmente para todos aqueles que se interessam pelas Ciências Sociais.

Hoje, o lazer aparece associado à ampliação do mercado de trabalho, embora, através de modos significativamente precários de emprego, que resultam precisamente de um aumento da procura. Esta procura é não só efectuada pelo homem e pelas famílias, mas também pela mulher, que encontra nos lazeres uma outra forma de mostrar a sua individualidade, uma expressão da sua libertação no sentido da igualdade social.

O lazer tornou-se no primado da fuga à rotina, através da valorização do prazer, do hedonismo, da aventura e das actividades radicais, enquanto vai criando novas rotinas em tempos pressupostamente não alienados e resultantes do livre arbítrio da pessoa. Os tempos e os modos do lazer transformam-se em expressões consumistas, promovidas pela procura do lucro numa sociedade neoliberal capitalista que confunde emprego e lazer, porque o trabalho pode ser motivo de prazer e livre arbítrio e o lazer resultar em actividades de rotina e ser uma expressão alienada de prazeres diversos.

Dumazedier refere que toda e qualquer actividade que promova o desenvolvimento, o divertimento e o descanso do ser humano, ou de forma mais completa o “conjunto de ocupações a que o indivíduo se pode entregar de livre vontade, quer seja para repousar, quer seja para se divertir, se recrear e se entreter; quer para aumentar a sua informação ou formação desinteressada, a sua participação social e voluntária, uma vez liberto das suas obrigações profissionais, familiares e sociais”, é uma actividade de lazer.

Para além do desenvolvimento pessoal, as actividades de lazer têm evidenciado potencialidades para o desenvolvimento dos espaços onde se integram, tornando-se um importante elemento de desenvolvimento local.

Assim, o lazer torna-se um tema crescentemente importante em diversos âmbitos da socioeconomia contemporânea. Falar de lazer é, hoje, efectuar uma análise socioeconómica integrada, tendo o cuidado de não omitir, nessa abordagem, a importância das percepções e das representações, enquanto se fala do utente ou do consumidor (da pessoa que se apropria de alguma coisa), da visão de uma paisagem ao passeio, da viagem ao *hobby*, das estratégias ao planeamento, do mercado de trabalho ao tempo livre, do património à ecologia.

Coimbra, Julho de 2008

Norberto Pinto dos Santos
António Gama

António Gama

Centro de Estudos Sociais

Universidade de Coimbra

NOTAS PARA UMA GEOGRAFIA DO TEMPO LIVRE*

1. O tempo e o espaço

A atenção ao modo como se usa o tempo nas sociedades industrial e pós-industrial assume hoje uma grande importância e actualidade.

A organização socioeconómica contemporânea com as suas manifestações no comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais, nas formas de enquadramento jurídico, em suma, na vida quotidiana, leva a pôr e a questionar cada vez mais a problemática do tempo e do espaço. O interesse recente de várias disciplinas do saber é disso um exemplo eloquente.

O tempo, sequência de instantes iguais e quantificáveis, inscreve-se na duração e, como o espaço, mede-se em distância. “A linguagem quotidiana, como a linguagem científica fazem uma distinção entre duas noções de tempo: um tempo *criador*, da génese, da evolução, e um tempo *repetitivo*, cíclico e vazio, da morte” (Rosnay, 1981: 53).

Esta noção tempo expressa-se numa duração. Medido, cronometrado, ritmado, constantemente controlado, impõe-se, hoje, no quotidiano das sociedades ditas “modernas” de uma forma mais globalizante que nunca. Escasso, avaliado como recurso, é rigorosamente contabilizado em todas as instâncias. Do tempo de trabalho ao tempo livre, a avaliação do tempo está inserida no nosso quotidiano.

Ao tempo associa-se o espaço. Tempo e espaço apresentam-se como noções imprecisas e de contornos vagos nas fronteiras dos seus usos. Surgem a todo o momento em diversas linguagens, tornando-se por isso difíceis de definir. São, contudo, necessárias e imprescindíveis em todas essas linguagens. Temas centrais das ciências humanas, tempo e espaço, são também termos da linguagem comum: são, ao mesmo tempo, noções que se referem tanto ao real como ao imaginário colectivo das sociedades. Definem-se como duração onde se movem os actores, como um cenário em permanente renovação,

*Adaptado do texto com o mesmo título, publicado nos *Cadernos de Geografia*, 7, 1988. Este texto é uma versão preliminar e parcial de um trabalho mais amplo intitulado “O Espaço, o Tempo e o Ócio”, redigido no âmbito de um programa de investigação da linha de acção EPRU do C.E.G. de Lisboa. A Jorge Gaspar e João Ferrão agradeço as sugestões que deram para a sua elaboração

configurando papéis e relações, cuja complexidade se traduz nas morfologias, nos elementos simbólicos e na organização social.

O modo como tomamos o tempo, neste estudo, é sobretudo de uma forma parcelar: o tempo livre. As referências ao tempo que se lhe opõe, o tempo de trabalho, serão sempre condicionadas pelo estudo do tempo livre. A existência de um tempo livre implica pois a de um tempo não livre, coercivo ou obrigatório. É o tempo das obrigações, da produção, dos constrangimentos: trabalho, viagens de casa ao emprego, etc.

Assim, falar de um tempo livre só toma sentido se tivermos em linha de conta o tempo a que se contrapõe, o tempo de trabalho, e do modo como se relaciona com ele. Para falar de tempo livre temos necessidade de propor em primeiro lugar que o uso do tempo é antes de mais um problema social e uma questão espacial.

2. Tempo livre e sociedade

O seu uso e a sua produção são feitos em contextos sociais e assume formas diversificadas e desiguais, tanto formais, como de significações. O interesse pela relação tempo de trabalho/tempo livre, advém da sua ligação à esfera das relações produção/reprodução.

Não é só um problema de contabilidade de tempos mas uma relação com o trabalho e com as formas de apropriação de mais-valia. Está em relação com o sobre-trabalho e com a esfera do consumo, já que a um maior tempo livre corresponde geralmente um maior consumo (Pizzorno, 1959). A organização do trabalho industrial e a sua evolução conduziu a uma valorização do tempo livre e do ócio, diferenciando-se e opondo-se mesmo às formas como é tomado nas sociedades tradicionais. Se bem que possamos ver em muitas mudanças a perpetuação de mitos antigos, a forma como são praticados, o seu significado social e a massificação leva-nos a perspectivá-los em oposição aos das sociedades tradicionais. “A grande mudança hoje feita, não seria tanto a passagem da raridade à abundância como a passagem do trabalho ao ócio” (Lefèbvre, 1968: 103). A sua importância cada vez maior na sociedade pós-industrial é repetidamente assinalada. “Entram nas necessidades e modificam as necessidades pré-existentes. As fadigas da vida moderna tornam indispensáveis o divertimento, a distração, o descanso” (Lefèbvre, 1968, 103).

A ambiguidade de que se reveste a noção de tempo livre, leva-nos a relacioná-la com a noção de trabalho e de ócio. A imprecisão do significado das noções torna esta problemática objecto de controvérsias (Lanfant, 1972). E a dificuldade de as definir é ainda maior nos tempos mais recentes resultantes da crise económica e das alterações nas formas de divisão do trabalho e do uso do tempo. “A abolição do trabalho, ou pelo menos, redução massiva da sua duração” (Sue, 1982: 21) significavam a meta da sociedade pós-industrial. A diminuição do tempo de trabalho conduziu tanto à alteração dos valores de uso do tempo e do espaço e à modificação das necessidades, como ao aparecimento de novas figuras de uso do tempo e do espaço à margem das formas convencionalmente estabelecidas.

Poderemos de uma forma preliminar circunscrever genericamente o ócio ao domínio da cultura, nas suas implicações com a vida quotidiana das sociedades. Por esta relação com a cultura, resulta a muita atenção que a antropologia dedicou e dedica a estes

fenómenos e ao desenvolvimento que deu ao seu estudo. Contudo para muitos destes estudos, porque se referem a sociedades ditas primitivas, os conceitos que procuram traduzir as qualidades das sociedades urbanas e industriais não lhes são adequadas. O universo das relações entre o trabalho e o não trabalho são distintas das sociedades ditas “modernas”, tanto na sua atribuição social, como nos ritmos da sua repartição. Não há nestas, salvo alguns casos, lugar à distinção marcada entre trabalho e ócio que estão nos fundamentos da organização social das sociedades industrial e pós-industrial. A reprodução social confunde-se, nas sociedades ditas “primitivas” e nas sociedades rurais, com a esfera da produção, assumindo diversas formas significantes de tipo ritualizado. Nestas, a reprodução social é enquadrada principalmente pelo elemento fulcral de estrutura social, a família extensa.

Mas é o fenómeno nosso contemporâneo, nas sociedades onde a organização social e económica foi profundamente marcada pelas estruturas urbanas e a organização da produção industrial, que nos interessa. Daí uma maior atenção às disciplinas que os estudaram, a sociologia do trabalho e a sociologia do ócio.

Contudo, há que não esquecer as muitas manifestações que, com significados já distintos dos das suas formas primitivas, tomam ainda formas antigas, correlativas de relações sociais que não as de hoje, assim como formas de comportamento, cuja estruturação se pôs à margem ou com grande autonomia das da unidimensionalidade da sociedade pós-industrial. No mesmo sentido, a nossa atenção centrou-se predominantemente na bibliografia que versa os aspectos contemporâneos do problema.

Tempo livre, ócio e trabalho são concebidos na forma de produtos da sociedade *moderna*, em que a urbanização e a industrialização configuram o modo de vida e as relações sociais. Nestas, à ideologia do trabalho sucede a ideologia do ócio sob os signos da racionalidade, da produtividade e do consumismo.

3. Tempo livre e espaço

No espaço traduz-se sempre a dimensão tempo, tempo cósmico, tempo convencional, tempo subjectivo, isto é “o espaço é temporal na sua própria natureza” (Alexander, 1920).

No mesmo sentido, as práticas ligadas ao tempo livre têm, como quaisquer outras, relação com o espaço, mas apresentam-se-nos de um modo peculiar já que traduzem um uso do tempo distinto. Daí a preocupação que nos norteia em procurar a interrelação do ócio com o tempo e o espaço.

As expressões espaciais das práticas do tempo livre assumiram distintos aspectos ao longo dos tempos nas diferentes sociedades. Assim como as formas de uso dos tempos livres e as práticas dos ócios variaram no decorrer dos séculos, valorizados ou desvalorizados em função de vários factores, ajustando-se à estrutura social que os produzia, assim deveremos também encarar o problema dos espaços do ócio e dos tempos livres.

A estrutura social global produz determinadas configurações na relação tempo livre/tempo de trabalho e, conseqüentemente, por influência das tecnologias, das estruturas jurídico-políticas e das ideologias, condiciona as formas, as dimensões e a distribuição dos espaços do ócio. A estrutura socioeconómica tem a ver, ao mesmo

tempo, tanto com a natureza dos tempos livres e a sua periodicidade e grandeza como com o alcance espacial, as formas e a localização dos espaços do ócio.

Inicialmente, nas sociedades onde eram fracos os meios técnicos de mobilidade espacial, como nas áreas ainda hoje carecidas desses meios, os espaços dos tempos livres confinavam-se e confinam-se predominantemente aos lugares próximos, com especial significado para os centros de socialização das comunidades. São, por um lado, os largos, centros cívicos das comunidades, para o espaço aldeão, como o é a casa para o espaço familiar. Lugares de festas e de passar o tempo correspondem também a espaços privilegiados de socialização. Os espaços cívicos das comunidades eram e são lugares de trocas, dos bens aos rituais. As sociedades antigas deixaram-nos lídimas expressões destes lugares, com maior ou menor monumentalidade, cujo significado ainda se continua por outras formas significantes. Os largos das feiras e festas, os terreiros das romarias, os teatros e circos da civilização romana ou os espaços de culto e das festas da sociedade medieval são alguns entre uma grande profusão de exemplos. Mas para além das formas do passado, interessam-nos aqui, sobretudo, os fenómenos nossos contemporâneos e o que neles se manifesta como heranças. O tempo livre, e o ócio em particular, das sociedades industriais e pós-industriais nossas contemporâneas distinguem-se pela sua natureza, diferenciação social e alcance espacial, dos de outras formações sociais.

4. Ócio e sociedade capitalista

Os espaços organizados pelo capitalismo transformaram radicalmente as organizações territoriais anteriores e a própria lógica que as sustentava. Esta transformação processou-se, de forma crescente e hegemónica, à medida que as técnicas de comunicação e transformação evoluíram. O espaço tornou-se uma mercadoria e a expansão da dominação espacial uma necessidade do sistema capitalista.

O ócio e as formas de uso dos tempos livres não poderiam ser excepção. “O capitalismo já não se apoia somente sobre as empresas e o mercado, mas sobre o espaço. Há também o ócio. Com a *indústria* do ócio o capitalismo apoderou-se dos espaços que ficaram vazios: o mar, a praia, a alta montanha. Criou uma indústria nova, uma das mais poderosas: a *indústria* do ócio” (Lefèbvre, 1974: 221).

A melhoria das técnicas de transporte e de comunicação alteraram o significado das distâncias, tornando espaços mais ou menos distantes cada vez mais acessíveis, em tempo e economia, a um maior número de gentes, e possibilitando, por outro lado, um processo sempre crescente de circulação de bens e informações. Contudo, o desenvolvimento deste processo não criou uma igualdade social, pois o ser possível uma maior mobilidade não significa que o usufruto daqueles espaços seja igual para todos. Ao contrário do *desejo* defendido pelos utopistas da igualdade pelo ócio, o desenvolvimento das relações sociais perante o ócio traduziu-se também, como para outros tantos bens, dentro da própria lógica do sistema capitalista. Quer na diferenciação social, que se acentuou nas formas de apropriação do espaço, como na crescente mobilidade espacial, pelo domínio e usufruto diferenciado dos meios técnicos de comunicação, de dominação e de controlo.

Se os espaços são agora acessíveis a um maior número de pessoas, são-no pois de modo diverso, nos tempos de percurso, na frequência e na periodicidade dessas

deslocações e nos meios de comunicação utilizados, como também no valor económico e simbólico dos próprios espaços. A diferenciação social e económica faz-se, hoje, também pelo tempo e, conseqüentemente, como assinalou Lefèbvre, pelo uso do espaço.

5. Ócio e reprodução social

Para situarmos os espaços das práticas do ócio, partiremos da oposição produção/consumo, onde poderemos considerar espaços de produção e espaços de consumo. Numa divisão desta natureza, o ócio é uma categoria e extensão englobada na temática do consumo. Por isso, os espaços de ócio são espaços de consumo. Contudo uma caracterização deste tipo não esgota todas as dimensões contidas na noção de espaços de ócio.

Os espaços de consumo são diferenciados conforme os seus usos pelas sociedades nas estratégias de tipo socioeconómico da produção/reprodução. Os espaços de ócio, como espaços do não trabalho, têm, por isso, relação com os espaços de produção, os espaços do trabalho. Os espaços do tempo livre repartem-se em diversas categorias que vão desde o espaço residencial (o lar), lugar de recuperação primária das energias físicas e núcleo de uma articulação social, a família, aos vários espaços extra-domiciliários que são usados na ocupação dos tempos livres, como bibliotecas, museus, clubes, jardins, campos de jogos, hotéis, estâncias turísticas, etc. Uns de carácter colectivo, outros de carácter individual, uns públicos, outros privados, ajustam-se à natureza dos ócios praticados e às classes sociais que os frequentam. Estes espaços encontram-se muitas das vezes associados a práticas sociais diversas, tanto de ócio como de trabalho. Outros são especializados e destinam-se unicamente à ocupação dos tempos livres, com atributos mais ou menos específicos.

Todos eles, além de preencherem o divertimento e a descontração, são, também e fundamentalmente, espaços de socialização, de integração e segregação social. Esta socialização faz-se a diversos níveis de articulação social, da família, às classes, à sociedade global. Todos eles são ainda espaços simbólicos que encerram códigos e significações, denotando a estruturação das sociedades, o presente como o passado, mas igualmente deixando antever futuros.

Considerando o tempo livre e o ócio como fenómenos de natureza social, estes envolvem relações entre indivíduos e entre grupos sociais de caracterização mais ou menos definida, das classes aos grupos sem identificação específica. Uma vez de forma acentuadamente segregadora, outras com uma componente integradora e de desbloqueamento de oposições e superadora de conflitos. Estas relações apresentam-se com duração mais ou menos limitada e com objectivos de natureza diversa, desde o gozo individual a objectivos sociais gerais. Por conseguinte, deveremos ter em consideração a natureza da sociedade em que são produzidas e as suas regras, e as classes sociais que as praticam com maior predominância. Por tudo isto, torna-se difícil elaborar uma tipologia dos espaços dos tempos livres que supere uma classificação formal. A articulação entre os tempos livres e o espaço, tendo em conta a sociedade, revela-se um objectivo importante, mas cujo desenvolvimento se torna uma tarefa árdua pela sua complexidade e extensão. As sociedades industrial e pós-industrial serão aqui o objecto de referência principal de uma tipologia espaço-temporal.

6. Espaço, tempo e ócio

Na sequência da industrialização e da apropriação capitalista dos espaços, o desenvolvimento técnico dos transportes tem desempenhado o papel de instrumento de alcance espacial e de homogeneização do espaço, ao mesmo tempo que produziu o fenómeno de concentração da população, a urbanização contemporânea. Esta “revelou” a escassez do espaço e “afastou” os homens da natureza produzindo novos mitos, novas necessidades. “Por meios múltiplos mas homologáveis, o homem moderno esforça-se por sair da sua história e por viver um ritmo temporal qualitativamente diferente. Reencontra assim, sem se dar conta, o comportamento mítico” (Dufour, 1975: 38).

A organização social capitalista e a racionalidade que a acompanhou traduziu-se, do ponto de vista do espaço do ócio, tanto nas áreas urbanas como noutras, por uma nova gestão do espaço e pelo seu planeamento. Parques e jardins, recintos desportivos, de recreio e de diversão, estâncias termais e de praia, parques naturais foram o resultado dessa transformação. O turismo, fenómeno por excelência ligado aos ócios modernos, evidencia, a partir do seu *nascimento* no início do século XIX, o aspecto dinâmico destes ócios. As transformações sociais e as transformações técnicas reflectem-se neles. “O progresso do turismo é ao mesmo tempo um progresso do domínio que exerce e encontra a sua expressão em três conquistas das quais cada uma é indispensável ao desenvolvimento de uma *indústria* de grande envergadura: a normalização, o equipamento e a produção em série” (Enzensberger, 1969: 223).

Este aspecto dinâmico pode enunciar-se da maneira seguinte: ócios mais longe, mais ao sul, ócios mais ricos, mais semelhantes aos da classe dominante, substituição de um produto por outro.

As práticas dos ócios na sua relação com o espaço podem dar origem a diversas proposições que procuram sistematizar os tipos de espaço e o grau de alcance das práticas. A noção de alcance torna-se aqui importante a dois níveis. Um que se relaciona com as realizações, outro com os desejos: alcance de trajectórias e alcance de conhecimento. Esta diferenciação tem, pois, a ver com a projecção dos desejos e a sua possibilidade/impossibilidade de realização. O alcance reflecte-se, de uma forma dimensional em espaços que configuram conchas de tamanho crescente: alcance próximo, médio e longo. Estes traduzem-se na formação de áreas especializadas de ócio que vão desde a escala local, parques, recintos desportivos e de recreio, à escala nacional e mesmo internacional, as regiões de turismo de feição acentuadamente nacional. Assim, retomando os diferentes graus de alcance, partimos primeiro de uma tipologia dos espaços segundo a oposição trabalho-ócio. Ao primeiro, refere-se um espaço intensivo ao segundo um espaço extensivo. O espaço do ócio, por seu turno, suscita primeiramente uma oposição, casa-fora de casa (*indoor/outdoor*), que tem relação com a natureza, a periodicidade e a frequência dos ócios. Esta relação deixa ao “fora de casa” uma extensão enorme de espaço de práticas de ócio na qual poderemos ainda considerar as práticas de “ar livre” e as de “interior”, por um lado, e segundo o alcance, próximo, médio e longo, por outro. Contudo, a articulação é complexa, já que o primeiro tipo, “em casa”, pode ligar-se a alcances longos, integrados em tempos, de fim-de-semana ou de férias, pela existência de uma residência secundária, fixa ou ambulante, misto de *indoor/outdoor*. Daí também outra oposição, residência principal/residência secundária, que se traduz especialmente por uma forma de urbanização específica, característica do nosso século pela sua natureza e dimensão.

Se os espaços do ócio tomam configurações, frequências e intensidades diferentes segundo o seu alcance, é no tempo destinado aos ócios que deveremos procurar uma via de explicação da sua existência. Assim, a relação tempo de trabalho-tempo livre põe em evidência três ou mesmo quatro tipos, conforme a dimensão do tempo livre se relaciona com o dia, a semana, o ano, a vida. Ao primeiro, correspondem algumas horas fora do trabalho, do sono e das obrigações, ao segundo, os fins-de-semana, ao terceiro, as férias e, por último, a reforma.

Os tipos de ócio e o seu alcance têm, por isso, muito de relação com o tempo disponível para a sua prática.

Se o alcance espacial é um problema técnico, dependendo dos meios de transporte e da sua eficácia em distância, tempo de duração das deslocações e comodidade, é também, por razões económicas, um problema social já que gera, por este motivo, uma segregação social no que se refere à utilização do território. De início, o turismo foi apanágio das classes dominantes, a aristocracia e a burguesia endinheirada dos finais do século XIX e princípios do nosso século. Estas dispunham de tempo livre e de dinheiro que lhes permitia usufruir das longas estadias nas estâncias de praia ou termas mais afamadas da sua época. Muitas transformações se operaram desde então e, ao mesmo tempo que se massificaram os ócios, o turismo acompanhou esse movimento. Mas, se muito mais gente veio a dispor de tempo livre, a sua duração e frequência divergia muito do ponto de vista social, acentuando-se mesmo a desigualdade social perante o turismo. Esta desigualdade, porque o turismo se tornou um “consumidor” de espaço, evidenciou-se, também, cada vez mais na sua dimensão espacial. Dispor de mais dinheiro é dispor de mais tempo, é ir mais longe, é poder consumir mais caro e melhor.

		Fim de dia	Fim-de-Semana	Fim de ano (férias)	Fim de vida (reforma)
Casa		Jogos de mesa, Televisão, Rádio, Leitura, Audição de música	Jogos, Televisão, Rádio, Leitura, Audição de música, Bricolagem e Jardinagem	Jogos, Televisão, Rádio, Leitura, Audição de música, Bricolagem e Jardinagem	Televisão, Rádio, Jogos, Audição de música, Bricolagem e Jardinagem
Fora de casa	Espaço de alcance imediato	Jogos ao ar livre, Passeios a pé, Desportos, Idas ao café, Idas ao cinema	Jogos, Passeios a pé, Desportos, Idas ao café, Idas ao cinema e teatro	Jogos, Passeios de bicicleta, Desportos, Idas ao café, Espectáculos	Passeios a pé, Jogos ao ar livre, Idas ao café, Idas ao cinema e teatro
	Espaço de alcance médio		Passeios de curta duração (a pé, bicicleta, automóvel), Cinema e teatro, Espectáculos, Saídas do ambiente de vida quotidiana	Passeios de curta duração (a pé, bicicleta, automóvel), Pequenas viagens, Ida ao campo, à montanha, à praia, Visitas culturais	Passeios, Viagens de automóvel (campo, montanha, praia, termas)
	Espaço de alcance longo			Viagens de turismo, Cruzeiros, Desporto, Montanha, Campo, Praia	Viagens de turismo, Estâncias termas, Regiões turísticas, Visitas culturais, Cruzeiros

7. Espaço e práticas de ócio

A relação espaço-tempo evidencia, nas sociedades modernas, no que concerne às actividades de ócio, situações onde se entrecruzam toda uma série de elementos, da organização social às formas ideológicas. Tempo de trabalho e tempo livre, formas de comunicação social, valores culturais e os tempos da moda expressam-se nos usos do espaço. Entre essas manifestações, as mais relevantes do ponto de vista do nosso interesse no contexto deste estudo são os períodos fora do trabalho que, com maior significado, traduzem essa relação tempo-espaço: os fins-de-semana e as férias.

Estas têm como resultado um uso diferenciado do espaço, pela extensão e universalização do fenómeno do turismo e, como consequência, uma penetração e transformação dos espaços de reserva, a praia, a montanha e o campo. A transformação urbana e a urbanização dos campos são, em grande medida, resultados destes fenómenos de tempo livre. Residências secundárias, aglomerações novas com ritmos sazonais diferenciados, grandes aldeias ambulantes, ocupadas por períodos relativamente curtos e ritmados pelo ciclo semanal ou sazonal invadem o campo, a praia, a montanha.

A concentração do trabalho da maior parte da população activa em cinco dias liberta dois dias que, especialmente durante o “bom tempo”, podem ser utilizados em deslocações a maior distância, segundo a repartição dos sítios atractivos. É o fenómeno do fim-de-semana. Este, de cadência semanal, tem geralmente um alcance médio, por razões do limite de tempo disponível. Contudo, esse alcance varia consoante os meios de transporte, a sua velocidade, a sua natureza pública ou privada, pelo que se manifesta a existência de uma diferenciação de tipo social no uso do espaço. O usufruto dos transportes e, conseqüentemente, o uso dos espaços para o ócio encontram-se diferenciadamente ligados às várias classes sociais, tanto na frequência, como nos tipos de uso. O automóvel é o meio de transporte que, no caso do fim-de-semana, melhor define o alcance e a natureza social de certos tipos de ócio. A ocorrência de um tempo de interrupção de trabalho do tipo do fim-de-semana é um dos grandes responsáveis pela expansão e difusão das actividades de ócio e, por via disso, pela transformação de extensas áreas periurbanas. O fenómeno da residência secundária e, sobretudo, a sua generalização constitui uma das suas consequências mais importantes. Semanalmente, assiste-se ao êxodo urbano para a natureza, o campo, a montanha, a praia, a ruptura com os ritmos e os ambientes citadinos, na procura de sol, de ar puro e de mar. “Espontaneamente, o processo é segregador: conduz a uma aquisição dos sítios atractivos pelos que podem comprar os terrenos e os imóveis, mesmo vetustos, a preços que aumentam tanto mais depressa quanto a pressão imobiliária é maior” (George, 1974: 164). Isto conduz a pouco e pouco, a que, pela expansão do fenómeno de apropriação de terras e de construção e aquisição de residências secundárias, “o espaço dos ócios para aquele que não possui residência secundária, seja a beira da estrada” (George, 1974: 165). Por via disso, uma fracção muito importante dos tempos de fim-de-semana é passada em viagem de automóvel e o espaço é sobretudo usufruído segundo a rede viária.

As férias, por seu lado, tomam uma expressão diferente, tanto nas formas de uso espacial como no alcance e nos tipos de práticas de ócio. A sua importância entre os tempos de interrupção do trabalho é enorme, senão mesmo a mais significativa, pelos efeitos económicos e sociais e pela sua repercussão no espaço. Consideradas como um

facto de civilização, momento da dinâmica da sociedade global, o fenómeno *férias* apresenta-se como “um produto da sociedade industrial/urbana e das normas que a regem” (Laurent, 1973: 31). A ideia de férias reenvia para o sentido global de não ocupação, isto é, para uma suspensão da normalidade do trabalho, pela libertação dessa ocupação por um período de tempo superior ao do fim-de-semana. Este modo de as entender remete para os efeitos na relação espaço-tempo quotidiano. Assim, poderemos considerá-las como “um período de duração variável suspendendo uma ou várias vezes no ano o decurso ordinário das actividades ligadas ao trabalho e durante o qual os indivíduos das sociedades industriais gozam, em princípio, da livre disposição do seu tempo” (Laurent, 1973: 21). Ora, “no contexto da actual realidade social este período é a ocasião de um fenómeno de massa, caracterizando-se por uma migração para lugares cujo quadro favorece um modo de existência em ruptura com o que impõem as condições habituais da vida de trabalho” (Laurent, 1973: 21). Assim, as férias provocam a decomposição da estrutura dos ritmos quotidianos, podendo gerar-se mesmo uma evasão dos lugares habituais, propiciando um tempo longo que pode ser usado na prática de ócios, muitos dos quais diferentes e com outra disponibilidade daqueles dos tempos de fim de dia e de fim-de-semana. São também, como o fim-de-semana, desigualmente repartidas. As formas de uso do tempo das férias, a maior ou menor disponibilidade de tempo livre, estão em correlação com a hierarquia dos rendimentos e com a pertença a diferentes classes sociais. São as categorias financeiramente mais abonadas e de posição de classe mais elevada que partem mais vezes e por mais tempo.

As férias, pelas suas relações simbólicas, estão eminentemente ligadas ao mito do regresso à natureza. Esta necessidade é evidenciada pelos lugares de eleição, pois, por intermédio das férias, os indivíduos tentam reencontrar a natureza de que foram afastados pelo desenvolvimento urbano/industrial. É por referência ao quadro natural que se caracterizam, a maioria das vezes, os lugares de férias: o mar, o campo e a montanha.

As férias e o fim-de-semana deram origem, nas sociedades modernas, a um fenómeno de deslocação espacial ligado ao ócio, que assumiu uma grande magnitude nos nossos dias: o turismo. Inicialmente atributo aristocrático ou da grande burguesia, é hoje um fenómeno de massas por excelência. O turismo é, por isso, um modo particular da prática das férias/evasão que consiste em deslocar-se permanentemente, segundo um itinerário essencialmente concebido para ver e visitar um lugar, uma região ou um país. “Grande viagem espectáculo no seio de um universo de paisagens e monumentos (...) sucessão precipitada de imagens, *voyeurismo* ininterrupto” (Morin, 1962: 93), o turismo é hoje um dos fenómenos de massa de maior importância económica, social e cultural.

Primeiramente apanágio das classes dominantes, apresenta-se hoje largamente difundido, evidenciando uma universalidade dantes ignorada. Contudo, as práticas a ele ligadas e a selectividade dos lugares ainda fazem do turismo um elemento de forte segregação social. O espaço turístico não é mais do que “a projecção da sociedade urbana com a complexidade dos seus grupos constitutivos, a diversidade do seu papel e uma homogeneidade apenas aparente” (Rambaud, 1969: 207).

Na sua expansão, porque implica alcances diversos e crescentes, “mais longe e mais ao sul”, na sua difusão e na diversificação dos espaços de ócio, é necessário

assinalar a importância dos meios de transporte. No princípio, o barco a vapor e o comboio, e depois, de uma forma importante, o automóvel e, mais tarde, o avião. É sobretudo a estes, o automóvel e o avião, que se devem as grandes transformações na relação tempo/espaço no uso das férias e a sua expansão, tanto social, como espacial. A dominância do automóvel como parte integral do ócio é enfatizada em diversos estudos (Patmore, 1974: 110).

O impacto espacial destas formas de mobilidade de população foi grande por toda a parte, embora, evidentemente, com áreas privilegiadas. Assumiu grandes proporções em determinadas parcelas do território, como as orlas marítimas. Novos aglomerados, transfiguração de povoados antigos, alteração dos modos de vida das comunidades transformam a beira-mar, mas também o campo e a montanha.

Os espaços urbanos e os espaços rurais denunciam, em muitos dos casos, o impacto das actividades de ócio e, acima de tudo, as modalidades que o fim-de-semana e as férias propiciam. Fenómeno essencialmente comandado pela cultura urbana, o turismo tornou-se um meio de expansão das formas culturais da cidade.

“No domínio do ócio, os modelos nascidos na grande cidade são pouco a pouco espalhados em todo o resto do país” (Dumazedier, 1962: 1707). Este movimento dos tempos de ócio é constantemente crescente. A cidade como centro regional desempenha a função de centro cultural também no que diz respeito ao ócio, ou seja, controla, programa, distribui, transforma as práticas de ócio. O processo é, na sua primeira evidência, cultural, mas é-o também económico e social. “O espaço do ócio, para além de um espaço cultural, é um espaço social onde se articulam relações específicas entre seres, grupos, meios, classes. Este espaço é determinado pelas características da população que o utiliza, pelo modo de vida dos diferentes meios sociais que os frequentam” (Dumazedier, 1974: 178).

Bibliografia

- Arents, P. 1971, ‘Ocios y educación permanente’, in Dumazedier, J., Kaes, R., Mageyt, M. et al., *Ocio y Sociedad de clase*. Fontanella, Barcelona.
- Aron, R. 1970, ‘Avez-vous lu Veblen?’ in *Théorie de la classe de loisir*, prefácio à versão francesa de T. Veblen, Gallimard, Paris.
- Athalin, C. M. & Merle, V, 1979, *Les loisirs*, Hatier, Paris.
- Bale, J. R. 1981, ‘Geography, Sport and Geographical Education’, *Geography*, 291, vol. 66, nº 2.
- Baudrillard, J. 1970, *La société de consommation*, Gallimard, Paris.
- Cacères, B. 1973, *Loisir et travail, du moyen âge à nos jours*, Ed. du Seuil, Paris.
- Callois, R. 1958, *Les jeux et les hommes*, Gallimard, Paris.
- Caseneuve, J. 1970, *Les pouvoirs de la télévision*, Gallimard, Paris.
- Cauchard, P. 1968, *Trabalho e lazeres*, Atlântida, Coimbra.
- Coronio, G. R. & Muret, J. P. 1977, *Loisir, du mythe aux réalités*, C.R.U., Paris.
- Cribier, F. 1971, ‘La géographie de la récréation en Amérique anglosaxonne’, *Annales de Géographie*, nº 442, pp. 644-665.
- Cronic, M. 1972, ‘La sociologie des loisirs, l’homme en repos’, in *La Sociologie* vol. 2, Dictionnaire Marabout, Paris, pp. 364-387.

- Domenach, J. M. 1971, 'Ocio y trabajo', in Dumazedier, J., Kaes, R., Mageyt, M. et al., *Ocio y Sociedad de clase*. Fontanella, Barcelona.
- Dufour, R. 1976, *Le mythe de l'week-end*, Ed. du Cerf, Paris.
- Dumazedier, J. & Prost, G. 1962, 'Géographie des loisirs', in *Géographie Générale, Encyclopédie de la Pleiade*, Gallimard, Paris, pp. 1703-1716.
- Dumazedier, J. & Rippert, A. 1966, 'Loisir et culture', in *Loisir et la ville*, vol. I, Ed. du Seuil, Paris.
- Dumazedier, J. & Sammel, N. 1976, 'Société éducative et pouvoir culturel', in *Loisir et la ville*, vol. II, Ed. du Seuil, Paris.
- Dumazedier, J. 1954, 'Les loisirs dans la vie quotidienne', in *Encyclopédie Française*, tome XIV, Section G, Paris.
- Dumazedier, J. 1962, 'Travail et loisir', in *Traité de Sociologie du travail*, tome I, ed. G. Friedmann, P. Naville & A. Colin, Paris.
- Dumazedier, J. 1962, 'Loisir et éducation permanente', in *Encyclopedia Universalis*, tome 4, Paris.
- Dumazedier, J. 1962, *Vers une civilisation du loisir?* Ed. du Seuil, Paris.
- Dumazedier, J. 1974, *Sociologie empirique du loisir, Critique et contre critique de la civilisation du loisir*, Ed. du Seuil, Paris.
- Dumazedier, J., J., Kaes, R., Mageyt, M. et al. 1971, 'Les loisirs, esprit', in *Ocio y Sociedad de clases*, Fontanella, Barcelona.
- Dumazedier, J., Imbert, M, & Duminy, G. 1967, *Espace et loisir dans la société française d'aujourd'hui et de demain*, Ed. du C.R.U., 2 vols, Paris.
- Dunn, D. R. 1979, 'Recreation, open space and social organization', in *Land and Leisure*, Londres, 1979.
- Fougeyrollas, F. 1971, 'La familia, comunidad de ocios', in Dumazedier, J., J., Kaes, R., Mageyt, M. et al., *Ocio y Sociedad de Clases*, Fontanella, Barcelona.
- Fourástié, J. 1970, *Des loisirs pourquoi faire?* Casterman, Paris.
- Fourástié, J. 1972, *Las 40 000 heures, le travail d'une vie demain*, Médiations. Gouthier. Paris,
- Friedmann, G. 1953, *Où va le travail humain?* Gallimard, Paris.
- Friedmann, G. 1957, *Le travail en miettes*, Gallimard, Paris.
- Friedmann, G. 1976, *O Poder e a Sabedoria*, Lisboa.
- Gaviria, M. 1971, *Campo, Urbe y Espacio del Ocio*, Siglo XXI, Madrid.
- George, P. 1974, *L'ère des techniques, constructions ou destructions?* PUF, Paris.
- Gras, A. 1975, 'Le monde des loisirs', in *Encyclopédie de la Sociologie, le présent en question*, Larousse, Paris.
- Grazia, S. 1966, *Tiempo, Trabajo y Ocio*, Ed. Technos, Madrid.
- Hourdin, G. 1970, *Uma civilização dos tempos livres*, Moraes Editores, Lisboa.
- Ignatiev, N. & Ossipov, G. 1971, 'El comunismo y el problema de los ocios', in *Ocio y Sociedad de Dumazedier, J., J., Kaes, R., Mageyt, M. et al.*, Fontanella, Barcelona.
- Lafargue, P. 1965, *Le droit à la paresse*, Maspéro, Paris.
- Lanfant, M. F. 1972, *Les théories du loisir*, PUF, Paris.
- Laurent. A. 1973, *Libérer les vacances?* Ed. du Seuil, Paris.
- Lefévre, H. 1968, *La vie quotidienne dans le monde moderne*, Gallimard, Paris.
- Maget, M. 1971, 'Los rurales', in Dumazedier, J., J., Kaes, R., Mageyt, M. et al., *Ocio y Sociedad de Clases*, Fontanella, Barcelona.

- Miloup, J. 1982, 'Les fonctions touristiques et de loisirs en Loire moyenne. Contribution à l'étude de l'aire des loisirs des Parisiens', in *L'information Géographique*, 46, pp. 169-172.
- Morin, E. 1962, *L'esprit du temps*, Grasset, Paris.
- Parker, S. 1979, 'Leisure in the Life Cycle', in *Land and Leisure*, Londres.
- Patmore, J. A. & Collins, M. F. 1980, 'Recreation and Leisure', *Progress in Human Geography*, 4, pp. 91-97.
- Patmore, J. A. 1972, *Land and Leisure*, Pelican Book, Harmondsworth.
- Patmore, J. A. 1981, 'Recreation and Leisure', *Progress in Human Geography*, 5, pp. 87-92.
- Patmore, J. A. 1983, *Recreation and Resources Leisure Patterns and Leisure Places*, Basil Blackwell, Londres.

Fernanda Delgado Cravidão
Centro de Estudos Geográficos
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA E ESPAÇO RURAL. DUAS ALDEIAS NA SERRA DA LOUSÃ:
CASAL NOVO E TALASNAL***

Prefácio

O estudo que se apresenta integra-se num trabalho mais vasto que constitui o desenvolvimento do Projecto de Investigação apresentado em provas de doutoramento em Geografia Humana à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Em Portugal, o estudo da residência secundária não tem merecido, até agora, particular interesse por parte dos estudiosos. Neste sentido, julgamos que este trabalho, primeiro de um projecto mais vasto, pode contribuir, ainda que de uma forma limitada, para um melhor conhecimento neste domínio, já que a segunda residência constitui um fenómeno em expansão, colocando, frequentemente, graves problemas de ordenamento do território e que por isso merece reflexão.

Nesta publicação pretende dar a conhecer-se o resultado do trabalho entretanto realizado e que se integra numa das áreas amostra. Esta incide nas aldeias de Casal Novo e Talasnal situadas na Serra da Lousã.

Cabe-nos agradecer ao Conselho Directivo da Faculdade de Letras de Coimbra e em particular ao Gabinete de Publicações o interesse manifestado em integrar este trabalho na Colecção Estudos. Queremos também expressar o nosso agradecimento a todas as pessoas que, de uma forma amável e desinteressada, responderam ao nosso inquérito, pois sem a sua colaboração este trabalho não teria sido possível. À Câmara Municipal da Lousã e aos funcionários do Gabinete de Apoio Técnico agradecemos toda a colaboração que nos foi prestada. Finalmente a nossa gratidão ao Sr. Fernando Coroado que compôs a capa e desenhou todas as figuras do texto e ao Sr. Bento Ferreira que durante alguns meses nos acompanhou pela Serra.

Coimbra, Novembro de 1989

*Adaptado do texto com o mesmo título, apresentado, sob a forma de livro, na *Colecção Estudos* da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com o nº 10, em 1989.

1. Introdução¹

A residência secundária não é um fenómeno recente. Porém, é a partir da Segunda Grande Guerra Mundial e sobretudo a partir dos anos 60, que o fenómeno se intensifica e alarga a um leque cada vez mais vasto de população. O crescimento económico que se opera em alguns países da Europa, a institucionalização das férias pagas, o aumento da esperança de vida aliados ao desenvolvimento dos transportes, fazem com que o Sul da Europa se converta, rapidamente, no espaço de ócio dos países industrializados.

A casa de campo ou o apartamento na praia generalizam-se e contribuem, em muitos casos, para a degradação do espaço ambiental. Também o êxodo rural e a emigração, que entretanto se operavam, levam a um despovoamento progressivo de núcleos populacionais que de um modo mais ou menos lento foram ficando completamente desocupados. Além disso, o crescimento anárquico que se tem operado em diversas áreas, com maior frequência no litoral, tem provocado, em muitos casos, a destruição quer do património paisagístico quer do património cultural, levando a situações de ruptura quase sempre irreversíveis. É necessário tomar medidas no sentido de travar a degradação do ambiente e promover de forma sistemática e organizada o ordenamento do território.

Em Portugal o fenómeno atinge já, em algumas áreas, proporções preocupantes, a ponto de serem numerosos os exemplos de degradação do ambiente. Porém, existem também alguns exemplos de preservação do espaço físico e cultural e que, por isso, merecem particular atenção.

Pretende-se com este estudo mostrar como uma área de montanha, pobre e praticamente desabitada devido ao êxodo rural e à emigração, tem sido progressivamente reocupada, reconstruída e revitalizada, por uma população que em termos sociais e culturais, lhe é completamente alheia, e onde a aquisição e recuperação de antigas habitações tem sido levado a cabo no sentido de preservar todo o património onde se inserem. Julgamos que se trata de um fenómeno que merece alguma reflexão pois pode e deve ter continuidade.

Este trabalho pode considerar-se dividido em duas partes: na primeira apresenta-se uma breve reflexão sobre o que de mais importante nos parece ser, numa análise geográfica, o fenómeno da residência secundária (Cravidão, 1989). Trata-se de um tema que em Portugal não tem merecido especial atenção, por isso parece-nos oportuno um enquadramento teórico deste fenómeno, concorrendo, ainda que de uma forma limitada, para o seu melhor conhecimento.

Na segunda parte apresenta-se o estudo que realizámos em dois pequenos núcleos populacionais situados em plena Serra da Lousã e que constituem, hoje, um exemplo de como a residência secundária pode contribuir para a revalorização do espaço rural.

2. O conceito de residência secundária

Um dos primeiros problemas prende-se com a definição de residência secundária. A ausência em Portugal de estudos neste domínio levou-nos a tentar sistematizar um

¹ A primeira parte deste trabalho retoma, no essencial, o texto que constituiu o projecto de investigação que apresentámos para provas de doutoramento em Geografia Humana (Cravidão, 1989).

conjunto de características que possam contribuir para clarificar o conceito de residência secundária. Tal como acontece em Espanha, também em Portugal os termos residência secundária, segunda residência e residência de férias podem ser sinónimos, embora existam outras situações que se podem inserir no mesmo fenómeno.

O primeiro estudo sobre residência secundária deve-se ao geógrafo francês Barbier (1965). Define residência secundária como “o alojamento que pertence a um indivíduo que já possui uma habitação principal, que reside na maior parte dos casos na cidade ou pelo menos bastante afastado da sua casa de campo e que aqui se dirige aos fins-de-semana e em férias”. Ainda segundo aquele autor, estas características não impedem “que a habitação seja alugada parcialmente durante o ano, nem que algumas residências se encontrem próximas da cidade onde reside”.

Estas circunstâncias introduzem uma maior flexibilidade no conceito inicial, já que contemplam outras situações, que como se verá, andam frequentemente associadas à segunda residência.

Sem introduzir a variável distância entre a residência principal e a residência secundária, Beteille (1970: 164) afirma que esta “comporta os alojamentos de férias ou de fim-de-semana habitados durante esse período de tempo pelo seu proprietário (caso mais vulgar) ou os alojamentos alugados ao ano por uma família que aí se desloca regularmente”. Posteriormente Cribier (1973: 182 e 183) no seu estudo *Les Residences Secondaires des Citadins dans les Campagnes Françaises* afirma que se trata de *maison de plaisance* cujo proprietário reside na cidade e são ocupadas temporariamente por ele, pela família e por amigos. O conceito introduzido por este autor parece-nos limitado, já que uma habitação alugada pode ser, em alguns casos, considerada como secundária.

A variável distância é introduzida por Valenzuela (1976) para distinguir dois tipos: residência secundária propriamente dita e a residência de férias. Para este autor, no primeiro caso, o afastamento deverá ser pequeno, o que possibilita a sua utilização frequente aos fins-de-semana. No segundo, a habitação está quase sempre afastada da residência habitual e apenas é utilizada uma época do ano – o período de férias. Mais recentemente Miranda Montero (1983: 19) no seu estudo *La Segunda Residencia en la Provincia de Valencia* afirma que a residência secundária inclui “todas as vivendas construídas de forma fixa que se utilizam apenas durante as férias, fins-de-semana ou períodos de ócio em geral, tendo como excepção o regime de aluguer por períodos curtos”.

Em nosso entender o conceito de residência secundária decorre, em primeiro lugar, da existência de uma residência principal. Além disso, consideramos como englobadas naquele conceito todas as habitações utilizadas quer em fins-de-semana, férias ou outros períodos de ócio, pelo seu proprietário, familiares e amigos, podendo também ser alugada ao ano. Isto é, a segunda residência não implica aquisição, no entanto, nos casos mais frequentes, os seus utilizadores são também proprietários.

A variável distância não tem, quanto a nós, grande significado. O desenvolvimento dos meios de transporte – nomeadamente o automóvel – e a diminuição dos tempos de percurso são factos que podem relevar para plano secundário a questão da distância. Além disso, o conceito de residência secundária não deve separar-se da sua função principal: o lazer. Isto não significa que não possa ser também considerada como um investimento, podendo, inclusivamente, o proprietário usufruir de algum rendimento, alugando durante certos períodos do ano para suportar as despesas de manutenção.

Neste conceito estão englobadas, como se compreende, habitações secundárias de tipologia diversa, pois, tal como afirma Micaud (1983: 95) a segunda residência exprime sempre “a diversidade sociológica dos seus proprietários e a variedade geográfica das regiões que os acolheu”.

3. A evolução do fenómeno da residência secundária até meados do século XX.

3.1. Um fenómeno limitado a uma população privilegiada

Já na Grécia e em Roma os mais abastados possuíam quintas de recreio afastadas dos principais centros populacionais de então (Pellegrini, 1967: 33 e 34 e Miranda Montero, 1983: 27). Na Idade Média apenas a Nobreza e o Clero tinham poder económico para dispor de espaços residenciais vocacionados para o lazer. Na Europa do século XVIII torna-se frequente a aquisição de uma ou várias residências secundárias pela Nobreza e pela Burguesia da França, de Inglaterra ou da Suécia (Clout, 1976: 111 e 112). Em Portugal, no final do século XIX, embora com uma classe possidente menos abastada que aquela que governava a Europa de então, também se verifica, em algumas áreas do país, a ocorrência de quintas de recreio onde, os seus proprietários, residentes habituais em Lisboa ou no Porto, passavam algumas épocas do ano. Sintra na periferia de Lisboa e a Foz na periferia do Porto são talvez dois dos melhores exemplos de áreas de lazer da aristocracia e burguesia da época. Porém, a divulgação que nesta época se inicia a propósito das vantagens dos banhos de mar provoca um interesse cada vez maior pelas áreas junto ao mar. O desenvolvimento do caminho-de-ferro e de outros meios de transporte, facilitando o acesso a novos espaços, leva a população urbana a locais que até aí tinham, não raras vezes, constituído apenas pequenas comunidades, onde a pesca e a agricultura representavam as actividades económicas mais importantes.

Também em outras áreas do país o número de residências para o tempo de ócio vai progressivamente aumentando, embora de uma forma lenta e sempre ligada às classes mais abastadas. A Costa do Estoril é talvez dos melhores exemplos do desenvolvimento de uma área ligada a um espaço residencial de lazer (Cavaco: 1982). O desenvolvimento dos transportes, as condições climáticas favoráveis e a proximidade de Lisboa, são alguns dos factores que concorrem para que naquele núcleo comece a assumir algum significado a construção de residências de veraneio. Além disso, a presença da Corte em Cascais, gerou movimentos atractivos em relação à aristocracia que aí vai construir sumptuosas habitações. Também no Algarve litoral se começa a perfilhar uma maior difusão deste fenómeno. Segundo Cavaco (1974: 92 a 99) nos primeiros anos do século XX surgem algumas residências em Monte Gordo propriedade de famílias do Baixo Alentejo, de comerciantes e industriais de conservas do Algarve e também de algumas famílias de Andaluzia. Segundo aquela autora a primeira pensão (antes de 1914-1918) foi instalada por um casal de Ayamonte e de Thaisis. Posteriormente alguns proprietários alentejanos vão progressivamente adquirindo habitações na costa algarvia, que se transformam num segundo espaço residencial.

No Norte do país a burguesia elege, também, durante o final do século XIX e início do seguinte, as suas áreas de lazer. Enquanto a Foz e Leça acolhiam a burguesia

ligada ao vinho do Porto, a Granja recebia a população abastada do Porto (Fernandes, 1985: 19 e segs.).

Mais próximo de Coimbra, a cidade da Figueira da Foz torna-se o principal centro de veraneio, durante o Verão, da população coimbrã e nele, alguns dos mais abastados, vão construir uma segunda residência, normalmente utilizada apenas durante aquela época. O termalismo concorre também para a difusão da residência secundária (Mendes, 1980). Na Região Centro do País, a Curia e o Luso constituem, sem dúvida, dois dos melhores exemplos de como o termalismo pode provocar importantes modificações na organização do espaço. Ainda hoje numerosas habitações testemunham o apogeu de um passado que não chegou a ultrapassar os anos 30. Registe-se, no entanto, que actualmente assiste-se a uma importante revitalização daquele fenómeno, cujas consequências já se observam naqueles núcleos.

Com a entrada em decadência de algumas classes sociais que até aí tinham sido responsáveis pela sua difusão, associada ao facto de a nível interno se terem desenvolvido situações económicas e políticas desfavoráveis, a residência secundária sofre uma recessão generalizada adquirindo um novo ritmo e novas formas de crescimento a partir de 1970. Como afirma Clout (1976: 112) na Europa o carácter restritivo da posse de vivendas secundárias mudou de forma surpreendente depois da Segunda Guerra Mundial, quando um número grande de famílias da classe média adquiriu vivendas secundárias.

3.2. A evolução recente da residência secundária

E, de facto, depois da Segunda Guerra Mundial que o fenómeno do novo espaço residencial se desenvolve, se dinamiza e se difunde. A Europa sofre, no pós-guerra, um desenvolvimento económico que faz emergir novos grupos sociais e com os quais se interliga o surto de crescimento no número de residências de lazer. Adquirindo, não raras vezes, habitações abandonadas devido ao êxodo rural que entretanto se desenvolvera, os cidadãos procuram progressivamente novos locais de ócio onde o espaço rural e algumas áreas do litoral são os principais pólos atractivos.

Em França é sobretudo a partir dos anos 60 que o fenómeno se acelera e ganha novo ritmo. Segundo Barbier (1965: 89 a 91) houve áreas que nos anos imediatos à 2ª Grande Guerra viram o número de residências secundárias crescer a tal ritmo que algumas aldeias passaram a ter mais residentes secundários que o número de população que aí tinha domicílio habitual. Segundo Clout (1976: 117), em 1964, em França, existiam 447.000 residências secundárias enquanto em 1971 o seu número subia para 1.600.000. Na Bélgica o *Recenseamento de 1961* computou 53.578, o que correspondia a uma segunda residência por 56 fogos, enquanto em 1970 a relação passa de 1 para 31 (cfr. Gojceta, 1975: 98).

Também no Luxemburgo o fenómeno atinge maior ritmo a partir de 1960, já que o *Recenseamento de 1970* regista 1 521 residências e em 1976 o seu número subiu para 2 171, isto é, um acréscimo de 43% correspondendo respectivamente a 1,4 por 100 fogos e 1,8, seis anos depois, (Christians, 1979: 109 a 129). Também em Itália o estudo de Angelis (1975) mostra um ritmo de crescimento idêntico ao de outras regiões da Europa.

Na Península Ibérica é em Espanha que surgem os primeiros e mais importantes estudos sobre residência secundária, sintoma que o fenómeno tinha aqui não só surgido mais cedo como adquirido uma dimensão superior a Portugal. Como afirma Miranda Montero (1983: 13 e 14), os geógrafos J. Vila (1962) e B. Pons (1964) podem ser considerados os pioneiros, embora com preocupações mais vastas. O primeiro analisa *El Valor Económico del Turismo en España* e o segundo estuda *El Turismo de las Ilhas Baleares*. Mas é sobretudo com os estudos de J. Ortega (1975) *Residencias Secundarias y Espacio de ocio en España* e M. Valenzuela (1976) com o trabalho sobre *La residencia Secundaria en la Provincia de Madrid*, que as preocupações sobre este fenómeno se diversificam e ganham maior reflexão. Importante contributo é dado com o estudo de Miranda Montero: *Segunda Residencia na Provincia de Valencia* (1983). Como afirma esta autora, também em Espanha a sua difusão se dinamiza a partir de 1960. “Pode afirmar-se que a partir de 1960 se produz um desbloqueamento do fenómeno da segunda residência pois o ritmo de construção aumenta vertiginosamente. Coincidindo com uma época de grande prosperidade económica, a casa de campo, o apartamento na praia popularizam-se extraordinariamente e a segunda residência deixa de ser exclusiva das classes mais privilegiadas economicamente”. Segundo aquele estudo uma em cada seis famílias espanholas possui uma residência para lazer.

Em síntese, na Europa, o fenómeno da residência secundária embora sempre presente e ligado quase exclusivamente à aristocracia e burguesia, sofre a partir da Segunda Guerra Mundial, em geral, e de uma forma particular após os anos (19)60, um importante surto de desenvolvimento. Os estudos elaborados indicam que a sua difusão se deverá correlacionar com o desenvolvimento económico operado, a generalização do automóvel, a progressiva urbanização da população, a institucionalização das férias pagas e mais recentemente a importante função da publicidade. Criando novos conceitos de lazer, esta “não é mais do que o detonante que activa estes factores e que orienta a procura de lugares concretos, decide, actua como principal factor de uma série de mecanismos básicos” (Miranda Montero, 1983: 40).

Em Portugal o fenómeno da segunda residência, tal como em outros domínios, apresenta-se retardado em relação à Europa. Circunscrito durante largas dezenas de anos a algumas áreas e grupos sociais, só muito recentemente o seu crescimento e difusão se aceleraram. Tal circunstância poderá explicar a ausência de estudos neste domínio. Embora seja um tema já abordado por alguns autores, nomeadamente geógrafos, insere-se sempre em trabalhos mais vastos não constituindo, por isso, estudos aprofundados sobre este tema²

O Recenseamento da População de 1981, apenas nos quadros relativos ao alojamento (3.01 a 3.25) refere os alojamentos familiares de uso sazonal. Porém, dado não definir o conceito de *uso sazonal* não pode ser utilizado para fazer o cômputo da residência secundária no país. É, no entanto, um indicador, que deve ser considerado com alguma reserva. Naquela classificação estão também incluídos alojamentos que não são habitações secundárias, como por exemplo, as constituídas só para investimento e apenas quando utilizadas sazonalmente. Isto significa que o valor apresentado pelo *Recenseamento* é superior ao número efectivo de segundas residências.

² São exemplos entre outros os trabalhos publicados por Cavaco (1969, 1974, 1980 e 1982) e Fernandes (1985).

Utilizando aquelas informações, em 1981, o número de alojamentos daquele tipo em Portugal Continental era de 178 529, num total de 2 803 028 famílias, isto é, apenas 6,4% dos agregados familiares têm acesso a uma residência sazonal, o que reflecte a fraca representatividade da segunda residência na população portuguesa no início da década de (19)80. Recorde-se que em 1983, em Espanha, uma em cada seis famílias possuía um espaço residencial secundário. Além disso é necessário ter em consideração que habitações consideradas pelo *Recenseamento*, como de uso sazonal, são frequentemente *casas de emigrantes*, que, quanto a nós não funcionam totalmente como segundas residências. Muitas dessas habitações são construídas com o intuito de virem a constituir a habitação principal após o retorno. Ora, neste sentido, apresentam, quase sempre, uma tipologia e um equipamento que de um modo geral não acompanha a residência secundária. Embora sejam habitadas sazonalmente inscrevem-se num processo diverso daquele que preside à utilização de uma habitação para fins exclusivamente de lazer. Há, no entanto, casos em que, de facto, devem ser consideradas como habitações de tempos livres.

Outro indicador que pode ajudar a mostrar como este fenómeno, para além de ser recente, afecta ainda um leque limitado de população relaciona-se com o período de férias. Em 1977 apenas 38% da população portuguesa, com mais de 15 anos, gozava férias e desta mais de 2/5 não deixou a residência habitual (Cavaco, 1980: 245). Mais recentemente os dados da Secretaria de Estado do Turismo referem que, em 1987, apenas 21% dos portugueses gozaram férias fora da sua residência habitual. Por outro lado, só 34% da população com mais de 15 anos gozou férias, quer no domicílio habitual quer em outro local, valor que se situa abaixo do relativo ao ano de 1987.

Chama-se a atenção para a necessidade de o próximo *Recenseamento* contemplar de forma objectiva a classificação deste tipo de residências já que é um fenómeno em rápido crescimento colocando graves problemas de ordenamento do território.

4. Causas do desenvolvimento da residência secundária

Os diversos autores que têm abordado este tema são em geral unânimes em apresentar um conjunto de razões que explicam a enorme difusão observada neste tipo de habitação, especialmente vocacionada para ocupação dos tempos livres.

As razões de carácter económico são as que maior significado adquirem. Do crescimento operado na Europa a partir dos anos (19)50 decorre um conjunto de factores que permite explicar, em parte, o ritmo e a difusão da segunda residência. O aumento do nível económico, nomeadamente das classes média e superior, a grande difusão do automóvel permitindo, por um lado, o acesso onde o caminho-de-ferro não chegava, e, por outro, a possibilidade de escolha de percursos aliados à autonomia proveniente da sua utilização, são factores que se ligam directamente com aquele fenómeno, de resto, na mobilidade da população que Jung (1972: 213 e 214), constrói o seu argumento principal para explicar a importância crescente da segunda residência: alia aquele fenómeno à diminuição do tempo de trabalho donde decorre uma maior disponibilidade para o lazer. Além disso, a institucionalização das férias pagas generalizam o tempo de ócio e criam condições sociais e psicológicas que podem levar posteriormente à utilização de um segundo espaço residencial.

A urbanização progressiva da população é outro importante factor. A separação entre tempo de trabalho e tempo de lazer, a exiguidade dos alojamentos e a escassez progressiva de espaços verdes nos centros urbanos, levam a que a população citadina procure fora do local de residência habitual novos espaços. No entanto, não raras vezes, estes apenas fazem parte do seu imaginário, pois, quase sempre, reflectem não só os modelos urbanos como as contradições que estes encerram.

Clout (1971 e 1976), considera, como principais, as seguintes razões: o aumento do nível de vida acompanhado pelas elevadas taxas de crescimento económico, quer na Europa, quer nos Estados Unidos da América do Norte, o desenvolvimento dos meios de transporte e em particular do automóvel, a generalização das férias pagas e finalmente a organização dos equipamentos recreativos. Aliás, a importância crescente dos *mass media* e o poder de intervenção que a publicidade vem adquirindo tenderão a *controlar* de uma forma progressiva o espaço e o lazer dos cidadãos. A publicidade introduz não só novos conceitos de lazer, como diversifica as possibilidades de utilização do espaço turístico. Para Gaviria (1969), a importância dos interesses económicos que estão por detrás do acréscimo da residência secundária manipulam a inquestionável deterioração do meio urbano e formulam uma espécie de *ideologia clorofila* (Miranda Montero, 1983).

Razões de carácter social, cultural e psicológico adquirem uma importância cada vez maior. A revalorização do espaço rural depois de este ter sido abandonado pelo êxodo que o despovoou, a consciencialização de preservar o ambiente natural sem deixar de o utilizar, o desenvolvimento de posições ecológicas que fazem apelo da vida ao ar livre concorrem para que um número crescente de população se refugie fora dos centros urbanos, provocando, frequentemente, a degradação dos espaços ambientais. Neste sentido a residência secundária é consequência de um duplo movimento, o êxodo rural e a saída dos grandes centros urbanos em busca de novos espaços, mas reflecte também um duplo desequilíbrio: a desertificação que se opera nos campos e a *asfixia* que se tem instalado nos grandes centros urbanos.

O fenómeno da residência secundária reflecte quase sempre o sentido do desenvolvimento económico e cultural de um país e a uma escala mais restrita dos diferentes grupos sociais. Por isso, este fenómeno apresenta estádios de desenvolvimento diferentes consoante nos situemos em Inglaterra, em Espanha ou em Portugal.

5. Classificação e tipologia da residência secundária

Apesar das dificuldades em formular uma classificação para *residência secundária*, parece-nos oportuno tentar uma sistematização de alguns tipos, de forma a procurar através da investigação, não só o padrão que domina, como tentar verificar se existe alguma diferenciação espacial relativamente à distribuição das diversas residências.

5.1. Residências legais e residências clandestinas

A primeira distinção insere-se num quadro legal e refere-se às habitações secundárias legais a às residências clandestinas. Não significando que seja a classificação mais

importante, um estudo da segunda habitação deve tentar computar o número de residências clandestinas para o confrontar com a construção que foi sujeita a licenciamento. Este é um tema particularmente importante e oportuno, já que a construção de residências clandestinas, impede por vezes e dificulta quase sempre, planos de ordenamento do território, para além de acelerar a degradação do território. Em Portugal os exemplos são inúmeros, e as consequências promoveram e aceleraram a degradação do património quer paisagístico quer cultural.

5.2. Residências do litoral e residências do interior

Miranda Montero (1983: 23 e 24) afirma que existem diferenças tipológicas entre as residências que se situam no Litoral e as situadas no Interior. Para esta autora na costa “onde o solo atinge as mais altas cotações predomina a construção em altura e produzem-se autênticas aglomerações de residências secundárias em núcleos que adquirem um aspecto caracteristicamente urbano”. Englobadas neste grupo (litoral), encontram-se algumas variações tipológicas, em geral vocacionadas para classes de elevado poder económico. Trata-se de urbanizações fechadas, de alta qualidade, privilegiando quase sempre o enquadramento paisagístico e onde se encontra todo o equipamento em comércio, serviços e lazer. Estão frequentemente integradas no mercado internacional e constituem verdadeiras elites em relação ao território que as envolve. Em Portugal dois dos melhores exemplos situam-se no Algarve e constituem os complexos de Vale de Lobos e Quinta do Lago. Sem atingirem os níveis de este tipo de urbanização existem também na Região Centro alguns exemplos que podem constituir excepções em relação ao padrão dominante. Na Figueira da Foz, Vale de Leão e na Praia de Quiaios a urbanização junto à marginal podem ser considerados como excepções à tipologia mais frequente.

Em relação às residências do *Interior*, situadas quase sempre em meio rural, não raras vezes resultam da recuperação de antigas habitações. Ao contrário do que se observa nas residências do litoral estas reflectem de uma forma mais evidente o enquadramento no meio.

A tipologia e o material de construção são em geral dois indicadores da área onde se localizam. A construção vertical tem muito pouco significado, sendo esta uma diferenciação importante em relação aos padrões mais vulgarizados no litoral.

Para outros autores a tipologia da habitação deve privilegiar outras circunstâncias. Por exemplo J. Wilde (1968: 31 e 32), considera dois tipos: o grupo 1 abrange todas as “habitações construídas exclusivamente para servir de residência secundária”. No grupo 2 inclui as habitações que tiveram já outra função. Isto é, “nesta categoria coloca todas as que já tiveram a função de residência principal, tal como construções que não sendo vocacionadas para habitação, sofreram posteriormente alterações e tornaram-se segundas residências”. Como exemplo aponta o caso de quintas e moinhos.

Jung (1972) citado por Miranda Montero (1983), adopta uma classificação temporal. Distingue vários tipos consoante o índice de ocupação ao longo do ano. Assim considera: as residências utilizadas apenas ao fim-de-semana e por isso quase sempre situadas muito próximo da residência principal; as residências utilizadas apenas nos períodos

de férias devido à maior distância em relação ao domicílio permanente; as residências de tipo misto que coincidem por isso com as duas situações anteriores.

Outra classificação tipológica pode decorrer da função da residência secundária. Isto é, pode tratar-se de uma habitação vocacionada exclusivamente para o lazer dos seus proprietários, familiares e amigos, mas pode também ter fins lucrativos. Trata-se, neste caso, da uma habitação adquirida para rendimento. O proprietário utiliza-a durante alguns períodos do ano, mas liberta-a, em geral durante a época alta de férias, possibilitando o seu aluguer, procurando, desta forma, verbas que permitam a sua manutenção. É, aliás, nesta perspectiva que B. S. Marsden (1969, 57 e 58) sistematiza uma classificação³:

“*Private holiday home*: residência visitada apenas aos fins-de-semana e durante as férias por familiares e amigos;

Intermittently commercial holiday homes: utilizadas como as anteriores mas alugadas na estação de maior procura para cobrir os gastos;

Intermittently private holiday homes: frequentemente adquiridas para depois da reforma e alugadas até esta ser atingida; esporadicamente têm utilização familiar;

Commercial holiday homes: adquiridas como investimento e negócio e que habitualmente são alugadas através de um agente”.

Também J. Serramea (1980: 39), considerou quatro tipos de residências cujas variáveis principais são: a frequência, a vocação inicial da habitação e a rendibilidade:

- a) Residências de fim-de-semana e preferentemente de férias;
- b) Residências de férias (Verão ou Inverno);
- c) Antigas propriedades familiares (ligadas ao êxodo rural e regional) e
- d) Residência de investimento imobiliário e aluguer.

Não é fácil encontrar uma sistematização que contemple todas as situações de modo a permitir uma classificação. Há, no entanto, alguns elementos que permitem uma reflexão e também uma diferenciação entre os diversos tipos de residência secundária. Em nosso entender o quadro geográfico onde se situam e o grupo social de quem as utiliza são reveladores, quase sempre, do padrão que acompanha cada diferenciação tipológica.

6. As fontes: crítica e limitações

Ao finalizar esta abordagem teórica sobre o fenómeno da segunda residência, registam-se as principais *fontes* que possibilitam o estudo deste tema.

No caso português, trata-se, como já se referiu, de um fenómeno que só recentemente tem apresentado uma maior difusão, por isso surgem algumas dificuldades, como por exemplo, no que se refere à informação estatística. De outras fontes de informação salientam-se os *Livros de Licenciamento de Obras* que existem nas Câmaras Municipais e os Registos das Repartições de Finanças, embora qualquer delas com limitações várias.

Fontes Estatísticas

Tal como se referiu o *Recenseamento de 1981* regista os alojamentos de utilização sazonal. Esta classificação limita, pelas razões já apontadas, os resultados obtidos. O

³ Não nos foi possível consultar este artigo publicado na Revista *Australian Geographical Studies*, 7. Utilizámos, por isso, as referências mencionadas por Miranda Montero (1982: 25).

confronto com alguns levantamentos levados a cabo, para fins diversos, pelas Câmaras Municipais pode ajudar a colmatar a lacuna que as estatísticas não preenchem.

Cartografia e Fotografia Aérea

É um importante elemento de pesquisa. Embora haja uma falta de actualização de grande parte da informação cartográfica disponível, não raras vezes, algumas autarquias dispõem de mapas a escala de grande pormenor e em alguns casos dispõem também de levantamentos aéreos recentes, que possibilitam traçar, com alguma aproximação, a linha evolutiva do fenómeno.

O trabalho de campo

O trabalho de campo, no caso de áreas de pequena dimensão, permite também cartografar, com alguma precisão, a difusão espacial da segunda residência.

As Licenças de Obras

Esta é uma fonte particularmente importante. Em Portugal o Decreto-lei n.º 166/70 de 15 de Abril no seu artigo 1º alínea a) obriga a que “todas as obras de construção civil, de reconstrução e ampliação e, bem assim, os trabalhos que impliquem alteração da topografia local dentro do perímetro urbano e das zonas rurais de protecção fixadas para as sedes de concelho e para as demais localidades sujeitas por lei a plano de urbanização e expansão”, estejam sujeitas a licenciamento municipal. Nesta conformidade existe um Livro de Registo de obras, onde o investigador pode retirar alguma informação. Nesse registo estão referidos, entre outros, os seguintes elementos: a localização do prédio sujeito à referida licença, a residência do proprietário da habitação a construir ou das obras a realizar. Ora, se a residência habitual não coincide com a área do concelho, é provável que se trate de residências secundárias. Há porém, que ter em atenção algumas questões particularmente importantes. Em primeiro lugar o número cada vez maior de empresas construtoras impede que este método se utilize, por exemplo, quando no registo figure o nome de uma sociedade de construção. Embora possa estar vocacionada para residência secundária o proprietário desta não figura, como se compreende, no respectivo livro de licenciamento. Daí a importância de que se revestem as informações fornecidas pelas empresas de construção. Outra questão relevante relaciona-se com as fraudes que frequentemente se verificam no domínio da segunda residência. Isto é, existe um numeroso quantitativo de construções clandestinas que por isso não fazem parte daquele registo, situação para a qual o investigador deve estar alertado. Esta é, de resto, uma situação com particular incidência no litoral português, atingindo em algumas áreas a degradação total do património paisagístico. A fuga aos impostos leva também a que o proprietário do prédio a construir ou a reconstruir declare, por vezes, que aquele se destina a residência principal embora, de facto, constitua uma residência de tempos de ócio.

A Matriz Predial

Segundo o artigo 155º do *Código da Contribuição Predial* e do *Imposto sobre Indústria Agrícola* “a matriz predial é o tombo de todos os prédios de uma freguesia ou de uma zona de freguesia consoante a divisão adoptada na elaboração do mapa parcelar da propriedade rústica. Haverá duas matrizes, uma de propriedade rústica e

outra de propriedade urbana. “Esta constitui uma importante fonte de informação, pois cada Repartição de Finanças possui um registo – *Livro da Matriz Predial Urbana* onde constam, por ficha, os elementos descritivos de cada prédio, salientando-se: localização, nome do titular do rendimento, residência deste e descrição do prédio”. Quando se processa alguma alteração, venda por exemplo, é feito um averbamento, o que possibilita, em muitos casos, conhecer os diversos proprietários de uma habitação. Há, porém, a salientar algumas situações que podem deturpar os valores encontrados. Quando a transmissão dos prédios tem origem em partilhas extra-judiciais, por norma os herdeiros não procedem de imediato à actualização do registo. Ora, em áreas de forte emigração, não raras vezes, os *novos proprietários* reconstruem a habitação, em geral dos pais, e utilizam-na como residência secundária, situação que *foge* completamente àquele registo, já que no *Livro da Matriz Predial* continua a vigorar o nome de antigos proprietários, frequentemente já falecidos.

O Registo Predial

Dispõe o artigo do 1º *Código do Registo Predial* (aprovado pelo Decreto-lei n.º 224/84, de 6 de Julho, que “o registo predial destina-se essencialmente a dar publicidade à situação jurídica dos prédios...”. Esta publicidade é obtida quer através da descrição, cuja finalidade é a identificação física, económica e fiscal dos prédios, quer das inscrições que visam definir a situação jurídica dos mesmos. Pelo facto deste registo ser obrigatório a partir do dia 1 de Outubro de 1984 é mais um elemento que possibilita o levantamento dos prédios que constituem residência secundária. No entanto, há que ter em consideração que muitas residências foram adquiridas antes daquele ano, podendo, ainda, não constar no registo.

Os Inquéritos

Este método permite o melhor conhecimento da segunda habitação, nomeadamente em relação aos seus utilizadores. Quer se utilize o inquérito oral ou escrito, será a partir das informações que eles fornecem que o investigador possui, para além de uma importante base de trabalho, em alguns casos, a única fonte para o estudo.

A Imprensa Regional

Frémont (1976: 82), sugere uma outra fonte de informação. “Analisar uma série de pequenos anúncios de residências secundárias numa região, é reconstituir a imagem da residência secundária e, da região que a publicita condicionada pelos consumidores urbanos...”. Esta, é de resto, uma fonte particularmente interessante. A pesquisa de informação relativa à segunda residência feita através da imprensa (jornais, revistas, etc.) pode, de facto, permitir um conhecimento dos grupos sociais a quem se dirige a sua publicidade. Um jornal com grande difusão espacial revelará, provavelmente, habitações cujos possíveis compradores terão um poder económico superior àqueles a quem se dirigem os anúncios publicados pela imprensa local ou mesmo regional. Por outro lado, é possível ter uma leitura da evolução do mercado da segunda residência a partir da consulta, após o momento escolhido, de um ou vários órgãos da imprensa, permitindo desta forma conhecer, para um determinado território, a forma como se tem desenvolvido o mercado da segunda habitação.

II PARTE

A RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA E A REVALORIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL

1. Introdução

Na segunda parte deste estudo pretende-se, como se referiu, analisar um exemplo de revitalização do espaço rural através da segunda residência. O ponto de partida são dois núcleos populacionais situados em plena Serra da Lousã, que em nosso entender, constituem um bom exemplo de como uma área pobre e desabitada pode ser reabilitada por uma população que, em termos sociais e culturais, lhe é completamente alheia.

A aquisição e recuperação de antigas habitações por indivíduos cuja residência principal se localiza em centros urbanos e o facto de pertencerem a grupos sociais distintos dos que tinham habitado aquela área, proporciona o desenvolvimento de novas situações que têm a ver, no essencial, com a circunstância de estas residências estarem a ser utilizadas com um fim completamente diverso daquele para que tinham sido vocacionadas. Constituem habitações de lazer para cuja função têm sido progressivamente reconstruídas, e onde têm estado quase sempre presentes preocupações de preservação do património.

Os núcleos de Casal Novo e Talasnal podem, se não houver interesses que o contrariem, vir a constituir um bom exemplo de como é possível revitalizar um espaço rural em decadência.

2. Caracterização da área

2.1. O domínio da montanha

Os dois lugares onde incide este estudo, fazem parte de um conjunto de 7 aldeias, Catarrador, Casal Novo, Chiqueiro, Sardeira, Silveira, Talasnal e Vaqueirinho, situadas em plena serra e que sofreram um processo progressivo de despovoamento.

A Serra da Lousã, marcada vigorosamente na paisagem, faz parte da Cordilheira Central, Serras da Estrela, Açor e Lousã, e constitui a extremidade mais ocidental daquela sub-unidade morfoestrutural.

O desenvolvimento apresentado pela Serra da Lousã reflecte, no essencial, o domínio dos xistos. As formas adoçadas imprimem-lhe uma certa brandura paisagística que não deixa de sensibilizar quem a visita. Com uma altitude máxima de 1204 metros – Alto do Trevim – a maior parte dos núcleos populacionais situa-se a uma cota que varia entre os 450 e 700 metros.

Aproveitando o desenvolvimento de rechãs e a proximidade de vales, todas as aldeias serranas testemunham, pela estrutura das habitações, pelo material de construção e pela dimensão que apresentam, a precária economia onde se inseria a população que as habitava. Com base na economia agro-pastoril que dominava toda a Serra, a evolução destes núcleos acompanhará, de forma irreversível, o declínio das sociedades agro-pastoris (Fotografia 1).

A difusão do milho grosso⁴ deve ter sido, em parte, responsável pela ocupação desta área, já que permitiu, principalmente ao longo dos vales, a cultura do novo cereal. Nas encostas, e onde o declive o permitia, o centeio ocupava também um lugar importante, enquanto em redor das povoações predominavam os produtos hortícolas. Trata-se, porém, de uma agricultura dirigida ao consumo doméstico que nem sempre o conseguia preencher. A criação de gado caprino e ovino era um importante complemento. Mas era na feitura de carvão que a população serrana realizava o dinheiro que lhe permitia adquirir outros bens. O seu comércio fazia-se na Lousã e com menor frequência em Miranda do Corvo. Os “carvoeiros distinguiam-se pelos seus sapatos brochados e pelas roupas grosseiras de saragoça, de estamemha e de estopa, e as mulheres pelas saias curtas e pelos *canos* que usavam, espécie de polainas, (ou meias sem pé) para se protegerem das asperezas dos matos. [...] Sujos de carvão, baixos, com cara redonda e olhos pequeninos vagamente lembravam um tipo mongólico. Entravam na vila (Lousã) pela Cruz de Ferro ou pelo Hospício; e era então de a peça descansar alijando a carga, e lavavam-se na Fonte Arcada ou na bica do Tanque de Santo António; calçavam-se e vinham proceder à venda do carvão e da respectiva carqueja que tapava a boca do negro e remendado saco, [...] sempre com o ar humilde e fatigado daqueles para quem a vida é dura...” (Lemos, 1988: 121 e 122).

Para os que possuíam juntas de bois, o seu negócio obrigava a maiores deslocações e em geral era feito em Santo António da Neve ou nas feiras de Castelo Branco, (Monteiro, 1985: 89).

A estrutura socioprofissional da população serrana deveria apresentar uma ténue diferenciação, à semelhança do que sucedia nas sociedades agro-pastoris. A precária agricultura, a irrelevante criação de gado e a feitura de algum carvão ocupariam quase toda a população residente nesta área.

Com este cenário económico e social não é difícil supor que o apelo de novos horizontes de trabalho tenha encontrado, nestas populações, poucas resistências à partida. O Alentejo surge, tal como em outras regiões do país, como receptor de mão-de-obra sazonal. Esta saída, aliada ao facto de desde muito cedo, a Lousã ter enviado gente para o Brasil⁵,

⁴ Originário da América este cereal terá entrado pelo *Campo de Coimbra* no primeiro quartel do século XVI, e rapidamente difundiu-se pelo Norte e Centro do País, (Ribeiro, 1979; e Godinho, 1963).

⁵ João Elisário de Carvalho Montenegro deverá ter sido o iniciador do importante fluxo emigratório que do concelho da Lousã se dirigiu para o Novo Mundo. Emigrou para o Brasil em 1840, de onde regressa em 1865, para de novo voltar dois anos depois. Funda com população da Vila a colónia agrícola *Nova Lousã* no Estado de S. Paulo, incentivando deste modo um êxodo já instalado no país (Lemos, 1988: 39).

devem ter concorrido para desenvolver perspectivas mais vastas, e assim, o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte vão constituir um importante local de chegada da população serrana.

Segundo informações recolhidas residem, actualmente, no Brasil (Campinas, Santos, S. Paulo e Rio de Janeiro) mais de 200 indivíduos naturais do Talasnal.

Frequentemente entre o Novo Mundo e a Serra havia a permanência em Lisboa, quase sempre na estiva. Esta *paragem* de percurso tornou-se, em muitos casos, definitiva, não sendo raro encontrar, hoje, na Serra, antigos habitantes que residem na capital. Razões de carácter afectivo que se prendem com as suas origens serranas, trazem-nos, alguns dias durante o ano ao local onde nasceram. Outros, poucos, fazem obras de manutenção nas suas habitações e aqui permanecem um ou dois dias.

A Lousã constituiu, também, um importante ponto de chegada da população da Serra. Porém, concorreu de uma forma mais diluída para o despovoamento daquelas aldeias. A instalação de algumas indústrias, nomeadamente a Fábrica de Papel do Penedo, mais tarde integrada na Companhia de Papel do Prado, deve ter gerado movimentos de mão-de-obra que, provavelmente, fizeram descer algumas famílias para a Lousã. Recorde-se que esta fábrica (o Engenho de Papel) foi fundada no início do século XVIII, e constitui a mais antiga fábrica de papel do país. Segundo Viana (1967), em 1838, tinha 80 operários e, em 1869, laborava com mais de 200, o que mostra bem a importância que atingia, já, em meados do séc. XIX.

Há pois razões várias que explicam o despovoamento operado em toda a Serra e que se acentuou partir dos anos sessenta (Qd. 1).

Se analisarmos mais detalhadamente os valores registados, verifica-se que no ano de 1885 a população das sete aldeias serranas era constituída por 435 pessoas que representavam 8,1% do total da freguesia da Lousã (5 340). Em 1911, com excepção de Casal Novo e Vaqueirinho, todos os lugares apresentam um ligeiro crescimento que se reflecte na sua contribuição para a população total da freguesia: 8,7%. Os anos 40 mostram já perdas significativas em algumas aldeias, e o total da população serrana representa 7,6% no conjunto da população da freguesia. Na década de (19)60, a regressão acentua-se, e contribuem apenas com 347 habitantes num total de 8 191, isto é, representam apenas 4.2%.

Em 1970 é já muito reduzida a população que vive na Serra, 186 pessoas, 2,5% do total da freguesia da Lousã. A informação relativa ao ano de 1981 mostra bem o despovoamento da área: apenas 8 habitantes resistiram ao êxodo que levou a partir praticamente toda a população.

Qd. 1 – Evolução da população nos lugares da Serra (1885-1981).

Anos	1885	1911	1940	1960	1970	1981
Casal Novo	65	58	35	43	32	—
Catarrador	69	109	120	67	23	2
Cerdeira	70	75	79	51	18	—
Chiqueiro	23	22	45	26	12	4
Silveira	105	108	99	41	22	—
Talasnal	74	129	79	90	59	2
Vaqueirinho	29	43	46	29	20	—
Total freguesia Lousã	5340	6251	6559	8181	7299	6144

Fonte: Mapa Estatístico do Distrito de Coimbra. Recenseamentos da População, anos de 1885, 1911, 1940, 1960, 1970 e 1981, I.N.E., Lisboa.

Nos dois núcleos onde incide este estudo, em 1988 não habitava, de modo permanente, qualquer indivíduo. Acrescente-se, no entanto, que no início de 1989 contactámos com uma família que passou a residir no Talasnal. Oriunda do Norte do país tenciona dedicar-se ao turismo rural.

Mas se a população natural destes núcleos os abandonou em direcção a áreas com novas perspectivas de vida, houve quem, no final da década de (19)70, procurasse nas aldeias abandonadas da Serra a ocupação dos tempos livres. Inicia-se, assim, um processo de reocupação, ainda que temporária, de algumas aldeias por uma população que é completamente alheia à Serra.

A aquisição em 1976, e posterior recuperação de habitações por parte de uma família residente em Coimbra e a divulgação que esta promove, ainda que inicialmente num círculo restrito, vai contribuir de forma decisiva para um maior conhecimento da área. Teve início, assim, a compra de casas, muitas das quais em estado de degradação, com objectivos completamente diversos daqueles para que tinham sido construídas: passam a funcionar como segunda residência de população urbana que a utiliza durante alguns dias ao longo do ano.

3. Análise da situação actual

3.1. Metodologia

Como se referiu esta análise incide em dois dos sete núcleos que constituem as aldeias serranas que pertencem ao concelho da Lousã. Casal Novo e Talasnal situam-se em plena Serra, a uma cota que varia entre os 600 e 700 m na encosta voltada para a Bacia da Lousã (Fig. 1). São duas povoações constituídas por pequenas habitações de xisto, cuja estrutura reflecte, naquelas onde se não verificaram obras, a precária economia onde se integravam.

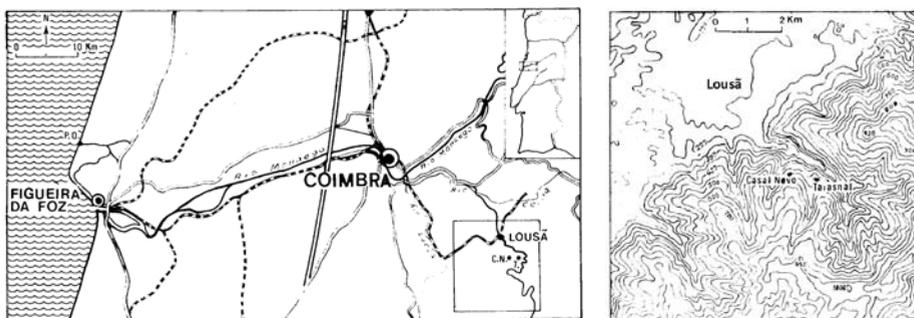


Fig. 1 – Mapa de localização.

No conjunto das duas aldeias cerca de 80% das actuais habitações foram adquiridas nos últimos 15 anos pelos novos habitantes. Refira-se, entretanto, que existem, ainda, proprietários com ligação directa com a Serra. Embora tenham abandonado esta área

não se desfizeram das suas antigas casas. Este facto adquire maior significado no Talasnal já que, no Casal Novo, praticamente todas as habitações mudaram de proprietário. Também neste núcleo o número de casa, em ruínas, tem vindo a diminuir⁶ (Fig. 2).

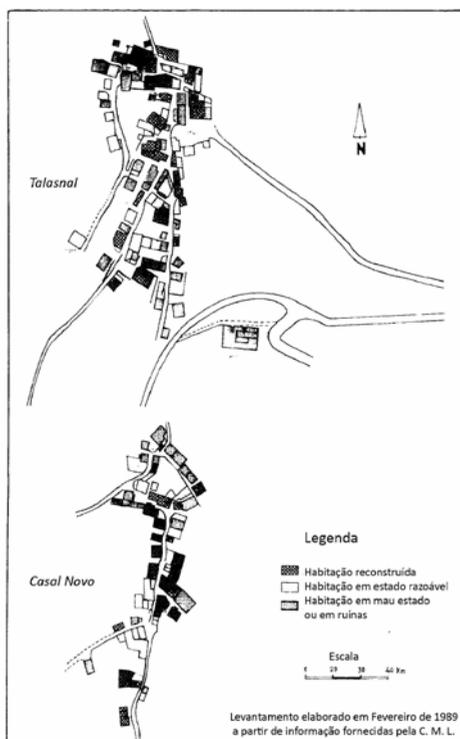


Fig. 2 – As aldeias de Casal Novo e Talasnal.

Porque se trata, no conjunto, de uma população pouco numerosa, tentámos levar a cabo um inquérito que cobrisse todo o universo. Porém, dificuldades de vária índole não o permitiram. Recorremos a várias *fontes* de informação que permitissem conhecer o domicílio principal dos actuais proprietários. Utilizámos os dados fornecidos pela Câmara Municipal da Lousã, as informações que constam quer nas fichas da Repartição do Registo Predial quer da Repartição de Finanças. Em todas verificámos lacunas e alguma desactualização, decorrente, em parte, do largo tempo que por vezes se verifica entre o acto da compra e a escritura.

Os elementos recolhidos junto de actuais utentes daquelas habitações foram importantes bases de trabalho, já que conseguimos, deste modo, conhecer o domicílio de indivíduos. Destes, 37, 71,2% residem em Coimbra enquanto os restantes se

⁶ Já depois de este levantamento ter sido realizado novas habitações foram reconstruídas ou estão a ser sujeitas a obras quer no Talasnal quer no Casal Novo. A época de Verão, propicia a este tipo de trabalhos, e a maior disponibilidade devido ao período de férias devem, em parte, justificar o dinamismo que actualmente se regista.

distribuem por diversos centros urbanos como Lisboa, Setúbal, Aveiro, Vila Nova de Gaia, etc.

Elaborámos um inquérito, que no caso dos não residentes em Coimbra, enviámos pelos Correios. Recebemos 42 respostas, o que significa 79.2% do total⁷, valor que permite tirar algumas conclusões e formular hipóteses em relação ao futuro daquela área. Foram, também, importantes as informações recolhidas junto de antigos habitantes e que hoje vivem na região de Lisboa.

3.2. Caracterização dos Utentes da Residência Secundária

3.2.1. A estrutura etária

A análise da estrutura etária relativa apenas ao proprietário da habitação, permitiu-nos chegar aos seguintes resultados: a idade mínima é de 29 anos enquanto a máxima se situa nos 60 anos. A repartição por grupos etários mostra uma maior incidência no conjunto formado pelos indivíduos cuja idade oscila entre os 30 e os 49 anos (Qd. 2), já que representam 57% do total. Com expressão significativa está o leque etário que abrange os inquiridos com idade entre os 50 e os 59 anos: 10 indivíduos que representam 23,8% da amostra. Menor expressão tem a população com menos de 30 anos, apenas 6 (14,4%) e aquela que ultrapassa a classe dos cinquenta anos: 2 indivíduos (4,8%).

Em relação aos agregados familiares os resultados colhidos (Qd. 3) possibilitam analisar, para os 42 inquéritos, 163 pessoas cuja estrutura etária é a seguinte: a maior percentagem de utilizadores das habitações da Serra situa-se na classe dos 30 aos 39 anos (22,4%) logo seguida dos indivíduos com idade compreendida entre os 20 e 29 anos. Com igual significado (17,9%) está o grupo formado pelos jovens dos 10 aos 19 e dos adultos cuja idade oscila entre os 40 e os 49 anos. Isto é, mais de metade da população (59,7%) abrange uma faixa etária limitada pelos 20 e os 59 anos.

3.2.2. Nível de instrução e estrutura socioprofissional

Como se referiu a população que inicialmente habitava a *Serra* inseria-se numa precária economia agro-pastoril, com um reduzido ou nulo nível de instrução. Pelo contrário, os actuais proprietários das habitações de Casal Novo e Talasnal possuem, quase todos, um curso superior. Nos 42 inquéritos que analisámos (Qd. 4), 33 (78.6%), tem uma licenciatura, enquanto 14.3% (6), referiram possuir o 3.º ciclo. Apenas dois indivíduos declararam ter a escolaridade obrigatória, enquanto 1 é doutorado.

Se a distribuição por grau de instrução revela a presença de uma população completamente diversa daquela que habitava os dois núcleos populacionais, a distribuição por profissões corrobora a ideia de que se trata de um conjunto de pessoas com um nível económico acima da média e cujas relações com a *Serra* se inserem num quadro totalmente diverso daquele onde se inscrevia a população permanente.

⁷ Neste conjunto alguns inquéritos não estão preenchidos completamente de forma correcta o que se traduz, por vezes, nos totais apurados.

Qd. 2 – Estrutura etária dos proprietários das residências secundárias

Grupos etários	Total	%
-30	6	14,4
30-39	12	28,5
40-49	12	28,5
50-59	10	23,8
60 e +	2	4,8
Total	42	100

Fonte: Inquérito (1989).

Qd. 3 – Distribuição da população que compõe os agregados familiares por grupos etários (%).

Grupos etários	0-9	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60 e mais	TOTAL
%	13,4	17,9	19,4	22,4	17,9	7,5	1,5	100

Fonte: Inquérito (1989).

Qd. 4 – Distribuição dos Inquiridos segundo o grau de Instrução.

Grau de Instrução	Total	%
1º ciclo	2	4,8
3º ciclo	6	14,3
Licenciatura	33	78,6
Doutoramento	1	2,3
Total	42	100

Fonte: Inquérito (1989).

Todos os indivíduos pertencem ao sector terciário, onde um quantitativo importante exerce uma profissão liberal: dos resultados obtidos conclui-se que os médicos constituem 31,4% da amostra; os docentes do ensino superior representam 22%, os empregados bancários 9,4%, docentes do ensino secundário têm uma representação ligeiramente inferior: 8,5%. Nos restantes regista-se a presença de 2 advogados, 1 arquitecto, 1 actriz, 1 investigador, 1 psicólogo, 1 técnico de seguros, 1 técnico de saúde e um industrial.

Relativamente à profissão do cônjuge, o total apurado não coincide, por razões diversas, com o número de inquéritos recebidos. De qualquer modo eles mostram, também, a predominância do sector terciário: 7 médicos, 3 docentes do ensino superior, 4 do ensino secundário, 4 funcionários públicos, um investigador e 1 secretária. Dois casos referem, que embora tenham um curso superior, não exercem qualquer profissão.

Com esta estrutura profissional não é difícil supor que se trata de uma população que constitui um estrato social acima da média, o que não deixará de se reflectir na evolução futura dos núcleos de Casal Novo e Talasnal e no impacto que, a nível do território, esta não deixará de provocar.

3.2.3. A naturalidade

Parece-nos oportuno conhecer a naturalidade dos utentes da segunda residência. Através desta informação poderia ser possível encontrar alguma ligação com a Serra,

ajudando, assim, a explicar o seu interesse por este espaço. Porém, a análise dos resultados mostrou-nos que a maioria dos inquiridos é natural de variados pontos do país não se podendo, por isso, procurar, aqui, razões que expliquem tal facto.

Como se observa na Fig. 3, há uma grande disparidade relativamente ao local onde nasceram. Também a naturalidade do cônjuge (Fig. 4) mostra uma grande dispersão espacial, o que obriga a procurar outras razões que expliquem a aquisição de uma residência na Serra da Lousã. Apenas em 1 caso é provável que existam ligações afectivas à Serra. Um dos inquiridos referiu ser natural de Pampilhosa da Serra tal como o cônjuge e, como nos afirmou, trata-se de uma área que se situa em termos paisagísticos, culturais e económicos muito próxima daquela onde nasceu. A análise da naturalidade dos pais não permitiu avançar no sentido de encontrar hipóteses que expliquem o recente interesse por esta área do concelho da Lousã. Centros como por exemplo, Guarda, Coimbra, Tavira, Beja, Nazaré ou Alijó mostram bem como é diversa. O único caso em que pode haver alguma ligação coincide com os naturais de Pampilhosa da Serra de onde também são oriundos os progenitores. É necessário, pois, procurar outras explicações que permitam conhecer melhor este fenómeno.

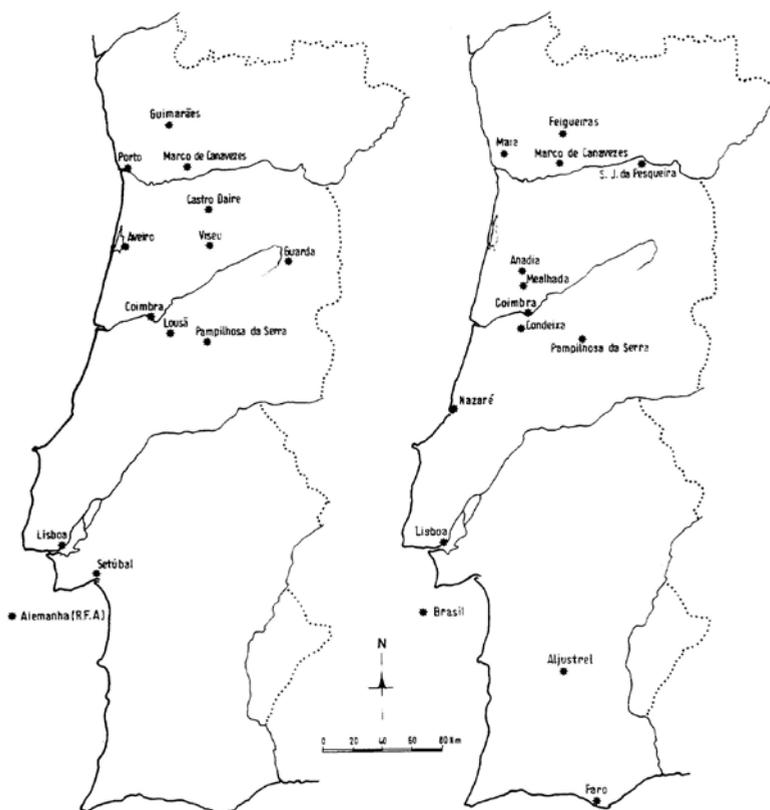


Fig. 3 – Naturalidade do Inquirido.

Fig.4 – Naturalidade do cônjuge.

Fonte: Inquérito (1989).

3.2.4. Localização da residência principal

A localização da residência principal não revela uma difusão espacial tão acentuada como a que se registou em relação à naturalidade. A leitura da Fig. 5 permite concluir que Coimbra constitui o principal centro urbano onde reside grande parte dos inquiridos. No total de inquiridos onde foi possível conhecer o domicílio principal do inquirido (42), verificámos que 29 (69,0%) residem naquela cidade, enquanto em Lisboa, Cascais e Lousã habitam respectivamente 4, 2 e 2 indivíduos. Para Aveiro, Leiria, Setúbal, Vila Nova de Gaia e Viseu registaram apenas 1⁸, trata-se, por isso, de uma população em que grande parte reside em Coimbra. Por outro lado, se relacionarmos a profissão com o local de residência, conclui-se que todos os médicos e todos os docentes do ensino superior que adquiriram uma habitação na Serra habitam naquela cidade.

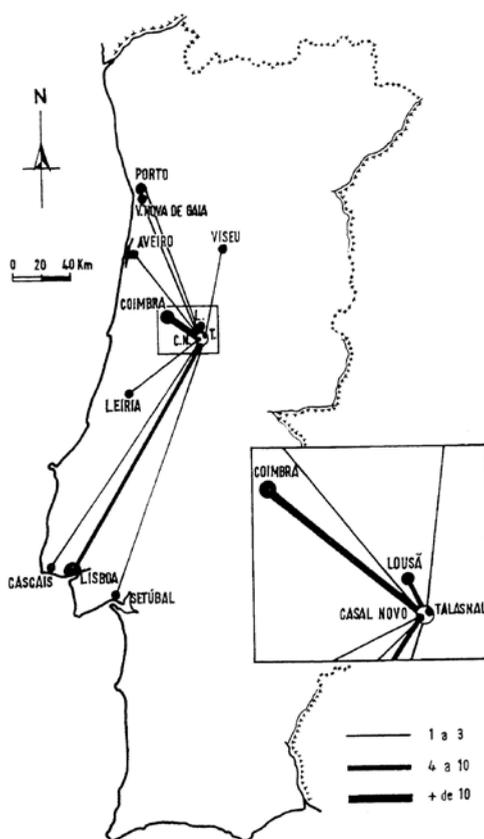


Fig. 5 – Localização da Residência Principal do Inquirido.

Fonte: Inquérito (1989).

⁸ Note-se que alguns proprietários se encontram temporariamente na Madeira (2), África do Sul (1) e em Inglaterra (1). Por desconhecermos o seu domicílio não lhes foi enviado o inquérito.

4. A residência secundária

4.1. Caracterização

Inicialmente vocacionadas para habitação da população serrana, as habitações ainda não recuperadas testemunham a humilde situação económica em que vivia a população. Todas são construídas em xisto (Fotografias 2 e 3), havendo casos em que não existe qualquer material a ligar a pedra. A estrutura da casa é, de um modo geral, constituída por duas lojas térreas e no andar superior uma divisão ampla ou dividida por finas tábuas que separavam o quarto de dormir da cozinha. Esta, escura, com lareira e bancos compridos em redor, apresentava por cima o *caniço* espécie de tecto falso formado por ripas de madeira dispostas de forma a deixarem um pequeno intervalo entre si. Por aqui, entrava o ar quente da lareira que assim acelerava o processo de secagem da castanha. O acesso ao andar superior podia ser feito exteriormente por uma escada, que em alguns casos se prolongava por um alpendre, ou também por uma escada interior, rudimentar, que abria no *sobrado*.

Para quem visite as aldeias do Talasnal e do Casal Novo, verifica que muitas habitações evidenciam obras de recuperação. Deve, no entanto, referir-se que exceptuando dois ou três casos no Casal Novo, os novos residentes tiveram a preocupação de manter a tipologia externa.

Adquiridas depois de 1974, o ritmo de aquisição variou ao longo dos anos. O maior número de compras situou-se no ano de 1978 (19%)⁹, 1982 e 1985, surgem em 20 lugar com igual percentagem: 14,3%. Se analisarmos o número de aquisições por períodos de tempo (Fig. 6), verifica-se que foi entre 1980 e 1984 que um maior número de indivíduos comprou casa na Serra da Lousã, 42,7%; ligeiramente inferior é o valor relativo ao período decorrido entre 1975 e 1979: 33,2%, para a partir de 1980 o número de aquisições baixar para 23,9%.

Quanto ao valor porque foram adquiridas as residências, não nos foi possível determinar, como se pretendia, o preço do m². Embora se tenha perguntado a área da habitação, poucos foram os que responderam de modo objectivo, impedindo, por isso, a utilização do escasso número de respostas correctas. Além disso, o preço varia muito consoante a casa está em ruínas ou apresenta algumas condições de habitabilidade, o que impede que se padronize um valor. No entanto, algumas informações permitem verificar que o preço das habitações aumentou de forma espectacular devido à procura que se gerou¹⁰. Segundo nos afirmaram, fizeram-se no início, aquisições por 5 mil escudos, embora o valor mais baixo referido pelos poucos inquiridos que nos responderam foi de 10 mil escudos, no ano de 1978. Outros referem 85, 130 e 200 mil escudos. O preço actual de venda de uma das habitações situadas no Talasnal é de 700 mil escudos.

⁹ Note-se que em relação a esta questão apenas 21 inquiridos referiram de forma objectiva o ano de aquisição, portanto os valores apurados dizem respeito a este total.

¹⁰ No Talasnal temos conhecimento da existência de apenas duas casas para venda, embora em diferente estado de conservação.

Acrescente-se, no entanto, que as obras de recuperação ultrapassam, em alguns casos os mil contos, o que pode indiciar as modificações que são introduzidas. É, aliás, nas dificuldades relativas às obras que alguns inquiridos justificam a lentidão ou mesmo o facto de ainda as não terem realizado. É necessário transportar todos os materiais, em geral a telha e o cimento da Lousã e as madeiras de Coimbra, e a dificuldade de acesso aos lugares da Serra onera de forma muito gravosa o transporte.

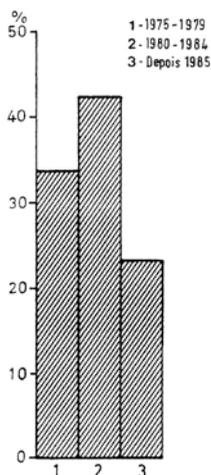


Fig. 6 – Ano de aquisição das habitações da Serra.

Os materiais utilizados correspondem quase sempre aos iniciais, embora se registem algumas modificações relacionadas com a nova função destas habitações. Dos resultados que obtivemos, pode concluir-se que existe a preocupação de não adulterar a tipologia inicial, e como afirma um dos inquiridos, “colaborar para que este património nacional não se degrade ainda mais e venha a perder-se”.

As modificações mais significativas registam-se no interior das habitações. A antiga cozinha alarga-se e transforma-se no principal espaço de convívio. Mantém-se a lareira mas com as transformações decorrentes da sua nova função. No conjunto da amostra e nas casas que estão praticamente reconstruídas (38), todas mantiveram a lareira no local primitivo, embora tenha sido modificada (Fotografias 4, 5 e 6).

A instalação de casa de banho é em geral a primeira preocupação, já que nenhuma possuía instalações sanitárias.

O número de quartos é, quase sempre, superior ao inicial, já que a área da habitação foi consideravelmente aumentada devido ao aproveitamento das *lojas*. Interiormente dominam os materiais utilizados no passado, ainda que usados de forma diferente.

Assim, continuam a aplicar-se as tábuas corridas, embora no caso de separação de divisões, apenas estejam a revestir o tijolo que agora se utiliza. O mesmo sucede com outras paredes, isto é, estas apenas são *fornadas* com xisto, já que a estrutura é construída com os actuais materiais de construção. Nas habitações onde existia um alpendre verifica-se que este sofre importantes obras de recuperação. Em geral alarga-se, é quase sempre forrado a madeira, e transforma-se, para o residente secundário, num importante espaço de convívio (Fotografias 7 e 8).

A decoração destas *novas* casas reflecte o estrato social de quem as utiliza. Embora se privilegie o artesanato, há em quase todas as habitações a preocupação de conforto, em alguns casos quase exagerado, e que nada tem a ver com a antiga habitação.

Quanto ao equipamento em electrodomésticos apenas foi possível colher informação em 18 inquiridos. Destes, três possuem máquina de lavar roupa, apenas uma utiliza máquina de lavar louça, enquanto o frigorífico é referido por doze indivíduos e a televisão por nove.

4.2. Frequência de utilização e função da residência secundária

A frequência de utilização é bastante irregular ao longo do ano e a distância ao domicílio principal é um importante regulador do tempo de utilização. Por isso são os residentes na Lousã e Coimbra que com maior assiduidade se deslocam à Serra. Por outro lado, deve sublinhar-se, que 11 inquiridos referiram ser utilizadores de outra residência de lazer¹¹, o que não deixa de se repercutir no tempo de utilização das habitações desta área. De qualquer modo, os resultados obtidos traçam uma imagem do tempo que esta «nova» população aqui permanece. Variando entre 5 e 100 dias durante o ano a média situa-se em 42,2 dias, que incidem em fins-de-semana distribuídos, preferencialmente, ao longo do Outono, do Inverno e da Primavera. Apenas 6 indivíduos se deslocam em qualquer época do ano. De salientar que as duas razões apontadas, com maior frequência, para a não utilização durante o Verão foram em primeiro lugar o receio dos incêndios, e em segundo porque este período coincide com a época balnear.

A função deste tipo de residência relaciona-se, bastante, com as razões que levaram esta população a adquiri-la, e não se registam disparidades relevantes em relação ao motivo que levaram os actuais proprietários a utilizarem aquele território durante os tempos de lazer. Assim, a tranquilidade (41,1%), a paisagem (11,0%) e a ruralidade (9,3%) são referências em muitas das respostas obtidas. Também a fuga ao quotidiano urbano, a ausência de poluição, o contacto com a natureza e o silêncio levaram esta população a adquirir e a utilizar uma habitação neste espaço marcadamente rural.

A ocupação dos tempos livres apresenta alguma semelhança no universo analisado. Todos os inquiridos referem que a participação nos trabalhos de recuperação da casa ocupa uma parte importante dos tempos de lazer. Esta é, aliás, uma tarefa particularmente referida, já que 64,1% afirma ter uma participação activa nas obras de recuperação e restauro. Quando a antiga habitação dispunha de quintal este é transformado num pequeno jardim, não surpreendendo, por isso, que 29,2% dos inquiridos refira a jardinagem como actividade dos tempos livres.

A leitura colhe um importante número de respostas já que 34,3% a refere como principal ocupação durante a sua permanência na Serra. É importante salientar, que naquele quantitativo, 9 indivíduos pertencem ao grupo formado por docentes do

¹¹ Nos 11 inquiridos que utilizam outra residência, 6 referiram que esta se situa no litoral algarvio e é habitada principalmente no Verão. Dos outros, 3, possuem casa em praias situadas entre a Nazaré e a Foz (Porto), enquanto 2 são proprietários de casas situadas em meio rural que pertenceram aos seus progenitores.

ensino superior e médicos, indiciando, por isso, uma estreita relação entre a estrutura socioprofissional e os hábitos de lazer. Também os “passeios pela Serra” são referidos com alguma frequência, tal como sucede com a pesca.

As actividades desportivas estão ausentes pois a não existência de estruturas impede que se pratiquem. Esta é, de resto, uma lacuna referenciada por alguns inquiridos, e que deve merecer a atenção das entidades responsáveis.

5. O impacto no território

Da evolução que tem acompanhado o fenómeno da residência secundária decorrem situações diversas, muitas das quais têm gerado e acelerado a degradação do território. O crescimento anárquico operado em algumas áreas, no litoral, provocou autênticas calamidades, ao nível ambiental e paisagístico e que muito dificilmente serão superadas de uma forma equilibrada.

Menos gravosa tem sido a evolução da segunda residência em meios rurais. Trata-se, em geral, de áreas com menor densidade de ocupação onde a especulação imobiliária está longe de adquirir os valores registados, nomeadamente no litoral. Há, contudo, exemplos que devem merecer alguma reflexão pois nem sempre a tipologia das habitações se enquadra na área onde se situam e, por isso, que têm ao nível do território um impacto negativo.

No caso em estudo o impacto da segunda residência revela situações diversas que decorrem, no essencial, da particularidade que o fenómeno assume nesta área.

Parece-nos, por isso, importante salientar que tem existido por parte dos actuais utilizadores uma preocupação em preservar todo o património paisagístico e cultural onde se inserem os núcleos de Casal Novo e Talasnal. E este é, em nosso entender, um dos factos mais positivos que acompanha o fenómeno da segunda residência na Serra da Lousã. Existem, porém, outras consequências que podem vir a beneficiar a economia local.

O apelo à mão-de-obra residente na área pode beneficiar a população que aqui reside habitualmente¹². Além disso, trata-se de mão-de-obra que em alguns casos requer qualificação devido ao tipo de restauros que por vezes são realizados. Também a aquisição de materiais de construção, quer na Lousã quer em Miranda do Corvo constitui um benefício para a região. Há, no entanto, situações que não promovem o desenvolvimento local. Segundo o inquérito realizado a aquisição de bens é praticamente toda realizada no local da residência principal. Apenas um inquirido referiu adquirir na Lousã tudo o que é possível já que é “uma forma de beneficiar o comércio local”. Deve acrescentar-se que o principal motivo por que alguns produtos não são comprados na sede concelhia está relacionado com o facto de a maior parte dos utentes das habitações da Serra deslocarem-se ao fim-de-semana e por isso o comércio está encerrado. Estas situações provocam junto das entidades responsáveis alguma indecisão em dotar as aldeias do Casal Novo e do Talasnal de infra-estruturas já que as contrapartidas são, neste

¹² Entenda-se que nos referimos à população que reside no concelho já que, como se salientou estes núcleos não têm população permanente que possa exercer qualquer tipo de actividade ligada à construção civil.

momento, muito reduzidas. De qualquer modo julgamos que devem ser melhoradas as vias de acesso, os caminhos dentro das povoações e a instalação de telefone pois trata-se de condições mínimas sem as quais não é possível prosseguir.

6. Conclusão

Com este estudo pretendeu-se mostrar como o fenómeno da segunda residência em meio rural, pode contribuir, por um lado, para a preservação do património e por outro pode também dar um contributo importante no desenvolvimento da economia local.

Situados em plena Serra da Lousã, os núcleos de Casal Novo e Talasnal, fazem parte de um conjunto mais vasto de povoações que hoje apenas constituem um testemunho residual de uma economia e de um modo de vida desaparecidos. Completamente despovoados a partir do final dos anos (19)70, sofrem um processo de reocupação, ainda que temporário, por uma população que procura, no contacto com a natureza, a fuga ao quotidiano urbano. Trata-se de dois casos que podem constituir exemplos de como é possível reutilizar o espaço rural salvaguardando o meio e o património cultural. É, no entanto, necessário dotar esta área de algumas infra-estruturas que permitam o desenvolvimento, enquadrado, do espaço turístico que constitui a Serra da Lousã. Por isso julgamos, que entre outras medidas, já referidas, a criação do Parque Natural deve ser concretizada urgentemente, já que pode incentivar por um lado o desenvolvimento e por outro, proteger o espaço cultural onde se inserem as aldeias da Serra.

Bibliografia

- Angelis, M. E. 1975, 'Esemple di case Seconde in Umbria', *I Paesaggi Rurali Europe*, Actas, Perugia, pp. 471-481.
- Barbier, B. 1965, 'Méthodes d'Etude des Residences Secondaires. L'exemple de Basses- Alpes', in *Mediterranéé*, 2, pp. 89-111.
- Beteille, R. 1970, 'Residences secondaires en milieu rural: L'exemple du bassin rouergat du Viaur', in *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, tomo 41, fasc. 2., pp. 159-176.
- Cavaco, C. 1969, 'Geografia e turismo no Algarve; aspectos contemporâneos', in *Finisterra*, vol. IV, 8.
- Cavaco, C. 1974, 'Monte Gordo: aglomerado piscatório e de Veraneio', in *Finisterra*, vol. 9-18.
- Cavaco, C. 1980, 'O Turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais', in *Estudos Italianos em Portugal*, pp. 40-42.
- Cavaco, C. 1982, 'A costa do Estoril como emissora de turismo», *Economia*, vol.VII, 3.
- Christians, C.1979, 'Les residences secondaires au Grand-Duché de Luxembourg', in *Bulletin de la Societé Géographique de Liège*, 15, pp. 109-129.
- Clout, H. D. 1971, 'Second homes in Auvergne' in *The Geographical Review*, vol. LXI, 4, pp. 530-553.
- Clout, H. D. 1976, *Geografia Rural*, Oikos-Tau, Barcelona.
- Cravidão, F. D. 1989, 'A Residência Secundária da Burguesia de Coimbra - Projecto de Investigação', in *Cadernos de Geografia*, 8, pp. 133-163.

- Cribier, F. 1971, 'La géographie et la Récréation en Amérique Anglo-Saxone', in *Annales de Géographie*, 442, pp. 644-655.
- Cribier, F. 1973, 'Les residences Secondaires des citadins dans les campagnes françaises', in *Etudes Rurales*, 49-50, pp. 181-204.
- Fernandes, J. A. R. 1985, *A Foz. Contributo para o estudo do espaço urbano do Porto*. FLUP, Porto.
- Flament, E. 1975, 'Quelques remarques sur l'espace touristique', in *Norois*, 88, pp. 610-637.
- Frémont, A. 1973, 'La Normandie des Parisiens, de l'image au paysage, d'après l'étude de petites annonces de residence secondaire', in *Cahiers du Département de Géog. de Caen*, Seminário de Bénouville, pp. 127-136.
- Frémont, A. 1976, *La Région, Espace vécu*, PUF, Paris.
- Gaviria, M. 1969, 'La ideologia clorofila' in *Ciência Urbana*, 4, Madrid.
- Godinho, V. M. 1963, 'O Milho maiz-origem e difusão' in *Revista de Economia*, vol.V, Lisboa.
- Gojceta, D. 1978, 'Les residences secondaires dans les bassins de l'Aisne et de la Lienne (Ardenne e Famenne du nord-est). Enquête Géographique', in *Bulletin de Ia Société Géographique de Liège*, 14, pp. 97-116.
- Jung, J. 1972, *La ordenacion del espacio rural*, Madrid.
- Lemos, A. 1988, *A Lousã e o seu Concelho*, B.M.L./ Câmara Municipal da Lousã. Lousã.
- Mendes, I. P. & Amaral, B. 1984, *Código do Registo Predial*, Coimbra.
- Mendes, M. C. 1980, *As Estâncias Termas Portuguesas*. Projecto de Investigação. C.E.G., Lisboa.
- Michaud, J.-L. 1983, *Le Tourisme face à l'environnement*, PUF, Paris.
- Michaud, J.-L. 1984, 'L'aménagement touristique et ses rapports avec l'environnement', in *Bulletin Assoc. Géogr. Franç.*, 501, pp. 111-116.
- Monteiro, P. 1985, *Terra que já foi Terra*, Ed. Salamandra, Lisboa.
- Montero, M. J. M. 1982, *La Segunda Residencia en la provincia de Valencia*, Valencia.
- Ortega, J. 1975, *Residencias secundarias y espacio de ocio en Espanha*, Valladolid.
- Pellegrini, G. 1967, 'La geografia del tempo libero', in *Annali di Ricerche e Studi di Geografia*, 2, pp. 33-42.
- Recenseamento da População*, 1981, I.N.E., Lisboa.
- Ribeiro, O. 1979, *Dicionário de História de Portugal*, Dir. Joel Serrão.
- Rubio, M. V. 1985, 'La consommation d'espace par le tourisme sur le littoral andalou: les centres d'intérêt touristique national', in *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, tomo 56, 2, pp. 289-312.
- Serramea, J. 1980, 'Les Residences Secondaires dans les Départements Français (1962-1975)', in *L'information Géographique*, 44, pp. 39-41.
- Valenzuela, M. 1976, 'La residencia en la provincia de Madrid. Génesis y estructura espacial', in *Ciudad y Territorio*, 2-3, pp. 135-152.
- Viana, J. I. 1967, *Uma Digressão à Lousã em 1846*, Tipografia Lousãense. Lousã.
- Vila, J. 1962, 'El valor económico del turismo en Espanha', in *Estudios Geográficos*, 87, pp. 293-298.



Fotografia 1 (1988)



Fotografia 2 (1988)



Fotografia 3 (1988)



Fotografia 4 (1988)



Fotografia 5 (1988)



Fotografia 6 (1988)



Fotografia 7 (1988)



Fotografia 8 (1988)

António Gama

*Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra*

Norberto Pinto dos Santos

*Centros de Estudos Geográficos
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*

TEMPO LIVRE, LAZER E TERCIÁRIO*

Resumo

A terciarização moderna vai a par com o aumento do tempo livre e com a formação do mito da sociedade dos ócios.

Na sociedade contemporânea a separação na forma como é usado o tempo pelos seus elementos traduz a estrutura de divisão social do trabalho, a qual manifesta correspondências marcantes nos usos do tempo. A predominância deste ou daquele tipo de uso, a maneira como o tempo é aproveitado, está muitas vezes, em relação com a condição social dos indivíduos. Estas diferenciações enraízam-se em modificações sociais que tomaram lugar sobretudo no século passado, como sejam a redução dos horários de trabalho, o direito às férias...

Actualmente, no processo de terciarização das sociedades urbano/industriais assumem lugar importante uma panóplia de actividades de serviços e de comércio cuja relação com as práticas do tempo livre e do lazer são manifestas.

A redução e a delimitação do tempo de trabalho têm como corolário a formação de um tempo livre. Este engloba um tempo de lazer que pode reflectir a importância das formas actuais de massificação do ócio. Daí que se possa compreender o grande interesse, por parte dos grandes grupos económicos, pela produção dos ócios e, por consequência, em se apossarem dos espaços que permaneciam menos aproveitados: a alta montanha, o mar, a praia. A variedade de espaços é imensa e apesar de serem espaços de divertimento, descanso e desenvolvimento, são, também, espaços de consumo virados para o ócio, criando, por isso, e para além das pretensões de sociabilização, uma vincada segregação social.

No entanto, as práticas do tempo livre e do lazer são marcadas, para além das ambiguidades referidas por dualidades diversas. Estas dualidades evidenciam, tanto no modo de produção como na temporalidade, a fronteira ténue entre lazer e trabalho e

*Adaptado do texto com o mesmo título, resultante de uma comunicação apresentada nas IIas Jornadas de Geografia (Coimbra, 24 de Janeiro de 1991). Instituto de Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. Primeira edição no nº 10 dos *Cadernos de Geografia*, 1991.

tempo livre e trabalho. O desenvolvimento destas práticas conduziu à diferenciação espacial, cuja maior acentuação se manifesta nas áreas urbanas.

A ilustração destes problemas será feita com base em dois exemplos: em primeiro lugar a propósito da distribuição regional de práticas culturais e desportivas em Portugal; em segundo, através das actividades relacionadas com os ócios e a sua distribuição espacial em Coimbra. No primeiro exemplo, numa análise que tem como unidade de referência o distrito, dá-se importância à distribuição das casas de espectáculos e aos seus utilizadores. Nas práticas desportivas, através da contabilização de indivíduos que têm uma actividade desportiva federada ou profissional, faz-se a ilustração das diferenças de quantitativos existentes a nível distrital. Tanto as práticas culturais como as desportivas oferecem uma leitura que indicia desigualdades entre o litoral e o interior, frequentemente referidas no âmbito do crescimento económico, mas que se reflectem no acesso à cultura, ao recreio e ao desporto.

No segundo exemplo, valorizam-se as distribuições das actividades ligadas ao lazer e ao tempo livre, tendo como estrutura de referência a rede viária da cidade de Coimbra. Salienta-se, pontualmente, a utilização dos espaços de ócio (ao ar livre e em espaços fechados) tais como áreas verdes e estruturas desportivas e, também, os espaços de sociabilização e os de valorização cultural. Como o ócio é, frequentemente, sinónimo de aumento de consumo, faz-se também a representação de alguns comércios que contribuem ou são utilizados para a prossecução de práticas de ócio.

Resumé

La tertiarisation moderne va de pair avec l'augmentation du temps libre et de la formation du mythe de la société des loisirs.

Dans la société moderne, la division du temps selon l'usage qui en est fait traduit une structure de division social du travail à laquelle correspondent des traits marquants de l'utilisation de l'espace. La prédominance de l'un ou l'autre type d'utilisation et la manière dont le temps est mis à profit sont souvent en relation avec la condition sociale des individus. Ces différenciations ont leur origine dans des changements sociaux intervenus surtout au siècle passé, comme la réduction des horaires de travail, le droit aux vacances...

Actuellement, au sein du processus de tertiarisation des sociétés urbaine/industrielles, une place importante est occupée par une panoplie d'activités de commerce et de services qui entretiennent des rapports manifestes avec celles du temps libre et des loisirs.

La réduction du temps de travail a comme corollaire la formation d'un temps libre qui englobe un temps de loisir susceptible de connaître lui-aussi certaines des formes actuelles de massification. Ainsi peut-on comprendre l'intérêt que témoignent de grands groupes économiques à la production d'instruments de loisirs et, par conséquent, à l'appropriation d'espaces encore plus exploités: haute montagne, mer, plage. Leur variété est immense et bien qu'il s'agisse d'espaces de délassement, d'amusement et de développement, ils sont également espaces de consommation orientés vers les loisirs, créant de ce fait, au-delà de toute invitation à sociabiliser, une forte ségrégation.

Par ailleurs, les activités du temps libre et loisirs sont marquées, outre les ambiguïtés signalées par deux équivoques. Celles-ci mettent en évidence, tant sur le plan de la production que sur le plan de la temporalité, que la frontière est ténue entre loisir et travail et entre temps libre et travail. Le développement de ces pratiques a conduit à une différenciation et à une spécialisation de l'espace, dont les traits les plus accentués se retrouvent dans les sites urbains.

Ces problèmes seront illustrés à partir de deux exemples: d'abord, à propos de la distribution régionale des pratiques culturelles et sportives au Portugal; en second lieu, à travers les activités de loisir et leur distribution spatiale à Coimbra. Dans le premier exemple, une analyse, qui a pour unité administrative de référence le district, s'intéressera à la distribution des salles de spectacle et à leur fréquentation. En ce qui concerne la pratique des sports, la comptabilité au niveau du district des individus membres de fédérations, à titre amateur ou professionnel, permettra d'établir des différences quantitatives significatives. Les pratiques culturelles et sportives permettent une lecture révélatrice d'inégalités entre le littoral et l'intérieur, souvent remarquées dans le cadre de la croissance économique et qui se répercutent sur l'accès à la culture, aux sports et aux loisirs.

Dans le second exemple, on mettra en valeur le lien qui existe entre la distribution des activités récréatives et le réseau des voies de communication de Coimbra. On soulignera au passage l'utilisation des espaces de loisirs (en plein air et dans les espaces fermés) tels qu'espaces verts, installations sportives ainsi que lieux de rencontre sociale et de valorisation culturelle. Puisque les loisirs sont fréquemment synonymes d'augmentation de la consommation, nous parlerons aussi de certains commerces qui contribuent ou servent à la pratique d'activités de loisirs.

Abstract

Modern tertiarization goes hand in hand with increased spare time and the myth of the leisure society.

In contemporary society, the way time is divided up according to how it is occupied translates into the structure of the social division of labour, which bears a strong relationship to the uses of space. The predominance of this or that kind of use, or the way in which time is occupied is usually related to the social condition of the individual. These differentiations have their origins in social changes which took place largely in the last century, like the reduction in working hours, the right to holidays...

At the present time, in the process of tertiarization of urban/industrial societies, the panoply of service and commercial activities assumes an important position and their relationship with leisure pursuits is obvious.

The reduction and restriction of working hours has as its corollary the creation of free time. This encompasses leisure time which may reflect the importance of current ways of mass enjoyment of leisure. Thence it may be possible to understand why major economic groups are so interested in the production of leisure time and, as a result, gaining possession of spaces which have been underused: the mountains, the sea, beaches. There is an immense variety of spaces and, although they might be for entertainment, relaxing and development, they are also spaces geared to the

consumerism of leisure, thus creating, beyond any pretensions to sociabilization, a layer of social segregation.

Leisure pursuits are notable, apart from the ambiguities already mentioned, for duality in two senses. This duality is evidenced as much by the manner of production as by its temporality, the fine line separating leisure and work and spare time and work. The development of this practice has led to differentiation and spatial specialization, whose main effects are seen in urban areas.

These problems will be illustrated, using two examples: first, by reason of the regional distribution of cultural and sporting activities in Portugal; second, through leisure-related activities and their spatial distribution in Coimbra. In the first instance, in an analysis that has the district as its administrative reference, interest will focus mainly on the distribution of theatres and cinemas and their uses. When it comes to sport, by accounting for people who practise an organized sport, maybe professionally, we can show the numerical difference at the district level. Cultural interests as well as sporting activities provide evidence of inequalities between the coastal and the interior, often with reference to economic growth, but virtually always reflecting accessibility of culture, recreation and sport.

In the second example, distribution of activities liked to leisure and spare time will be valorised, using the city of Coimbra's road network as structural reference. The utilisation of leisure spaces will be carefully indicated (outdoor and indoor), such as green areas, sports facilities and, in addition, social gathering places and places of cultural interest. Since leisure is often synonymous with increased consumption, we shall also note various businesses that contribute to, or are used in, the pursuit of leisure.

1. A sociedade contemporânea: o tempo livre e o terciário do lazer

Hoje, o lazer faz parte da vida quotidiana de toda a gente. Por toda a parte, nos comboios, nos barcos, nos aviões, nos jornais, sobre as ondas, no cinema, na rádio, na televisão, somos solicitados constantemente à evasão da monotonia da vida quotidiana. São múltiplas as sugestões, desde o mais comum dos objectos a longínquos ambientes exóticos. Nas paredes das nossas cidades, enormes cartazes coloridos incitam-nos a todos os tipos de consumo, a todos os tipos de paraísos de férias.

Este desafio ao consumo é uma das características das sociedades modernas e, por isso, fortemente imbricada com o crescimento das actividades do terciário, um dos componentes da terciarização das sociedades da nossa contemporaneidade, em conjunto com a especialização e a sofisticação das actividades do comércio. Se outros terciários emergem como tipificadores dos processos de produção e de gestão, é do domínio das actividades relacionadas com a oferta de bens que, com maior evidência, se expressa a dimensão de espectáculo e de consumo de massas das sociedades pós-industriais. A necessidade cede lugar ao prazer, a posse duradoura à posse efémera. As dimensões simbólicas são transfiguradas pelos modos de consumir. A metamorfose das práticas sociais envolve, cada vez mais, os lugares e as temporalidades.

A terciarização da sociedade moderna tem sido acompanhada pela modificação de sentido das concepções de trabalho, tempo livre e lazer e, em consequência, das suas fronteiras respectivas. À oposição lazer/trabalho, que foi consoante as épocas e os

lugares, de uma valoração positivo/negativo, sucede, nas sociedades pós-industriais, uma modificação crescente do sentido dos termos, não mais redutíveis às dicotomias anteriores. O tempo livre não significa necessariamente ócio ou lazer, assim como trabalho pode ser, em muitos casos, sobreponível ou mesmo confundido com estados ou práticas de lazer. Na origem destas mudanças estão a alteração dos modos de trabalho e a redução dos horários de trabalho que os acompanham.

Nas últimas décadas a redução de horário de trabalho criou uma das utopias modernas mais curiosas. A realização pessoal, a libertação do trabalho alienado, a igualdade, seriam realizadas através do lazer. A sociedade dos ócios confundia-se com a sociedade do tempo livre. Os sinais contraditórios, a par e passo revelados pelas investigações, esmoreceram as euforias da utopia da sociedade dos ócios, mas, em simultâneo, vieram a revelar aspectos que aprofundaram o conhecimento do nosso tempo e foram estímulo a interpretações inovadoras. A sociedade contemporânea dá cada vez mais atenção ao tempo fora do trabalho, particularmente ao uso desse tempo e aos tipos de relação com os objectos do quotidiano. Por conseguinte, a diferença e a especialização espacial no mundo contemporâneo apresentam simultaneamente uma crescente compartimentação e libertação do tempo. Uma libertação do tempo que é ao mesmo tempo uma subjugação ao tempo.

Tudo isto está marcado por uma grande ironia. Porque falamos de libertação de tempo e de espaço quando são cada vez mais raros? “A proposição básica afirma que menor carência de bens acarreta maior carência de tempo” (Parker, 1976: 41). No entanto, como “as pessoas ainda precisam de tempo para manter os próprios organismos, dormir, comer e escovar os dentes, quanto mais artigos e aparelhos tiverem, mais tempo terão que gastar para os adquirir e para os manter” (Parker, 1976: 41).

A sociedade industrial converteu-se numa sociedade do tempo, pelas cadências cada vez mais rápidas dos ritmos do trabalho, das capacidades da produção e das potencialidades sempre crescentes de anular o espaço pelo tempo. Os modos de fazer e de transportar sempre trouxeram consigo a precisão do relógio, gerando uma transformação radical das crono-espacialidades da vida quotidiana. Os lugares perderam o sentido clássico de *locus* totalizador da vida quotidiana para se tornarem referentes espartilhados entre o enraizamento e o cosmopolitismo. Cada vez se produz mais para toda a parte e cada vez se consome mais o que é produzido em todo o mundo. Ao mesmo tempo, um mundo que se julga detentor de uma abundância nunca antes vista, aumenta a escassez de tudo, desde os recursos antes livres até ao espaço e ao tempo.

As mudanças das sociedades modernas foram objecto de atenção de estudiosos de formação diversa que procuram dar conta das transformações em curso e apontar tendências futuras.

Nos anos cinquenta e sessenta, a atenção centrou-se principalmente em temas como o desenvolvimento, a modernização e o bem-estar. A este conjunto de temas sucedeu-se a preocupação em caracterizar essa nova sociedade emergente. À civilização do trabalho opunha-se a civilização dos ócios, à sociedade industrial sucedia-se a sociedade pós-industrial, a uma sociedade fundada na produção, uma sociedade de consumo.

A procura de actividades de lazer em lugar de se fazer segundo as variantes tradicionais, ajusta-se cada vez mais com as características da sociedade de consumo. Em consequência, quando estudamos as actividades de lazer e do tempo livre deparamos com a sua imbricação com o consumo de massas e, por conseguinte, com a terciarização

das sociedades modernas. Para corolário, o tempo livre apresenta-se-nos como uma das características básicas da sociedade de consumo, na qual as actividades associadas com os lazeres constituem uma fracção significativa das actividades do sector terciário, muito contribuindo para o seu aumento em diversidade e quantidade.

A sociedade emergente apresentava-se, pois, como uma sociedade onde se evidenciavam como elementos caracterizadores o consumo, os lazeres e o tempo livre.

Desde os anos cinquenta, vários autores se debruçam sobre estes temas. Uns, como Jean Fourastié, procuraram delinear as tendências futuras, assinalando a importância crescente do terciário (Fig. 1) e da esfera do consumo nas economias associada com o aumento do tempo de não trabalho como característica das sociedades modernas (Fourastié, 1948: 1972). Outros, como Galbraith, apontavam a importância da sociedade do *welfare-state* como uma sociedade da abundância, em que a igualdade perante o consumo seria regra de medição social (Galbraith, 1976). Outros ainda, como Joffre Dumazedier caracterizavam a sociedade que se avizinha como uma civilização dos ócios, onde estes passariam a ter um lugar central nas relações sociais cada vez mais autónomos do trabalho. Seria um *novo lazer que nascia* a fundar uma nova sociedade (Dumazedier, 1962).

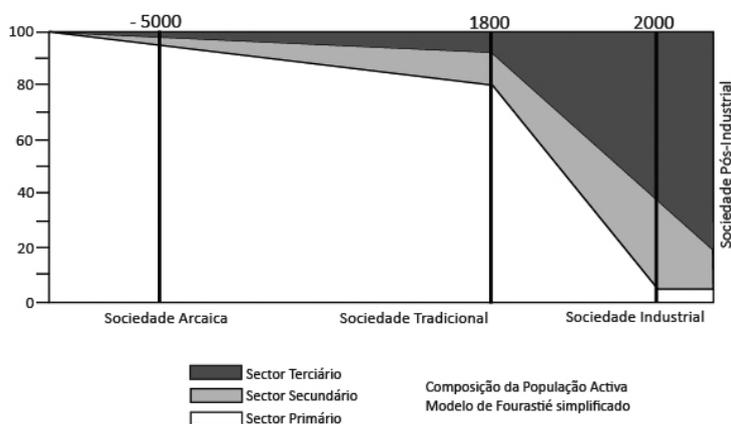


Fig. 1 - Evolução dos sectores de económica.

Fonte: Claval, *Geografia do Homem*, Almedina, 1987.

Nos finais da década de 1960 e inícios de 1970 duas obras marcaram o sentido da reflexão no mundo francófono. A. Touraine, na sua obra *La société post-industrielle*, interroga-se sobre o nascimento de uma nova sociedade em que a homogeneização, a massificação e a desestratificação dos ócios seriam alguns dos traços mais salientes (Touraine, 1969). Pela mesma altura, Baudrillard, depois de outras reflexões sobre os objectos e o consumo na sociedade moderna, traça um retrato impietoso da alienação do homem contemporâneo, mostrando a contradição entre o consumo, os lazeres e o tempo perdido e escasso (Baudrillard, 1969).

Destas interpretações ressaltam diversos aspectos convergentes, independentemente das posições mais acentuadamente apologéticas ou críticas da sociedade emergente. A sociedade pós-industrial é ao mesmo tempo uma sociedade do consumo e uma

sociedade dos lazeres. O tempo, nomeadamente o tempo livre toma de modo crescente um valor central. É pós-industrial, porque o trabalho perde centralidade analítica em favor do lazer libertador e instância de realização pessoal. Contudo, o lazer moderno torna-se cada vez mais integrado na massificação produzida pela nova indústria dos ócios e pela produção cultural das massas. Deste facto advém que o tempo livre é, cada vez mais, tempo de consumo e, ao mesmo tempo, revela-se que os lazeres perdem o sentido de criatividade pessoal para darem lugar às indústrias dos ócios e à dominação das formas de consumo de massas.

2. Trabalho, tempo livre e lazer

Se bem que, a uma primeira aproximação, as noções de trabalho, tempo livre e tempo de lazer se distinguem claramente, ao procedermos a uma avaliação mais aprofundada somos confrontados com alguns problemas de difícil resolução.

Trabalho, tempo livre e lazer sobrepõem-se ou excluem-se conforme os conteúdos linguísticos e sociais. Reportando-nos apenas à sociedade nossa contemporânea, o lazer e o tempo livre, embora interligados, não podem ser confundidos. Ambos se opõem à noção de trabalho. Por lazer entende-se uma ruptura com a situação de trabalho, mas que pelo seu carácter desinteressado e a escolha aparentemente livre, pode incluir o domínio do trabalho. No entanto, os perfis das conceptualizações de lazer e de tempo livre resultam de diversos factores, nomeadamente os que se referem à investigação empírica e às representações dos indivíduos.

Tempo livre significa, para uns, todo o tempo que convencionalmente resta fora do trabalho formal, para outros o tempo não incluído no trabalho, nas deslocações ou nas obrigações domésticas. Esta última definição aproxima-se mais de uma concepção de tempo livre equivalente à de lazer. Contudo, esse tempo livre pode não ser necessariamente *gasto* em situação de ócio sendo muitas vezes mais um tempo de trabalho.

A dificuldade de definir lazer torna-se pois patente na maioria das definições propostas, onde se evidenciam as fronteiras ambíguas com o conceito oposto de trabalho e com o conceito englobante de tempo livre. Apesar da sua ambiguidade, e do carácter idealista que encerra, adoptámos a definição de Dumazedier (1962), quer pelas características de liberdade e de hedonismo que lhe associa, como pelas três funções principais do lazer de descontração, de divertimento e de desenvolvimento. Ou seja: “o ócio é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode dedicar-se de maneira completamente voluntária, seja para descansar, seja para se divertir seja para desenvolver a sua função desinteressada, a sua participação voluntária, liberto das suas obrigações profissionais, familiares e sociais” (Dumazedier, 1969: 20).

Se se procura definir lazer por oposição a trabalho, as situações de trabalho podem, no entanto, apresentar figuras bem distintas conforme a classe e o estatuto social. Se para uns o trabalho é feito de forma obrigada e alienante, para outros é fonte de realização pessoal podendo incluir elementos caracterizadores da situação de lazer. Assim, o modo como as pessoas apreendem a relação entre o trabalho e o lazer nas suas vidas, o que está dependente, de algum modo, da capacidade económica ou do estatuto social e cultural, pode servir de base a uma distinção de três posições: uma

que dá prioridade ao trabalho, uma segunda ao lazer e, por fim, uma que estabelece uma igualdade de valor entre o trabalho e o lazer (Kaplan, 1961).

Se o lazer cria a ilusão da igualdade pelo consumo, as diferentes atitudes em relação ao trabalho criam a distinção. Distinção pelo tempo e pelo espaço, que no entanto, se apresentam igualmente finitos. A finitude do tempo vai pois a par com a finitude do espaço. Conforme refere T. Hagerstrand “a finitude do espaço e do tempo nas configurações locais causa atrasos, distorções ou extinção de processos” (Hagerstrand, 1976).

Na mesma altura, cria-se o mito do tempo livre e dos espaços livres. Da natureza faz-se espectáculo, as explorações que eram lugar de aventura e de incerteza tornam-se cada vez mais objecto de programação de uma *indústria* em crescimento: a da evasão. Para preencher esse tempo livre e os espaços livres desenvolveu-se o lazer moderno. Este tomou-se, entre outras coisas, uma instituição social. Como produto da sociedade industrial moderna, o lazer moderno toma as formas específicas dessa mesma sociedade. Burns afirma com eloquência que a vida social fora da situação de trabalho não reemergiu; ela foi criada novamente, segundo formas que são próprias das feições do industrialismo, que derivam deste e que contribuem para o seu desenvolvimento, crescimento e rearticulação... (Burns, 1973).

Se o lazer na sociedade moderna pode ser visto como um concorrente, em relação ao trabalho na sociedade industrial, pensamos que é algo mais do que isso. O lazer industrial, é, também, uma fonte de valores éticos, além daqueles fundamentos na produção e no trabalho, com implicações na afirmação da diferença social. Por outro lado, ao ser benefício de uma maior produtividade, tornada possível pela produção em massa e pelo *marketing*, o lazer tende a exibir as mesmas feições e relações sociais que caracterizaram o mundo do trabalho industrial: padronização, prática rotineira, prevalência do capital, menor número de pessoas no processo de controlo e massificação.

As instituições de lazer resultantes tornam-se determinantes no modo como as pessoas usam o seu lazer. Não se limitam a atender uma procura, mas têm um papel capital na sua criação e decisão em relação ao modo como atendê-la (Parker, 1976). Criam-se os tempos livres, codificam-se e diferenciam-se os espaços do lazer, crescem as indústrias de divertimentos a um ritmo de acordo com a sociedade humana. Deste modo, ao mesmo tempo que se desenvolve uma produção de lazeres, de indústrias de divertimentos, de jogos, da produção de equipamentos, desde a fotografia ao cinema e vídeo, da produção de discos aos instrumentos, etc., surge um sector de distribuição que inclui espaços de consumo que incluem uma variedade de situações desde o comércio de bens às salas de espectáculos e recintos desportivos.

Esta ligação entre consumo e tempo livre torna-se fundamental no modo como pretendemos abordar o problema da terciarização. Falar de tempo livre na sociedade contemporânea obriga pois necessariamente a falar de consumo. Consumo de bens cuja diversidade se alarga a par e passo e para o qual se necessita cada vez mais de mais tempo. No entanto, o consumo individual de determinados bens não é totalmente elástico, nomeadamente o consumo alimentar, ou os que dependem da disponibilidade de tempo ou da capacidade física do indivíduo. Estão neste caso os consumos ligados ao lazer, como fazer turismo, praticar jogos de mesa ou actividades físicas. Por conseguinte, os lazeres modernos são cada vez mais interligados com a produção e comercialização

de objectos. O seu consumo implica, por isso, um aumento de locais de venda, de locais de consumo ou de fruição. Todos eles produzem um domínio que designaremos por terciário do lazer. Nuns casos, essa associação apresenta-se de forma evidente, noutros a sua ligação não é, à primeira vista, manifestamente clara. Se a especialização dos locais vinculam claramente as práticas ou estados de ócio, como em grande parte dos casos dos locais de turismo e veraneio, ou na comercialização de objectos para os lazeres (venda de aparelhos de som, televisão, vídeos), noutros casos a relação é mais exterior. É o que se passa quando o estado de lazer, de preenchimento despreocupado e descontraído, se faz numa atitude de *yoyeurismo*, de olhar o espectáculo das montras, aquilo a que se pode designar como *window shopping*.

O tempo livre torna-se uma condição de consumo, porque o tempo de lazer se torna necessário para consumir, tornando o tempo de lazer cada vez mais um tempo de consumo.

Como refere Zorrilla Castrejana “o consumo e o tempo livre vão, portanto, a par, necessitando um do outro. Nesta interdependência mútua geram-se novos processos que importa sublinhar: o tempo de não trabalho propicia o consumo específico de bens e serviços de lazeres, para além dos bens gerais. Espectáculos, desportos, viagens e outras actividades lúdicas organizadas têm neste tempo o seu espaço económico e no *ocioso* o seu presumível consumidor”. O crescimento das actividades de ócio torna-se, por conseguinte, uma necessidade funcional numa sociedade caracterizada pelo aumento tendencial do consumo privado. O tempo de ócio tende a constituir, neste caso, “o tempo economicamente necessário para permitir este consumo e criar novas necessidades especialmente de cultura e de jogo” (Zorrilla Castrejana, 1990: 43 e 44).

A ligação do ócio com o consumo comporta, em consequência, uma série de ambiguidades e de dualidades nas práticas de ócio e na caracterização dos lugares. Em primeiro lugar, ambiguidades que se traduzem na impossibilidade de definir de modo claro a natureza das práticas, ou seja, a existência de práticas com dupla situação, de trabalho e de ócio. Por um lado, o sentido do prazer e o hedonismo que encerram, situam-se entre o ócio, por outro, a obrigatoriedade e a remuneração, dão-lhe características de trabalho, que muitas vezes ócio e trabalho surgem em simultâneo nas práticas do mesmo agente. Em segundo lugar, as práticas de ócio, porque incluídas em práticas de consumo, patenteiam uma dualidade de situações de trabalho e lazer. Esta dualidade manifesta-se na actividade de um agente individual, conforme referimos quando se mostrou a dificuldade que por vezes surge na distinção entre o ócio e trabalho. Mas é, sobretudo, importante quando se analisam práticas em situação de co-presença: o produtor e o consumidor, o vendedor e o comprador. Ou seja, as mesmas práticas são efectuadas, por uns, em situação de trabalho, por outros, como lazer.

A distinção através do consumo e do aumento do tempo livre necessário para consumir, como característica das sociedades contemporâneas, gera processos de diferenciação social do acesso aos lazeres e modos de produção diferenciados dos espaços de lazer, contrariando a ilusão igualitária dos lazeres e produzindo uma distinção social através da distinção espacial. Também as práticas são duais, sendo esta dualidade extensiva aos lugares, aos objectos e às temporalidades dessas práticas. Os lugares situam-se na fronteira entre o trabalho e o ócio. Isto é, são, ao mesmo tempo, lugares de trabalho, mas também lugares de fruição, de preenchimento do tempo livre como ócio, de consumo. Disso são bem demonstrativas as áreas centrais de comércio

das cidades com todo o seu espectáculo de montras e de luzes, ou os modernos centros comerciais. Do mesmo modo, os objectos são produtos e objectos de trabalho e, ao mesmo tempo, objectos de ócio. A produção destes objectos gerou um importante crescimento e diversificação de indústrias, desde a fabricação de jogos, produção de discos e filmes e toda a série de equipamentos necessários à sua produção e, além de tudo, os veículos, símbolos da liberdade individual dos movimentos, da bicicleta aos meios de transportes aéreos, passando pelo automóvel e pelo comboio. O automóvel tornou-se, na sociedade contemporânea, uma expressão clara dessa dualidade dos objectos. Também as temporalidades são expressão da dualidade referida. Se o tempo de fim de dia, de fim-de-semana ou de férias é um tempo livre para ócios, a produção das actividades e dos equipamentos de suporte a esses ócios exigem uma fracção da população em situação de trabalho, muitas vezes mais intensivo do que nos tempos convencionalmente definidos como tal.

Os lugares, as temporalidades e as práticas oferecem numerosos exemplos cuja classificação se torna difícil. O acto de comer num restaurante pode apresentar-se segundo uma diversidade de situações, desde a temporalidade (no dia-a-dia, no fim-de-semana), a duração, o modo de estar até ao estatuto do próprio restaurante. São disso expressão clara o controlo entre o *fast-food* quotidiano e os almoços de família ou de grupos do fim-de-semana. Um acto vital quotidiano torna-se, pelo princípio do prazer, numa prática de ócio, e bem diferenciadora do ponto de vista social, do estatuto do frequentador, em que a abundância ou o requinte nem sempre vão juntos. Para uns, o ideal é comer muito e pagar pouco, para outros, pagar muito para comer pouco.

Mau grado as dificuldades de definição, as práticas de lazer as classificações apresentam comumente quatro grandes domínios: das artes, do recreio e sociabilização, do desporto e do turismo (Patmore, 1983).

As fronteiras entre estes domínios não são, na maioria das vezes, nítidas, como bem expressam as divergências nas classificações dos vários autores que tratam do tema (Lanfant, 1972; Sue, 1982; Dumazedier, 1981; Patmore, 1983; Zorrilla Castrejana, 1990), e que, num outro trabalho, desenvolvemos.

A cada um destes quatro domínios estão associados os lugares de práticas, os lugares de aquisição e de apoio e os agentes operadores. Muitas vezes os lugares de práticas confundem-se com os de aquisição de bens de lazer ou de apoio às suas práticas. Por outro lado, a estas práticas e lugares de práticas há a acrescentar os agentes operadores que podem constituir unidades funcionais bem distintas. É o caso dos lugares de prestação de serviços, como os agentes de viagem e os operadores turísticos que constituem actividades exteriores mas fortemente relacionadas com estas práticas.

3. As sociedades modernas. Lazer e urbanização: diferenciações regionais e contextos locais.

3.1. Diferenciações regionais

O lazer como forma de preenchimento do tempo livre motiva o consumo determinando o aparecimento de actividades para satisfazer as necessidades e pretensões

da população ao usar o seu tempo livre, como lazer, como trabalho secundário, ou como *hobbie*, ou seja, descansar, desenvolver ou distrair, usando o tempo fora do trabalho principal e das obrigações. O *ociar* converte-se numa prática de consumo (Zorrilla Castrejana, 1990), implicando, por isso, despesas, as quais se apresentam diversificadas em função das características dos espaços e das populações que os ocupam.

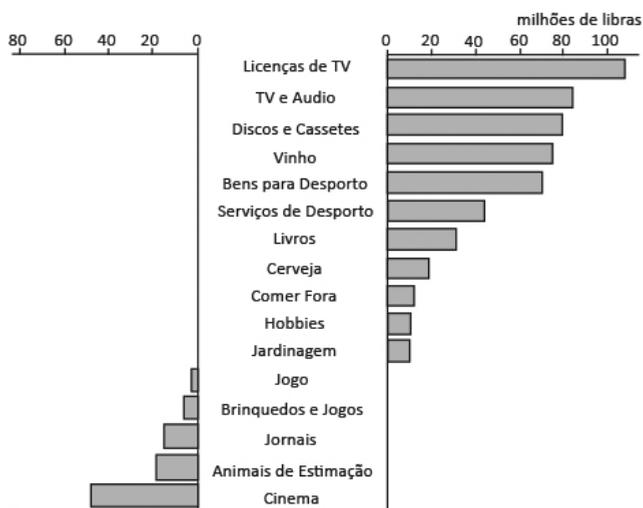


Fig. 2 – Despesas com práticas e bens destinados ao lazer.
Fonte: Patmore, 1983.

Alguns autores (Parker, 1976; Patmore, 1983) ao estudarem a repartição da frequência segundo os vários tipos de práticas de lazer evidenciam a importância dos lazeres modernos relativamente aos tradicionais, como expressão da modernização das práticas sociais das sociedades urbano/industriais. Esta tendência patenteia-se também na repartição das despesas em relação com os lazeres e a ocupação do tempo livre (Fig. 2). Nestas, salientam-se, de forma notória, os equipamentos electrónicos, TV, vídeo, discos e fotografia. Do mesmo modo, a análise das despesas das famílias em Portugal, referentes ao ano de 1981, mostra que, apesar das referentes ao lazer ocuparem apenas uma parcela relativamente pequena do quantitativo total (Fig. 3), os lazeres modernos ocupam já uma fracção importante nas que se referem ao lazer. Além disso, pela análise do quadro evidenciam-se também fortes contrastes regionais.

Desta análise regional, é ao Litoral – Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Algarve – que cabem os valores mais elevados de despesas com actividades culturais de espectáculos e desportivas, recreativas, de turismo, instrução ou em espaços de sociabilização (restaurantes, hotéis, bares, discotecas). Por outro lado, procedendo a uma análise da distribuição regional das despesas familiares, segundo diferentes formas de lazer, observamos que são ainda as regiões litorais que, para além de apresentarem os maiores quantitativos, evidenciam uma maior importância nas despesas respeitantes aos ócios modernos e associados com o consumo (aparelhos eléctricos e electrónicos e artigos de recreio, viagens de turismo, livros e jornais). De igual modo se salientam,

de forma ainda mais acentuada, nas regiões de Lisboa, Estremadura, Ribatejo e do Algarve, as despesas com restaurantes, cafés e hotelaria. Estas para além de significarem consumos do quotidiano de uma fracção da população, são, sobretudo, expressão da importância turística destas regiões e dos modos de lazer moderno da população que lhe está ligada de forma permanente, periódica ou ocasionalmente.

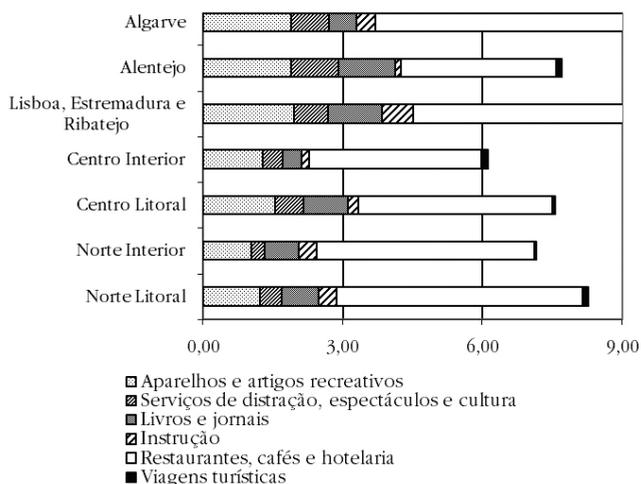


Fig. 3 – Despesas médias anuais, por regiões, em Portugal Continental.

Fonte: Inquérito às receitas e despesas das famílias, 1980-1981, INE, 1985.

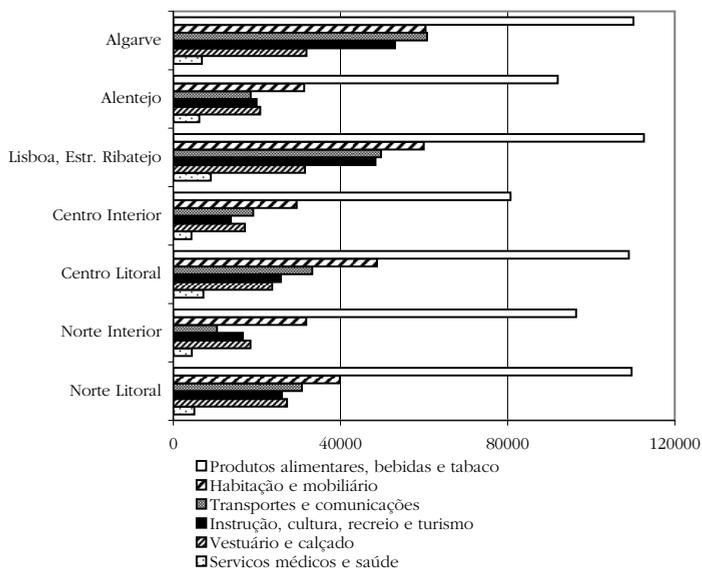


Fig. 4 – Despesas médias anuais, por região e grandes grupos de despesa, em Portugal Continental.

Fonte: Inquérito às receitas e despesas das famílias, 1980-1981, INE, 1985.

As regiões do litoral apresentam pois um maior número e diversidade de espaços de ócio o que significa, atendendo à dualidade de situações, também correspondentes espaços de trabalho.

	Jornais	Rádios	Televisão
Alemanha	348	401	360
Bélgica	224	468	301
Dinamarca	359	395	371
Espanha	80	285	257
França	212	860	375
Grécia	12 1	406	178
Holanda	310	791	449
Irlanda	186	456	249
Itália	82	249	404
Luxemburgo	352	644	256
Portugal	59	170	152
Reino Unido	411	993	328

Fig. 5 – Tiragem de jornais, receptores de rádio e televisão, (%).

Fonte: Zorrilla Castrejana, 1990.

As diferenças regionais que as despesas familiares expressam, e que se podem sintetizar nas oposições Litoral/Interior e Urbano/Rural, salientam-se também ao nível das práticas de lazer, quer sejam culturais, desportivas, turísticas ou de sociabilização. O lazer ao apresentar uma dualidade oferta/procura, e produção/consumo, estabelece tanto com a oferta como com a produção um forte vínculo. Os centros comerciais são uma das expressões da importância do lazer na sociedade moderna, ao valorizarem os espaços comerciais como espaço de passeio, de sociabilização, cultural e de recreio, quer através da oferta de bens, quer por intermédio da temporalidade dessa oferta, alargando o período de funcionamento dos estabelecimentos para além do período convencional de abertura dos comércio.

Eles são uma das formas claras de exploração do lazer consumista dos nossos dias. Na verdade, de forma específica ou multifacetada, a oferta e produção de bens e espaços de ócio apresenta hoje um dinamismo crescente (Fig. 4). Isto deve-se, em grande parte, ao facto de os seus produtores serem, em cada vez maior número, grandes grupos económicos que aproveitam as solicitações de um mundo onde o tempo fora do trabalho tende a aumentar, gerando uma oferta elevada e diversificada. Ao mesmo tempo, as instituições públicas vêem-se confrontadas com a necessidade de despenderem avultadas verbas com infra-estruturas para as práticas de lazer. Estas funcionam como novos factores de desenvolvimento e tornando-se indispensáveis numa sociedade onde o tempo disponível fora do trabalho aumentando dá origem a uma carência de recursos para as práticas de ócio.

Os lazeres têm, por conseguinte, um lugar destacado entre as práticas sociais nas sociedades modernas, os quais são, como referimos, expressão dessa modernidade. As mudanças geradas pela evolução tecnológica confrontaram os indivíduos com uma variedade de bens, duráveis ou de utilização fora do tempo de trabalho que condicionaram a forma como é ocupado o tempo livre e o tempo de lazer. As práticas tradicionais de lazer caracterizadas pela frequência de círculos de amigos, cafés e tabernas,

por jogos, onde as cartas, as damas, o bilhar, a malha, o *xinquilho* eram frequentes, são substituídas por lazeres onde predomina a electrónica, através do vídeo, do rádio, televisão, dos *electrofonos*. Além do nível de desenvolvimento, a importância das práticas tradicionais é ainda visível quando procedemos à comparação dos consumos de lazer entre Portugal e os outros países da CEE. Em relação aos outros países da Comunidade Europeia, Portugal encontra-se numa posição em que a valorização dos consumos associados com os lazeres modernos é ainda fraco. Utilizando como indicadores de comparação a produção dos *mass media* junto da população (rádio, televisão e jornais) verifica-se que Portugal ocupa, em todos eles, o último lugar. As diferenças de poder de compra, mas também, as características socioculturais da população são a razão da grande distância da população portuguesa nos níveis de consumo no tempo livre usufruídos pelo resto da população da Comunidade Económica Europeia (Fig. 5).

O lazer, visto como forma de consumo, possibilita a identificação de diferentes tipos de consumidores os quais, por sua vez, apresentam, também, níveis e especificidades de procura diferenciadas. No entanto, verifica-se que algumas actividades culturais e práticas desportivas têm tendência, entre as práticas de lazer, a ser valorizadas com maior universalidade. Porque os lazeres são, nos nossos dias, cada vez mais produtos mercantilizados, qualquer expressão, cultural ou desportiva, obriga ao dispêndio de elevados quantitativos em dinheiro. Por isso, o seu funcionamento pode tomar dimensões empresariais ou depender de formas de valorização social do poder económico ou das políticas culturais do Estado.

As indústrias do ócio, desde a produção dos objectos aos empreendimentos de viagens e de turismo, tornam-se dominadoras dos mercados. Como resultado disso, o *marketing*, a gestão e a contabilidade, em conjunto com os estudos de mercado, os testes e a publicidade são serviços, cada vez mais, relacionados com a oferta de práticas de ócio.

A assistência a espectáculos traduz bem uma das vertentes da relação lazer e terciário. A frequência com que as pessoas se deslocam para assistirem a espectáculos (teatros, cinemas, musicais) depende, numa primeira análise, da existência de infra-estruturas destinadas a esse fim, mas, também, do nível sociocultural e económico-profissional das populações e das clientelas potenciais necessárias para a implantação dos recintos ou a promoção dos espectáculos. Essa frequência está, de igual forma, directamente relacionada com a maneira como as pessoas dispõem do seu tempo livre. A análise da distribuição distrital dos recintos de espectáculos mostra-nos o país dividido em quatro áreas bem definidas correspondendo aos distritos onde se verificam maiores densidades e maiores índices de concentração da população.

As regiões litorais apresentam um maior número de recintos de espectáculo; Lisboa, Porto e Setúbal salientam-se, em relação aos outros distritos do litoral os quais se apresentam menos bem servidos. As regiões do interior, de forma mais acentuada, patenteiam também diferenças, com relevo para o norte interior (Bragança, Guarda e Castelo Branco). Se, por outro lado, considerarmos o número de espectadores, as conclusões embora basicamente as mesmas, verifica-se, todavia, que as disparidades entre o litoral e o interior são acentuadas como expressão da maior afluência de população do litoral a espectáculos assim como à capacidade de oferta em número de lugares e, também, a um comportamento social diferenciado que valoriza a prática de lazeres culturais.

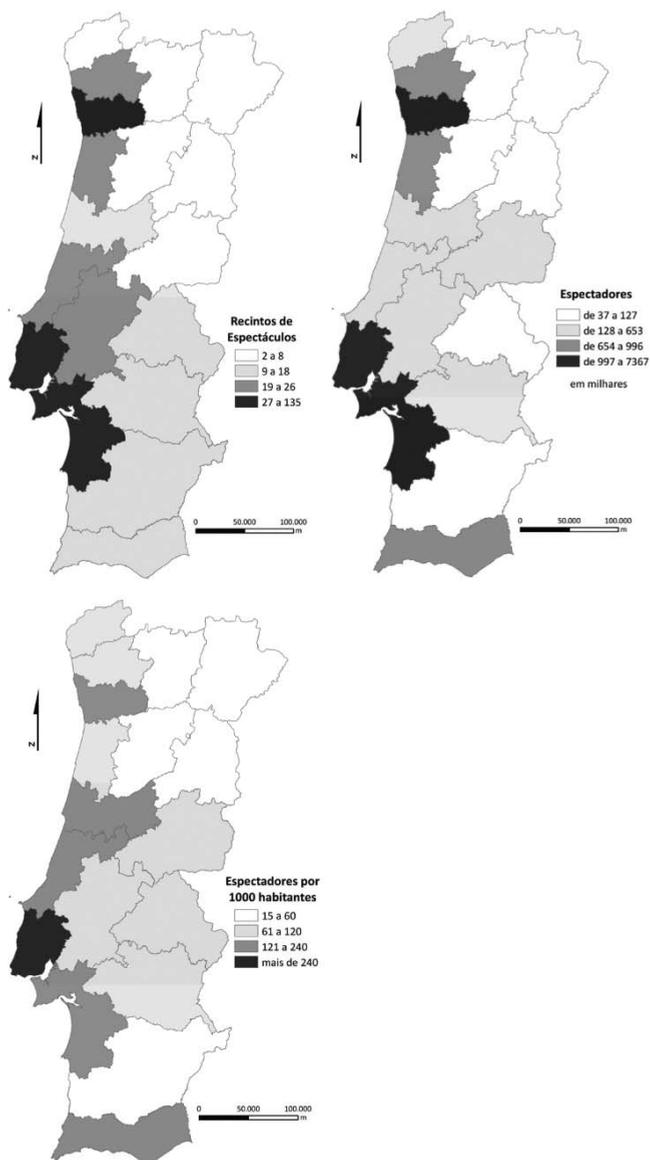


Fig. 6 – Recintos de Espectáculos, Espectadores e Espectadores por 1000 habitantes, por distrito, em Portugal Continental.

Fonte: Estatísticas da Cultura Recreio e Desporto, INE.

O número de espectadores em mil habitantes, permite salientar Lisboa como grande centro de espetáculos do País. Se aqueles que assistem a espetáculos estão realmente a utilizar o seu tempo livre como tempo de lazer, existe, por outro lado, um grande número de pessoas que sendo responsáveis pelo espetáculo (teatro, musicais) têm nele o seu tempo de trabalho, o que expressa a dificuldade de definir as fronteiras

dos conceitos de tempo de trabalho, tempo livre e tempo de ócio. Efectivamente, qualquer procura ou consumo de tempo livre e de ócio, impõem uma oferta e uma produção. Nesse sentido, Lisboa afirma-se tanto como a cidade com maior número de casas de espectáculo, de espectadores e, conseqüentemente, profissionais associados com o espectáculo.

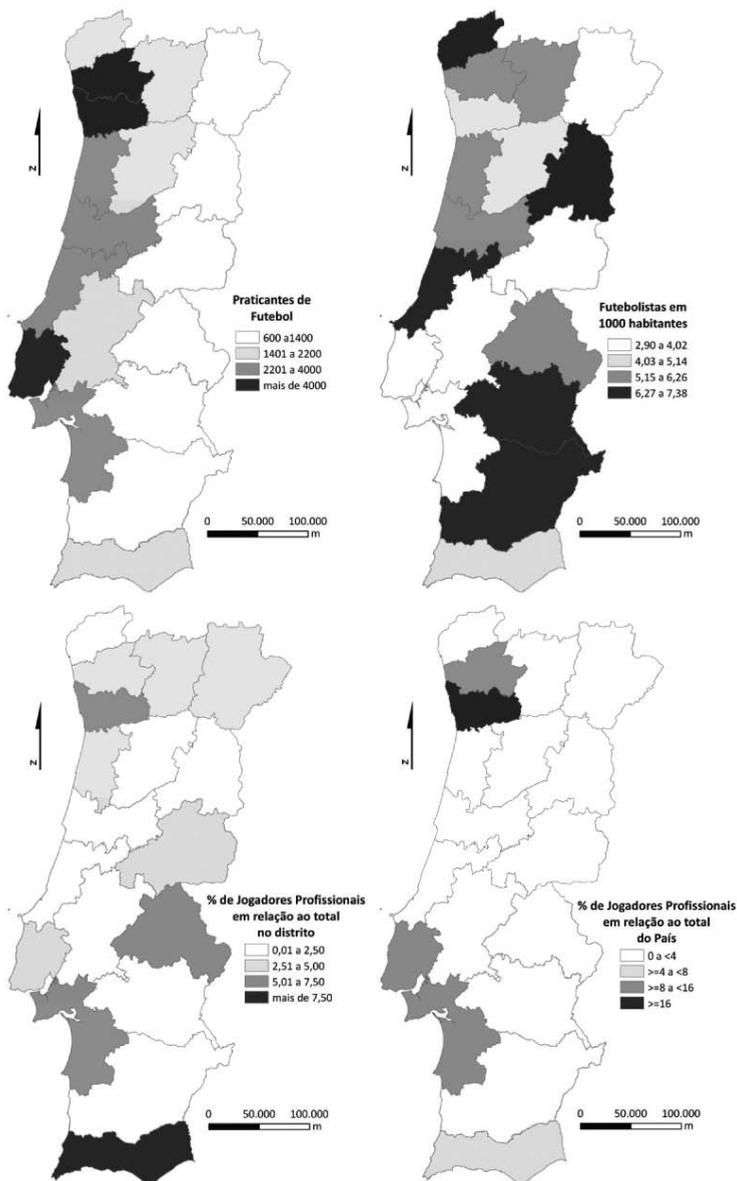


Fig. 7 – Praticantes de Futebol, por distrito, em Portugal Continental.

Fonte: Estatísticas Cultura Recreio Desporto, INE.

O desporto e as práticas desportivas (Fig. 7) detêm uma grande importância entre as práticas do tempo fora do trabalho. Numa sociedade onde o aumento da mobilidade dos indivíduos representa a existência de uma espacialidade mais extensa, devido aos meios de transporte, à estrutura profissional e ao modo de vida urbano, o desporto assume um lugar privilegiado por excelência. Dumazedier (1980: 50) ao afirmar que “o desporto é o grande fenómeno social do século” traduz essa dimensão popular. De facto, as estruturas desportivas multiplicam-se e ganham praticantes, adeptos e espectadores, numa variedade de modalidades tal e em instituições de características tão diferenciadas (grandes clubes, clubes municipais, instituições escolares, desporto de lazer), que o processo se tornou num fenómeno de grande importância na sociedade actual. A sua valorização depende dos quadros socioprofissionais da sociedade moderna com o trabalho intelectual e o trabalho rotineiro a originarem pressões que provocam frequentes desequilíbrios de conduta social quando não compensados por actividades que não permitam o seu extravasamento.

O desporto, tal como todos os fenómenos sociais, embora expressão privilegiada de esbatimento das barreiras de relacionamento de pessoas de diferentes classes, salienta, a existência de grupos sociais dominantes ao permitir a afirmação de relações de negócios e das características económicas da população. Certos desportos encontram nas classes de maiores recursos económicos os seus principais praticantes e os seus principais espectadores, como no caso da esgrima, do hóquei, do golfe, do ténis. Em contrapartida, as classes de menores recursos escolhem como desportos o ciclismo, o boxe, o futebol, embora este, pelas suas características específicas integre praticantes de todos os níveis sociais.

O futebol como modalidade que cobre um universo social vasto é um bom exemplo para caracterizar o fenómeno desportivo. O jogo de futebol patenteia, também, uma dualidade de situações entre o trabalho e o lazer, o praticante e o espectador. Esta existe porque se, por um lado, os amadores utilizam a prática do futebol apenas como forma de lazer, os profissionais, fazem-no como tempo de trabalho. O lazer está de igual forma, presente no espectáculo oferecido aos adeptos que fazem uso do seu tempo livre como tempo de lazer, tanto em jogos de profissionais como nos de não profissionais. O número de praticantes de futebol em Portugal Continental, amadores e profissionais, evidencia uma relação directa com os valores de densidade e concentração da população, sendo os distritos do litoral, de Setúbal a Braga, os que apresentam os valores máximos. Todavia, quando procedemos à análise do número de futebolistas em mil habitantes a distribuição apresenta uma expressão muito diferente. Como modalidade que permite um aperfeiçoamento técnico sem a necessidade de grandes investimentos monetários é o desporto, por excelência para as populações menos servidas por infra-estruturas e meios técnicos. Por isso, não é de estranhar que os valores mais elevados de futebolistas em mil habitantes não ocorram nos distritos correspondentes aos maiores aglomerados urbanos do país (Lisboa, Porto e Setúbal). Por seu turno, os jogadores profissionais em relação ao total de praticantes apresentam uma distribuição espacial que depende do dinamismo económico. Este maior dinamismo económico, nomeadamente ligado às actividades industriais de transformação e de construção, às grandes empresas e às principais instituições financeiras, faz com que sejam os distritos do litoral, onde estas se sediam, a ter a maior percentagem de jogadores profissionais, sendo de destacar o distrito do Porto com valores superiores a 16%.

3.2. O terciário, o lazer e os contextos urbanos

A importância dos lazeres modernos nas sociedades com maior grau de urbanização suscita, além da repartição regional, procurando as relações entre níveis de urbanização, uma análise dos espaços de lazer nas cidades.

A terciarização tornou-se um fenómeno generalizado transformando de forma variada os espaços urbanos. Se os grandes bairros de habitação das periferias urbanas ocupam espaços que se alargam de forma continuada, as áreas centrais mostram uma predominância clara de actividades do sector terciário. Destas, as que se associam ao lazer são cada vez mais diversas e numerosas. O número de serviços destinados à ocupação do tempo livre, os comércios que dependem, directa ou indirectamente, da procura, pela população, de produtos e bens que contribuam para melhor usufruírem do seu tempo fora do trabalho, os espaços de lazer, de passeio, sociabilização, desporto, cultura e recreio, multiplicam-se e disseminam-se por todo o espaço urbano, como poderemos ver no exemplo de Coimbra, através da cartografia dos espaços de lazer. A sua implantação não é feita de modo aleatório, podendo, mesmo, ser integrada numa distribuição hierárquica e correspondendo, por outro lado, à especificidade dos diferentes espaços. De facto, identificam-se áreas que fazem depender da variedade das suas características a forma de ocupação e de distribuição dos espaços de lazer. Salientem-se dois factores que permitem essa individualização espacial: a distribuição segundo a hierarquia intra-urbana e a especialização e diferenciação espacial de áreas segundo as características sociais e, ainda, as infra-estruturas de transportes.



Fig. 8 – Planta da cidade de Coimbra. Lugares de referência e espaços verdes e áreas desportivas ao ar livre.

A – Baixa (área comercial, incluindo as Avenidas Emídio Navarro e Fernão de Magalhães); B – Alta (Colina da Universidade); C – Praça da República e Av. Sá da Bandeira (A, B e C – Centro da cidade de Coimbra); D – Celas (Núcleo de concentração do terciário especializado em serviços de saúde); E – Solum (área residencial e comercial); F – Bairro Norton de Matos (área residencial); G – Rossio de Santa Clara (extensão do centro na margem esquerda do Mondego – saída para Lisboa); H – Rua do Padrão e Loreto/Pedrulha (área residencial e industrial – saída para o Porto); I – Av. Elísio de Moura; J – Alto de S. João (saída para Penacova – Estrada da Beira); K – Hospital Universitário; L – Rua do Brasil.

Os espaços urbanos criam, em função das suas características e da sua evolução uma relação muito estreita com os espaços e práticas de lazer. Em muitos casos, é a área central da cidade, o centro de negócios, que dispõe de uma maior oferta, visto que seria também aquele que ostenta os maiores valores de clientela potencial, sempre significativa para a valorização dos mercados dos quais o lazer representa domínio particularmente importante. O próprio consumo coloca, por si mesmo, condicionamentos. A procura faz-se sentir mais sobre os bens duráveis (televisão, vídeo, rádio, discos, artigos desporto) e menos sobre os bens não duráveis (teatro, cinema, restaurantes), os quais se associam à polaridade dos lugares de práticas, em casa e fora de casa. Além disso, as motivações individuais afirmam-se como um predicado muito significativo, como referimos noutra lugar.

A caracterização da forma como as práticas e os espaços de lazer feita a partir do estudo da sua distribuição na cidade de Coimbra evidencia alguns aspectos da estruturação dos usos do solo urbano (Fig. 8). Tendo como funções principais o comércio e os serviços ligados à educação, à saúde e à administração. Coimbra apresenta-nos um grande número de actividades do terciário associadas com o lazer. A estrutura urbana da cidade organiza-se em torno de um centro que inclui uma área comercial, a Universidade e os espaços imediatamente contíguos (A, B, C). O núcleo comercial central identifica-se com a Baixa (A), definindo um espaço limitado pelas ruas Ferreira Borges, Visconde da Luz, Sofia e Figueira da Foz, a Oriente, e pelas Avenidas Emídio Navarro e Fernão de Magalhães, a Ocidente.

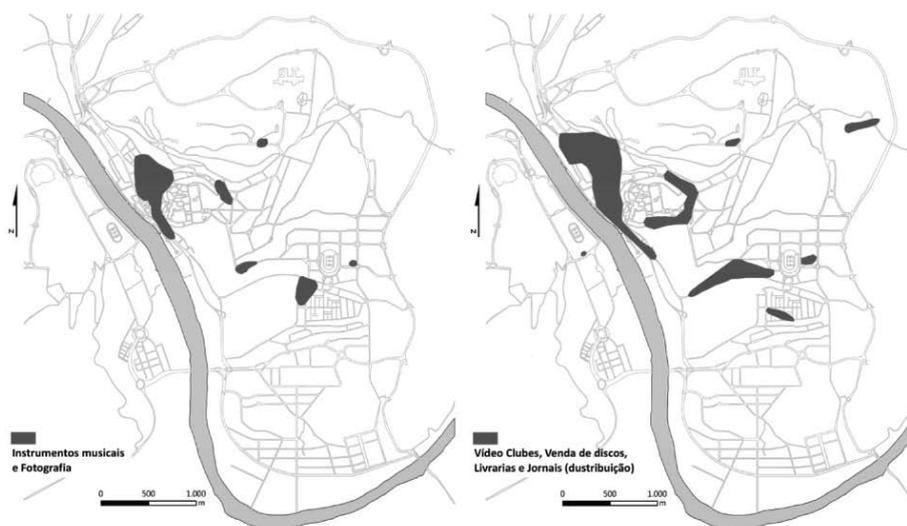


Fig. 9 - Distribuição espacial de instrumentos musicais, fotografia, clubes de vídeo, venda de discos, livrarias e jornais (também distribuição).

Fonte: Levantamento próprio (Listas telefónicas).

Ainda dentro deste centro, deve incluir-se também a Alta da cidade (B), onde se situa a Universidade, assim como, a Avenida Sá da Bandeira e a Praça da República (C). Por sua vez, este núcleo urbano estruturante da cidade apresenta uma especialização

entre a Baixa comercial e a Alta com a Universidade, pequenos serviços e residência estudantil e ainda as extensões mais modernas da Avenida Sá da Bandeira, Praça da República, Arcos do Jardim, ou o sector norte da Avenida Fernão de Magalhães, a primeira com predominância de serviços privados e comércio de vestuário, a segunda onde se destacam serviços públicos e comércio de bens de equipamento. Este centro é circundado por espaços verdes frequentados pela população como espaços de lazer, de passeio, de descanso ou de desporto, dentro dos quais salientamos o Parque da cidade, o Jardim de Santa Cruz, o Penedo da Saudade, e mais periférico, o Choupal. À sua volta salientam-se alguns núcleos de concentração de terciário, nomeadamente Celas (D), Solum (E) e Norton de Matos (F), e o Rossio de Clara (G), o qual quase se pode ver como uma extensão do centro na outra margem do Mondego.

Na análise da distribuição espacial das actividades associadas com o lazer consideram-se as relacionadas com o desenvolvimento do indivíduo, com o divertimento e com a sociabilização. Em primeiro lugar, numa cidade como Coimbra, onde a população estudantil universitária é numerosa, destacam-se as actividades relacionadas com o desenvolvimento do indivíduo. A representação dos espaços onde se localizam essas actividades evidencia a existência de dois focos que se integram no núcleo central da cidade, sendo dependentes das próprias características dos espaços e da natureza das actividades referidas (Fig. 9).

Consideram-se como actividades relacionadas com o desenvolvimento do indivíduo os cinemas, os centros culturais e recreativos, os emissores de rádio, as escolas de línguas/técnicas, as galerias de arte e os museus. A principal área de concentração destas actividades é a Alta, na proximidade da Universidade, de onde parecem irradiar as actividades relacionadas com o desenvolvimento do indivíduo, com eixos de ligação a Celas, às avenidas de classes de maiores recursos (Dias da Silva e Afonso Henriques), à Solum e à Baixa. De facto, verifica-se uma grande proximidade entre a Universidade e as escolas de línguas/técnicas, os museus e os cinemas, embora se apresentem, também, com uma distribuição pontual noutros locais da cidade. Por seu lado, os centros culturais e recreativos, embora com representatividade na Alta, evidenciam imposição espacial singular. A sua grande concentração está deslocada, relativamente às áreas anteriores, para o núcleo central, a Baixa. Todavia, estas funções culturais e recreativas acompanham, também, o crescimento da cidade, fundamentalmente das áreas residenciais, e formam agrupamentos em Celas, em Santa Clara, na Solum/Bairro Norton de Matos. Adjacente ao centro, a zona da Praça da República, surge como um espaço de lazer associado à população estudantil pela presença da Associação Académica.

Também as galerias de arte se implantam de modo diferenciado. Se a variedade de centros culturais e recreativos, servindo classes sociais e objectivos diferentes e relacionados com actividades diversas permitem a sua disseminação generalizada na cidade, as galerias de arte, pela especificidade da sua actividade e da sua clientela, identificam-se com os espaços para circulação, consumo ou residência pela população de maiores recursos. Por isso, não é de estranhar que seja em redor da Praça da República, em Celas e na Solum que encontramos maior número de ocorrências deste tipo de uso. Quanto às actividades de lazer relacionadas com o divertimento, a sua distribuição espacial apresenta-se distinta (Fig. 10). Consideram-se, neste caso, os bares e *pubs*, as discotecas e os salões de jogos. Todos eles com grande valorização do tempo de utilização nocturna, continuando a ser o centro da cidade o principal elemento orientador da sua localização. É na parte antiga

da cidade, na Baixa e, particularmente, na *Baixinha*, na Alta e em redor da Praça da República que se encontram em maior número. Além desta área, os núcleos de Celas, da Solum, e do Bairro Norton de Matos e da rua do Brasil, congregam também um número apreciável de espaços destinados ao divertimento, evidenciando, mais uma vez, a hierarquia e a especialização espacial na localização das actividades.

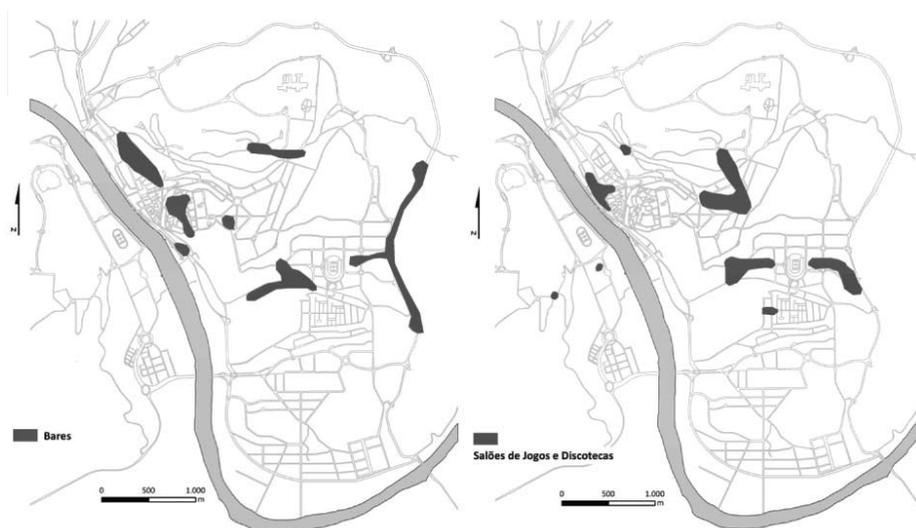


Fig. 10 – Distribuição espacial de bares, discotecas e salões de jogos na cidade de Coimbra.

Fonte: Levantamento próprio (Listas telefónicas).

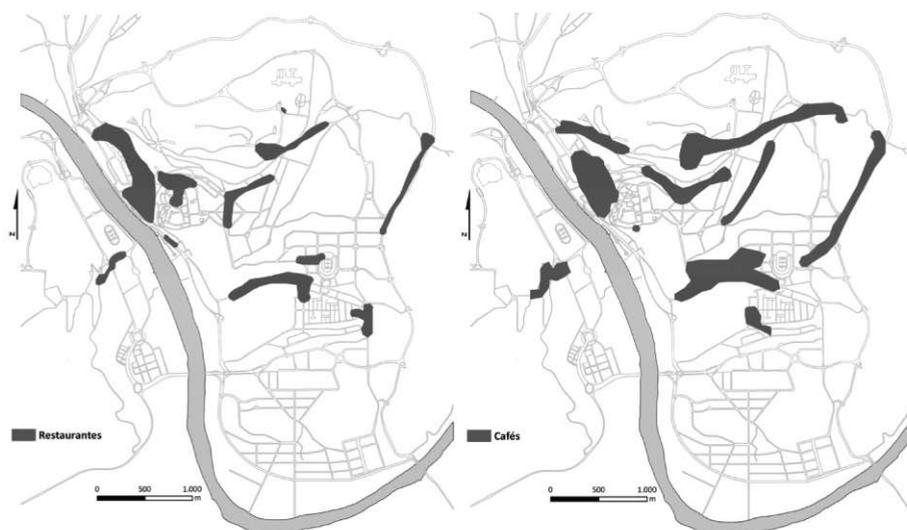


Fig. 11 – Distribuição de restaurantes e cafés na cidade de Coimbra.

Fonte: Levantamento próprio (Listas telefónicas).

A concentração na Baixa e Alta de bares e salões de jogos é o resultado do aproveitamento de duas clientela num espaço onde a população residente tem diminuído: a diurna, que se desloca para o trabalho mas que utiliza os intervalos do tempo de trabalho para fazer uso desses espaços, e a nocturna, que se desloca com a finalidade específica de os frequentar. Por outro lado, a área em redor da Praça da República, assim como a de Celas, é o resultado da exploração de uma clientela predominantemente estudantil, apresentando, para além de bares e salões de jogos, também discotecas. Esta concentração de actividades de lazer relacionadas com o divertimento surge associada com as áreas de residência de população jovem, na sua maioria estudantes universitários, numa idade e em situações em que os condicionalismos familiares vão desaparecendo. A terceira área sublinhada, Solum/Norton de Matos e rua do Brasil, é uma localização influenciada pelas potencialidades de procura originada por um outro tipo de especialização, a da residência de classe média, que valoriza o seu tempo fora do trabalho com a frequentação de locais como cervejarias, bares, *pubs* e salões de jogos, e onde se salienta uma relação estreita com o rendimento económico.

De realçar, mais uma vez, que estes espaços além de espaços de práticas de lazer são simultaneamente espaços de trabalho. Os serviços prestados, diurnos ou nocturnos, estão afectos não só às pessoas que usufruem do seu tempo de ócio mas também àqueles que contribuem para que este possa ter lugar. Por isso, pode afirmar-se que o tempo de ócio tem contribuído para o aumento e diversificação do tempo de trabalho, através de procura e do consumo de ócio. Os *disc-jockey*, os *barmen*, os empregados de mesa, os empregados de balcão asseguram o acesso da generalidade da população aos tipos de lazer.

Por fim, consideramos as actividades de lazer relacionadas com a sociabilização (Fig. 11). Se todo o tipo de ócio pode contribuir para a sociabilização, utilizamos alguns daqueles, que apesar de se poderem incluir no tipo anterior, se destacam pela natureza diferenciada do modo de frequentação, como os cafés, os snack-bares, as pastelarias, as cervejarias, os restaurantes. Foram preferidos a outras actividades, onde existe uma diversidade de utilizações pela sua função mais universal de sociabilização extra-familiar. Contudo, porque o lazer, como referimos, implica situações de dualidade de sentido e, mesmo, de interpretação ambígua, não podemos deixar de lhe fazer referência. Embora ambos possam ser espaços de lazer são, de igual forma, espaços utilizados para satisfazer necessidades básicas das pessoas, a alimentação, assim como de outras funções para além da sociabilização, que consideramos como principal. Por isso, se o tempo que uma pessoa permanece num café ou restaurante, como cliente, é sempre um tempo fora do trabalho, mesmo um tempo livre pode não ser, muitas vezes, um tempo de lazer. A localização dos cafés e restaurantes, na cidade de Coimbra, está relacionada com esta diferenciação entre tempo de trabalho, tempo livre e tempo de lazer, existindo, porém, outros factores importantes que deverão ser tidos em consideração.

Tal como quando se fez referência aos centros culturais e recreativos, a distribuição dos cafés e restaurantes reparte-se entre o centro e as áreas residenciais, associadas com a natureza dos espaços de circulação, em especial as principais vias de acesso à cidade de Coimbra (rua do Brasil/Alto de S. João, Estrada da Beira (J); Santa Clara, saída para Lisboa (G); rua do Padrão e Loreto/Pedrulha, saída para o Porto (H)).

O núcleo central, Baixa, Alta e Praça da República, apresenta a maior aglomeração de cafés e restaurantes. A Baixa, área de circulação da maior parte da população residente

na cidade e da população de passagem, assim como, local de trabalho de uma numerosa população de serviços e comércios, pela possibilidade de dispor de uma enorme clientela potencial, apresenta-se como a área mais favorável a este tipo de localização. Além desta, os maiores bairros residenciais de classes médias, Solum e Norton de Matos, Av. Elísio de Moura (I) e Celas e Santo António dos Olivais, são também núcleos de concentração deste tipo de actividade. As áreas residenciais das classes de maiores recursos, Dias da Silva, Afonso Henriques e Penedo da Saudade, devido à tipologia das residências, na sua maioria vivendas individuais e pelas características sociais da sua população, apresentam um número de localizações mais reduzido.



Fig. 12 – Distribuição espacial de Galerias de Arte, Museus, Centros Comerciais, Cinemas Teatros e Escolas de Línguas.

Fonte: Levantamento próprio (Listas telefónicas)

Falar de lazer e de práticas de lazer implica necessariamente falar de actividades comerciais a cujas inter-relações temos vindo a fazer referência. O lazer é, pois, responsável pelo aumento do consumo das populações provocando o aumento da oferta de bens e produtos que chegam até ao utente através de um circuito comercial, apesar de apresentarem usos diversificados e não serem apenas exclusivos para o lazer. Os aparelhos electrónicos, televisão, rádio, máquinas audiovisuais, projectores de diapositivos, aparelhagem de som, instrumentos musicais, máquinas fotográficas, os produtos de utilização nesses aparelhos, discos, compactos, cassetes, diapositivos, películas, os artigos desportivos, os instrumentos e artigos para *hobbies* e *bricolage*, os animais de estimação, os livros, os jornais, são, na generalidade dos casos, associados com os lazeres. Daí, o comércio converter-se no elo de ligação entre a produção e os consumidores de bens, valorizando, cada vez mais, a procura desses bens para uso durante o tempo livre, através da publicidade valorizadora do tempo de ócio.

Por esta razão, tomou-se necessário considerar também alguns tipos de comércio que se afigurassem dependentes da procura de artigos destinados à ocupação do tempo livre.

Escolheram-se, por isso, as casas comerciais de venda de instrumentos musicais e de artigos para fotografia e também as casas de venda de discos, livros e jornais e de aluguer de filmes em vídeo. A distribuição espacial obtida tem uma representação modelada pela estrutura urbana. Salienta-se, igualmente, de forma muito vincada, a importância da Baixa, como área de maior concentração do comércio de instrumentos musicais e artigos para fotografia, agregando a área central da cidade a quase totalidade das casas comerciais destes artigos. De facto, apenas três núcleos exteriores, de significado muito restrito, se individualizam. Um ligado à conjugação entre vias de circulação (rua do Brasil e rua Combatentes da Grande Guerra) e uma área de grande densidade residencial (Bairro Norton de Matos), os outros dois relacionados com a implantação de centros comerciais (na Solum, o Centro Comercial Girassolum, e em Celas, os Centros Comerciais *Mayflower*, Primavera e Tropical) os quais se identificam com os núcleos secundários da organização do espaço urbano.

4. Conclusão

Assim, tanto pela oferta como pela venda de bens e serviços de lazer, como, ainda, de forma mais remota, pelo preenchimento do tempo livre, dos passeios ou do *ver montras* as actividades terciárias, nomeadamente o comércio, estão fortemente imbricadas com os lazeres. Por isso, quando se procura estudar as práticas dos lazeres a partir dos lugares dessas práticas, são evidenciadas muitas das características da organização espacial do terciário, seja no plano inter-regional, seja no entender das áreas urbanas.

No primeiro caso salientam-se dois componentes estruturantes: por um lado, a dimensão urbano/industrial, que acentua as assimetrias regionais de desenvolvimento em associação com as hierarquias urbanas; por outro, a dimensão de recursos naturais, localizados mais rigidamente e de cuja valorização social depende a fragmentação (como estâncias balneares, termas ou parques naturais). No segundo caso, evidencia-se sobretudo o princípio da hierarquia intra-urbana combinada com a diferenciação socioespacial

das áreas urbanas. Como se mostra com o caso da distribuição espacial na cidade de Coimbra, o agrupamento e a natureza dos equipamentos e lugares de práticas de lazer são directamente influenciados pela hierarquia interna das actividades terciárias, em combinação com a diferenciação das áreas sociais. Assim, além do centro funcional da cidade, a Baixa e a sua expansão são as áreas de residência de grupos sociais mais abastados e com maior concentração residencial onde se constata a presença de maior número e de maior diversificação de funções associadas ao lazer.

Os lazeres modernos expressam cada vez mais a natureza social das sociedades pós-industriais, mesmo em situação de menor desenvolvimento económico. Nestas sociedades, por efeitos induzidos, quer externos, quer internos, a difusão dos lazeres modernos, leva à adopção e ao desenvolvimento de espaços destinados às suas práticas. Factor de desenvolvimento, são também razão de acentuação de diferenciações sociais e espaciais e, ao mesmo tempo, sinais de distinção desses mesmos espaços.

Bibliografia

- Alegria, M. F. & Ferrão, J. 1981, 'Exibição de cinema em Portugal. Disparidades regionais', in *Finisterra*, Vol XVI, 32, CEG, pp. 341-349.
- Baudrillard, J. 1973, *La société de consommation*. Gallimard, Paris.
- Burns, T. 1973, 'Leisure in industrial society' in *Leisure and Society in Britain*, ed. M. A. Smith et al., Londres.
- Dumazedier, J. 1974, *Sociologie empirique du loisir. Critique et contre critique de la civilisation du loisir*. Ed. Seuil, Paris.
- Dumazedier, J. 1962, 'Travail et loisir', in *Traité de Sociologie*, Tomme II, dir. G. Friedmann, P. Naville & A. Collin, Paris.
- Dumazedier, J. 1962, *Vers une civilisation du loisir?* Ed. du Seuil, Paris.
- Fourastié, J. 1970, *Des loisirs, Pourquoi faire?* Casterman, Paris.
- Fourastié, J. 1965, *Les 40 000 heures, le travail d'une vie demain*. Médiations, Gouthier, Paris.
- Galbraith, J. K. 1976, *Sociedade da abundância*, Europa América, Lisboa.
- Hagerstrand, T. 1976, 'Geography: between nature and society', in *Geoforum*, vol 7, Pergamon Press, pp. 324-334.
- Kaplan, M. 1961, 'Leisure in America. Social Inquiry', in *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Nova Iorque.
- Lanfant, M. F. 1972, *Les théories du loisir*. PUF, Paris.
- Parker, S. 1976, *Sociologia do lazer*. Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- Patmore, J. A. 1983, *Recreation and resources. Leisure patterns and leisure places*. Basil Blackwell, Londres.
- Sue, R. 1982, *Vers une société du temps libre?* PUF, Paris.
- Touraine, A. 1969, *La société post-industrielle*. Ed. Denoel, Paris.
- Zorrilla Castrejana, R. 1990, *El consumo del ocio*, San Sebastian.

(Página deixada propositadamente em branco)

António Gama
Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

FUNDAMENTOS PARA UMA GEOGRAFIA DO TEMPO LIVRE*

Ce que nous savons de l'espace, nous le tenons des sciences pures. Nous le tenons aussi des mythes.

Ce que nous savons de l'espace, nous le tenons peut-être du langage, du plus pure et du plus raffiné au plus dense et au plus compact.

Ce que nous savons du temps, nous le tenons du corps et des choses en elles-mêmes; de la naissance et de la mort, de semailles et des moissons, du travail, du vieillissement, de la fatigue et de l'usure, de la consommation et des ordures, des astres qui passent au dessus de nous.

Ce que nous savon du temps, nous le tenons de nos pratiques et de nos sciences appliquées.

Michel Serres

'Espace et Temps' in *Sur l'aménagement du temps*, p. 13.

1. Tempo social e tempo livre

“A noção de tempo está inscrita em todas as sociedades humanas, no *continuum* da história colectiva e da experiência vivida” (Bailly & Béguin, 1982: 71).

Compreender a sociedade é também compreender como a imbricação do tempo e da duração geram as configurações espaciais, ou melhor, as combinações espaço-temporais. A atenção ao modo como se usa o tempo nas sociedades contemporâneas tem uma grande importância e actualidade.

Cada vez mais escassos hoje, encontram-se ligados aos problemas das sociedades industrial e pós-industrial. O consumo do tempo (e do espaço) que a organização da sociedade industrial gerou, transformando-o de modo irreversível, emerge nas discussões sobre a sociedade contemporânea. Foram os teóricos da sociedade pós-industrial que puseram na ribalta da discussão o tema do tempo e a problemática dos ócios, estes

*Texto não publicado, utilizado como texto de apoio para alunos de Geografia e Turismo, Lazer e Património. Última versão em 1992.

como atributos caracterizadores destas sociedades (Touraine, 1969). Sociedade pós-industrial, sociedade de consumo, sociedade tecnocrática, algumas das designações que são atribuídas às sociedades industriais avançadas.

O tempo livre e o ócio teriam, nestas sociedades de um tipo novo, um lugar fundamental que as diferenciaria das sociedades industriais do século XIX. Nestas, o tempo, o tempo livre e o trabalho teriam um significado diferente e menos autónomo do que aquele que as descobertas técnicas permitiram vir a gerar-se.

A organização socioeconómica nossa contemporânea, com as suas manifestações no comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais, tanto nas formas de enquadramento jurídico, como na vida quotidiana, suscita, cada vez, questionar mais a problemática do tempo. O interesse recente de várias disciplinas é disso um exemplo eloquente. O tempo, sequência de instantes, quantificáveis, de percepção diferenciada, longo ou curto, apazível ou angustioso, célere ou *parado*, inscreve-se na duração e, como o espaço, mede-se em distância. O tempo é geralmente referenciado em duas acepções: o tempo cíclico e o tempo evolutivo. “A linguagem quotidiana como a linguagem científica faz uma distinção entre duas noções de tempo: um tempo criador, da génese, da evolução e um tempo repetitivo, cíclico e vazio, da morte” (Rosnay, 1981: 53). Um refere-se à vida e à sua evolução, o outro aos ritmos, aos ciclos, diurno, semanal, mensal, anual.

Medido, cronometrado, ritmado, constantemente controlado, impõe-se hoje, no quotidiano das sociedades ditas *modernas*, de uma forma mais globalizante que nunca. Escasso, avaliado como recurso, é rigorosamente contabilizado em todas as instâncias. A sua importância reflecte-se no relevo que lhe atribuem tanto cientistas como filósofos, dirigentes das instituições sociais ou o homem comum. Do tempo de trabalho ao tempo livre, a sua avaliação está inserida no nosso quotidiano.

Ao tempo associa-se uma outra noção: a de espaço. Mas elas são interligadas pois “o espaço é temporal na sua própria natureza” (Alexander, 1920). Tempo e espaço, noções imprecisas e de contornos vagos nas fronteiras dos seus usos, surgem a todo o momento em diversas linguagens, tornando-se, por isso, difícil caracterizá-las. São, contudo, necessárias e, mesmo, imprescindíveis. Temas centrais das ciências humanas, tempo e espaço são também, e daí as dificuldades, termos da linguagem comum. Termos que se referem tanto ao real como ao imaginário colectivo das sociedades, definem-se como dimensão, onde se movem os actores como num cenário em permanente renovação, configurando papéis e relações cuja complexidade se traduz nas morfologias, nos elementos simbólicos e na arquitectura social.

Referir-nos-emos no âmbito deste estudo essencialmente ao tempo livre e às actividades e atitudes a ele ligadas. Como o tempo livre se define por oposição a um tempo não livre, a um tempo obrigado – o tempo de trabalho –, a sua inserção nas relações sociais, isto é no conjunto da sociedade, é pois fundamental. A tarefa de estudar o tempo livre e os ócios é uma tarefa que terá de ter sempre presente, implícita ou explicitamente, as suas relações com o tempo e as formas de trabalho. Assim, falar de um tempo livre só toma sentido se pesquisarmos também o tempo a que se contrapõe e o modo como com ele se relaciona.

Ao falar de tempo livre é necessário destacar em primeiro lugar o facto de o uso do tempo ser, antes de mais, um problema social. Esse uso desenvolve-se em determinados contextos sociais e assume, por isso, configurações diversificadas e

desiguais, tanto formais como de significado. Daí o interesse pela relação tempo de trabalho/tempo livre, porque ligados à esfera das relações produção/reprodução. Se o trabalho tem como finalidade essencial produzir, isto é, realizar bens que permitam a satisfação das condições básicas para a sobrevivência das sociedades, forçoso será dizer que as necessidades humanas não se confinam às consideradas vitais. O domínio da reprodução social, isto é, das actividades e práticas que permitem a manutenção das relações sociais, a produção de formas culturais e a sua transmissão e transformação, com incidências individuais e sociais, preencheu e preenche um vasto campo em todas as sociedades e, de forma particular, nas sociedades contemporâneas.

Dentre outros usos do tempo, uma grande fracção deste aspecto da reprodução social é ocupada pelos ócios, os quais estão ligados principalmente ao tempo livre. Mas a noção de tempo livre não é de todo isenta de ambiguidades visto que deve ser relacionada com o tempo de trabalho.

A relação tempo de trabalho/tempo livre não é só um problema de contabilidade de tempos, mas uma relação com o trabalho e as formas de apropriação de mais-valia. A redução de tempo de trabalho, objectivo central das lutas sociais durante largos períodos, não significa muitas vezes uma diminuição real, pois é quase sempre acompanhada de uma intensificação do trabalho, pelo que as taxas de exploração podem ser mantidas. A exploração do trabalho e a concessão de tempo livre estão em relação com o sobretalho e com a esfera do consumo, já que a um maior tempo livre corresponde um maior consumo (Pizzorno, 1959).

A organização do trabalho industrial e a sua evolução conduziram a uma valorização dos tempos livres e do ócio, diferenciando-se e opondo-se mesmo às formas como são tomados nas sociedades tradicionais. Se bem que possamos ver em muitas das transformações ocorridas a perpetuação de mitos antigos, o modo como actualmente são praticados, o seu significado social e a sua massificação levam-nos a perspectivalos em oposição aos das sociedades tradicionais: “Hesita-se, com efeito, em comparar os ócios de massa da civilização industrial e urbana e o folclore e a vida cultural de civilizações rurais e das sociedades fracamente industrializadas. Nestes dois últimos casos, o conteúdo das actividades fora do trabalho pode ser *religado* à vida profissional e social” (Touraine, 1959: 262). Um outro sociólogo e filósofo da sociedade contemporânea, H. Lefèbvre considera por seu turno, que “a grande mudança de hoje não seria tanto a passagem da raridade à abundância como a passagem do trabalho ao ócio” (Lefèbvre, 1969: 103). A importância cada vez maior na sociedade pós-industrial ou sociedade de consumo é repetidamente assinalada: “Entram nas necessidades e modificações as necessidades pré-existentes. As fadigas da vida moderna tornam indispensáveis o divertimento, a distração, o descanso” (Lefèbvre, 1969: 103).

A ambiguidade de que se reveste a noção de tempo livre leva-nos, portanto, a que a questionemos e a relacionemos com a de trabalho e de ócio. A imprecisão do significado destas noções torna esta problemática objecto de controvérsias (Lanfant, 1972; Dumazedier, 1975). E a dificuldade de as definir é ainda maior nos tempos recentes, resultante da actual crise económica, pelos problemas de desemprego, subemprego, trabalho informal, e das alterações nas formas de divisão do trabalho e do uso do tempo. “A abolição do trabalho, ou, pelo menos, a redução massiva da sua duração” (Sue, 1982: 21) significavam a meta da sociedade pós-industrial, o seu sonho e a sua ilusão. A diminuição do tempo de trabalho conduziu à alteração tanto

do valor de uso do tempo e à modificação das necessidades como ao aparecimento de novas figuras da sua fruição à margem das formas estabelecidas.

Os ócios estão ligados ao domínio da cultura, nas suas implicações com a vida quotidiana, das sociedades antigas às sociedades actuais, e nas manifestações que, de uma forma ou de outra, exprimem um imaginário colectivo das sociedades, valores culturais acumulados durante longo tempo. Por esta relação com o domínio da cultura, resulta a muita atenção que a estes fenómenos é dedicada pela bibliografia antropológica. Contudo, em muitos dos estudos produzidos por este campo disciplinar, por que se referem as sociedades ditas primitivas, os conceitos que procuram traduzir as suas realidades não são adequados às das sociedades urbanas e industriais nossas contemporâneas. O universo das relações entre o trabalho e o não trabalho é distinto das sociedades ditas modernas, tanto na sua atribuição social como nos ritmos da sua repartição e não há, em grande número dos casos, lugar a uma distinção marcada entre o trabalho e o ócio produzidos pela sua organização social. A reprodução social confunde-se, nas sociedades ditas primitivas e nas sociedades rurais, com a produção, assumindo diversas formas significantes, como rituais, festas, etc., enquadradas no elemento principal da estrutura social, a família extensa. Conjugam-se o sagrado e o profano em torno do núcleo familiar e sempre dentro do espaço de sociabilidade que é a comunidade aldeã. O lugar do trabalho é o lugar do ócio e os tempos sucedem-se ciclicamente.

Mas são os fenómenos nossos contemporâneos, nas sociedades onde a organização social e económica foi profundamente marcada pelas estruturas urbanas e de produção industrial, a que a organização socioeconómica capitalista deu expressão, que nos interessam. Por isso lhes notaremos um interesse dominante e por consequência daremos uma maior atenção às disciplinas que os estudaram, a sociologia do trabalho e a sociologia do ócio, sem, contudo, esquecer muitas manifestações que, com significados já distintos dos seus tipos iniciais, tomam ainda configurações antigas, correlativas de outras relações sociais que não as de hoje, como formas de comportamento, cuja estruturação se fez à margem ou com grande autonomia dos da unidimensionalidade da sociedade pós-industrial. No mesmo sentido, a nossa atenção centrou-se predominantemente na bibliografia que versa os aspectos contemporâneos do problema.

Tempo livre, ócio e trabalho são aqui concebidos como produtos da sociedade moderna, em que a urbanização e a industrialização configuram os actuais modos de vida e relações sociais. À ideologia do trabalho sucede a ideologia do ócio, sob os signos da racionalidade, da produtividade e do consumismo.

2. Tempo livre, ócio e sociedade

Importa clarificar as noções de ócio e tempo livre. A dificuldade da sua diferenciação resulta das várias formas significantes com que se traduzem nas diversas línguas, na maneira como são equacionadas pelos investigadores do tema e finalmente no modo como se inscrevem nas arquitecturas das diversas sociedades. Estes três tipos de abordagens permitem clarificar melhor o significado daquelas noções. Por exemplo, no plano linguístico, se a tempo livre e ócio correspondem palavras diferentes nas línguas latinas e germânicas, já o mesmo não sucede nas eslavas em que são expressas por uma única (Lanfant, 1972: 40). Mas, como dissemos, a sua identificação ou diferenciação

resulta também de atitudes a que não são estranhos posicionamentos em que o esforço de cientificidade ou os preconceitos ideológicos são mais ou menos valorizados. Estas diferentes atitudes têm, pois, raízes no modo como são subjectivados os estudos.

Neste sentido, a investigação empírica desdobrou-se em função das bases teóricas nas quais se baseavam os estudiosos, vindo a formar-se duas vias principais:

1. Uma análise do ócio subordinada à do tempo livre, à sua produção, evolução e conteúdo.

2. Uma outra subordinada à do trabalho, autonomizando a problemática do ócio e dando uma maior ênfase aos aspectos do consumo (Lanfant, 1972; Thrift, 1980).

Os países da Europa de Leste, onde formas de transição para o Socialismo foram desencadeadas e especialmente a U.R.S.S., país pioneiro nestes estudos, enveredaram pela primeira das vias de estudo referidas. A ligação do tempo livre com a produção é salientada neste caso.

A segunda tendência emergiu do âmbito da sociologia do trabalho em diversos países do bloco capitalista. A sua separação como campo de estudo autónomo deu-se por volta de 1950. A França e os Estados Unidos foram os países onde se realizou maior número de trabalhos e onde estes alcançaram maior expressão teórica.

A par destas investigações, predominantemente empíricas, surgiram, em diversos centros de pesquisa da problemática da cultura e da sociedade, pesquisas e ensaios de índole diversa, alguns de crítica radical, em que o ócio e o tempo livre eram abordados. Voltaremos adiante a este assunto de modo a clarificá-lo melhor.

Qualquer que seja a corrente, com maior ou menor ênfase neste ou naquele aspecto, a problemática dos tempos livres está sempre ligada à do ócio, tomando estes conceitos maior ou menor identificação de significado. Por isso, procuraremos equacionar os termos de uma delimitação/identificação dessas duas noções.

Por um lado, como referimos, os contextos linguísticos podem estar na base da sua identificação, como é ilustrado pelas línguas eslavas para o primeiro caso ou nas germânicas e latinas para o segundo. Por outro lado, vários autores distinguem-as introduzindo diferenciações secundárias. Estas diferenciações fundam-se em subtilezas de linguagem, de modo a sustentar suposições que vão desde a concepção de não identificação de tempo livre com ócio, defendida por Dumazedier que considera o ócio como tempo libertado em relação ao trabalho produtivo (Dumazedier, 1960; Lanfant, 1972), à sua identificação total por Lefèbvre (1970).

Enquanto o primeiro diferencia tempo livre de tempo libertado, sendo o ócio as actividades e os comportamentos a que um indivíduo se dedica depois de se ter libertado das suas obrigações profissionais, familiares e sociais (Dumazedier, 1959 e 1960), Lefèbvre introduz uma divisão tripla do tempo: tempo obrigado (o do trabalho profissional), tempo livre (o dos ócios) e tempo constrangedor (o das exigências diversas fora do trabalho) (Lefèbvre, 1970).

Outros autores, procurando uma diferenciação mais clara, consideram o ócio como o conjunto de actividades institucionalizadas ou em vias de institucionalização que se instauram no tempo livre, “sendo este delimitado a partir do tempo de trabalho, isto é, definido como valor económico determinado pelo estado das forças produtivas e pelos modos de distribuição do produto social” (Lanfant, 1972: 22).

Dado que, por um lado, se fala de uma prática social, o ócio, e, por outro, de uma duração, o tempo livre, as dificuldades de identificação permanecem. E “é por

extensão do sentido literal que a palavra ócio, que originariamente exprime uma qualidade subjectiva, tende a tomar um sentido objectivo, e designa tanto o tempo como um quadro de vida, um tempo vazio, o tempo livre ou as próprias actividades que o preenchem” (Lanfant, 1972: 23).

A análise das noções de ócio e tempo livre existentes em diferentes sociedades permite, também, clarificar melhor os seus significados. Por isso consideraremos, em seguida, alguns aspectos dessa relação. Já que o tempo livre é, em primeiro lugar, definido em oposição ao tempo de trabalho, não sendo um conceito autónomo mas um conceito de diferença, a sua relação com a sociedade assume um aspecto importante para a clarificação dos conceitos.

“Numa primeira reflexão é-se tentado a dizer que o ócio e o tempo livre existiram sempre em todos os tempos e em todas as idades” (Sue, 1981: 10). Afirmção que a uma primeira análise poderá transparecer como uma verdade evidente, pois que na vida dos homens ao tempo de trabalho se juntava um tempo de não trabalho, isto é, o esforço complementava-se com o descanso. Contudo, esta verdade evidente não passa de uma ideia falsa, de um preconceito etnocêntrico, porque não toma em conta que o modo como se concebem e praticam o trabalho e o não trabalho se modifica com os tempos.

Também a sua relação social, a sua inscrição na divisão social do trabalho, se alterou profundamente. De um privilégio exclusivo de classe a atributo diferenciador de classe com natureza e extensão diversas, assume situações variadas ao longo dos tempos e de sociedade para sociedade. As formas e conexões distintas que tomaram nas diferentes sociedades e épocas expressam-se nos valores que o trabalho e o ócio tomaram, na sua consideração negativa ou positiva.

Hoje, na nossa sociedade, a importância do ócio é muito grande, tomando ao tempo de trabalho uma porção cada vez maior. As lutas operárias, especialmente a partir do século XIX, alcançaram importantes reduções no tempo de trabalho e no reconhecimento do direito ao ócio pelas classes trabalhadoras. Esse facto conduziu a que alguns autores tivessem caracterizado a sociedade contemporânea como conducente a uma civilização dos ócios (Dumazedier, 1962; Fourástié, 1965; Touraine, 1962). Posição hoje discutível, já que a consideração de que a civilização industrial produziria uma outra em que o tempo livre tomaria proporções inéditas até à anulação do tempo de trabalho, como sonhavam os teóricos da sociedade da abundância, sofre contestação. Outros autores consideram, ao invés, que nalgumas sociedades antigas o tempo livre teria sido mesmo muito superior ao que dispomos actualmente, embora com expressões e qualidades diferentes.

Nas sociedades da Antiguidade Clássica, o ócio era atributo específico de classe, verificando-se uma separação social na relação trabalho/ócio. Ócio, em grego, traduz-se por *scholé*, que significa ao mesmo tempo ócio e instrução. A estes opunha-se *a-scholé*, definindo trabalho, estado de servidão. “O ócio tal como era compreendido pelos gregos implicava pertencer a uma determinada casta e gozar do estado de ociosidade” (Sue, 1980: 11).

Também na civilização romana a dualidade trabalho/ócio era idêntica na sua relação social. No latim, a *otium* (ócio) opunha-se *negotium* (privação do ócio, trabalho).

A prioridade dada ao ócio sobre o trabalho na filosofia clássica mostra bem esta relação social. Em ambos os casos, o trabalho é definido por um prefixo de negação, o que expressa o modo negativo como era visto socialmente.

Nas sociedades pré-industriais, de organização feudal, no mundo muçulmano e noutrém do oriente, encontra-se a mesma clivagem entre uma classe ociosa, que gasta o seu tempo no ócio, e a grande massa de servos dedicados ao trabalho. A relação tempo de trabalho/tempo de não trabalho era, na sociedade medieval, regulada pela Igreja, por um lado, e pelos ritmos climáticos, pelo outro. Era um tempo cíclico, repetitivo, um tempo livre constrangedor, porque a inactividade era imposta e não escolhida. Marcado por rituais em que o peso da religião era dominante, a sua ritualização submetia-os a normas que excluía o livre arbítrio dos que nele participavam (Sue, 1980).

A decomposição da ordem social feudal e a estruturação da sociedade capitalista traz modificações tanto nas formas de divisão do trabalho como na ordem jurídica das relações sociais. Por um lado, na sequência da importância que o económico toma com o desenvolvimento do comércio e da produção de bens, o trabalho é valorizado socialmente. Começam a despontar as primeiras manifestações da ideologia do trabalho, que se afirma com a revolução industrial e com os pensadores do século XIX. Por seu turno, são tomadas perante o ócio, durante um largo período, em especial no século de oitocentos, atitudes no sentido da sua desvalorização em face do trabalho.

O desenvolvimento do capitalismo industrial e as lutas sociais que o acompanharam vieram trazer uma revalorização do ócio, especialmente da passagem do século XIX para o século XX até aos anos (19)30. Este crescendo de importância do ócio, fruto das lutas sociais e políticas que levaram à modificação de atitudes perante a relação ócio/trabalho, apresenta-se a partir desta altura com uma nova configuração social, traduzida pelo acesso a ele por parte das classes trabalhadoras. Este facto regista uma diferente forma no uso do ócio na estrutura da sociedade, já que a ele têm acesso todas as classes sociais. O seu desenvolvimento e a democratização acarreta consigo o sonho da igualdade social pelo acesso ao ócio. Mas a igualdade perante os ócios está longe de ser alcançada, já que continuam a ser atributo das classes privilegiadas. A natureza quantitativa e elitista de determinados ócios, pela exigência cultural ou pelo custo do seu acesso, provocam uma clara segregação social. No entanto, o tempo livre tem uma configuração diferente da das sociedades antigas, tanto pelas formas de relação social como pelas de relação espacial. A segregação faz-se também pela relação tempo-espço, pelo diferente poder de alcance espacial que diferenciam as classes sociais. Estas diferenças manifestam-se tanto em escalas locais como planetárias.

As relações do tempo livre e do ócio com a esfera do económico são importantes, como o são também com o domínio do ideológico e do político. Estas noções manifestam implicações culturais, de afirmação de liberdade, de criatividade, de estruturação social no domínio da reprodução social, pelo que são necessariamente ligadas à ideologia. O valor do ócio e do trabalho são determinados pelas ideologias dominantes, assim como as instituições políticas e ideológicas determinam as suas práticas. Em suma, o tempo e o espaço do trabalho e do ócio são segregados pelo poder.

A transformação das atitudes sociais perante o ócio e o trabalho acompanharam as mudanças da sociedade nos últimos dois séculos. Assim, também as transformações operadas desde os finais do século XVIII levaram ao desenvolvimento das Ciências Sociais, constituindo o trabalho e o ócio objecto de preocupação de políticos, críticos sociais e cientistas. As fases do seu estudo evidenciam diversos contextos sociais e científicos. Por isso, iremos referir-nos seguidamente ao desenvolvimento das investigações sobre o tempo livre e o ócio.

3. Os estudos do tempo livre e do ócio

O estudo do percurso teórico da abordagem do ócio e dos tempos livres torna-se importante para a sua compreensão e definição dos contornos que assumem as tomadas de posição dos vários estudiosos do tema.

A problemática do tempo e da sua medição, embora antiga, só se torna pertinente para o âmbito do nosso estudo a partir do século XIX, com a generalização das lutas operárias em prol da redução do tempo de trabalho e pela importância que o trabalho assumiu na sociedade industrial. O reforço da ideologia do trabalho com o advento da organização social capitalista e o lugar que aquela tomou na fase industrial enriquecem-no de uma carga moral. Empresários e críticos sociais louvam as virtudes do trabalho. O estatuto social das classes industriais toma um outro valor na sociedade. Em contrapartida, o ócio é objecto de condenação pelo seu carácter não produtivo, pela sua ineficácia social. Smith e Saint-Simon contam-se, entre tantos autores da primeira metade do século XIX, como apologistas do trabalho. A sociedade do século XIX é vista como uma sociedade de produção, onde o ócio é reprovado. Disso é paradigmática a *Parábola* de Saint-Simon, que condena a nobreza ociosa e afirma a sua inutilidade social em confronto com as virtudes do trabalho das classes laboriosas e da burguesia, cujo desaparecimento seria catastrófico para a nação, ao contrário do que aconteceria se tal ocorresse com a nobreza. Esta moral do trabalho, associada ao puritanismo, enraizou-se fortemente nas ideologias e na acção política. O ócio é proscrito em nome do racionalismo económico da sociedade capitalista nascente. “A ociosidade é um crime contra a sociedade e contra todos os que a compõem, a começar pelos operários” (Sue, 1980: 13).

A partir dos meados do século XIX, o tema do trabalho e do tempo do não trabalho, isto é, do tempo livre que o trabalho coercivo deixava, começa a surgir na ordem do dia, de um lado, nas intervenções políticas e nas lutas sociais pela redução da jornada de trabalho, pelo outro, nos escritos dos estudiosos da sociedade.

A redução do dia de trabalho que as classes populares conquistaram durante as lutas sociais da Revolução de 1848, sobretudo na França e na Alemanha, a qual foi, aliás, logo suprimida com o triunfo da contra-revolução que se lhes seguiu, traduz-se num dos marcos importantes das lutas pelo tempo livre. Estas lutas eram, então, ainda predominantemente caracterizadas pelo aumento do tempo de não trabalho, isto é, pela redução do tempo semanal de trabalho, pela conquista de um tempo de descanso maior.

Pela mesma época, meados do século XIX, os estudos de Marx sobre o valor-trabalho retomavam, de forma crítica, o tema dos economistas clássicos. Ainda aqui a importância central é dada ao trabalho, como em Smith e Ricardo, considerando que o homem deve ocupar uma parte do tempo diário a repousar e a assegurar a sua manutenção, ou seja, a reconstituir a sua força de trabalho. Estes estudos denotam já uma preocupação pela realização do homem, pela sua libertação na avaliação da relação entre trabalho e não trabalho, trabalho manual e trabalho intelectual. Com os temas da alienação, do trabalho alienante e da realização do homem total, os seus primeiros escritos abrem caminho à problematização do tempo livre e do tempo de trabalho e à crítica do trabalho na sociedade capitalista.

Esta via é desenvolvida por Paul Lafargue, genro de Marx, em *O Direito à Preguiça* (Lafargue, 1884). Nesta obra célebre, o autor defende o direito ao ócio para as classes

trabalhadoras, já que a criação, a poesia e as artes eram apanágio das classes do ócio. Para Lafargue, o ócio devia deixar de ser uma categoria burguesa reservada à nova classe que destronou a nobreza. Esta preocupação em mostrar a relação entre o ócio e as classes sociais foi objecto de atenção, na mesma época, por outros autores. É a um investigador do final do século, ao americano de ascendência norueguesa Veblen, que geralmente se atribui a primeira obra declaradamente teórica sobre o ócio: *The theory of leisure class*, publicada em 1899. A esta obra liga-se toda uma corrente de pensamento e de investigação de diversos autores da segunda metade do século passado. As grandes teorias do seu tempo, a teoria dos instintos e a teoria darwinista da história, formam, em conjunto, a filosofia pessoal de Veblen (Aron, 1970: XXVII).

A Teoria da Classe do Ócio, na qual a sociologia do ócio descobre uma das suas referências capitais, é uma crítica violenta à sociedade do lucro e do regime capitalista. Nela, não só trata a questão do ócio, no fim do século XIX na América, como procura as suas raízes noutros tempos e traça a sua evolução, dentro de uma preocupação marcadamente evolucionista. Como diz o próprio autor, “propomo-nos examinar aqui o lugar e o valor da classe do ócio, tomada como factor económico da vida moderna”, “procurar qual a origem desta instituição e por que caminhos se tornou no que é presentemente” (Veblen, 1970: 1). O ócio é tomado como um símbolo de classe, não designa um estado de repouso ou de preguiça, é antes de mais um consumo improdutivo do tempo (Veblen, 1970; Lanfant, 1972), isto é, um tempo sem valor económico em relação ao trabalho produtivo. Neste aspecto, Veblen adopta as ideias fundamentais do pensamento social do século XIX, para quem o ócio e progresso social num determinado estágio de desenvolvimento são antagónicos. A estreita relação entre uma classe consumidora de bens supérfluos e improdutiva leva-o à caracterização de uma classe do ócio. “A classe ociosa é uma instituição”, expressão de posse e de prestígio social, bem evidenciados na sua preocupação de a estudar em relação com a propriedade e com as forças económicas. “No decurso da evolução cultural, a emergência de uma classe ociosa coincide com os primórdios da propriedade. Isto significa necessariamente que estas duas instituições resultam duma mesma série de forças económicas” (Veblen, 1976: 17).

Com o desenrolar do século XX, a análise das formas socioeconómicas dão, cada vez mais, expressão aos temas do ócio e dos tempos livres. Inicialmente ligado aos estudos sobre o trabalho na sequência do século anterior, o tema do ócio acaba por impor um campo disciplinar separado, por meados do século. A partir dos anos (19)20, desenvolveram-se duas correntes principais, cujas implicações com as sociedades onde se produziram são manifestas. Os objectivos sociais das estruturas sociopolíticas e as diferentes lógicas económicas criaram as condições de uma problemática distinta, que se expressaram em correntes teóricas diversas. Por um lado, as correntes desenvolvidas no contexto da economia capitalista, com especial significado para os Estados Unidos, e, por outro, as investigações que, na União Soviética, a implantação da via para o socialismo desencadeou. Neste segundo caso, segundo Lanfant (1972: 209), “o ócio é tratado como um produto determinado pelo crescimento industrial e técnico, o qual gera modificações no quadro (de vida) e nos modos de vida: aumento dos tempos livres, vida urbana, crescimento do nível de vida, extensão dos bens de conforto, etc.” Enquanto no primeiro, “ao contrário e em relação à abordagem anterior que subordina o individual ao económico, a análise do ócio à do trabalho, desenvolveu-

se nos anos (19)50 a sociologia do tempo livre tal como era concebida nos países do leste, e afirmar a independência do seu domínio e a capacidade do seu objecto” (Lanfant, 1972: 109).

Em qualquer das sociedades onde se desenvolveram as principais correntes de estudo desta problemática, uma percentagem cada vez maior da população teve acesso ao ócio e ao tempo livre. A planificação económica e a produção crescente dos objectos de consumo, que incentivavam o consumo privado, fazem com que a libertação do tempo de trabalho corresponda a um crescente controlo do tempo de não trabalho. Os problemas daí resultantes despertaram um vivo interesse e preocupação. Sociólogos, antropólogos e psicólogos estudam as práticas do ócio e as formas como é usado o tempo libertado pela redução do tempo de trabalho obrigatório. As formas como o fazem, as orientações que dão a esses estudos têm índoles e perspectivas diversas.

Uma destas perspectivas foi o estudo da utilização do tempo. O primeiro destes estudos foi realizado, em 1921, por Strumiline, a operários de Moscovo. Pela mesma altura, começaram a ser feitas nos Estados Unidos pesquisas sobre o uso do tempo. No caso dos Estados Unidos, inicialmente as ligações são estreitas com a antropologia (Mead, Lynde) e com a sociologia do trabalho (Mayo), manifestando-se também um despertar do tema, em meados do século, por influência de intelectuais emigrados, preocupados com a problemática geral da cultura e da crítica da sociedade (Fromm, Marcuse, Adorno).

Na tradição da sociologia norte-americana, e à margem das correntes empiristas, destacou-se sobretudo o nome de Riesman, autor de diversas obras, das quais ficou celebrizada *The Lonely Crowd* (1948). Nesta, o autor defende a tese da perda dos valores do trabalho e da superação dos antagonismos de classe, originada pela sociedade da abundância e pelo ócio. Este optimismo foi-se desvanecendo em trabalhos posteriores.

Na Europa, sobretudo na França e Inglaterra, desenvolveram-se estudos de que destacamos os de Friedmann e de Manheim. Friedmann produziu uma obra importante no domínio da sociologia do trabalho, onde deu relevo particular ao ócio e à problemática tempo de trabalho – tempo livre. Em *Le Travail en miettes* (1956) consagra-se ao estudo das tarefas repetitivas e parcelares e ao estudo dos seus efeitos sobre o comportamento de trabalho e tempos livres dos indivíduos submetidos à moderna divisão social do trabalho. Os tempos livres surgem como uma compensação às contrariedades do trabalho, pelo que é num alargamento do tempo livre e na sua utilização mais humana que vê uma primeira solução para o problema. Foi o primeiro sociólogo francês que, no dizer de Dumazedier, sublinhou o papel capital do ócio na humanização da civilização técnica (Dumazedier, 1962). Para Friedmann, o ócio é uma função derivada do trabalho, sendo concebido como uma compensação, pelo que o englobava no domínio da sociologia do trabalho.

Por seu turno Manheim, sociólogo alemão, emigrado em Inglaterra nos anos (19)30, desenvolveu diversos estudos sobre o ócio e o tempo livre na sociedade moderna. Para ele, o ócio era estreitamente associado à sociedade democrática e por esta se atingiria o desenvolvimento completo do indivíduo.

A partir dos anos (19)50 dá-se uma ruptura na orientação das investigações. Dumazedier, discípulo de Friedmann, destaca-se nesta orientação de pesquisa que conduz à autonomia da sociologia do ócio, separando o seu campo de estudo da sociologia do

trabalho. Para Dumazedier, o ócio tem como funções principais descontrair, divertir e desenvolver, isto é, para além da compensação do trabalho, o ócio é sobretudo um factor de desenvolvimento cultural (Dumazedier, 1962).

A evolução da sociologia dos tempos livres ou do ócio na União Soviética e nos países do leste da Europa reflecte a natureza social dos regimes desses países e as vicissitudes por que passaram. A Revolução de 1917 desencadeou na U.R.S.S. um primeiro surto de estudos, nos anos (19)20. Nestes estudos destacou-se a figura de Strumiline, como já referimos, com as suas investigações sobre a utilização do tempo. Lanfant considera-o como um feliz precursor deste tipo de análises, cujo objectivo era “elevar o nível de cultura socialista dos trabalhadores” (Strumiline, cit. por Lanfant, 1972: 143).

Na sequência destas investigações, numerosos estudos foram prosseguidos nos anos 30; contudo, os começos prometedores da sociologia dos tempos livres na União Soviética foram brutalmente interrompidos, em consequência de mudanças políticas e sociais entretanto ocorridas. Nos anos 50-60, assiste-se a uma renovação das investigações e é precisamente sobre os problemas do tempo livre que se fixa a atenção dos estudiosos. Desde há alguns anos, uma nova mudança se opera na U.R.S.S., sendo cada vez mais valorizada a noção de tempo livre individual ao contrário da tradição das investigações anteriores.

Deveremos referir ainda outros desenvolvimentos nos países em vias de transição socialista. Os países levados a cabo na Checoslováquia, associando o ócio à revolução técnica e científica (Richta) ou relacionando-o com o trabalho (Filipcova), assim como os empreendidos na Jugoslávia, sobre a problemática social do ócio (Ahtik), constituem algumas das suas expressões mais importantes.

De uma forma mais global, o tema do tempo livre e do ócio aparece em diversas obras de crítica da sociedade industrial. Autores como Marcuse, Fromm, Lefèbvre, Naville, Elias, para referir apenas alguns dos mais conhecidos, tiveram esta problemática dentro das suas preocupações. Os temas da alienação, a repressão, a ilusão da realização, as formas de manifestação ideológica, consumismo, cultura de massas, burocracia e urbanização são os que com maior frequência surgem nos escritos destes autores, associados ao trabalho e ao ócio. Estes estudos contribuíram em muito para uma crítica desmistificadora da crença de que o desenvolvimento do tempo de ócio e das suas práticas criaria uma igualdade social e uma nova libertação do homem. As implicações sociais, culturais e psicológicas destas críticas trouxeram à luz do dia contradições e ideologizações simplistas e evidenciaram a complexidade dos problemas e a importância das implicações práticas e ideológicas.

Além disso, o ócio e as suas configurações perpetuam hoje muitos dos mitos antigos, isto é, “os grandes mitos que fizeram voga durante o período greco-latino são reactualizados no jogo, no ócio, no desporto, no descanso, na viagem” (Dufour, 1970: 36). É para o ócio que são orientados os desejos e as esperanças, as quais são dimensões essenciais e universais do mito. “O ócio tem sido sempre o tempo mais favorável aos sonhos e à felicidade” (Dufour, 1970: 36).

O percurso teórico dos estudos sobre o ócio e o tempo livre que traçámos permite-nos concluir que as suas conceptualizações resultam ao mesmo tempo da investigação empírica e do enquadramento ideológico dos estudiosos. “Entre o conceito de ócio que o investigador construiu com fins operativos, com vista a orientar uma observação

objectiva dos factos, e a representação subjectiva do ócio, como interiorização de valores sociais, a linha de demarcação não se encontra claramente traçada” (Lanfant, 1972: 205). A apresentação que de seguida fazemos a propósito da definição de tempo livre e de ócio permite-nos ilustrar esta questão. A variedade das definições, a vacuidade de algumas e a imprecisão de outras são disso prova concludente.

Havigurst (1959) considera o ócio como um estilo de vida, a maneira como o indivíduo distribui as suas actividades no tempo. Por sua vez, Kaplan (1960) recusa reduzir o ócio às suas qualidades extrínsecas, tempo e espaço. No melhor sentido do termo, para ele, o ócio é o que permite ao homem renovar-se, conhecer-se, realizar-se.

O sociólogo francês Touraine considera o ócio como “uma acção livremente orientada para objectos ou valores que exigem tanto mais do indivíduo quanto vão mais separados dele pelo labirinto dos códigos sociais” (Touraine, 1969: 289).

Por seu turno, Dumazedier, a quem se deve uma extensa série de trabalhos sobre o tema, evidencia, ao longo da obra, uma variação no que respeita à definição de ócio, vindo em trabalhos recentes a acentuar o seu carácter idealista. Nos anos (19)50, Dumazedier apresenta o ócio como “conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode dedicar-se de maneira completamente voluntária, seja para descansar, seja para se divertir, seja para desenvolver a sua formação desinteressada, a sua participação social voluntária, liberto das suas obrigações profissionais, familiares e sociais” (Dumazedier, 1953 e 1960). Numa obra mais recente, *Loisir et culture* (1966), referindo-se ao ócio, define-o como uma “escolha que deixa ao indivíduo uma impressão de prazer” e como “uma actividade à qual o indivíduo adere de inteira vontade, livremente”. Nesta, Dumazedier propõe quatro critérios que permitem identificar o ócio: libertador, gratuito, hedonístico e pessoal. Estas definições de ócio implicam certas condições que se podem sistematizar em quatro conjuntos:

- 1 – uma ruptura com a situação de trabalho;
- 2 – uma escolha na aparência livre, na verdade, relativamente livre;
- 3 – o seu carácter desinteressado;
- 4 – empenhamento da personalidade e, de uma certa maneira, realização do seu ideal.

Procurando finalizar esta trajetória sobre as concepções do tempo livre e do ócio, a sua génese e evolução e a relação com as sociedades, concluiremos que o ócio designa ordens de factos diferentes, como tempo, no que se relaciona com o tempo livre, como actividade e, finalmente, como atitudes:

1 – Como quadro temporal (nas diferentes acepções), interrupção ou suspensão das actividades, paragem do trabalho (tempo de pausa, tempo livre do fim do dia após o trabalho, fim-de-semana, férias anuais, reforma, etc.);

2 – Como actividade ou conjunto de actividades: neste conjunto, enumeram-se uma grande série de ocupações de natureza variada, do *bricolage* aos desportos, da exposição aos *media* à exposição ao sol, do passeio de automóvel às viagens a longa distância, a lista é ilimitada;

3 – Como atitudes, disposições pessoais, conceitos individuais ou colectivos face ao tempo ou à acção (Lanfant, 1972).

Em suma, tempo livre e ócio têm a ver com as funções que desempenham na sociedade. Mas as funções são realizadas por diversas práticas exercidas em relação ao tempo (duração) e ao espaço (espacialidade).

No sentido de pesquisarmos essas relações passaremos de seguida ao estudo das funções do ócio, isto é, das funções das práticas do tempo livre.

4. Funções do ócio e do tempo livre

Um exame das funções do ócio permitirá colocar o problema e definir o âmbito deste estudo. O conceito de função será tomado de uma forma ampla, superando o âmbito restrito que assume quando visto no sentido de resposta pontual numa determinada situação. Referir-nos-emos ao conceito de função como as utilidades objectivas que apresenta um fenómeno num sistema social considerado, deduzidas da observação empírica da realidade” (Gras, 1975). Um uso simplista deste conceito arrisca-se a fazer esquecer a realidade contraditória do fenómeno.

No domínio da caracterização funcional do ócio e do tempo livre equacionaremos o problema de dois ângulos. Em primeiro lugar, teremos em consideração uma classificação com base nas categorias de utilidades que o ócio pode tomar, ou seja, função de evasão – compensação, função de recuperação e função de inversão (Gras, 1980). Em segundo lugar, daremos atenção à classificação de Dumazedier de 1962 e consideraremos, finalmente, uma outra, baseada nos domínios principais do contexto socioeconómico do ócio e do tempo livre: funções psicossociológicas, funções sociais e funções económicas (Sue, 1981).

A primeira classificação de funções que referimos, obedece às categorias de utilidades que o ócio pode tomar. Assim, consideraremos a evasão/compensação, a recuperação e a inversão, funções manifestas dos fenómenos de ócio, para além de outras não directamente resultantes da observação empírica da realidade, isto é, escondidas, e que designaremos de latentes.

1 – A evasão/compensação pode entender-se como fuga imaginária ou efectiva da realidade vivida como constrangedora e penosa.

2 – A recuperação, situada na mesma dimensão do trabalho, caracteriza-se por ser como que a preparação para o trabalho.

3 – Por último a inversão, de significado importante, é a negação de um papel, estatuto ou comportamento imposto ao indivíduo pela sociedade, que inverte deste modo as perspectivas constrangedoras desta sociedade (Gras, 1980).

Qualquer delas se manifesta em diversas práticas e em relação a fenómenos de ordem diversa, tidos em conta na segunda classificação. Esta, tem em conta as funções que se encontram em graus diversos no conjunto das práticas do ócio. Observa sobretudo os contextos das práticas e a relação dos indivíduos com esses contextos, segundo três níveis: o plano individual, o plano social e o plano económico.

No primeiro, as funções psicossociológicas têm como característica principal a possibilidade de uma compensação da vida de trabalho, senão total, pelo menos parcial. Esta compensação é essencial ao equilíbrio psicológico do indivíduo.

Neste plano, Dumazedier identificou as três funções que ficaram célebres pela fórmula D. D. D. (Sue, 1980: 54 a 64). D. D. D. – *délassement, divertissement, développement* (Dumazedier, 1962: 26-27). Descanso, divertimento e desenvolvimento, segundo o seu autor, sintetizaram os três domínios do plano individual que o ócio preenche. O descanso significa ao mesmo tempo repouso e libertação: função recuperadora importante como

forma primária de reprodução social; libertação psicológica dos condicionamentos e constrangimentos do trabalho obrigatório que pesam sobre o indivíduo. A esta juntam-se as funções de divertimento e de desenvolvimento. O divertimento completa o descanso e dá-lhe um conteúdo mais dinâmico. O aborrecimento e o tédio relacionados com a vida moderna, gerados pelo modo de vida urbano e pelo trabalho rotineiro e que se sobrepõem à fadiga física e nervosa, são compensados por uma actividade diferente. Nisto desempenha um papel importante o divertimento, como anestésico do quotidiano. Meio de esquecer momentaneamente o aborrecimento, lançando-se numa actividade lúdica, na procura de prazer de bem-estar – aspecto fundamental do ócio, já que actividade lúdica e prazer se identificam. Por fim, o último dos D., o desenvolvimento, é a mais ambiciosa, a menos comum das funções do ócio e a que se encontra pior repartida. A mais ambiciosa, porque supõe que depois do tempo de trabalho o indivíduo tenha guardado suficiente vontade para se lançar em actividades susceptíveis de participar no seu desenvolvimento intelectual, artístico e físico. A mais desigualmente partilhada, porque depende da educação, do nível de instrução e das condições económicas e profissionais para um indivíduo prosseguir um desenvolvimento pessoal. É considerada como a mais compensadora em relação ao trabalho, enquanto as outras se manifestam mais como uma fuga pelo ócio.

Por sua vez, Sue (1980) define, além das funções sociopsicológicas, seguindo Dumazedier, funções sociais e económicas. As funções sociais do ócio preenchem a relação do indivíduo com a sociedade. Estas são analisadas ao nível da sociedade no seu conjunto. Várias funções importantes podem ser referidas neste plano de análise. Tomemos três das mais significativas: uma função de socialização, uma função simbólica e uma função terapêutica.

A relação indivíduo/sociedade e o problema da integração social são dos problemas mais candentes da vida das sociedades modernas. A individualização acentua-se, os riscos de solidão são maiores, com profundas alterações nas formas de comunicação, fragmentando-se e deteriorando-se as de nível interpessoal. A divisão de trabalho, a separação espacial entre lugares de residência e de trabalho, a crescente natureza individual do consumo dificultam os aspectos de socialização, com especial relevo para os que tradicionalmente se encontram polarizados pela família. Com uma função de integração social de grande importância, o agrupamento familiar vem perdendo esse papel em favor de outras instituições, em especial nas sociedades urbanas e industriais. Uma dessas funções é a de núcleo social das actividades de ócio. Outros núcleos de socialização lhe tomam, portanto, o lugar já que o ócio tem uma parte importante na função de socialização. Na sua realização evidenciam-se os clubes, associações e grupos de identificação social ou cultural, assim como os grupos organizadores de espectáculos de massas, festas, festivais, espectáculos desportivos. Mas apesar da perda da hegemonia, a família desempenha ainda um papel muito importante.

A função simbólica como uma das funções sociais manifesta-se pelos códigos que as práticas do ócio conotam e que têm a ver com a estratificação social. Devem-se a Veblen as primeiras considerações sobre o ócio como “antes de mais, um símbolo de classe”. Pelos clubes frequentados, os desportos praticados, as formas e os rituais que as práticas apresentam, os ócios são sinais exteriores de pertença a determinadas classes ou grupos sociais. O ócio pode ser considerado como símbolo de uma afirmação pessoal ou de uma classe social. Enzenberger considerou, para o fim do século XIX,

o palacete como o “palácio da grande burguesia” criando “um desterramento no tempo e no espaço, mas também um desterramento social, sob a forma de *high life*” (Enzenberger, 1969: 230).

A função terapêutica do ócio reúne as duas primeiras funções psicossociológicas, já referidas, descanso e divertimento. O seu carácter social é evidente, manifestando-se de forma mais perceptível nos ócios físicos. A recuperação física e psicológica que propiciam, conduzem ao estabelecimento do equilíbrio do organismo e, portanto, à qualidade de saúde das populações e à menor frequência de ocorrência de determinadas doenças. A prática dos passeios, actividades desportivas ou desportos de competição contam-se entre as práticas mais difundidas ligadas à função terapêutica.

Por último, o ócio, como fenómeno da sociedade não pode, como vimos antes, ser desligado do sistema económico. Esta relação como económico contraria a tendência “em explicar o ócio somente em relação ao trabalho e a excluí-lo arbitrariamente do ciclo da produção-consumo” (Sue, 1980: 74).

Numa sociedade em que as actividades ligadas ao consumo tomam uma importância crescente, ao ponto de se lhe atribuir a designação de sociedade de consumo, não se podem esquecer as actividades de ócio inseridas nesse circuito. Mesmo algumas dessas actividades que aparentemente são consideradas como funções essenciais de manutenção da vida, como a alimentação, quando praticadas em determinadas ocasiões e em certos lugares, mantêm uma ambiguidade de funções. Evidenciam-se, por vezes sobremaneira, a função de socialização e o papel hedonista, manifestando-se a sua importante faceta de ócio.

A produção de ócios, ou a “indústria dos ócios” segundo alguns autores, transformou-se numa cadeia importante nas economias ocidentais, contribuindo fortemente, em alguns casos, para os orçamentos nacionais. Os jogos, o turismo, o desporto, as cadeias de hotéis, entre outros, assumem hoje uma importância muito grande na economia e transformaram os usos do espaço nas suas formas de ocupação, na periodicidade, no incremento da circulação de pessoas e conseqüente desenvolvimento das vias de comunicação. A estrutura do emprego das zonas afectadas, a par da manifestação crescente de novos tipos de mobilidade populacional, que assumem por vezes formas massivas, são duas das suas maiores implicações sociais. Esta importância do ócio é um resultado de uma longa evolução que não cabe no âmbito deste texto particularizar.

5. As práticas dos ócios

A diversidade das actividades ligadas aos ócios e às situações em que se praticam, isto é, dos lugares e dos tempos dessas actividades, tornam difícil uma ideia definida das suas práticas. A infinidade e diversidade obrigam a uma classificação que, como todas, é susceptível de discussão. A resposta ao problema da sua sistematização, que uma ordenação em classes visa, pode ser vista de vários ângulos.

Assim, uma classificação que tenha em vista dar conta das diversas situações de ócio e da ocupação dos tempos livres deverá responder a diversas questões. Como se repartem, que tempo ocupam, em que lugares se praticam e porque lugares se repartem, que categorias e classes sociais se lhe dedicam são alguns dos critérios que deverão presidir a uma classificação das práticas dos ócios.

A partir da consideração da gênese dos ócios ou apenas da sua estrutura formal poderemos equacionar o problema em dois tipos de classificação: classificações genéticas e classificações sincrónicas (Dumazedier, 1974).

1. As classificações genéticas têm em conta a gênese e a evolução dos ócios. Impõe-se como ilustração a referência a algumas. Uma delas, devida a Ahtik (1955), opõe ócios tradicionais, como conferências, leitura, música, arte, a ócios modernos, os quais são consequência de invenções, o automóvel, a rádio, o cinema. Outra, como a definida por Lynd (1925), numa via igualmente histórica baseia-se, à luz do progresso, na pesquisa da cultura de massa. Assim à cultura tradicional (vida familiar, saídas locais, café), na origem, faz suceder a cultura humanista (conferências, círculos de educação popular) e, por último, a cultura de massa (emissões de rádio, cinema) (Dumazedier, 1974).

2. As classificações sincrónicas procuram uma diferenciação dos tipos de ócio segundo as suas características formais. São diversas as tentativas dentro deste critério, de que se salientam algumas. Havigurst (1955) define onze categorias entre as quais se contam tipos como participação em grupos, viagem de recreio, participação em actividades desportivas, televisão e rádio, trabalhos manuais, actividades de imaginação, visitas amigos e familiares. Por seu turno, Foote e Cottrel (1956) apontam apenas cinco: os jogos físicos, os trabalhos manuais, o devaneio, os jogos intelectuais e os jogos artísticos (Dumazedier, 1974: 101 a 102).

Dentro deste tipo de classificações, uma das tentativas mais sugestivas é a proposta por Kaplan (1960) que procurou reduzir as actividades do ócio a seis tipos principais, relacionando-os a seis centros de interesse:

TIPOS DE ÓCIO	CENTROS DE INTERESSE
1. Sociedade	- as pessoas
2. Associação	- os interesses
3. Jogos	- as regras
4. Artes	- as tradições
5. Exploração	- ir para o mundo
6. Imobilidade	- receber o mundo

Por último, referiremos a proposta de classificação elaborada por Dumazedier, autor com larga experiência neste domínio de estudos. A tipologia proposta procura a definição de tipos em que a perspectiva sincrónica é associada a um critério de desenvolvimento cultural. Assim aponta três grandes grupos: ócios físicos, artísticos, práticos, intelectuais e sociais (Dumazedier, 1974).

Este percurso a propósito da classificação das actividades do ócio procurou mostrar, para além das divergências a dificuldade de uma classificação definitiva. Por isso, e na impossibilidade de uma elaboração plenamente satisfatória, adoptaremos, pelas necessidades práticas do estudo e pelos seus objectivos teóricos, uma classificação dos tipos de ócio, sob uma óptica sincrónica, algo semelhante à de Dumazedier (Sue, 1981). As questões relativas ao espaço e ao tempo das práticas dos ócios serão analisadas. Porque os limites entre os tipos são fluidos e apenas, para facilitar a inteligibilidade dos fenómenos, se separam, deparamo-nos com constantes dificuldades. Uma característica comum é que todos, em graus diversos, contribuem tanto para o desenvolvimento cultural como para a socialização.

Distinguiremos quatro grandes categorias de actividades de ócio (Sue, 1981): físicos, práticos, culturais e sociais.

O primeiro grupo, os ócios físicos, considera as actividades que implicam a manutenção do corpo, as práticas culturais de expressão física do indivíduo. Estas visam procurar uma sensação de descanso físico. “Estas actividades são tanto mais estimadas quanto o modo de vida urbano reduziu as possibilidades de expressão física do indivíduo. As condições de trabalho multiplicam os factores de constrangimento físico e de tensão nervosa. O descanso físico é um meio de descontração privilegiado.” (Sue, 1980: 83). Por isso, torna-se uma necessidade crescente, adoptada cada vez mais, pelas populações urbanas.

Poderemos considerar três tipos principais que se diferenciam pelo grau de empenhamento, intensidade, periodicidade e grau técnico das suas práticas.

1. O passeio como ócio físico é um elemento de descontração muito frequente. O passeio pelo campo, praticado pelas populações citadinas tem uma grande popularidade. A procura de espaços livres, a calma e o ar puro têm numerosos adeptos. Se bem que o mais divulgado, poderemos englobar neste tipo outras formas de passeio: o movimento inverso das populações campestres à cidade, os passeios pela montanha, etc.

2. O ócio desportivo, já implica um grau diverso de empenhamento, de esforço físico e de periodicidade. Pode considerar-se um estágio superior de actividade física podendo as práticas ser feitas em diversas formas de relação: solitárias, em família, em grupos.

Os jogos assumem neste tipo uma evidência maior, desde os jogos tradicionais aos modernos. Entre estes poderemos referir o atletismo, o ciclismo, o *footing*, o ténis e outros jogos de raquete, os diversos jogos de bola, o hipismo, etc. Geralmente praticados fora de casa, em ginásios ou ao ar livre, necessitam de espaços, com maior ou menor extensão, mais apropriados senão especializados, como campos desportivos, pistas, etc. Esta especialização espacial leva a que nos “espaços verdes intraurbanos ou nas matas da periferia das cidades, se reúnam no fim do dia, ou durante o fim-de-semana, os adeptos cada vez mais numerosos dos passeios a pé (*footing*)” (Sue, 1980: 85).

3. Por último, o desporto. É um ócio muito menos praticado, pois requer um maior esforço físico e uma prática mais contínua. Actividades como a natação, a ginástica, o futebol e o atletismo são práticas das mais populares tendo uma significação social de duas facetas. Um aspecto diz respeito à prática e aos praticantes pelo empenhamento, periodicidade em que a fronteira entre ócio e trabalho se atenua. O outro concerne à dimensão espectáculo que comporta a separação entre praticante e espectador das práticas. O futebol das tardes de domingo é uma prática desportiva e um espectáculo com uma importância muito grande na ocupação dos tempos livres. Multidões acorrem semanalmente aos espectáculos de futebol, projectando nessa prática um imaginário de identificação, tanto social, como individual.

O segundo grupo, os ócios práticos, englobam todas as actividades que necessitam de uma realização concreta e um trabalho manual qualquer. A bricolagem, a jardinagem, os trabalhos de pintura, de labores são alguns dos exemplos destas práticas.

Mas algumas dúvidas se põem em relação a muitos destes ócios. “O seu carácter utilitário permitirá considerá-los como prática de ócio” (Sue, 1980: 85). Esta questão levar-nos-ia a uma discussão que ultrapassaria o âmbito deste texto. Contudo, parece-nos não haver contradição entre utilidade e ócio, já que todo o ócio tem utilidade.

Nesse sentido poderemos afirmar que alguns dos atributos definidos para caracterizar o ócio, por parte de alguns autores, enfermam de uma acentuada visão idealista.

Este tipo de ócio manifesta uma separação de práticas segundo o sexo que se radica em hábitos culturais fortemente enraizados. Dificilmente, também, se diferenciam de actividades obrigatórias ou coercivas, praticadas durante o tempo libertado pelo trabalho. Exemplos como cozinhar e costurar ou a diversidade de actividades do *do it yourself* mostram que a distinção entre obrigação e ócio é extremamente difícil. Por isso, oferece maior justeza, partir de uma posição de análise que tome antes em consideração as práticas de ocupação de tempos livres, do que uma discussão do que deve ou não deve ser considerado ócio. A natureza das práticas pode ajudar a definir muito melhor o que deve ou não ser englobado nas formas de ócio.

Passamos agora a referir-nos ao terceiro grupo que designaremos por ócios culturais. Estes entendidos como práticas culturais são fundamentais no desenvolvimento e expansão da personalidade. “Para o homem que trabalha, toda a actividade de participação activa na vida cultural, isto é toda a actividade de criação ou compreensão de uma obra, de qualquer natureza que seja, é uma actividade de ócio.” (Dumazedier, 1962: 123). As actividades culturais são necessárias à compreensão do ambiente, da estrutura social e, conseqüentemente, à boa inserção social. São-no também ao desenvolvimento do sentido artístico, factor de realização pessoal. Televisão, rádio, festas, teatro, cinema, leitura são as suas expressões formais. Contudo a sua repartição temporal e espacial é diversa, como o é do ponto de vista social. Varia com as diferentes exigências de concentração e empenhamento dos participantes que são função dos níveis de rendimento, posição de classe e estatuto social das pessoas.

Fora a televisão ou a rádio, os ócios culturais são muito pouco difundidos nas populações e envolvem uma pequena percentagem de praticantes, já que exigem um grau de participação mais profundo.

Desigualmente repartidos na população, são os que fazem surgir, mais que qualquer outras formas de ócio, desigualdades de práticas muito profundas entre classes sociais. Poderemos dizer que são apanágio de minorias pois “não é difícil mostrar que os ócios, longe de atenuar as desigualdades dos diferentes grupos sociais em face da cultura, antes, pelo contrário as revelam à luz do dia.” (Cronic, 1972: 383).

A televisão e a rádio são dos poucos ócios culturais cuja assiduidade é inversamente proporcional ao lugar ocupado na hierarquia social. A televisão pode ser considerada como um “fenómeno cultural que tende a ser comum a todas as classes, todas as categorias sociais” (Dumazedier, 1962: 156), que implica uma atitude passiva do espectador. Apresenta, no entanto, diferentes níveis de assistência, com especial incidência nos fracos índices de participação das camadas sociais com níveis culturais mais evoluídos e mais exigentes. A rádio, embora vítima da extensão de audiência da televisão, desempenha ainda um largo papel na ocupação dos tempos livres. A importância da rádio mantém-se pela feição mais participativa que assumiu como consequência de um concorrente importante como a televisão. A comunicação com os ouvintes e a participação destes no desenrolar dos programas deu-lhe uma renova de audiência, pela procura dos que se sentem sós nas várias partes do dia, na manhã, na tarde ou na noite.

Pelo contrário, a leitura apresenta-se-nos como um domínio de práticas culturais menos populares e mais fortemente correlacionadas com a categoria socioprofissional e

o nível de instrução. Contudo os graus de práticas variam conforme o tempo e o tipo de leitura. Dos jornais diários aos livros vão diferenças muito grandes. A leitura de livros é um ócio cultural desigualmente partilhado, conforme a natureza dos assuntos para além de ser, já por si, uma prática cuja participação é fraca. Daí que as maiores clivagens surjam se se tiver em conta apenas a leitura de livros, já que dependem do grau de instrução, da idade e dos hábitos culturais das classes sociais e das camadas de classe. Poderemos dizer que a leitura é mais assiduamente praticada por categorias sociais de maiores níveis culturais.

Da mesma forma, os espectáculos de cinema, teatro, concertos musicais, bailados têm níveis de participação menores. Contudo, dentre eles surgem diferenças podendo considerar-se o cinema como a forma mais popularizada e com maiores assistências. “Assistir a um espectáculo, cinema, teatro ou concerto, é considerado como o ócio cultural por excelência” (Sue, 1980: 93).

Estas são das práticas culturais mais valorizadas socialmente visto que exigem motivação e informação da parte dos participantes. A posição de espectador nestes espectáculos implica uma maior exigência cultural do que noutros tipos de ócio da mesma natureza. Poderemos considerá-las como práticas culturais activas, porque exigem iniciativa e porque implicam uma ida a locais específicos. A estas práticas culturais activas oporemos, as práticas culturais passivas que caracterizam as praticadas no domicílio. Este tipo de ócio, é pois um ócio elitista sendo “a frequência dos espectáculos fortemente influenciada pela categoria socioprofissional e o nível de instrução” (Sue, 1980: 95).

Resta-nos, por último, referir-nos aos ócios sociais. Compreendem todas as práticas de ócio ou de preenchimento do tempo livre nos quais a actividade relacional predomina. Aparecem por vezes associados com uma actividade secundária: tomar café, beber um copo, ir ao restaurante, etc. A sua importância na socialização do indivíduo é primordial, desde o nível familiar ao da comunidade, como ao dos diferentes estratos socioprofissionais e políticos. O seu significado nas relações de sociabilidade nos níveis extra-familiares é tão significativo que se denotam pelos tipos de lugares que se geram e pela frequência de lugares e instituições, como cafés, clubes e associações de diversos tipos e níveis sociais e culturais. Por vezes, nestas práticas processam-se diferenciações e segregações acentuadas em que se expressam diversos símbolos de classe, de profissão, de etnias, de *castas* culturais. Um outro aspecto destas práticas é o papel desempenhado por clubes e colectividades locais no fomento de actividades culturais, numa acção educativa e de desenvolvimento de cultura e de integração social. Nas áreas urbanas e suburbanas são um factor de incremento, muito importante, das práticas culturais e de sociabilidade.

Bibliografia

- Arents, P. 1971, ‘Ocios y educación permanente’, in , in Dumazedier, J., Kaes, R., Mageyt, M. et al., *Ocio y Sociedad de clase*. Fontanella, Barcelona..
- Aron, R. 1970, *Avez-vous lu Veblen?*, prefácio à edição francesa de T. VEBLEN, *Théorie de la classe de loisir*, Galimard, Paris.
- Athalin, C. & Merle, V. 1979, *Les loisirs*, Hatier, Paris.

- Bale, J. R. 1981, 'Geography, sport and Education', *Geography*, 291, vol. 66, 2, April 1981.
- Baudrillard, J. 1970, *La société de consommation*, Gallimard, Paris.
- Cacères, B. (1973) *Loisir et travail, du moyenne âge à nos jours*, Editions du Seuil, Paris.
- Caillois, R. 1958, *Les jeux et les hommes*, Gallimard, Paris.
- Caseneuve, J. 1970, *Les pouvoirs d la télévision*, Gallimard, Paris.
- Chauchard, P. 1968, *Trabalho e lazeres*, Atlântida, Coimbra,
- Coronio, G.R. e Muret, J. P. 1977, *Loisir , du mythe aux réalités*, C.R.U., Paris.
- Cribier, F. 1971, 'La géographie de la récréation en Amérique anglosaxonne', *Annales de Géographie*, n° 442, pp. 644-665.
- Cronic, M. 1972, 'La sociologie des loisirs, l'homme en repos', in *La Sociologie* vol. 2, Dictionnaire Marabout, Paris, pp. 364-387.
- Domenach, J. M. 1971, Ocio y trabajo, in , in Dumazedier, J., Kaes, R., Mageyt, M. et al., *Ocio y Sociedad de clase*. Fontanella, Barcelona..
- Dufour, R. 1970, *Le mythe de l' weekend*, Éd. Du Cerf, Paris.
- Dumazedier, J. 1954, 'Les loisirs dans la vie quotidienne', *Encyclopédie française*, tome XIV, section G.
- Dumazedier, J. 1962, *Vers une civilisation du loisir*, Éditions du Seuil, Paris.
- Dumazedier, J. 1962, 'Travail et loisir', in Friedmann, G & Naville, P., *Traité de Sociologie du travail*, tome II, Armand Colin, Paris.
- Dumazedier, J. 1962, 'Loisir et éducation permanente', in *Encyclopédie Universalis*, tome 4 e 6, Paris.
- Dumazedier, J. 1974, *Sociologie empirique du loisir. Critique et contre critique de la civilisation du loisir*, Editions du Seuil, Paris.
- Dumazedier, J. 1988, *Révolution culturelle du temps libre, 1968-1988*, Méridiens Klincksiech, Paris.
- Dumazedier, J., Imbert, M. & Duminy, G. 1967, *Espace et loisirs dans la société française d'aujourd'hui et de demain*, Editions du C.R.U. 2 vols.
- Dumazedier, J. et al. 1971, *Ocio y sociedad de clase*, Fontanella, Barcelona, tradução espanhola de *Les loisirs*, Éditions du Seuil, Paris.
- Dumazedier, J. & Prost, G. 1962, 'Géographie des loisirs', in Journaux, A, Deffontaines, P. & Brunhes-Delamarre, M. J. (dirs.), *Géographie générale - Encyclopédie de la Pleiade*, Gallimard, Paris.
- Dumazedier, J. & Rippert, A. 1966, *Loisir et culture*, vol. I de *Loisir et la ville*, Éditions du Seuil, Paris.
- Dumazedier, J. & Samuel, N. 1976, *Société éducative et pouvoir culturel*, vol. II de *Loisir et la ville*, Éditions du Seuil, Paris.
- Dunn, D. R. 1979, 'Recreation, Open Space and Social Organization', in *autor, Land and Leisure*, Londres.
- Fougeyrollas, F. 1971, 'La familia, comunidad de ocios', , in Dumazedier, J., Kaes, R., Mageyt, M. et al., *Ocio y Sociedad de clase*. Fontanella, Barcelona.
- Fourastié, J. 1965, *Les 40 000 heures, le travail d'une vie demain*, Médiations, Gauthier, Paris.
- Fourastié, J. 1970, *Des loisirs, pourquoi faire?*, Casterman, Paris.
- Friedmann, G. 1953, *Où va le travail humain ?*, Gallimard, Paris.
- Friedmann, G. 1957, *Le travail en miettes*, Gallimard, Paris.
- Friedmann, G. 1970, *La puissance et la sagesse*, Gallimard, Paris
- Gaviria, M. 1971, *Campo, Urbe y Espacio del Ócio*, Siglo XXI, Madrid.

- George, P. 1974, L'ère des techniques, constructios ou destructions?, P.U.F., Paris.
- Gras, A. 1975, 'Le monde des loisirs', in Akoun, A. (ed.), *Encyclopédie de Sociologie, le présent en question*, Larousse, Paris.
- Grazia, S. 1966, *Tiempo, Trabajo y Ócio*, Ed. Technos, Madrid.
- Hourdin, G. 1961, *Le monde des loisirs*, Calman-Lévy, Paris.
- Ignatiev, N. & Osspov, E. 1971, 'El comunismo y el problema de los ocios', , in Dumazedier, J., Kaes, R., Mageyt, M. et al., *Ocio y Sociedad de clase*. Fontanella, Barcelona.
- Lafarge, P. 1975, *O Direito à Preguiça*, Teorema, Lisboa.(1ª edição, 1983)
- Laurent, A. 1972, *Libérer les vacances?*, Éditions du Seuil, Paris.
- Lanfant, M.-F. 1972, *Les théories du loisir*, P.U.F., Paris.
- Lefèbvre, H. 1969, *La vie quotidienne dans le monde moderne*, Gallimard, Paris.
- Maget, M. 1971, 'Los rurales', , in Dumazedier, J., Kaes, R., Mageyt, M. et al., *Ocio y Sociedad de clase*. Fontanella, Barcelona..
- Milroup, J. 1982, Les fonctions touristiques et de loisirs en Loire moyenne. Contribution à l'étude de l'aire des loisirs des parisiens, *L'information géographique*, 46, pp. 169-172.
- Morin, E. 1962, *l'esprit du temps*, Grasset, Paris.
- Parker, S. 1976, *The Sociology of Leisure*, Londres
- Parker, S. 1979, 'Leisure in Life Cicle', in Patmore, J. A., *Land and Leisure*, Londres
- Patmore, J. A. 1972, *Land and Leisure*, Pelican Book, Hardmonds-Worth.
- Patmore, J. A. 1983, *Recreation and Resources Leisure Patterns and Leisure Places*, Basil Blackwell, Londres.
- Patmore, J. A. 1980, 'Recreation and Leisure', *Progress in Human Geography*, 5, pp. 87-92.
- Patmore, J. A: e Collins, M. 1981, 'Recreation and Leisure', *Progress in Human Geography* y, 4, pp. 91-97.
- Sue, R, 1980, *Le loisir*, Col Que sais-je?, P.U.F., Paris.
- Sue, R. 1984, *Vers une société du temps libre?*, P.U.F., Paris.
- Touraine, A. 1969, *La société post-industrielle. Naissance d'une société*. Bibliothèque Mediations, Denoel Gonthier, Paris.

(Página deixada propositadamente em branco)

António Gama

Centro de Estudos Sociais

Universidade de Coimbra

ASSOCIATIVISMO E PRÁTICAS DE ÓCIO*

O associativismo aparece como uma das formas de sociabilidade mais curiosas e instáveis nas sociedades modernas. Mau grado ser um fenómeno moderno, produto das condições novas de desejo e de necessidade de associação geradas no seio das sociedades liberais, o associativismo tem-se transformado à medida das mudanças operadas nas sociedades, vindo a diminuir em muitos casos ou mesmo a desaparecer sem que outras formas pareçam emergir em sua substituição.

Daí que a muitos pareça cada vez mais que a nossa vida social está a descoberto, já que não parecem existir mais, entre o Estado e os indivíduos, estes grupos intermediários onde se operava a integração social e que eram igualmente factores de autonomia e de resistência da sociedade em relação ao Estado. Por sua vez, o Estado integra cada vez mais a sociedade territorializando-se, ao mesmo tempo, de forma intensiva e difusa, através da descentralização e da emergência do que se vem designando por poder local. O Estado local que assim se configura, vai tomando a seu cargo muitos dos papéis antes desempenhados pelo associativismo. Este é marcado por uma ambiguidade, é Estado, porque extensão local do poder central, e aparece marginal quando é expressão de territorialidade local, defensor dos interesses locais como representante das populações a nível local. O Poder local, em virtude da sua ambiguidade talvez como nível territorial de base da cidadania, toma a seu cargo algumas das funções clássicas do associativismo, anteriormente mais desvinculadas da matriz institucional das políticas do Estado. Além do efeito das transformações do Estado, esta situação é também resultado da massificação cultural e do duplo sentido das suas máquinas (individualização do consumo/massificação da produção).

O advento da cultura de massas aparece associado à desertificação da sociedade: desaparecem as culturas e as solidariedades locais que podem concorrer com os meios massivos da comunicação e de manipulação. As nossas sociedades tendem a tornar-se colectividades de indivíduos separados, debruçados sobre a vida privada, impotentes e indiferentes, cada vez mais consumidores numa multidão solitária, cada vez menos

*Texto não publicado, utilizado como texto de apoio para alunos de Geografia e Turismo, Lazer e Património. Versão de 1994.

cidadão a corpo inteiro. A ilusão da cidadania, cada vez mais solitária na escolha, está na directa proporção da sua condição de espectador, que ao invés de fazer a opinião é feito pela opinião.

1. Mudanças sociais, o tempo livre e os ócios

É tanto mais preocupante este estado de coisas quanto a perda de sentido vem aliada a um crescimento do tempo fora do trabalho. Nas sociedades modernas conta cada vez mais o tempo designado como tempo livre, geralmente associado com os ócios ou lazeres. O progresso desencadeado no seio das sociedades industriais implicou a transformação de diversos domínios os quais contribuíram grandemente para o aumento do tempo livre e a diversificação dos ócios. Entre os factores que devem ser referidos figuram:

- o alongamento da duração de vida e a diminuição da idade de reforma;
- a evolução dos modos de vida no seio da família e da sociedade;
- a maior abundância de bens materiais;
- a aparição de novos modos de vida e de trabalho;
- a uniformização das condições de vida urbana e rural;
- o encurtamento da semana de trabalho;
- a urbanização progressiva, a generalização do ensino, a cultura de massa e a eliminação do analfabetismo.

O ócio, embora condicionado pelas estruturas económicas e sociais, ou seja pela produtividade do tempo de trabalho, já não representa hoje apenas o tempo livre disponível de cada dia ou a antítese do trabalho, mas um período de tempo de recuperação e de realização. Tornou-se um domínio de crescente importância, de tal modo que a sua concepção se alargou e enriqueceu, quer quanto ao seu conteúdo quer quanto à sua finalidade. Inicialmente, apenas com uma importância secundária no tempo diário, converteu-se, a pouco e pouco, num dos elementos fundamentais da constituição da personalidade complexa do homem contemporâneo. Esta mudança foi acompanhada da alteração progressiva do carácter tradicional dos ócios, para dar lugar a uma plêiade de práticas e de situações correlativas da modernidade. De simples recuperação de forças ou de um prazer puramente pessoal converteram-se num meio susceptível de criar e formar personalidades harmoniosas e uma sociedade equilibrada. Mas, o risco do seu reverso não é desprezível. A crescente alienação e manipulação produzidas pela massificação, porque os ócios, enquanto produtos da sociedade industrializada, são um elemento da vida e constituem uma afirmação social, não se convertem menos numa forma de consumo, já que implicam despesas e estas, em termos económicos, são também função dos meios disponíveis, convertendo na realidade a ilusória igualdade nos ócios numa nova desigualdade.

2. O associativismo: génese e transformações

As formas de associativismo estiveram desde sempre ligadas à prática dos ócios. As primeiras referências de associativismo fora da esfera política e das instituições

societárias constitutivas da arquitectura social (família, Estado, Igreja) aparecem como formas de associativismo popular, mais especificamente de meios operários, e desenvolveram-se principalmente desde meados do século XIX. Apareciam então prosseguindo diversas funções, desde a prestação de serviços, de entretenimento e de educação até a intentos de reforma social.

Estas associações culturais ou colectividades, como vulgarmente vêm a ser chamadas, patenteiam identidades atinentes ao grupo social ou profissional ou mesmo ao bairro ou à localidade. Esta dupla pertença faz destas colectividades criadoras de vínculos sociais ou territoriais com predominância para a escala local, fortalecendo e alargando as vizinhanças. Na caracterização destas identidades, no dizer de J. M. Viegas, “a própria denominação das colectividades incluindo o nome da terra - cidade, vila ou lugar /bairro - tem um carácter emblemático, assim como julgamos não ser isenta de significação a inclusão da designação operária em algumas delas” (Viegas, 1984).

Se muitas destas associações tem como objectivos práticas culturais, (como música, teatro, leitura), a grande maioria dedica-se a actividades desportivas, inicialmente como promotoras de práticas muitas converteram-se em promotores de espectáculos desportivos que por força dos tempos a profissionalização obrigou. Estas colectividades, nomeadamente as desportivas, desempenham um papel importante na definição das pertenças territoriais. No dizer de J. Gaspar “em Portugal é sobretudo o desporto que adquire o valor de símbolo do território de que cada indivíduo se apropria – do lugar, da vila, da região e do país” (Gaspar *et al.*, 1981). Se muitos destes clubes ainda aparecem com forte ligação ao local e ao grupo social que lhe esteve na origem, deve assinalar-se o facto de os clubes de futebol revelarem um carácter interclassista, integrando na mesma colectividade diversas camadas sociais. Muitos clubes houve que por transformações diversas, umas da base social local, outras pelo alargamento da base territorial e social, se convertem em expressão de territorialidades mais vastas, como regionalismos ou mesmo nacionalismos, extensão essa que evidencia ainda mais a característica interclassista.

No que se refere à territorialidade, além destes tipos de colectividades, devem ainda ser referidos os grupos folclóricos e as bandas musicais que, pelas características de cada um, expressam modos de articulação entre a tradição, a modernidade e as territorialidades. As primeiras com objectivos no âmbito da preservação e exaltação das tradições locais (música e dança), no dizer de Pedro-Rego (1993), as segundas, apresentam-se mais arregadas às territorialidades marcadas pela tradição, com preocupações mais diversas no campo musical e de expressão mais urbana, denotam na sua fundação uma maior modernidade. Uma e outra expressam claramente um valor de símbolo do território com o qual se identificam.

Se o associativismo se apresentou como uma força na representação das localidades preenchendo uma diversidade de práticas, este aparece hoje deslocado e entregue quase em exclusivo aos grupos desportivos, particularmente aos de futebol. Têm vindo a desaparecer muitas das funções, nomeadamente no âmbito da sociabilidade participativa e no da prática da cidadania, que estas colectividades fomentavam. Viegas refere, a propósito deste estado de coisas, que “em relação às colectividades populares se regista, em muitos casos, um desinvestimento associativo, que se manifestam um reduzido número de criatividade cultural, restando apenas, quanto às suas funções, como um espaço de sociabilidade e como colectividade de prestação de alguns serviços” (Viegas, 1984).

Hoje, novas formas de associativismo tendem a surgir, agora mais ligados a interesses gerais ou particulares, muitos deles com expressão territorial local. Assim, associações de tipo novo aparecem orientadas para questões como o ambiente, o consumo, as ciências e as tecnologias, deixando o domínio da cultura entregue à dominação dos meios de produção de massa.

Um olhar mais atento pelo domínio dos ócios e dos tempo livre, ajudar-nos-á a entender melhor estas mudanças e ao mesmo tempo a apontar alguns caminhos no sentido de reinverter a situação presente, pelo interesse que estas colectividades têm no reforço da sociabilidade local e da cidadania.

3. Ócios e tempo livre

Passando por cima de uma abordagem mais detalhada acerca das concepções do tempo livre e do ócio, da sua génese e evolução e da relação com as sociedades, propomos o ócio como designando três ordens de facto diferentes, como tempo, no que se relaciona com o tempo livre, como actividade e, finalmente, como atitudes:

1 – Como quadro temporal (nas diferentes acepções), interrupção ou suspensão das actividades, paragem do trabalho (tempo de pausa, tempo livre do fim do dia após o trabalho, fim-de-semana, férias anuais, reforma, etc.);

2 – Como actividade ou conjunto de actividades: neste conjunto, enumeram-se uma grande série de ocupações de natureza variada, do bricolage aos desportos, da exposição aos *media* à exposição ao sol, do passeio de automóvel às viagens a longa distância, a lista é ilimitada;

3 – Como atitudes, disposições pessoais, conceitos individuais ou colectivos em relação ao tempo ou à acção (Lanfant, 1972).

Em suma, tempo livre e ócio têm a ver com as funções que desempenham na sociedade. Mas as funções são realizadas por diversas práticas exercidas em relação ao tempo (duração) e ao espaço (espacialidade).

Estas relações pressupõem uma referência às funções do ócio, ou melhor, às funções das práticas do tempo livre.

Por sua vez, a relação indivíduo/sociedade, juntamente com o problema da integração social aparece como um dos problemas mais candentes da vida das sociedades modernas, em consequência da acentuação da individualização, dos riscos de solidão, com profundas alterações nas formas de comunicação, com fragmentação e deterioração das relações de nível interpessoal. A divisão de trabalho, a separação espacial entre lugares de residência e de trabalho, a crescente natureza individual do consumo dificultam os aspectos de socialização com especial relevo para os que tradicionalmente se encontram realizados pela família. Com uma função de integração social de grande importância, o agrupamento familiar foi perdendo esse papel em favor de outras instituições, em que se destacam as de natureza associativa, especialmente nas sociedades urbanas e industriais. Novas instituições aparecem a desempenhar o papel de núcleo social das actividades de ócio. De entre estes núcleos de socialização tomam particular evidência para as estruturas associativas, como os clubes, associações e grupos de identificação social ou cultural, tanto na criação de condições das práticas, como organizadores de espectáculos de massas, festas, festivais, espectáculos desportivos.

4. O associativismo e práticas dos ócios

O ócio e as práticas a ele ligadas, como fenómenos da sociedade não podem ser desligados, como se referiu, da sua dimensão económica relacionando-o com o ciclo da produção/consumo, visto que uma sociedade em que as actividades ligadas ao consumo tomam uma importância crescente, ao ponto de se lhe atribuir a designação de sociedade de consumo, não podem ser ignoradas as actividades de ócio como inseridas nesse circuito.

A produção de ócios, ou a *indústria dos ócios* segundo alguns autores, transformou-se numa cadeia das mais importantes no contexto das economias das sociedades modernas, nomeadamente nas designadas por pós-industriais, como é o caso do desporto, dos grandes festivais de música ou de cinema, entre outros.

Mesmo algumas actividades que aparentemente são consideradas como funções essenciais de manutenção da vida, como a alimentação, apresentam uma ambiguidade na sua caracterização, já que quando praticadas em determinadas ocasiões e em certos lugares, podem envolver formas mais ou menos nítidas de associativismo, acentuando a função de socialização e o papel hedonista. Com elas aparecem ligadas formas de associativismo formal, traduzido em reuniões regulares e muitas vezes configurando formas institucionais, como os grupos excursionistas.

A importância que vimos atribuindo ao domínio dos ócios nas sociedades modernas, resultado de uma longa evolução e de uma série de mutações que não cabe no âmbito deste texto particularizar, suscita-nos uma breve referência a uma tipologia das práticas, na medida em que a sua natureza, frequência e grau de exigência vêm a demarcar, no que respeita ao associativismo, as fronteiras de vinculação, de nível de participação, de espectáculo, de ócio ou negócio.

A diversidade das actividades ligadas aos ócios e às situações em que se praticam, isto é, dos lugares e dos tempos dessas actividades, tornam difícil uma ideia definida das suas práticas. A infinidade e diversidade deu ao aparecimento de várias classificações, que procuram dar conta, de forma distinta, das características e das diversas situações da ocupação dos tempos livres ou da sua maior ou menor modernidade, nomeadamente, de que modo se repartem, que tempo ocupam, em que lugares se praticam, e que meios técnicos envolvem.

Por exemplo, Ahtik (1955) opõe ócios tradicionais, como conferências, leitura, música, arte, a ócios modernos, os quais são consequência de invenções, o automóvel, a rádio, o cinema. Uma outra, devida a Lynd (1925), à luz do progresso e no desenvolvimento da cultura de massa, à cultura tradicional (vida familiar, saídas locais, café, associativismo local), sucede a cultura humanista (conferências, círculos de educação popular) e, por fim, a cultura de massa (emissões de rádio, cinema) (Dumazedier, 1974).

Outras há que procuram antes a diferenciação dos tipos de ócio segundo as suas características formais. Por exemplo, Havigurst (1955) define onze categorias entre as quais se contam tipos como participação em grupos, viagem de recreio, participação em actividades desportivas, televisão e rádio, trabalhos manuais, actividades de imaginação, visitas a amigos e familiares.

Kaplan (1973) apresenta uma das mais sugestivas tentativas propondo uma repartição das actividades do ócio em seis tipos principais, relacionando-os a seis centros de interesse:

Por último, Dumazedier, autor com larga experiência neste domínio de estudos e na implementação das suas práticas, define tipos em que alia uma perspectiva sincrónica, associada a um critério de desenvolvimento cultural. Assim aponta três grandes grupos: ócios físicos, artísticos, práticos, intelectuais e sociais (Dumazedier, 1974).

Neste percurso a propósito da classificação das actividades do ócio mostra a dificuldade de uma classificação definitiva e como os contextos sociais e temporais dessas práticas podem ser decisivos na sua avaliação. Por isso, e na impossibilidade de uma elaboração plenamente satisfatória, optar-se-á, pelas necessidades práticas do estudo e pelos objectivos de uma relação com o associativismo, por uma classificação dos tipos de ócio, algo semelhante à de Dumazedier proposta por Sue (1981). Os limites entre os tipos são fluidos e apenas, para facilitar a inteligibilidade dos fenómenos, se separam, deparando-nos com dificuldades constantes. Uma característica comum é que todos, em graus diversos, contribuem tanto para o desenvolvimento cultural como para a socialização e por isso, quer num quer noutra aspecto, interessam ao associativismo.

Distinguiremos as quatro grandes categorias de actividades de ócio segundo Sue, (1980).

1. ócios físicos, 2. ócios práticos, 3. ócios culturais, 4. ócios sociais

O primeiro grupo, os ócios físicos, considera as actividades que implicam a manutenção do corpo, as práticas culturais de expressão física do indivíduo. Estas visam procurar uma sensação de descanso físico. “Estas actividades são tanto mais estimadas quanto o modo de vida urbano reduziu as possibilidades de expressão física do indivíduo. As condições de trabalho multiplicam os factores de constrangimento físico e de tensão nervosa. O descanso físico é um meio de descontração privilegiado.” (Sue, 1980: 83). Por isso torna-se uma necessidade crescente, que se vê adoptada cada vez mais, sobretudo pelas populações urbanas.

Salientam-se três tipos principais que se diferenciam pelo grau de empenhamento, intensidade, periodicidade e grau técnico das suas práticas e pela componente associativista que envolvem.

O passeio como ócio físico é um elemento de descontração muito frequente. Entre estes, o passeio pelo campo, praticado pelas populações citadinas têm uma grande popularidade, evidenciando o desejo de espaços livres, a procura de calma e de ar puro. Da mesma forma, poderemos englobar neste tipo outras formas de passeio como o movimento inverso das populações campestres em direcção à cidade, os passeios pela montanha, etc. Maioritariamente praticado fora do âmbito do associativismo, apresenta contudo algumas formas curiosas de organização deste tipo de que destacamos os grupos excursionistas, onde se aliam principalmente interesses culturais ou de gosto da natureza.

Por seu lado, o ócio desportivo, implica já um grau diverso de empenhamento, de esforço físico e de periodicidade. Pode considerar-se um estágio superior de actividade física podendo as práticas ser feitas em diversas formas de relação: solitárias, em família, em grupos, em particular no quadro do associativismo clubístico. Os jogos assumem neste tipo uma evidência maior, desde os jogos tradicionais aos modernos. Entre estes poderemos referir o atletismo, o ciclismo, o *footing*, o ténis e outros jogos de raquete, os diversos jogos de bola, o hipismo, etc. Geralmente praticados fora de casa, em ginásios ou ao ar livre, necessitam de espaços, com maior ou menor extensão, mais apropriados senão especializados, como campos desportivos, pistas, torna-os

dependentes cada vez em maior grau de colectividades ou de outras instituições tanto nas práticas como na criação e manutenção de infra-estruturas.

Por último, o desporto. É um ócio muito menos praticado, pois requer um maior esforço físico e uma prática mais contínua e um quadro associativo, mais organizado e profissionalizado. Tipos como a natação, a ginástica, o futebol e o atletismo são práticas das mais populares tendo uma significação social de duas facetas. Um aspecto diz respeito à prática e aos praticantes pelo empenhamento, periodicidade em que a fronteira entre ócio e trabalho se atenua. O outro concerne à dimensão espectáculo que comporta a separação entre praticante e espectador das práticas. O futebol é exemplar quanto a esta dualidade: é uma prática desportiva para os jogadores e um espectáculo para quem vê. Quer na implementação da sua prática, quer na sua promoção como espectáculo, pelo facto de desempenhar uma muito grande importância na ocupação do tempo livre e por ser condição da sua realização, o futebol aparece como uma das práticas com maior importância no âmbito do associativismo. Além disso, assinala-se ainda, a emergência de fenómenos de identificação acima referidos que, todos os domingos, as multidões que acorrem aos espectáculos de futebol ilustram, projectando nessa prática um imaginário de identificação, tanto social, como individual.

O segundo grupo, os ócios práticos, englobam todas as actividades que necessitam de uma realização concreta e um qualquer trabalho manual. A bricolagem, a jardinagem, os trabalhos de pintura, de labores são alguns dos exemplos destas práticas. Realizados em contextos diversos, afirmam-se mais pela individualidade, colocando-se por isso na maioria fora do associativismo.

A própria natureza destas práticas coloca algumas dúvidas à sua consideração como ócios. No entanto, segundo R. Sue, “o seu carácter utilitário permitirá considerá-los como prática de ócio” (Sue, 1980: 85). Esta questão levaria a uma discussão que ultrapassa o âmbito deste texto, não sem assinalar que parece não haver contradição entre utilidade e ócio, já que todo o ócio tem utilidade. Nesse sentido poderemos afirmar que alguns dos atributos definidos para caracterizar o ócio, por parte de alguns autores, enfermam de uma acentuada visão idealista. Neste tipo de práticas de ócio manifesta-se uma separação de práticas segundo o sexo que se radica em hábitos culturais fortemente enraizados.

Um terceiro grupo, que engloba as práticas designadas por ócios culturais, aparece como um domínio privilegiado do interesse dos movimentos associativistas. Campo difícil de delimitar já que a própria definição de ócios culturais levanta algumas dificuldades, nomeadamente pelas diferentes modos do que se entende por *cultura*. Este termo está impregnado de diferentes significações, como mostra, por exemplo, Williams, ao estudar o final do século XVIII e princípio do século XIX, – a mesma palavra abarca toda uma série de significações que se foram justapondo umas às outras como estratos de sedimentação. De uma concepção de cultura de alguma coisa passou aos finais do século XVIII ao de cultura como coisa existente. Segundo esta aceção, a cultura foi sendo: primeiramente “um estado geral ou um hábito do espírito”, próximo da ideia de perfeição humana; em segundo lugar “o estado geral do desenvolvimento intelectual no conjunto da Sociedade”; em terceiro lugar, “o conjunto das artes”; em quarto, numa época mais tardia do século XIX, “todo um modo de vida, material, intelectual e espiritual” (Williams, 1961: 16).

Neste texto, pelo âmbito que envolve, situamo-nos principalmente na fronteira das duas acepções amplas da palavra cultura: a de actividades intelectuais. Neste sentido, implica aprendizagem, e por esse facto está relacionada com os processos educativos nos seus contextos sociais. Pode envolver ainda um segundo, como modo de vida de uma sociedade ou de um grupo social habitualmente usado por antropólogos e sociólogos, o qual, como refere R. Williams, aparece tardiamente, durante o século XIX. Por essa razão, as práticas que as pessoas desenvolvem no seu ócio são culturais em sentido amplo e permitem discernir os sentidos de cultura, por um lado, e as variações de subculturas existentes no interior das sociedades, por outro.

Geralmente associados a determinadas funções, os ócios como práticas culturais, no sentido de actividades intelectuais, são fundamentais no desenvolvimento e expansão da personalidade. “Para o homem que trabalha, toda a actividade de participação activa na vida cultural, isto é toda a actividade de criação ou compreensão de uma obra, de qualquer natureza que seja, é uma actividade de ócio.” (Dumazedier, 1962: 123). As actividades culturais são necessárias à compreensão do ambiente, da estrutura social, e, conseqüentemente, à boa inserção social e são-no também ao desenvolvimento do sentido artístico, factor de realização pessoal. As suas expressões formais, ao mesmo tempo, práticas, meios técnicos e contextos, são a televisão, rádio, festas, teatro, cinema.

Diversas tanto na sua repartição temporal e espacial como social, variam com as diferentes exigências de concentração e empenhamento dos participantes que em muitos casos são função dos níveis de rendimento, posição de classe e estatuto social das pessoas. Menos difundidos que outros, os ócios culturais envolvem uma percentagem de praticantes pouco significativa, na medida em que exigem um grau de participação mais profundo. O associativismo desempenha neste domínio um papel fundamental, de que são expressão do sem número de colectividades implicadas. Diferentemente repartidos na população são os que fazem surgir, mais que qualquer outras formas de ócio, desigualdades sociais muito profundas nas respectivas práticas. Poderemos dizer que são apanágio de minorias pois “não é difícil mostrar que os ócios, longe de atenuar as desigualdades dos diferentes grupos sociais em relação à cultura, antes, pelo contrário, as revelam à luz do dia” (Cronic, 1972: 383).

Apenas o ver televisão e o ouvir rádio figuram entre os ócios culturais cuja a assiduidade é inversamente proporcional ao lugar ocupado na hierarquia social. O ver televisão pode ser considerado como um “fenómeno cultural que tende a ser comum a todas as classes, todas as categorias sociais” (Dumazedier, 1962: 156), mas que pela sua natureza conduz a uma mera atitude passiva do espectador. Apresenta, no entanto, diferentes níveis de assistência, com especial incidência nos fracos índices de participação das camadas sociais com níveis culturais mais evoluídos e mais exigentes. A rádio, embora vítima da extensão de audiência da televisão, desempenha ainda um largo papel na ocupação dos tempos livres. A importância da rádio mantém-se pela feição mais participativa, pela comunicação com os ouvintes, que veio a assumir como consequência de um concorrente importante como a televisão.

Embora com níveis de participação menores, os espectáculos de cinema, teatro, concertos musicais, bailados, ocupam um lugar nobre entre os ócios culturais. Apesar de envolverem um menor número de pessoas, não deixam de ser importantes, quer pela condição diversa do modo como são usufruídos como pelo sentido de prazer e de

enriquecimento do espírito que despertam. De simples espectador a actor, de consumo ou de prática individual a colectiva, do lugar privado ao público, as possibilidades de realização são tão diversas que se torna difícil em poucas linhas dar conta de tamanho inventário. Como fenómeno da modernidade, estes ócios culturais denotam a instabilidade que a enforma, revelando uma sensibilidade tanto aos gostos e às modas como aos maravilhosos instrumentos que a indústria foi inventando para os ócios.

O cinema, o teatro, a música e o bailado são das práticas culturais socialmente mais valorizadas visto que associam motivação e informação da parte dos participantes implicando do espectador ou do praticante uma maior exigência cultural do que noutros tipos de ócio da mesma natureza. Poderemos considerá-las como práticas culturais activas, porque pressupõem iniciativa, implicam deslocação a locais específicos e requerem preparação. Por isso, estes ócios são considerados elitistas, sendo a sua prática “fortemente influenciada pela categoria socioprofissional e o nível de instrução” (Sue, 1980: 95).

Entre os ócios culturais, o teatro e a música têm desempenhado, pelo carácter socializador e colectivo, um papel de grande importância no desenvolvimento do fenómeno associativista, assegurando as condições logísticas e de sociabilidade necessárias à sua realização. Pelo facto de hoje muitos desses papéis terem sido incorporados por outras instituições, da escola à empresa, integradas pelos difusores da cultura de massas, da rádio à televisão, o associativismo parece bem longe de outros tempos, atravessar uma crise paralela à que atravessam certos lugares de realização de espectáculo, nomeadamente o cinema.

Por último, o domínio dos ócios sociais compreende todas as práticas de ócio ou de preenchimento do tempo livre em que predomina a actividade relacional, e por essa razão fortemente ligados ao associativismo. Aparecendo por vezes associados com uma actividade secundária, como tomar café, beber um copo, ir ao restaurante, a sua importância na socialização do indivíduo é primordial, desde o nível família ao da comunidade, como ao dos estratos socioprofissionais e políticos. O seu significado nas relações de sociabilidade nos níveis extra-familiares são tão significativos que se denotam pelos tipos de lugares a que dão ocorrência e evidenciam diferenciações e segregações acentuadas expressas por diversos símbolos, de classe, de profissão, de etnias, de *castas* culturais. Deve assinalar-se aqui o papel desempenhado por clubes e colectividades locais no fomento de actividades culturais, numa acção educativa e de desenvolvimento de cultura e de integração social e na criação de espaços de cidadania, nomeadamente nas áreas urbanas e suburbanas onde foram e têm sido um factor muito importante no desenvolvimento das práticas culturais e de sociabilidade e que hoje, a dominação das formas de cultura de massa e os instrumentos com ela relacionados têm esvaziado as funções e as condições das práticas.

5. Que futuro para o associativismo?

Da diversidade de situações nas práticas, devem ser destacadas a necessidade de contextos de associação para a sua realização e onde o associativismo tem tido um papel de maior relevo. Este embora aparecendo como um fenómeno moderno, associado à emergência das sociedades urbano/industriais, tem apresentado mudanças, quer nas

funções quer na população envolvida que levam a questionar sobre o seu futuro. Se por um lado, os instrumentos da cultura e da recreação privatizaram e integraram no mundo dos negócios muitas das suas funções, o seu reconhecimento social generalizado levou à sua incorporação na Escola ou noutras políticas do Estado. A perda de muitas das suas funções levou à estagnação, foi esvaziando uma das esferas de relação social no âmbito das comunidades locais, onde se operava a integração social. No que se refere às colectividades populares assiste-se a uma perda de importância da criatividade cultural, restando como espaço de sociabilidade e de prestação de serviços. Em substituição das formas tradicionais do associativismo têm emergido, por outro lado, outras de tipo novo, as quais deslocam o seu investimento para sectores como os do ambiente, do consumo, das áreas profissionais, da ciência e das tecnologias.

De uma forma ainda esquemática, parece que se deva questionar qual o futuro das colectividades dentro do âmbito das praticas modernas do ócio, em particular no domínio dos ócios de tipo cultural?

Em primeiro lugar, há que inventar novas forma de articulação entre o desfrute privado e a partilha social dos bens culturais fomentando focos de interesse que permitam a captação de novos participantes e principalmente de participantes novos.

Em segundo, e perante o desafio das novas tecnologias do ócio, implementar uma renovação de funções e objectivos, procurando as colectividades, pelo debate e por novas experiências, conjugar os saberes tradicionais e de expressão local com as formas de cultura de massa e com os meios técnicos modernos.

Por fim, conjugar o papel do associativismo como lugar de práticas e como promotor de espectáculos fomentando, por um lado, o associativismo dos indivíduos, buscando novos interesses, mais actuais, sem perder os de expressão local, e, por outro, lançar as redes de um associativismo inter-municipal no sentido de propiciar o acesso a formas de expressão cultural mais raras e caras, domínio onde o papel das autarquias pode vir a ser relevante.

Bibliografia:

- Carroux, J. 1979, 'La démocratie par l'association?', *Esprit*, nº especial, Seuil, Paris.
- Coronio, G. R. & Muret, J. P. 1977, *Loisir, du mythe aux réalités*, C.R.U., Paris.
- Dumazedier, J. 1962, *Vers une civilisation du loisir*, Éditions du Seuil, Paris.
- Dumazedier, J. 1974, *Sociologie empirique du loisir. Critique et contre-critique de la civilisation du loisir*, Editions du Seuil, Paris.
- Dumazedier, J. 1988, *Révolution culturelle du temps libre, 1968-1988*, Méridiens Klincksiech, Paris.
- Dumazedier, J. et al. 1971, *Ocio y sociedad de clase*, Fontanella, Barcelona,
- Dumazedier, J. e Rippert, A. 1966, *Loisir et culture*, Éditions du Seuil, Paris.
- Dumazedier, J. & Samuel, N. 1976, *Société éducative et pouvoir culturel*, Éditions du Seuil, Paris.
- Gaspar, J. et al. 1981, 'Futebol, mobilidade geográfica e social', *Actas do IX Congresso Internacional da HISPA* (International Association for the History of Physical Education and Sport, Lisboa, pp, 143-159
- Joyal, A. 1981, La vie associative et culture populaire, *Loisir et société*, vol. IV, 1, P.U.Q., Québec, pp. 23-34.

- Joyal, A. 1989, 'Le secteur associatif: une interface entre l'économie informelle et formelle', *Loisir et société*, vol. 12, 1, P.U.Q., Québec, pp. 49-64.
- Lanfant, M.-F. 1972, *Les théories du loisir*, P.U.F., Paris.
- Mehel, D. 1982, 'Culture et acteurs associatives', *Sociologie du Travail*, 1, Paris.
- Maget, M. 1971, 'Los rurales', in Dumazedier, J, *et al.* (org.), *Ocio y sociedad de clase*, Fontanella, Barcelona.
- Parker, S. 1976, *The Sociology of Leisure*, Londres
- Pedro-Rego, P. 1993, O Associativismo e a Identidade Cultural – Uma Perspectiva Localista, *Economia e Sociologia*, 55, Évora , pp. 177-194.
- Sue, R. 1980, *Le loisir*, Col Que sais-je?, P.U.F., Paris.
- Sue, R. 1984, *Vers une société du temps libre?*, P.U.F., Paris.
- Viegas, J. M. L. 1984, Associativismo e Dinâmica Cultural, *Sociologia*, 1, ICSTE, Lisboa, pp. 103-121.

(Página deixada propositadamente em branco)

Norberto Pinto dos Santos
Centro de Estudos Geográficos
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

António Gama
Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

OS ESPAÇOS/TEMPOS DE LAZER NA SOCIEDADE DE CONSUMO CONTEMPORÂNEA*

Resumo

As mudanças na estruturação dos tempos sociais das sociedades modernas originaram um aumento significativo dos tempos de lazer. Este aumento teve como corolário uma crescente e diversificada utilização dos lugares como espaços de lazer. Além disso, esta universalidade dos tempos de lazer traduz-se, para uns, numa forma de democratização do consumo; para outros, num processo de elitização motivador de distinção social.

Résumé

Les changements dans la structuration des temps sociaux des sociétés modernes ont provoqué un significatif accroissement des temps de loisir. Ceci a eu comme corollaire une croissante et diversifiée utilisation des lieux en tant que des espaces de loisir. En outre, cette universalité des temps de loisir se traduit, pour quelques-uns, dans la démocratisation de la consommation; pour des autres, dans un procès “d’élitisation” conduisant à la distinction sociale.

Abstract

The changes in the structuring of the social times of the modern societies caused a significant increase of the leisure times. This rise had as corollary an increasing one and diversified use of the places as leisure spaces. Moreover, this universality of the leisure times is expressed, for ones, in a form of democratization of the consumption; for others, in a process of “elitisation” leading to the social distinction.

*Adaptado do texto com o mesmo título, publicado na revista *Cadernos de Geografia*, do Instituto e Centro de Estudos Geográficos de Coimbra, nº 18, 1999.

O modo de estruturação do tempo foi, na maior parte das sociedades industrializadas, um dos fenómenos que mais significativas modificações apresentou, pondo em evidência uma configuração de tempos sociais, que acompanharam a transformação das práticas sociais. O tempo de trabalho, durante muito tempo nuclear na esfera dos tempos sociais, aparece agora, e cada vez mais, confrontado com novos tempos sociais, com destaque para o de consumo, que lhe parece tomar o lugar de elemento integrador. A esfera do consumo, de contornos imprecisos, vem sobrepor-se e confundir-se muitas vezes com os outros espaços-tempos, dos quais se evidencia, em virtude da expressividade crescente associada à hegemonia do consumo da vida quotidiana nas sociedades contemporâneas, o espaço-tempo de lazer.

Desse facto, resulta que na avaliação do tempo fora do trabalho emerge um tempo de consumo, como aquele que melhor consegue definir as acções de indivíduos e famílias na nossa sociedade, que é, na maioria das vezes, um tempo de lazer. Chama-se a atenção, para esta sobreposição, num artigo anterior quando se considera que “a ligação do ócio com o consumo comporta uma série de ambiguidades e de dualidades nas práticas de ócio e na caracterização dos lugares” (Gama & Santos, 1991). Em primeiro lugar, as ambiguidades que se traduzem na impossibilidade de definir, de modo claro, a natureza das práticas, ou seja, a existência de práticas com dupla situação — de trabalho e de lazer. Por um lado, o sentido do prazer e hedonismo que encerram, situam-se entre o lazer, por outro, a obrigatoriedade, a remuneração e a vinculação temporal dão-lhe características de trabalho, visto que, muitas vezes, lazer e trabalho surgem em simultâneo nas práticas do mesmo agente. Em segundo, as práticas de lazer, porque incluídas em práticas de consumo, patenteiam uma dualidade de situações de trabalho e de lazer, dualidade esta que se manifesta na actividade de um agente individual, em resultado da dificuldade em fazer, em muitas situações, a distinção entre lazer e trabalho (Gama & Santos, 1991).

De facto, o tempo livre e o tempo de lazer aparecem, cada vez mais, como tempos de consumo definidores de distinção, para além mesmo de um valor de classe. Debord apontou, premonitoriamente, esta relação entre classes e tempos sociais. “É ao tempo de trabalho (...) que a burguesia está ligada. O trabalho tornou-se, com a burguesia, trabalho que transforma as condições históricas. A burguesia é a primeira classe dominante para quem o trabalho é um valor” (Debord, 1991: 115). Mas a avaliação do trabalho ao longo do nosso século vai-se alterar substancialmente, ao sabor das mutações que se sucederam. Na realidade, hoje, o lazer afirma-se de tal modo, que se transformou também num valor, num valor atractivo (Dumazedier, 1969).

Assim, as práticas de consumo, impõem-se como um dos principais aspectos em que o tempo aparece estruturado, grandemente influenciadas pelas estratégias dos meios de produção e, ao mesmo tempo, incorporadas e induzidas pelos modos de vida das sociedades modernas, desde a esfera individual, à família, ou a outras formas de agregação social. Os indivíduos em sociedade integram-se, pois, em processos de relação social assumindo ligações com classes, grupos profissionais ou socioeconómicos, grupos de afinidade cultural ou de vizinhança, combinando de modo diferenciado a oferta com a sua procura de bens e serviços. Esta combinação, diferenciada de grupo para grupo, vem a caracterizar estilos e modos de vida, convertendo-os em categorias de análise social, mas também territorial, pois, como afirma Urry (1995), o espaço é também visto como um produto e, por isso, entendido como fazendo parte da oferta.

Esta convergência de objectivos evidencia a “fase da dominação da economia sobre a vida social [com] uma evidente degradação do ser em ter (...) [e] a presente ocupação total da vida social pelos resultados acumulados da economia (...) a um deslizar generalizado do ter em parecer” (Debord, 1991: 14 e 15). Então não é apenas o consumo que se apresenta como estruturador social mas também a sua dimensão espectáculo, sendo isto tanto mais consentâneo com a realidade se se atentar em duas características desta estruturante social consumo/espectáculo. O espectáculo consome-se a si mesmo, podemos mesmo afirmar que é autofágico porque “não quer chegar a outra coisa senão a si próprio” (Debord, 1991: 17), enquanto, simultaneamente, “é a principal produção da sociedade actual”. Então o espectáculo é consumo mas também produção, encerrando a sociedade de consumo/espectáculo, por conseguinte, em si mesma, a produção. Este facto acaba por evidenciar a dependência económica do mundo social, sendo, do mesmo modo, o tempo de consumo, hoje, cada vez mais, um tempo de espectáculo.

Portanto, a análise do lazer na sociedade contemporânea (pós-industrial, pós-fordista, pós-moderna) deve fundar-se numa interpretação do consumo/espectáculo que integre tempo de lazer, tempo livre e tempo de produção. Esta interpretação é tanto mais pertinente quanto no capitalismo contemporâneo, o capital substitui o trabalho tanto na indústria (automatização e robotização), como no terciário (sistemas informáticos), de acordo com Sue (1982) quando faz a caracterização do processo de evolução para uma sociedade do tempo livre.

Nesta fase pós-industrial que atravessamos, emerge a defesa da ideologia do global na intervenção socioeconómica, identificando-se como vectores desta proposta aspectos múltiplos e contraditórios, como a valorização dos sistemas de informação, o aumento da mobilidade da população, as preocupações com a qualidade ambiental, os esforços de desmantelamento ou de manutenção do significado do Estado Providência, o culto do bem-estar individual. Simultaneamente, assiste-se à uniformização dos critérios que balizam o dia-a-dia das populações, mas também, por contraponto, à alteração profunda da estrutura sexual de activos, à precariedade e à instabilidade do emprego, com o aparecimento de uma série de novas profissões, suscitadas por novas procuras ou por pressões várias.

A sustentabilidade destas características entronca na necessidade de o homem interpretar o local numa perspectiva global e de não se esquecer daquele quando actua sobre a realidade holística. No entanto, se esta preocupação tem o propósito de criar para o homem uma melhor qualidade de vida e bem-estar, o caminho não se faz sem escolhas e efeitos perversos. Nos critérios de qualidade de vida e bem-estar surgem, de modo permanente, a valorização social do lazer e do turismo, que aqui nos interessam especialmente, e o valor e significado dos consumos na organização da vida das famílias. Quer um quer outros, apresentam um carácter personalizado e específico, cada vez mais na dependência do *marketing* concorrencial e massificador, que a todo o momento impõe opções e suscita o desejo de consumo, e nos revela de maneira marcante o mundo do consumo/espectáculo.

As sociedades ocidentais desenvolvidas organizaram-se na base da diferenciação e mesmo na exclusão social, em que o valor do trabalho surgia como o fundamento principal da riqueza e do mérito social. A emergência do tempo de consumo como que desloca e empalidece o primado do tempo de trabalho, abre novas frentes de reflexão.

Assim, a abordagem dos temas do lazer e do consumo são fortemente enraizados no sistema de valores da gênese da modernidade, expressos no modo como é encarado o lazer, passando de uma avaliação carregada de negatividade até à valorização contemporânea positiva. A ele se refere uma diversidade de autores como atributo de classe, nuns e noutros denotando diferentes sistemas de valor. Primeiramente, atributo quase exclusivo das classes dominantes, alarga-se, de forma generalizada, a partir dos anos cinquenta às classes médias. Alguns analistas da sociedade pós-industrial dão conta disso. Por exemplo Galbraith (1973), identifica uma *Nova Classe*, tendencialmente dominante e em processo de alargamento, com um determinado tipo de trabalho cuja característica fundamental é o aumento do bem-estar, como expressão de um hedonismo sustentado pelo trabalho, e não tanto com o aumento do lazer, porque, para ele, “permanecer ocioso não é considerado como uma recompensa e nem sequer como algo respeitável” (Galbraith, 1973: 367). Outros, por seu turno, encaram o lazer de um modo mais positivo, afirmando-o como uma das características emancipadoras dos homens nas sociedades modernas. Os primeiros trabalhos de Dumazedier (1962) são uma expressão desta reflexão. Um dos seus seguidores, Sue (1982: 55), sublinhou que é do “trabalho que resulta a sensação de tempo livre e a valorização deste tempo através das práticas de lazer”, e a falta de trabalho — o desemprego, sociedade que antevê — é inibidora das relações sociais e das actividades de lazer, embora o tempo livre do desempregado seja muito mais do que o daqueles que trabalham.

Como atributo de classe, a dualidade da situação em relação ao trabalho identifica-se também em relação ao lazer. Galbraith (1992) apresenta-a na *Subclasse*, Touraine (1969) no lote dos do *Sub-consumo Cultural*, grupos que, como ambos afirmam, não compartilham o bem-estar social, encontrando-se, por isso, na base da estratificação social. O conceito de *Subclasse* de Galbraith vai ser útil para a reflexão. Este faz parte integrante do processo económico ao contribuir para o nível de vida e desfogo da classe mais favorecida. Esta ideia de classe e nível de vida tanto pode ser interpretada em termos de tempo de trabalho como em termos de tempo livre e lazer. Isto sucede em virtude de o lazer das classes que lhe têm fácil acesso (férias, serviços vários) passar precisamente pelo sustentar de um sub-emprego conseguido através do poder de aquisição das pessoas em situação de lazer. Estas contribuem em muito para o bem-estar e o tempo de lazer bem sucedido da classe mais favorecida com expressão a várias escalas de análise espaço-temporais.

Daí que apenas aqueles que se integram no mundo do trabalho tenham a sensação de tempo livre, e apenas alguns consigam auferir o rendimento necessário para alargarem o leque de opções de ocupações no seu período de tempo livre, usufruir mais, mais intensamente e mais longe.

Esta estratificação social origina, por conseguinte, diferenças que sabemos inerentes ao processo de relação entre os homens nas sociedades urbano-industriais, funcionando o consumo e o lazer como integradores classistas e portadores de bem-estar e prestígio, através do simbólico, aspecto que se acentua muito na modernidade tardia dos dias de hoje. A estes cabe-lhes uma boa quota de responsabilidade no aumento significativo da procura de bens e serviços pelas populações das sociedades desenvolvidas. Aqui, assumem, de facto, posição privilegiada um conjunto de actividades com relações estreitas com as práticas de tempo livre e de lazer, numa

sociedade¹ com sintomas claros de receptividade e disponibilidade para o consumo, embora nem sempre com capacidade na integração de muitas dessas práticas.

A crescente consciencialização social da importância do tempo fora do trabalho abriu caminho a alterações significativas com profundas implicações tanto nas estratégias familiares (diversificação do tipo de famílias e recursos a novas tecnologias), como na estrutura da população activa (crescente feminização, diversificação e especialização). Todo este processo aparece associado à criação de serviços de natureza muito específica condição e expressão de uma criatividade que, perante uma concorrência crescente, faz da inovação uma finalidade.

Identificar o acréscimo do tempo fora do trabalho é um processo de fácil concretização na sociedade actual, porque está presente no dia-a-dia da maior parte da população activa. Esta questão aparece na generalidade dos estudos que, no pós-guerra, se debruçam sobre a sociedade do tempo livre. Por exemplo, em *Uma Civilização dos Tempos Livres*, um dos primeiros textos sobre o tema, Hourdin (1961), sugere que ela se amplia com o instituir de novos ritmos e temporalidades: tanto diários, como mensais, anuais ou mesmo de ciclo de vida. Se foi sob o signo do trabalho que se construiu a relação entre o aparecimento do relógio individual, a burguesia e o emprego laborioso dos dias, em contraponto nas sociedades do presente esta imagem vai sofrer transformações, agora sob o signo do tempo livre. “O tempo [livre] socialmente não dividido, do tempo de cada qual de que não há que dar contas a ninguém e que podemos, se assim quisermos, desperdiçar à vontade”² (Hourdin, 1961: 59 e 60). Assim, os reformados passam a ter, em média, um maior período de tempo livre relacionado com o seu ciclo de vida, devido à redução da idade de reforma e ao aumento médio da esperança de vida. Do mesmo modo, também a alteração ou redução dos períodos de trabalho (parcial, com horário flexível, entre outros) contribui para aumentar o tempo livre, tal como a conquista, conseguida pelos trabalhadores, da semana-inglesa e dos dois dias por semana sem tempo de trabalho. A luta desloca-se, presentemente para as 35 horas de trabalho. Também o aumento do número daqueles que têm profissões liberais permite o alongamento, de forma contínua, do tempo fora do trabalho, em razão da flexibilidade dos horários o que muitas vezes, para além das aparências promove a precariedade dos empregos. Outros, como refere Gorz, defendem que há que efectuar uma “real autogestão do tempo e dos horários (...) permitindo ajustar os períodos de tempo livre ao projecto ou à situação familiar de cada um e desenvolver uma cultura centrada sobre as actividades autodeterminadas”. Assim, através da autogestão do tempo no trabalho, apontam não apenas a necessidade de ocupar o tempo livre, mas salienta, apoiando-se em Rostang, que este é tão mais importante porque “a produção de riqueza económica será cada vez menos central na vida social” (Gorz,

¹ Aqui, a sociedade pode ser interpretada como um conjunto de instituições onde a comunidade, a vizinhança e a família detém um papel importante. Aliás, esta simboliza para muitos analistas a unidade de referência em termos de empresa de serviços (Vernières, 1985), de célula social, de modo de organização da vida quotidiana e unidade de consumo (Dubois, 1993).

² Esta interpretação, possivelmente coadunada ao período em que foi escrita, suscita uma crítica que tem a ver com o facto de ser de veras difícil ter no nosso tempo livre tal liberdade de actuação. Isto porque as pressões directas ou indirectas, da publicidades e agentes específicos, e pessoais, familiares e do próprio ciclo de vida acarretarem a perda de uma grande parte da margem de liberdade defendida por Hourdin (1961).

1993). Por essa razão, a valorização não deve ser apenas dada ao tempo livre, em si mesmo, mas sobretudo à forma como o tempo de trabalho será distribuído, dependente da vontade do indivíduo.

Mais recentemente, Urry socorre-se também da ideia de *tempo do relógio*, popularizada na expressão *tempo é dinheiro*, relacionada com as obrigações da vida em sociedade, que, para as relações industriais, como para os lazeres, aparece como um recurso que é organizado, regulado e distribuído (Urry, 1995). Contudo, as temporalidades do quotidiano das sociedades modernas não se esgotam nesta categoria de tempo. A par dele, põe em evidência o *tempo instantâneo* o qual parece determinar a forma como fazemos uso do nosso quotidiano, sugerindo que o futuro se dissolve no presente, e permitindo “um conjunto de temporalidades personalizadas e subjectivas que se auto-geram, envolvendo o que Giddens chama calendários de vida” (Urry, 1995: 217). Estes calendários expressam estilos de vida, que resultam da maneira como cada um usa o seu tempo, e cuja caracterização assenta principalmente na utilização que se faz do tempo — e do espaço — fora do tempo de trabalho. Esta perspectiva atribui ao *tempo de qualidade*, facilmente integrável no tempo livre e no tempo de lazer, uma significação crescente e que tem gerado formas de utilização do espaço diferenciadas, tendencialmente privadas.

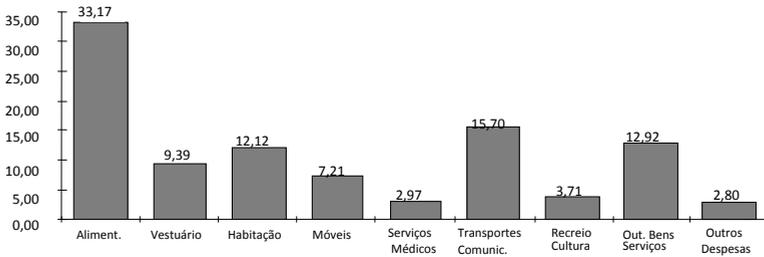


Fig. 1 — Despesas médias anuais dos agregados, em 1990 (em percentagem).

Fonte: *Inquérito aos Orçamentos Familiares 1989/1990*, INE, Lisboa.

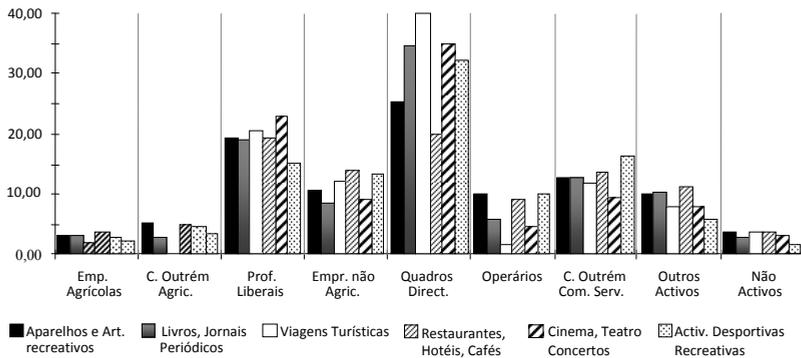


Fig. 2 — Despesas médias anuais dos agregados, em grupos específicos, segundo a categoria socioeconómica, em 1990 (em percentagem).

Fonte: *Inquérito aos Orçamentos Familiares 1989/1990*, INE, Lisboa.

A estrutura das modalidades de consumo permite corroborar, de algum modo, que o tempo livre e o tempo de lazer são responsáveis por uma diferenciação de uso do tempo e pelo aumento da despesa das famílias. Os quantitativos monetários das despesas aumentam significativamente. A sociedade de consumo motiva as despesas e os produtos deixam de ter um valor específico enquanto isolados e integram-se em fileiras de objectos que levam o comprador — o consumidor — a adquirir não apenas o produto de que necessita efectivamente, mas outros que foram estudados e promovidos, em termos de *marketing*, para uma utilização conjunta. E isto sucede, quer em relação aos bens, quer em relação a serviços, com especial incidência nos de aquisição ou utilização ocasional ou excepcional, por norma, aqueles em que o consumidor mais facilmente se dispõe a efectuar maior despesa. Entre estas sobressaem as férias, que, para além dos pacotes de viagem que englobam, apresentam sempre ainda motivações para se efectuarem outras despesas, como percursos, guias, uso de espaços de prática de desportos ou aluguer de objectos, visitas específicas. Contudo, isto sucede, actualmente, com quase todos os tipos de produtos, desde o vestuário ao mobiliário, dos artigos de lazer aos electrodomésticos.

Por sua vez, as diferenciações das despesas por categorias socioprofissionais evidencia formas diferentes de organização dos tempos livres e de lazer, ilustrado pela Fig. 2.

Esta tendência é corroborada pela Fig. 1, que mostra uma situação evidenciando a diminuição relativa das despesas com a alimentação e com as bebidas. Esta diminuição diz respeito especialmente aos grupos socioeconómicos em que os rendimentos são mais elevados e as relações sociais são mais promovidas, como os Directores e quadros superiores e Trabalhadores liberais e afins. Os valores expressos, representam reduções em despesa com alimentação em mais de 100%, em apenas 40 anos.

Também a referência à habitação, símbolo do nível de vida e imagem da qualidade de vida dos indivíduos, suscita alguns comentários que são demonstrativos da forma como o tempo livre é utilizado e como nele se integra o lazer. O tempo livre estrutura-se, de facto, em termos espaciais referenciando-se, desde logo, ao tempo passado fora de casa e ao passado em casa.

A maneira de pensar o mundo do trabalho encontra-se intimamente associada com as características da habitação (localização, arquitectura, acessibilidade, equipamentos). A imagem que o indivíduo transmite reflecte a realização profissional. Por sua vez, a transposição dessa imagem para o plano particular, familiar alargado e do dia-a-dia, efectua-se através dos usufrutos de bens e obtenção de serviços que são, em grande medida, o resultado do rendimento auferido na prestação profissional. Neste âmbito, a forma como a família utiliza o seu tempo evidencia-se na organização da casa. E a importância deste facto é sublinhada se entendermos a casa como espaço de valorização do tempo livre e do lazer (*hobbies* diversos são disso um exemplo). De igual modo, as visitas de amigos e familiares, importante aspecto das actividades de lazer, se inscrevem neste espaço e são promotoras de despesas com elas relacionadas.

Assim, a casa é, na sociedade consumista em que vivemos, uma forma de exteriorizar o estilo de vida, o poder económico, tal como a cultura e a sensibilidade do indivíduo. Como sabemos, o rendimento é determinante no tipo de habitação ou habitações das famílias, tanto sob o ponto de vista do conforto, entendido como forma de valorização do tempo fora do trabalho ou mesmo do tempo de lazer, como sob o ponto de vista da sua localização.

A mudança de localização motivada pela mobilidade profissional, relacionada com o novo local de trabalho, induz a procura de uma residência que faculte um acesso rápido e pouco cansativo. É tanto mais importante se se tiver em atenção que os percursos individuais dependem, para além dos custos que envolvem, também do tempo que as distâncias demoram a percorrer e dos obstáculos psicológicos que se produzem em diferentes pontos desses percursos. Além disso, nas sociedades actuais, os percursos têm tendência a ampliar-se de forma dificilmente controlável devido à sobreposição de compromissos sociais, familiares e profissionais dos indivíduos. E, assim sendo, também a localização da residência determina diferenciações no tempo livre potencial.

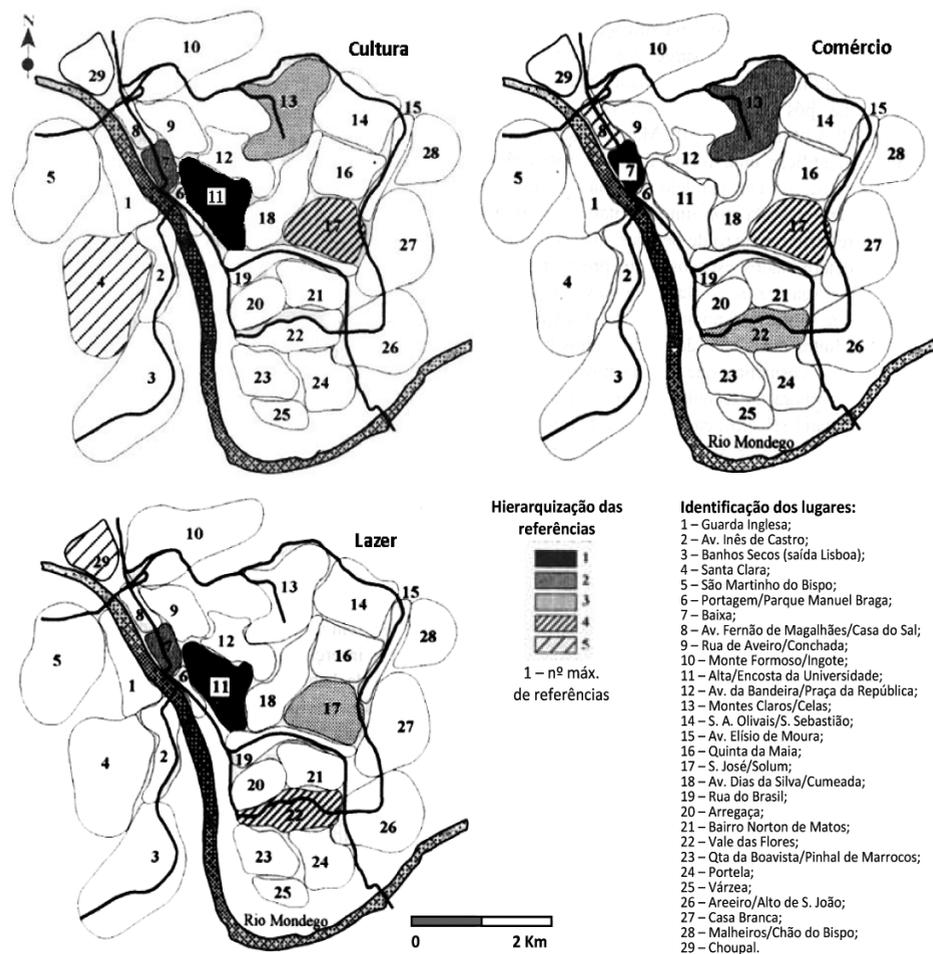


Fig. 3 – A percepção da população sobre a cidade espaço de vida. (A sinergia das actividades promove a espectacularidade dos espaço através da valorização do tempo fora do trabalho).

Fonte: Inquérito à população de Coimbra (1997).

A habitação oferece um vasto campo de interesse no âmbito dos estudos atinentes ao consumo, ao lazer e aos estilos de vida. Lugar de residência das famílias, espaço referência do consumo doméstico, é um espaço social cujo simbolismo assume uma expressividade que traduz o nível e o estilo de vida dos indivíduos.

Nas características da habitação (localização, acessibilidade, dimensão, arquitectura e equipamento) pode ver-se uma maneira de pensar o mundo social, símbolo e efeito desse mundo, quer na relação com o trabalho, quer como espaço de tempo livre. Nesta dimensão, define-se primeiramente como lugar de intimidade, como espaço de retaguarda da vida pública, a que se junta a função de lazer e de relação social mais intimista. A este respeito, como expressão da sua importância, evocamos a oposição *indoor/outdoor* na diferenciação dos espaços de lazer, dicotomia de uso generalizado nos estudos sobre o tema.

Além disso, pode afirmar-se com segurança que na maneira de pensar o mundo do trabalho se denota uma relação estreita com a realização profissional, através da imagem social que os indivíduos transmitem, do seu estilo de vida ao modo de habitar. A transposição dessa imagem para o plano particular familiar e do dia-a-dia, faz-se através do usufruto de bens e da obtenção de serviços que são o resultado dos rendimentos familiares, em especial os auferidos nas prestações profissionais, e tem expressão particular no âmbito da habitação. A sua organização patenteia a forma como a família usa o seu tempo em casa e, nomeadamente, para o que tratamos neste texto, quando a casa é vista como espaço de valorização do tempo livre e do lazer seja na forma de entretenimento (jogos e *hobbies* diversos) no seio da família, seja no domínio das relações sociais como as visitas de amigos e familiares. Umhas e outras convertem-se num dos aspectos importantes das actividades de lazer como aferidoras sociais dos modos de consumo das famílias.

Assim, a residência transforma-se, de forma ostensiva, na sociedade consumista em que vivemos, numa forma de exteriorização do modo de vida, do poder económico, tal como, a cultura e a sensibilidade dos indivíduos. Como sabemos, o rendimento é determinante no tipo de habitação ou habitações das famílias, tanto sob o ponto de vista do conforto, entendido como forma de valorização do tempo fora do trabalho ou mesmo do tempo de lazer, como sob o ponto de vista da sua localização. O destaque que lhe é dado, salienta-se, por exemplo, na procura de residência onde se têm em conta as acessibilidades ao local de trabalho ou a inserção num determinado meio social, a par do custo da habitação quando se tem em atenção as mobilidades residenciais. Os percursos quotidianos dependem, para além dos custos directos que envolvem, também do tempo que se despense a percorrer as distâncias e dos vários obstáculos que em diferentes pontos desses percursos podem ocorrer. Isto é tanto mais importante, devido ao facto de os percursos diários nas sociedades modernas terem tendência a multiplicar-se num imbricado de redes, que a sobreposição de compromissos sociais, familiares e profissionais dos indivíduos vai produzindo. Em resultado disso, também a localização da residência acaba por determinar diferenciações no tempo livre potencial.

Na realidade, todas as estruturas dos espaços de consumo e lazer passam pela organização do espaço urbano. Conforme “a cidade pós-industrial emergiu nas sociedades ocidentais, o carácter das instituições económicas mudou indubitavelmente — da dominância da indústria para os serviços — mas é também evidente que a dimensão social se tornou o facto mais significativa da vida urbana” (Herbert & Thomas, 1982:

335). Nesta dimensão são o consumo e o lazer (através de processos de sociabilidade, da cultura ao desporto, como o ilustra a Fig. 3) que “transformam o tempo num bem raro e o espaço num bem emblemático do próprio consumo dos indivíduos (...). O espaço — a cidade — que marca o compasso, controlando os tempos, define também os territórios” (Santos, 1998: 358).

A percepção dos espaços de lazer pela população é coincidente hoje com os territórios de consumo e culturais. Desta forma, são desencadeadas sinergias responsáveis pela espectacularidade de alguns espaços urbanos, onde o urbanismo comercial acaba por determinar, com importância crescente, os modos e os tempos, tornando o espaço num produto para consumir e o consumo numa forma de lazer.

Se das mudanças na estruturação dos tempos sociais das sociedades modernas se originou um aumento da importância do tempo de lazer (Fig. 4), a emergência deste, veio, por sua vez, a desencadear alterações nos hábitos de consumo, nas relações sociais e nas funções do espaço, mudanças estas que acentuam a necessidade de interrelacionar os temas do consumo, do lazer e de terciarização.

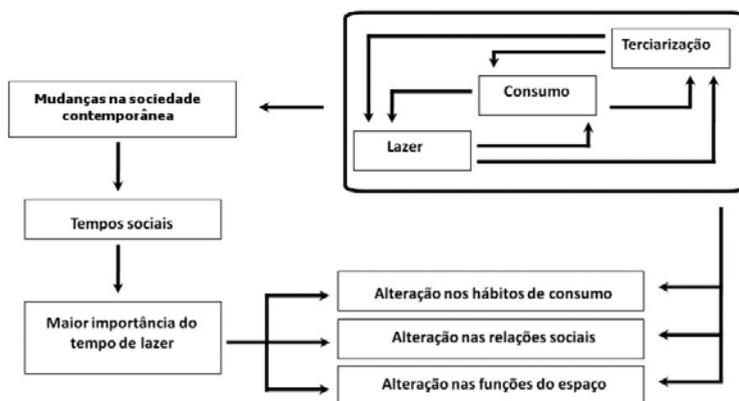


Fig. 4 — Os tempos sociais nas sociedades modernas.
Fonte: Organização dos autores.

A terciarização moderna (Fig. 5) tem nas práticas de lazer uma das suas fontes multiplicadoras, com evidência para uma crescente especialização de práticas e espaços, em simultâneo com a standardização e a mercadorização do tempo de lazer. Ora, vê-se desfazer a dimensão de tempo de contemplação do tempo de lazer pelo facto deste se tornar, cada vez mais, uma mercadoria, em favor da emergência de uma nova padronização desse tempo. Como resultado disso, observa-se uma similitude entre os ritmos do tempo de trabalho e os do tempo de lazer, também tornado a mercadoria, e que se estende aos espaços e aos objectos do lazer. Por outro lado, o aumento do tempo e dos lugares de lazer vêm envolvendo um cada vez maior contingente de pessoas em situação de lazer e, simultaneamente, assiste-se ao crescimento de um sector de trabalho gerado pelo lazer como fenómeno de consumo de massa.

A conseqüente massificação dos tempos e das economias do lazer surge hoje como um dos elementos identificadores das sociedades que vieram a ser designadas pós-industriais

(Touraine, 1969) ou de consumo (Baudrillard, 1970). Mas se nesta massificação se pode identificar uma forma de democratização do consumo, assiste-se em paralelo a um processo de elitização, caracterizada por um estreitamento do acesso por um reduzido número de pessoas, quer a certos lazeres, quer a determinados espaços. Este processo permite descobrir, por sua vez, novos lazeres e novos lugares de práticas em que sobressai a novidade, a sofisticação e a exclusividade. Muitos deles não são senão velhos lazeres renovados por uma cosmética que lhe dá novas roupagens, com forte incorporação tecnológica, em grande parte, associados a lugares selectos, cujo acesso é determinado por capitais de riqueza ou de *status*, o que lhe confere distinção social.



Fig. 5 — Consumo massificado do lazer. Entre democratização e elitização.
Fonte: Organização dos autores.

O consumo e o aumento do tempo livre, necessário para consumir, característicos das sociedades contemporâneas, ao acentuarem os processos de diferenciação social no acesso aos lazeres, parecem contrariar, aliás, a ilusão igualitária através do lazer. Antes se afirma uma distinção social em que a novidade, a sofisticação e a exclusividade se materializam na raridade e no exotismo dos lugares de lazer.

Bibliografia

- Baudrillard, J. 1970, *A sociedade de consumo*. Edições 70. Lisboa.
 Debord, G. 1991, *A sociedade do espectáculo*. Mobilis in Mobile, Lisboa.
 Dumazedier, J. 1962, *Vers une civilisation du loisir?* Points, 29, Éditions du Seuil, Paris.
 Galbraith, J. K. 1987, *La sociedade opulenta*, Ariel, 15, Barcelona.

- Galbraith, J. K. 1992, *La cultura de la satisfacción. Los impuestos, para qué? Quiénes son los beneficiarios?* Ariel Sociedade Económica, Barcelona.
- Gama, A. 1988, 'Notas para uma geografia do tempo livre', *Cadernos de Geografia*, 7, pp. 203-217.
- Gama, A. & Santos, N. P. 1991, 'Tempo livre, lazer e terciário', *Cadernos de Geografia*, 10, pp. 99-129.
- Gorz, A. 1993, 'Bâtir la civilisation du temps libéré', *Le monde Diplomatique*, n° 468, Mars, Paris.
- Herbert, D. & Thomas, C. 1982, *Urban Geography. A first approach*. John Wiley & Sons, Chichester.
- Hourdin, G. 1970, *Uma civilização dos tempos livres*. Col. O tempo e o modo, Moraes Editores, Lisboa.
- Parker, S. 1978, *A sociologia do lazer*. Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- Patmore, J. A. 1983, *Recreation and resources. Leisure patterns and leisure places*, Basil Balckwell, Londres.
- Santos, N. P. 1998, *A sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias. A dualidade dos espaços, a turbulência dos percursos e a identidade social*. Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra.
- Sèze, C. 1994, *Confort moderne. Une nouvelle culture du bien-être*. Série Sciences en Société, Autrement, Paris.
- Sue, R. 1982, *Vers une société du temps libre?* Sociologie d'aujourd'hui, PUF, Paris.
- Touraine, A. 1969, *La société post-industrielle. Naissance d'une société*. Bibliothèque Mediations, Denoel Gonthier, Paris.
- Urry, J. 1995, *Consumiming places*, Routledge, London.
- Williams, Stephen, 1995, *Outdoor recreation and the urban environment*. Routledge, Londres.
- Zorrilla Castresana, R. 1990, *El consumo del ocio. Una aproximación a la teoría del tiempo libre desde la perspectiva del consumo*. Servicio Central de Publicaciones, Gobierno Vasco, Vitoria.

Lúcio Sobral da Cunha

Centro de Estudos Geográficos

Faculdade de Letras Universidade de Coimbra

Fernanda Delgado Cravidão

Centro de Estudos Geográficos

Faculdade de Letras Universidade de Coimbra

NOTAS PARA UMA GEOGRAFIA DOS DESPORTOS RADICAIS NO CENTRO DE PORTUGAL*

Resumo

A Revolução Industrial trouxe profundas modificações nos conceitos de tempo de trabalho, de tempo livre e nas relações entre o tempo e o espaço. O turismo, actividade onde o tempo livre é fundamental, surge, assim, como uma consequência e, segundo alguns autores, mesmo como uma criação da Era Industrial. No entanto, o final do milénio tem sido caracterizado por profundas mudanças sociais que passam, entre outras, pelo mundo do trabalho, pelo tempo de lazer em geral e pelo turismo em particular. Descobrem-se novos percursos, reinventam-se itinerários, exploram-se recursos até agora quase ignorados. Surgem, assim, novas formas de ocupação do tempo livre onde o imaginário, o real e o virtual se cruzam com as novas necessidades do comportamento humano, em que o risco e a aventura estão quase sempre presentes.

Na última década tem vindo a assistir-se a um acréscimo acentuado dos chamados “Desportos Radicais”. Aqui, quase tudo se cruza. O risco, os novos percursos, o contacto com a natureza... Isto é, assiste-se a uma cumplicidade entre o natural e o social consumida essencialmente pelas sociedades urbanas ocidentais.

Pretende-se, com este texto, mostrar como Portugal não ficou alheio a este fenómeno que, em alguns casos, pode vir a assumir importância significativa no desenvolvimento local e regional, contribuindo para construir novas e melhores imagens de alguns «espaços naturais» no território nacional.

1. Introdução

O final do milénio tem sido caracterizado por profundas mudanças sócio-culturais que passam por novos conceitos de tempo, novas estruturas no mundo do trabalho, por novos comportamentos demográficos, novos conceitos de lazer (Gama, 1988 e

*Adaptado do texto com o mesmo título publicado na *Revista Infogeo*, da Associação Portuguesa de Geógrafos, 1998.

Gama & Santos, 1991) e, também, por novas formas de praticar desporto (Jacinto & Malta, 1993) ou de fazer turismo (Cravidão & Cunha, 1991 e 1996). Descobrem-se outros percursos, reinventam-se itinerários, exploram-se recursos que se mantiveram à margem do consumo habitual do território. Surgem, assim, novas formas de ocupação do tempo livre, onde o imaginário, o real e o virtual se cruzam com as novas necessidades criadas por uma sociedade cada vez mais urbana. Necessidades onde a aventura e o risco começam a estar presentes no quadro das actividades de lazer e de ocupação dos tempos livres.

Na última década tem vindo a assistir-se a um acréscimo acentuado dos chamados Desportos Radicais¹. Aqui quase tudo se cruza! A aventura, o risco, a superação de limites, os novos percursos, o contacto com a Natureza. Isto é, existe uma cumplicidade entre o sentimento individual e o comportamento colectivo, entre o social e o natural, que tem vindo a ser progressivamente consumida em particular pelas sociedades urbanas ocidentais (ver, a propósito, Bodet, 1989 e Umbelino, 1996).

Este texto tem como objectivo, por um lado, fazer uma primeira abordagem deste fenómeno e mostrar como Portugal não lhe ficou alheio e, por outro, mostrar como, em alguns casos, pode vir a assumir importância local, regional e, até, mundial, contribuindo para construir novas e renovadas imagens de alguns *espaços naturais* no território nacional. Por outro lado julgamos que espelha, já, algumas linhas fundamentais que deverão caracterizar a actual Geografia dos *Desportos Radicais* em Portugal.

2. Geografia, tempo livre e desportos radicais

O aparecimento e rápido desenvolvimento dos *Desportos Radicais* veio introduzir toda uma série de hábitos, comportamentos e atitudes, principalmente na população mais jovem, a que as Ciências Sociais não podem ficar alheias. Tal como afirma Cunha (1989), “a televisão e a literatura oferecem ao comum dos cidadãos um conjunto de imagens criadoras de motivações pelos planos que revelam e pelos valores que com elas transportam”. Também a publicidade explora, cada vez com mais frequência, imagens que transmitem a satisfação de ultrapassar um *rápido* ao fazer-se canoagem, ou o êxito conseguido numa competição de bicicleta de todo o terreno (*BTT*) – entre muitos outros exemplos – contribuindo para que a difusão destas actividades se torne cada vez mais rápida.

À necessidade de criar rupturas com o quotidiano junta-se à necessidade de construir maiores capacidades de autodomínio o que leva à procura de actividades que respondam a estas novas solicitações. Se, por um lado, são desportos que testam

¹ De acordo com o Dicionário de Machado (1981), Radical (adj.) significa, entre outras coisas, completo, decisivo, profundo. Não é fácil definir *Desporto Radical*. A mesma actividade, canoagem, por exemplo, poderá não ser assim considerada quando estruturada, organizada, pelos diversos clubes náuticos. Pelo contrário, quando assim não acontece, pode ser incluída neste grupo de desportos. Trata-se de um conceito muito relativo, de contornos ténues, sendo, por isso, sempre com alguma precaução que o utilizamos. Julgamos, no entanto, que a percepção da população que os pratica é um importante elemento a ter em conta nesta definição.

os limites físicos, confrontam o indivíduo com situações extremas, desenvolvem e devolvem de alguma maneira o sentido da existência, por outro, criam novas linguagens, geram o aparecimento de grupos que se identificam não só pelo vocabulário, onde o estrangeirismo domina, como pelas roupas/marcas que usam, pela música que consomem.

Aqui podem colocar-se várias questões: o que importam à Geografia estas alterações de comportamento? E estas *novas tribos* que se formam? E esta outra forma de lazer? Como Ciência Social importará sempre! Mas, os praticantes do *Desportos Radicais* são consumidores e, mesmo, transformadores de espaços com determinadas características e aqui a Geografia está no seu campo privilegiado. Além disso, e como se verá, pela sua própria característica, este novo modo de ocupação do tempo livre, desenvolve-se, quase sempre, em territórios que até aqui não tinham tido qualquer utilização lúdica massificada. Estão, em parte, fora dos eixos tradicionais de desenvolvimento e exploram o contacto directo com a Natureza. Por outro lado, a estrutura de algumas destas modalidades e o modo como são praticadas pode pôr em causa, em certos casos, o frágil equilíbrio ambiental. Também, e pelo contrário, alguns destes desportos, podem ajudar, pela publicidade que lhes está frequentemente associada, a promover áreas deprimidas e, neste sentido, podem contribuir para algum desenvolvimento local. Ajudando a construir novas imagens de áreas periféricas vão muitas vezes ao encontro do imaginário da população urbana, em cuja história familiar se encontram, não raras vezes, ligações com esses espaços.

Ao contrário do que tem sucedido com outras formas de lazer, os *Desportos Radicais* não tardaram a chegar a Portugal. A rápida difusão de informação-televisão com programas específicos, divulgação escrita com revistas especializadas, Internet..., associados a uma publicidade tecnicamente muito bem estudada, encarregaram-se de fazer chegar a alguns grupos de população este tipo de desporto. Embora não em simultâneo com outros países – Estados Unidos, Austrália, Inglaterra, entre outros –, o território nacional rapidamente entrou na lista de sítios obrigatórios de campeonatos mundiais. Vejam-se os exemplos das provas de *Surf* que tem lugar na praia do Guincho, de *Bodyboard*, na Figueira da Foz ou na Praia Grande, no concelho de Sintra. Além disso, o território nacional usufrui de espaços privilegiados para este tipo de desportos. Desde excelentes condições ligadas ao mar – tipo de costas, amplitude de marés, orientação de ventos dominantes e o próprio clima – até à diversificada morfologia do relevo, aliada a condições climáticas locais, são muitos os recursos naturais que propiciam o desenvolvimento deste tipo de ocupação do tempo livre. Cite-se, apenas, o dinamismo que está associado aos circuitos/campeonatos de Bicicleta de Todo o Terreno (*BTT*) e que percorre praticamente todo o país. Da Serra da Freira, à Gardunha, passando pelas Serras da Arrábida, Açor e Montesinho, entre outros exemplos, todo o território é percorrido e (re)descoberto pelos praticantes desta modalidade.

3. Metodologia

Este primeiro trabalho resulta da investigação realizada ao longo do ano lectivo de 1996/97, por 15 formandos do Seminário do Ramo de Formação

Educacional², que como se sabe, faz parte do processo de formação inicial de professores de Ensino Básico e Secundário de Geografia. Em dois dos Seminários cuja orientação pertenceu aos autores desta comunicação, tentou encontrar-se, de acordo com os formandos, um tema que pudesse caber na estrutura do mesmo, e em que, por outro lado, os alunos das escolas tivessem participação activa³.

De uma forma breve faremos referência à metodologia utilizada. Cada formando fez, na Escola onde trabalhava, cerca de 50 inquéritos repartidos por duas turmas, totalizando, por isso, o conjunto de cerca de 750 inquéritos. Depois de todos realizados, cada aluno do Seminário tratou também 50 inquéritos – duas turmas – sendo 25 de uma escola diferente daquela onde estava colocado. Isto é, processou-se uma distribuição de todos os inquéritos de modo a que cada formando pudesse comparar escolas diferentes: aquela onde trabalhava e uma outra onde estagiava um colega seu. Finalmente, cada aluno fez um relatório que serviu de objecto de avaliação do Seminário.

Para o trabalho preliminar que agora se apresenta, foi necessário um novo tratamento dos inquéritos realizados, já que os relatórios apenas fornecem uma leitura muito incompleta e parcial. Tratando-se de uma primeira abordagem, esta deve, portanto, ser entendida com algumas reservas. A principal está, seguramente, na dimensão da amostra e na distribuição social e espacial dos inquiridos. De facto, ao inquirir apenas estudantes do Ensino Secundário e ao limitar a amostra aos de algumas Escolas da Região Centro, temos a certeza de alguma falta de representatividade. Por outro lado, os dados que agora se apresentam resultam de uma primeira leitura dos inquéritos efectuados, sem que tenham ainda sido feitos todos os cruzamentos possíveis entre a vasta informação recolhida. No entanto, os resultados preliminares assim obtidos contêm já algumas «ideias-força» estruturantes desta nova forma de ocupação dos tempos livres de alguns dos grupos que constituem a população portuguesa e nomeadamente da sua juventude. Pensamos que uma análise mais rigorosa, que pretendemos vir a efectuar mais tarde, só virá confirmar estas tendências.

4. Análise dos resultados do inquérito

A amostra utilizada diz respeito exactamente a 740 inquéritos, distribuídos de modo não uniforme por 9 Escolas da Região Centro (ver Qd. 1 e Figs. 1 e 2). O número de inquéritos por Escola varia de um máximo de 195, na Escola Adolfo Portela de Águeda, e um mínimo de 49, nas Escolas Secundárias de Figueiró dos Vinhos e de Pombal.

Talvez como reflexo da situação económica e social do nosso País, que leva muitos dos jovens, sobretudo os rapazes, ao abandono precoce da Escola para ingresso no mercado de trabalho, a amostra revela um claro predomínio das raparigas (61 %) sobre

² Participaram neste trabalho os seguintes professores-estagiários de Geografia: Anabela Lourenço, A. Augusto Silva, Carla Vaz, J. Miguel Gonçalves, J. Miguel Silva, Luísa Sebastião, M. Nazaré Monteiro, M. Fernanda Marta, Márcia Reis, N. A. Baptista, Nuno Silva, Odete Bernardino, Paula Esteves, Sandra Teixeira e Sílvia Evangelista. Neste momento em que se reúnem, confrontam e discutem os dados por cada um deles levantados e trabalhados, cumpre-nos agradecer-lhes o modo aberto e empenhado como encararam este trabalho.

³ Veja-se o mapa de localização das diversas escolas onde decorreram os inquéritos.

os rapazes (39%). Claro que a situação é sensivelmente diferente de Escola para Escola, muito na dependência das turmas inquiridas e das áreas disciplinares a que pertencem, mas, de qualquer forma, a tendência geral é de um nítido predomínio das raparigas sobre os rapazes (que chega a ser de 76% para 24% em Mira e em que apenas a Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos revela um ligeiríssimo predomínio dos rapazes – 51 %). No que diz respeito à idade dos inquiridos, esta situa-se predominantemente na faixa abaixo dos 19 anos, já que apenas cerca de 12% dos inquiridos tem idade igual ou superior a esta (cerca de 20% nas Escolas de Pombal e de Poiares).

Quanto ao grau de instrução e à categoria profissional dos pais dos estudantes inquiridos, a situação é também bastante diversa de Escola para Escola. De qualquer modo, pode, sem dúvida, afirmar-se que o grau de instrução dos pais é relativamente baixo (55% dos pais têm como instrução apenas o chamado Ensino Primário e só 7% têm instrução de nível superior). Destaque-se, no entanto, que as Escolas situadas nos concelhos mais industrializados ou urbanizados, como acontece com Águeda, Covilhã, Coimbra e Pombal, apresentam níveis de instrução francamente mais elevados (ensino primário sempre abaixo dos 55% e ensino superior sempre acima dos 10 %).

Também no que diz respeito ao hábito de fazer férias fora do local habitual de residência (Qd. 2), que pensamos ser um importante factor na introdução e divulgação da prática de *desportos radicais*, verificamos uma diversidade significativa entre os alunos das várias Escolas, que parecem poder dividir-se em dois grupos: às Escolas de Águeda, Covilhã, Coimbra e Pombal, atrás tidas como pertencentes a concelhos mais industrializados e urbanizados, junta-se agora a da Mealhada, num grupo em que pelo menos 75% dos estudantes declararam fazer férias fora do seu lugar de residência. Destaquem-se dois factos: o primeiro é que pelo menos em duas das Escolas, Mira e Figueiró dos Vinhos, mais de metade dos alunos indicam não fazerem férias fora da residência habitual, e o segundo diz respeito ao relativamente elevado número de estudantes que declaram passar as suas férias no Estrangeiro, o que parece relacionar-se, antes de mais, com o importante papel que a emigração desempenhou nos movimentos demográficos recentes das populações da Região Centro do nosso país.

Qd. 1 – Caracterização da amostra: sexo e idade dos inquiridos e grau de instrução do pai.

Escola	Nº	Sexo	Idade do Inquirido			Grau Inst. Pai	
		Masc.	<17	17-18	>18	Prim.	Sup.
Adolfo Portela - Águeda	195	84	73	100	22	92	19
Frei H. Pinto - Covilhã	50	23	3	44	3	19	10
D. Duarte - Coimbra	101	37	26	61	14	50	13
Figueiró do Vinhos	49	25	9	33	7	35	0
Mealhada	100	35	68	26	6	47	5
Mira	50	12	24	24	2	40	1
Montemor	50	24	38	10	2	31	2
Dr. D. Matos - Poiares	96	27	27	50	19	67	0
Pombal	49	22	19	20	10	26	5
Total:	740	289	287	368	85	407	55

Escola	Nº	Sexo	Idade do Inquirido			Grau Inst. Pai	
		Masc.	<17	17-18	>18	Prim.	Sup.
		%	%	%	%	%	%
Adolfo Portela - Águeda	195	43	37	53	13	47	10
Frei H. Pinto - Covilhã	50	46	6	88	6	38	20
D. Duarte - Coimbra	101	36	26	60	14	50	13
Figueiró do Vinhos	49	51	18	67	14	71	0
Mealhada	100	35	68	26	6	47	5
Mira	50	24	48	48	4	80	2
Montemor	50	48	76	20	4	62	4
Dr. D. Matos - Poiares	96	28	28	52	20	70	0
Pombal	49	45	39	41	20	53	10
Total:	740	39	39	50	12	55	7

Também um importante factor na predisposição para a prática de desportos radicais é a prática habitual de actividades desportivas na ocupação dos tempos livres dos jovens (Qd. 3). Verifica-se que mais de metade (55%) dos jovens declaram praticar habitualmente um ou mais desportos, com uma nítida primazia dos desportos colectivos «tradicionais» como o futebol, o basquetebol e o voleibol, sobre o ciclismo, a ginástica e a natação.

Em relação aos *desportos radicais* verifica-se que estes, apesar de ainda pouco praticados pelos jovens estudantes inquiridos, são no entanto bem conhecidos de todos, tanto no que diz respeito às diferentes modalidades que neste grupo se podem enquadrar, como no que se refere às motivações que levam à sua prática.



Fig. 1 – Localização das escolas onde foram realizados os inquéritos.

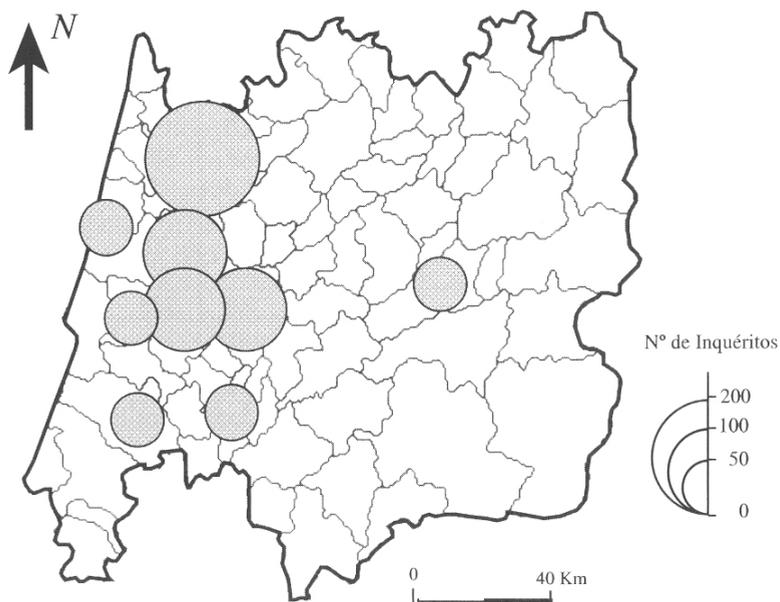


Fig. 2 – Número de inquéritos realizados por escola.

Qd. 2 – Caracterização da amostra – local de férias dos inquiridos.

Escola	Nº	Fez Férias		Estrangeiro		Praias Norte		Praias Sul	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Adolfo Portela - Águeda	195	157	81	13	7	77	40	21	11
Frei H. Pinto - Covilhã	50	44	88	3	6	12	24	24	48
D. Duarte - Coimbra	101	91	90	3	3	38	38	29	29
Figueiró do Vinhos	49	22	50	1	2	9	18	4	8
Mealhada	100	83	83	4	4	48	48	18	18
Mira	50	25	50	6	12	5	10	8	16
Montemor	50	28	56	1	2	14	28	6	12
Dr. D. Matos - Poiares	96	68	71	3	3	27	28	4	4
Pombal	49	38	78	10	20	13	27	1	2
Total:	740	556	75	44	6	239	32	71	10

Qd. 3 – Caracterização da amostra – prática de actividades desportivas.

Escola	Nº	Prática de Desporto		Prática de Futebol	
		N	%	N	%
Adolfo Portela - Águeda	195	132	68	15	8
Frei H. Pinto - Covilhã	50	30	60	3	6
D. Duarte - Coimbra	101	45	45	10	10
Figueiró do Vinhos	49	32	63	7	14
Mealhada	100	55	55	18	18
Mira	50	35	70	10	20
Montemor	50	19	38	12	24
Dr. D. Matos - Poiares	96	29	30	3	3
Pombal	49	29	60	16	33
Total:	740	405	50	94	13

Assim, praticamente todos os inquiridos declaram saber o que são e quais são os *desportos radicais* (Qd. 4). As respostas à questão «Indica três desportos radicais», permitem-nos ter uma ideia das preferências dos inquiridos e saber se as condições mesológicas locais ou regionais interferem nessa escolha. Nota-se, desde logo, uma enorme dispersão das respostas por um leque muito variado de actividades, algumas delas de duvidosa inclusão neste grupo de *desportos* (por exemplo: o montanhismo poderá ser visto como um desporto?) *radicais* (por exemplo: à canoagem, tal como é praticada pelas escolas e clubes náuticos, no Mondego, poderá ser aplicado o adjectivo radical?). Talvez fruto dos processos de divulgação e da TV, os desportos radicais mais populares são, claramente, aqueles que se ligam ao mar e à praia (*Surf*, referido por cerca de 55% dos inquiridos, e *Bodyboard*, apontado por 32%). Segue-se a prática de ciclismo em bicicletas de todo o terreno (*BTT*), um desporto claramente ligado ao campo e à natureza (27%). Ainda neste grupo de desportos ligado à natureza aparece a referência à prática da canoagem, referida por 9% dos estudantes. As actividades de carácter mais *urbano*, como *skate* e *in line* aparecem logo a seguir ao *BTT*, recolhendo a preferência de 23 e 12% dos inquiridos.

Qd. 4 – Grau de conhecimento sobre Desportos Radicais.

Escola	Nº	Surf	BB	BTT	Skate	Patin.	Cano.	Out.
		%	%	%	%	%	%	%
Adolfo Portela - Águeda	195	55	37	23	12	14	4	76
Frei H. Pinto - Covilhã	50	20	2	30	8	14	0	32
D. Duarte - Coimbra	101	44	23	19	14	9	16	72
Figueiró do Vinhos	49	51	25	37	22	4	6	135
Mealhada	100	68	45	24	35	12	0	55
Mira	50	76	50	42	40	22	24	60
Montemor	50	44	18	46	20	6	20	46
Dr. D. Matos - Poiães	96	71	40	20	34	17	5	88
Pombal	49	47	18	29	35	10	20	86
Total:	740	55	32	27	23	12	9	72

No que respeita à distribuição espacial destas respostas, nota-se clara influência das condições ambientais (no sentido do conjunto de condições naturais, sociais e culturais que envolvem a Escola e os alunos), nas preferências apontadas. Alguns exemplos: os desportos de praia (*Surf* e *Bodyboard*) ocupam o primeiro lugar na Escola de Mira e o último na Escola da Covilhã; a canoagem destaca-se claramente nas Escolas servidas por importantes *espelhos de água* necessários para esta prática: D. Duarte (Coimbra), Mira, Montemor e Pombal; as únicas referências ao *motocross* (desporto radical?) aparecem na Escola de Águeda, uma cidade em que este desporto tem tradições bem vincadas.

Que procuram os jovens na prática dos desportos e das actividades radicais? Pedimos-lhes que associassem três palavras à ideia deste tipo de actividades. Apesar do carácter incompleto do tratamento feito, revela-se muito claramente a preferência pela associação destas actividades a termos como *adrenalina*, *perigo*, *coragem*, *loucura*, *medo*, *emoção*, etc. Procurando analisar as respostas dadas (Qd. 5) e apesar de sabermos do carácter artificial deste tipo de classificações e mesmo da interacção entre as várias famílias de termos, enquadrámos os vários termos

referidos em três grandes grupos que sugerissem, respectivamente, sentimentos de emoção, divertimento e liberdade. A primazia vai claramente para o conjunto de termos do grupo «emoção», vindo muito atrás, as referências a termos ligados ao divertimento e à liberdade.

Qd. 5 – Grupos de termos associados ao conceito de Desportos Radicais.

Escola	Nº	N ref.	Emoção		Diversão		Liberdade		Outros	
			N	%	N	%	N	%	N	%
A. Portela - Águeda	195	117	66	56	13	11	5	4	33	28
Frei H. Pinto -Covilhã	50	23	18	78	0	0	1	4	4	17
D. Duarte - Coimbra	101	104	77	74	8	8	8	8	11	11
Figueiró do Vinhos	49	94	61	65	17	18	4	4	12	13
Mealhada	100	28	13	46	3	11	1	4	11	39
Mira	50	118	61	52	32	27	10	9	15	13
Montemor	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dr. D. Matos - Poiares	96	156	72	46	25	16	14	9	45	29
Pombal	49	27	16	59	5	19	2	7	4	15
Total:	740	667	384	58	103	15	45	7	135	20

Como já referimos, é muito reduzido o número de jovens que efectivamente praticam desportos ou actividades ditas radicais. No conjunto das Escolas analisadas, apenas 144 ou seja menos de 1/5 dos jovens estudantes inquiridos, afirmam praticar desportos ou actividades radicais (Qd. 6 e Fig. 3). Curiosamente é na Escola de uma das pequenas localidades do Interior (Figueiró dos Vinhos) que o número relativo de praticantes é maior (38,8%). Também nesta distribuição é possível encontrar, já nesta análise preliminar, algumas relações com as condições geográficas e ambientais das áreas de localização das Escolas. Assim, os desportos associados ao mar e à praia (*Surf* e *Bodyboard*) estão particularmente representados nas Escolas mais próximas da linha de costa, como é o caso de Mira (cerca de 44% do total de actividades praticadas), Mealhada, Águeda, Pombal e Montemor (Fig. 4). Nas Escolas colocadas mais no Interior do País (Figueiró dos Vinhos e Covilhã) não chega a registar-se a prática destas modalidades. Por outro lado, vão ser exactamente estas duas Escolas do Interior aquelas em que a prática das actividades ligada à Natureza (caso da *BTT*) têm expressão mais significativa (mesmo acima dos 50%; Fig. 5). O mesmo raciocínio pode aplicar-se à justificação dos valores da prática da canoagem encontrados nas Escolas de Coimbra, Mira e Montemor (Fig. 6).

Uma elevada percentagem de práticas radicais foi incluída na designação genérica e abstracta de *Outros* (45% do total de referências). Trata-se de uma enumeração extremamente vasta de actividades (da escalada ao *bungee jumping* e do *rafting* ao balonismo, por exemplo), mas em que cada uma delas é referida por um número de praticantes bastante inferior aos das restantes actividades constantes do Qd. 6.

No que diz respeito à frequência e sazonalidade da práticas destes desportos (Qd. 7), apenas uma referência para o elevado número de praticantes com carácter ocasional (33%) e para o facto de apenas cerca de metade dos praticantes possuírem equipamento adequado para a prática das respectivas modalidades (57%). Dependendo do tipo de modalidades praticadas, o equipamento é, em regra, caro e pouco disponível nas

pequenas localidades tratadas neste trabalho (talvez com excepção das bicicletas de todo o terreno!). Assim, não surpreende que, destes cerca de 57% que declararam ter adquirido o equipamento adequado para a prática das respectivas modalidades, 37% tenham tido de ir fazer as respectivas aquisições fora do local habitual de residência, nomeadamente nos grandes centros urbanos onde podem ser encontrados os estabelecimentos especializados.

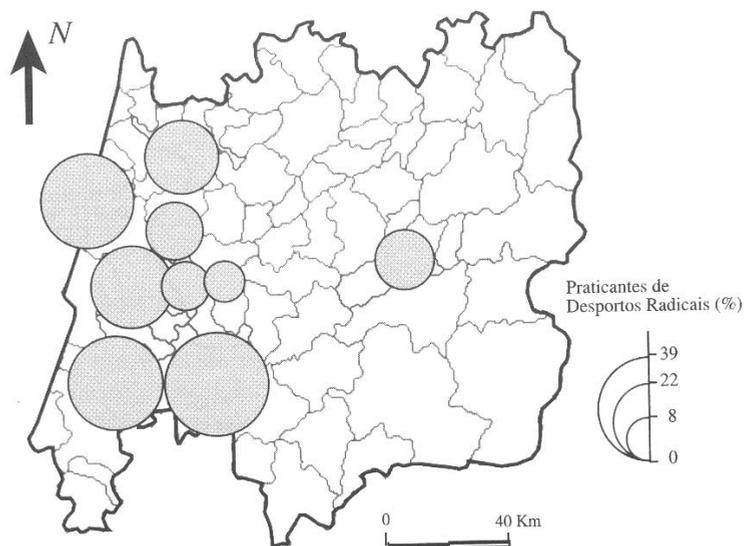


Fig. 3 – Distribuição espacial dos praticantes de desportos radicais.

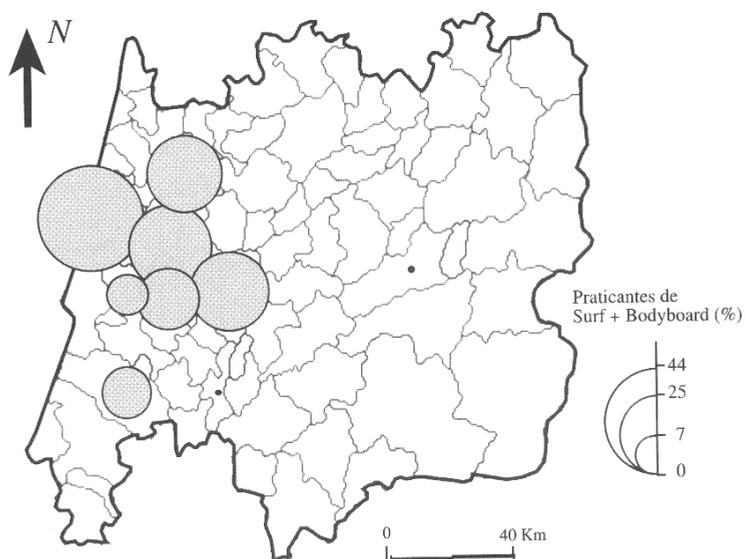


Fig. 4 – Distribuição espacial dos praticantes de *surfe* e *bodyboard*.



Fig. 5 – Distribuição espacial dos praticantes de BTT.

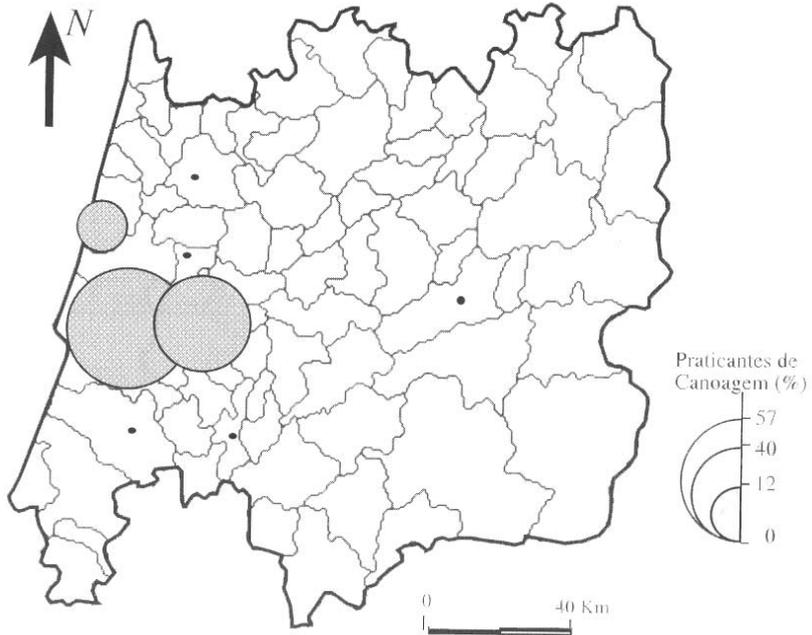


Fig. 6 – Distribuição espacial dos praticantes de canoagem.

Qd. 6 – Prática de desportos radicais por modalidade.

	Praticantes Desportos Radicais		Surf	BB	BTT	Skate	Patinagem	Canoagem	Outros	Total
	N	%								
Escola	N	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Adolfo Portela	43	22	12	12	19	9	26	0	56	133
Frei Heitor Pinto	8	16	0	0	50	13	25	0	13	100
D. Duarte - Cb	10	10	0	10	30	0	0	40	60	140
Figueiró do Vinhos	19	39	0	0	53	16	11	0	48	126
Mealhada	11	11	0	27	27	0	36	0	27	118
Mira	16	32	19	25	25	13	19	13	25	138
Montemor	14	28	0	7	36	7	0	57	14	121
Dr. Daniel Matos	8	8	0	25	50	13	13	0	38	138
Pombal	15	31	7	7	27	0	0	0	87	127
Total:	144	20	6	12	31	8	16	10	45	129

Qd. 7 – Modos de prática de desportos radicais – sazonalidade e equipamento.

Escola	Nº	Prática			Equipamentos		
		Ano	Verão	Ocas.	Sim	Aq. Res.	Aq. NL
		%	%	%	%	%	%
Adolfo Portela - Águeda	43	40	21	44	72	19	54
Frei H. Pinto - Covilhã	8	50	25	13	63	0	25
D. Duarte - Coimbra	10	20	40	50	80	20	20
Figueiró do Vinhos	19	63	21	16	47	16	32
Mealhada	11	27	63	18	64	9	55
Mira	16	44	25	31	69	31	38
Montemor	14	43	21	14	43	21	21
Dr. D. Matos - Poiares	8	38	13	63	13	0	13
Pombal	15	33	20	33	27	0	27
Total:	144	41	26	33	57	15	37

Qd. 8 – Dinamização local dos desportos radicais.

Escola	Nº	Dinamização	D. Radicais	Existência de
		Escola	Local	Infra-estruturas
		%	%	%
Adolfo Portela - Águeda	195	16	9	2
Frei H. Pinto - Covilhã	50	18	12	4
D. Duarte - Coimbra	101	15	7	6
Figueiró do Vinhos	49	0	8	10
Mealhada	100	1	2	3
Mira	50	50	50	18
Montemor	50	20	8	0
Dr. D. Matos - Poiares	96	0	0	0
Pombal	49	61	14	8
Total:	740	16	10	4

Finalmente, uma referência para o modo como os inquiridos percebem a dinamização deste tipo de actividades nas Escolas e nas localidades em que habitam

(quadro VIII). Talvez pelo facto de se tratar de actividades de certa forma marginais à prática quotidiana dos cidadãos, quer a Escola, quer as comunidades locais, estão pouco motivadas ou mesmo pouco interessadas na divulgação destas actividades. Pelo menos por enquanto!

Fruto desta situação será também o facto de apenas 4,3% dos inquiridos considerarem existirem infra-estruturas adequadas à prática de alguns dos desportos radicais acima mencionados.

5. Conclusão

Após uma primeira leitura, ainda que incompleta, dos inquéritos efectuados, fica-nos a sensação de que apesar da enorme atracção que parecem exercer sobre os estudantes do Ensino Secundário, é muito reduzido o número dos que declaram praticar desportos ou actividades ditas *radicais*. Destes, muitos fazem-no de forma meramente ocasional e servindo-se do equipamento de colegas ou amigos. Inquiridos sobre as razões que os levam a não praticar as actividades que os atraem, referem invariavelmente a falta de tempo (a necessária ajuda nos trabalhos domésticos e do campo!) e de condições (leia-se capacidade económica para aquisição de equipamento ou para deslocação aos locais convenientes para estas práticas). Não podemos esquecer estar perante estudantes oriundos de famílias com muito baixo grau de instrução e, conseqüentemente, com alguma fragilidade económica. Além disso, a prática desportiva, em geral, é ainda hoje, muito pouco participada em Portugal, quando comparamos com alguns indicadores europeus.

De qualquer modo, a prática de desportos radicais *invadiu* já todo o espaço, não se limitando às regiões mais desenvolvidas do litoral ou aos centros urbanos de maior dimensão, o que parece indicar um modelo de difusão territorial diferente. Algumas das razões estarão subjacentes a factores de implementação, dos quais destacamos:

Tendência crescente para o individualismo;

Quebra das modalidades desportivas colectivas e tradicionais;

Interesse crescente pela Natureza – as virtualidades ambientais do nosso país;

Clima (verão seco e favorável às actividades de ar livre e de contacto com a Natureza);

Ambiente ainda relativamente pouco degradado em vastas regiões do País (montanhas, barragens, praias, etc.);

Tendência crescente para a globalização das atitudes e valores;

A importância da divulgação pelos *media* e, particularmente, pela TV.

As respostas obtidas revelam que, também ao nível da ocupação dos Tempos Livres, as transformações da sociedade se têm reflectido de um modo cada vez mais rápido.

Numa sociedade cada vez mais competitiva, flexível, onde o autodomínio, o êxito rápido são metas a atingir, os *Desportos Radicais*, parecem ter para alguns, alguma correspondência em relação ao tempo de lazer. De resto, as palavras *perigo*, *coragem*, *loucura*, *medo*, *emoção* foram as mais referidas pelos inquiridos, o que parece reflectir, também, o modo como hoje, os jovens, têm de enfrentar a sociedade, nomeadamente em relação ao mundo do trabalho.

Portugal, dotado de condições privilegiadas para a prática de alguns de estes desportos, não fica alheio a todo este processo. Praticamente todo o país está coberto de por uma rede de eventos das mais diversas *actividades*, alguns dos quais inscritos em provas internacionais. Esta circunstância não deixa de ser importante para a promoção de áreas do território nacional que, deste modo, saem do anonimato, o que pode, ainda que de uma forma ténue, constituir algum capital para promover o desenvolvimento.

Referências bibliográficas

- Bodet, M. 1989, *Les motivations des sportifs*. PUF, Paris.
- Cravidão, F. D. & Cunha, L. S. 1991, 'Turismo, investimento e impacto ambiental', *Cadernos de Geografia*, 10, pp. 199-220.
- Cravidão, F. D. & Cunha, L. S. 1996, 'Tourism and sustainability. The example of coastal Portugal'; in *Partnership coastal management*, ed. J. C. Taussik & L. Mitchell. Cardigan, pp. 235-241.
- Cunha, L. 1989, 'A canoagem - da aventura à competição', *Revista Horizonte*, 19, Lisboa.
- Jacinto, R. & Malta, P. 1993, 'Desporto, sociedade e território: o futebol na Região Centro', *Cadernos de Geografia*, 12, pp. 41-60.
- Machado, L. P. 1981, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Sociedade de Língua Portuguesa, Ed. Amigos do Livro, Lisboa.
- Gama, A. 1988, 'Notas para uma Geografia do tempo livre', *Cadernos de Geografia*, 7, pp. 203-217.
- Gama, A. & Santos, N. P. 1991, 'Tempo livre, lazer e território' *Cadernos de Geografia*, 10, pp. 99-129.
- Umbelino, J. 1996, *Lazer, desporto e território*, Lisboa.
- Revistas sobre desportos radicais:
- Bike Magazine*. Motor press, Lisboa (vários números).
- Portugal Radical*. Quempres, Famões (vários números).
- SurfPortugal*. Edições e Publicidade, Estoril (vários números).

Norberto Pinto dos Santos
Centro de Estudos Geográficos
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

LAZER, ESPAÇO E LUGARES

“ (...) o repouso foi substituído por uma diversidade de novas actividades. (...) aparecem como actividades que não são necessidades como o trabalho, nem obrigações como os deveres familiares e sociais. Estas terceiras actividades (...) aparecem como elemento de transformação para a cultura do nosso tempo” (Dumazedier, 1966: 1703 e 1704).

O tempo livre é uma conquista do século XX e este libertou o tempo de lazer (Jardin, 2001), através da diversificação de actividades e da sua conjugação com espaços cada vez mais diversos e que assumem características próprias, transformando-se em lugares associados a práticas específicas para constituírem uma âncora para a identidade (Nielsen, 1999).

Neste tempo livre, o lazer é um “conjunto de ocupações a que o indivíduo se pode entregar de livre vontade, quer seja para repousar, quer seja para se divertir, se recrear e se entreter; quer para aumentar a sua informação ou formação desinteressada, a sua participação social e voluntária, uma vez liberto das suas obrigações profissionais, familiares e sociais” (Dumazedier, 1962). Se bem que, simultaneamente, abrangente e específica e atribuindo a devida expressão aos tempos envolvidos, a identificação de lazer que Dumazedier nos oferece não valoriza a questão espacial; não deixa, no entanto, de salientar a importância da civilização urbana para os lazeres (Dumazedier, 1962 e 1966).

Neste sentido, aquilo que se pretende aqui efectuar é a conjugação de tempos e espaços próprios das práticas de lazer, assumindo-se que essas práticas, envolvendo produções e apropriações, implicam uma observância continuada das localizações, das distribuições e das acessibilidades, dando aos lugares uma expressividade própria.

Se bem que a importância dos estilos de vida se manifeste com redobrado vigor e a identidade social se materialize em modos diversos de consumo, em diferentes tipos de bens, de serviços e, especialmente, de espaços, é difícil negar uma orientação

*Adaptado do texto com o mesmo título publicado no livro *Os lugares do lazer*, organizado por Rui Machado Gomes, Instituto do Desporto de Portugal, 2005.

bigbrotheriana que, pela sua capacidade subliminar, afecta as pessoas sem estas terem uma verdadeira consciência do facto. Está comprovado que a perspectiva idiossincrática se conjuga com as influências dos grupos em que nos integramos, já que as nossas esferas de participação são crescentemente variadas e predis põem comportamentos (práticas) muito ecléticos. Esta influência manifesta-se através de diversos modos de orientação social, que diferentes autores identificam.

Utilizam-se aqui algumas dessas orientações sociais (Santos, 2001), julgadas pertinentes numa abordagem dos lazeres (consumos) e dos espaços/lugares com eles relacionados; assim, as opções individuais, são, de facto, opções inculcadas socialmente. Estamos a referir-nos às *memórias*, de Connerton (1993), aos *habitus*, de Bourdieu (1979), ao *marketing*, de Williamson (1991), às *instituições de controlo* de Lauwe (1983: 154 e 155).

Quanto às memórias, como afirma Connerton (1993), o nosso equilíbrio mental é, primeiro e antes de mais, resultante do nosso ajustamento aos objectos físicos com os quais estamos em contacto diário e que nos transmitem uma imagem de permanência e estabilidade. Esta concepção de integração ganha significado quando se constata que o excesso é, hoje, uma forma de expressão social (Aubert, 2004). Está-se, pois, a afirmar que as pessoas necessitam de modos de relação que as localizem numa rede e, simultaneamente, de formas de fazer que as libertem das rotinas e dos padrões. Nesta interpretação, o lazer e os lugares assumem um significado central, já que veiculam os principais modos de afastamento dessas rotinas e padrões, no mesmo sentido que a memória permite às pessoas dar vida social aos objectos que utilizam, porque, na realidade, quando se utiliza algo, não é apenas o espírito utilitário que preside à obtenção ou apropriação.

No que ao *marketing* diz respeito, Williamson (1991) expressa mais uma abordagem dialéctica, porque, sendo a publicidade parte de um sistema que não nos vende apenas *coisas*, vende-nos escolhas, quando se efectua uma análise mais cuidada constata-se que, na realidade, vende-nos a ideia de que somos *livres para escolher entre coisas*. O lazer pode também ser entendido desta forma na dialéctica que se estabelece entre a democratização e a elitização dos lazeres. A massificação dos tempos de lazer e das estruturas terciárias que lhe dão apoio surge como um dos elementos identificadores das sociedades do lazer (Dumazedier, 1962) ou do tempo livre (Sue, 1982). “Fundamentalmente, esta massificação identifica uma forma, muito alargada, de acesso ao lazer, constituindo um processo de democratização do consumo. Todavia assiste-se, em paralelo, a um processo de elitização, que se caracteriza por um estreitamento do número de pessoas capazes de aceder, quer a certos lazeres, quer a determinados espaços. Os grupos dominantes demarcam-se, desta forma, da vulgarização de lugares, equipamentos e modos de fazer, sendo criados novos lazeres e novos lugares de práticas em que sobressai a novidade, a sofisticação e a exclusividade” (Santos, 2001: 206 e 207).

Esta diferenciação é uma forma de identidade resultante de acções conscientes dos indivíduos, que são explicadas por Bourdieu, como uma relação causal entre *habitus* e práticas, o que faz com que “o *habitus* predisponha os actores a fazer certas coisas [e] a fornecer a base para a produção de práticas” (Jenkins, 1996: 78). Se o *habitus* conceptualizado por Bourdieu permite conceber a produção social da individualidade em função das estruturas sociais (Coutourier, 2002) é fácil sustentar, hoje, que o lazer seja a motivação para o trabalho da maioria da população do primeiro mundo,

tanto por via do consumo como por via da produção. Conjugam-se, efectivamente, memórias e *habitus*, porque ambos implicam apropriações (situações de ter) que ganham identidades próprias através da identidade assumida por cada um (situações de ser). O lazer expressa este *ser* precisamente pela sua associação a périplos de lugares, em que estes expressam valências diversas que hoje para além do *ser* integram, também, *situações de parecer*. Como afirma Cresswell (2004), fazemos o espaço tornar-se lugar. Fazemos os nossos lugares transformando-os a partir de espaços que nada nos diziam até ao momento em que passamos a ter com eles uma cumplicidade, uma partilha, a partir do momento em que os tornamos palcos das acções de apropriação, de necessidades, desejos ou interesses. O lazer é, precisamente, uma expressão superlativa desta transformação do espaço em lugar. E, mesmo que esta modificação possa hoje ser assumida imaterialmente, através de viagens e de relações virtuais, é importante não esquecer que o toque, os odores, os perfumes, o vento, o sol/a chuva na pele, o frio, o calor, o (des)conforto, o eco das acções no coração e na razão, estão ainda longe da Matrix que nos foi legada pelos irmãos Wachowski. É por isso que hoje as pessoas viajam cada vez mais, fazem férias em diferentes sítios, se tornam turistas pelo mundo, querendo tudo conhecer, participar presencialmente em manifestações socioculturais diversas, fazer parte dos lugares. Muitos dos lazeres contemporâneos são isso mesmo: a assimilação socioespacial de um portfólio de lugares de proximidades diversas.

Todavia os lugares apresentam regras, muitas delas definidas pelas apropriações e acções de outras pessoas ou instituições. Social e geograficamente, desenvolve-se um sentimento de familiaridade com os espaços e com as pessoas, sentimento que exprimimos quando referimos que nos sentimos em casa, ou ao falar da nossa *terra*. O termo refere-se ao conjunto dos lugares que conhecemos bem e onde somos bem conhecidos ou reconhecidos. Como se percebe, a transformação do espaço em lugar depende de duas vertentes acima referidas: as percepções pessoais e as percepções do grupo, expressas estas através de normas, regras, reconhecimento, controlo. Como foi salientado em trabalhos anteriores (Santos, 2001), utilizando a análise efectuada por Lauwe (1983), se bem que o mundo do tempo livre (o da reprodução social, o do consumo, o do lazer) possa parecer mais livre, e o seja para alguns (aqueles que têm mais interesses do que necessidades), as situações em que as instituições de controlo social organizam a vida dos indivíduos crescem exponencialmente. A par das habituais instituições de controlo social como o exército, a polícia, os tribunais, surgem o casamento, a família, a escola, a segurança social, o planeamento e a segurança dos espaços privados, aqui incluindo os comerciais, os de lazer, os de sociabilidade. “Quer isto dizer que a qualidade de vida e o bem-estar estão cada vez mais dependentes de instituições que uniformizam as estruturas, regulam as vivências e *escolhem* o que se compra, o que está na moda, os lugares que se frequentam. Assim, também as necessidades, desejos e interesses são dificilmente a expressão da vontade individual, resultando, na realidade, da interiorização de uma cultura social que influencia as atitudes dos indivíduos e, por isso, também a sua estrutura de consumo (ao nível dos objectos, dos serviços e dos lugares), dado que cria barreiras ou motiva as suas relações em sociedade (vizinhança, comunidade, trabalho, lazer)” (Santos, 2001: 368). “Tempo livre, ócio e trabalho são concebidos na forma de produtos da sociedade moderna, em que a urbanização e a industrialização configuram o modo de vida e as relações sociais. Nestas, a ideologia do trabalho sucede à ideologia do ócio sob os signos da

racionalidade, da produtividade e do consumismo” (Gama, 1988: 206). Por isso mesmo, a ideologia capitalista do lucro assenhorou-se deste novo modo de relação socioeconómica e começou a gerir o espaço, tomando-a como referência de planeamento e criando *resorts*, parques e reservas naturais, catedrais de desporto, parques temáticos, estâncias de Inverno, parques de diversões. Trata-se, na realidade, de catedrais de consumo onde se pretende transformar o espaço em lugares de alguns ou de muitos, conforme se procura democratizar ou elitizar processos. Na verdade, o capitalismo, com o lazer, apoderou-se dos espaços que ficaram vazios (Lefèbvre, 1974): primeiro, o mar e a praia; depois, a alta montanha¹. Uma análise de pormenor permite-nos verificar que quase tudo é devotado à obtenção de lucro, detendo o lazer primados diversos na exploração dos espaços, até há pouco tempo vazios: desde as praias (turismo de sol e praia), às altas montanhas (escalada, *trekking*) (espaços referidos por Lefèbvre), aos rios de rápidos e quedas de água (desportos radicais, património natural), aos grandes desertos (expedições, desportos motorizados, aventura), às *entranhas da terra* (espeleologia), às grandes florestas, às calotes de gelo (trenó, exploração), aos mares (pesca submarina, pesca de mar alto, exploração submarina), até ao espaço sideral (viagens em aviões orbitais).

Assim, e como é fácil de perceber, o lazer envolve muitas dualidades e ambiguidades. Assente na desconstracção (libertação da fadiga), no divertimento (libertação do aborrecimento) e no desenvolvimento (libertação das rotinas e dos automatismos) (Dummazedier, 1962), o lazer torna-se num serviço que ganha atributos industriais devido à sua produtividade e à sua capacidade de modificação do espaço, como refere Lefèbvre (1974) ao referir-se à *indústria* do lazer. Enquanto serviço, o lazer é evocativo das principais características daquele, associadas ao processo de valorização terciária da socioeconomia. Efectivamente, os lazeres são efémeros, intangíveis ou imateriais em natureza; não podem ser armazenados, possuídos, trocados, não são transportáveis e implicam um processo de produção baseado na proximidade e interacção entre prestador e utente, dependendo, a qualidade do serviço, da informação do cliente ou do utente. Por outro lado, o lazer integra uma diversidade crescente de espaços, acções, modos, apropriações e produções, que implicam a integração da noite, da praia e sol, do rural, do urbano, da montanha, da aventura, da globalização, da conquista (espaços, bens e pessoas), dos bens duráveis, da tecnologia, do dinheiro de plástico, da individualização, do ambientalismo, do prazer, do hedonismo, do ecletismo, da mobilidade e movimentos, da integração, da imagem social, da qualidade de vida, do trabalho, nas questões relacionadas com o lazer.

Falar de lazer é, hoje, efectuar uma análise socioeconómica integrada, tendo o cuidado de não omitir, nessa abordagem, a importância das percepções e das representações, enquanto se fala do utente ou do consumidor (da pessoa que se apropria de alguma coisa: a visão de uma paisagem, a fotografia de um iceberg, a emoção de um percurso de *buggy* num sistema dunar, o aroma dos bazares num mercado árabe, o encantamento da rosa que desabrocha no jardim que afirma seu, o prazer de ver sorrir o cachorro que brinca); tendo, ainda, o cuidado de não esquecer a importância das estratégias,

¹ Hoje regressa-se ao espaço próximo pelo facto de muitos dos outros espaços estarem explorados, excepção feita ao espaço sideral, aos frios polares, às profundezas do oceano. Daí a revalorização da cultura e do urbano, enquanto espaços de lazer e turismo.

do planeamento, do mercado, do lucro, no que ao fornecedor de serviços diz respeito (a vendedora de peixe, o professor de ginástica rítmica, o dono da pista de carrinhos de choque, o gestor do hotel); finalmente, não deixando de tomar em atenção os impactes, o desenvolvimento sustentável, a ecologia, as políticas sociais (as entidades responsáveis pela nossa sociedade programada).

Efectivamente, na contemporaneidade, o lazer assume-se como orientação central na vida quotidiana da população, especialmente a que mantém relações significativas com os espaços urbanos. Contudo, a evocação do lazer pode surgir com significados muito diversos. Kwiatkowska (1999) transporta-nos ao princípio do tempo, quando salienta que “num conceito de rotina diária (o mundo foi criado em seis dias e o sétimo foi de descanso) são definidas duas qualidades do tempo. O trabalho é um tempo secular relacionado com a criação, produção (...) para satisfazer as necessidades do corpo; o lazer é um tempo sagrado relacionado com o rezar, com a meditação (...) preocupado com a alma” (Kwiatkowska, 1999: 127). Será hoje o lazer algo de mais diverso? Sem dúvida. Todavia, a procura da excitação, do equilíbrio interior, das experiências espirituais, da compensação pelo trabalho efectuado, continuam presentes. Embora possa estar ancorado nestas referências, o lazer é uma actividade económica que apresenta uma das mais fortes capacidades multiplicadoras e criadora de novas oportunidades, de ofertas inovadoras, de produtividade e de exponenciação de lucros. Efectivamente, para além de estar presente a todo o momento e, por vezes associado a situações duais, frequentemente ambíguas, talvez só em projecto ou em pensamento, o lazer (por vezes apenas com as proposições da sua existência e com os instrumentos de cativação das pessoas e do mundo) está presente em todos os espaços: nas ruas, nos comboios, nos barcos, nos aviões, nos jornais, sobre as ondas do mar, no chão que pisamos, no cinema, na rádio, na televisão, na caixa do correio, sugerindo-nos solicitações constantes à evasão da monotonia da vida quotidiana.

Como nos estamos nós a modificar perante esta continuada exposição a novos tempos e a novos espaços? Ou, como questiona Aubert (2004), em quem nos tornámos nós? Passámos de um período de submissão ao tempo para um outro em que não paramos de o violentar. Apenas nos interessamos pelo imediato, através das possibilidades de mudança e adaptação, tornando-se quase impossível a sustentação de valores num tempo longo. Esta noção de hipermodernidade encontra nos lazeres modernos modos de valorização muito significativos. Segundo Aubert (2004), esta hipermodernidade implica a passagem: “de um corpo submisso a um corpo livre e autofabricado; de um tempo onde nos escoávamos a um tempo que violentamos e que nos tiraniza; de um modo de relação com os outros onde os sentimentos se desvanecem a favor das sensações, da efemeridade e da volatilidade; do indivíduo da medida justa ao que procura e vive o excesso; de uma procura de eternidade situada para além dos tempos a uma procura de intensidade no instante”.

No que ao primeiro aspecto diz respeito, um corpo não espartilhado e valorizado pela moda e por opções cosméticas variadas, conjuntamente com novas formas de identidade social, como sucede com as tatuagens e os *piercings*, vai de encontro ao entendimento que Crouch (1999) atribui à personificação nos lazeres actuais, no sentido da valorização de práticas imaginativas. As práticas expressivas no lazer acontecem de formas muito diversas. Na dança essa vertente é muito explícita. O corpo transmite expressividade e projecta a pessoa na sua relação com os objectos envolventes, cujo

significado se transforma de acordo com a sensibilidade do movimento e a imaginação, num espaço particular (Crouch, 1999). Neste sentido, o corpo transforma-se em instrumento e campo de lazer, permitindo revelar espaços e atribuindo, a este, valências resultantes de “uma curiosa mistura que alia a procura de bem-estar, da estética e da saúde com o culto da excelência e da *performance*” (Fournier, 2004: 46). Hoje, a atracção pela novidade e pelo desconhecido são, mais do que nunca, responsáveis por acções humanas (individuais ou colectivas) com uma implicação espaço-temporal diferenciada. A pós-modernidade colocou o homem a viver em múltiplas esferas de acção (no emprego, no consumo, nas deslocações, no trabalho, na comunidade, na família, no lazer, no grupo de desporto, na associação cultural, no partido político); de facto, a interligação das esferas de actividade humana é efectuada pelo consumo que, perante o desenvolvimento do terciário, reflecte uma omnipresença social.

Quanto à violentação do tempo, ela sucede porque se procura tirar o máximo de proveito e de prazer das situações, com “a radicalização extrema desta lógica da aceleração, começada na aurora do capitalismo, produzida com a generalização do reino da urgência” (Aubert, 2004: 38). Esta urgência implica o aproveitamento superlativo das diversas opções que o mercado oferece. Se a máxima de que *tempo é dinheiro* continua bem viva na sociedade contemporânea, hoje, tempo não é só dinheiro. Na verdade, tempo é poder de compra (de uso), o que quer dizer que não interessa só efectuar (ganhar) dinheiro, é preciso ter tempo para despende (gastar), como salientámos noutra contexto. A identidade social, que se manifesta crescentemente através do consumo (lazer incluído), implica diferentes utilizações do espaço ou a utilização de espaços diversos, tanto mais que “o tempo é uma condição muito mais absoluta do que o espaço. O tempo é irreversível, o espaço não. (...) O tempo não pode ser melhorado², mas o espaço certamente pode” (Nielsen, 1999: 277).

Sobre esta temática, importa explorar as ideias de Nielsen, visto que a relação que este autor estabelece entre espaço e lazer é relevante para a abordagem que aqui se propõe. A única possibilidade de ganhar conhecimento em relação ao espaço é através do movimento e/ou através de percepções sensoriais. Assim, ganhar conhecimento está inevitavelmente relacionado com o corpo e com os seus movimentos e percepções, como forma de identidade, os movimentos não podem, por isso, ter lugar num espaço abstracto. Assim, hoje, quando a identidade já não é conferida pelo trabalho, mas tende a ser construída e construída mais através do lazer do que do trabalho, continua a ser condição para que a identidade esteja relacionada com o *fazer*. A identidade está intimamente relacionada com um espaço que a pessoa constrói ao mover-se nele; a identidade é algo ganho na dimensão espacial (Nielsen, 1999). “A cultura tradicional do carácter, que sublinha as qualidades morais, foi substituída por uma cultura da personalidade que enfatiza o ser apreciado e admirado” (Gronow, 1997: 2), motivando o indivíduo a impor-se pela satisfação de desejos, gostos e prazeres, num corupio de acções que representam a sua identidade social (a procura da diferença e a busca da integração ou da relação por similitude — de desejos, gostos e prazeres, mas, também, de níveis culturais, de actividades, de lugares e de espaços, de lazeres) expressa em estilos de vida” (Santos, 2001: 366 e 367).

² O tempo pode, no entanto, ser violentado.

O lazer é um modo de praticar o espaço, embora não seja o único, e pode oferecer passatempos imaginativos, comportamentos expressivos e identidade (Crouch, 1999).

A importância das actividades fora do trabalho e a actual valorização das actividades de lazer, assumem-se como uma revolução no modo de gerir os quotidianos e organizar o mundo (salvaguardadas as devidas proporções, o mesmo aconteceu com a assumpção copernicana da descentralização da Terra no sistema cósmico ou com a assumpção darwiniana de enquadrar o homem num processo evolucionista a par com todos os outros seres vivos). Efectivamente, o lazer, ao emancipar-se do trabalho e ao dar expressão aos tempos fora dele (de um modo genérico, os tempos livres), conduz à reestruturação das espaço-temporalidades de todos os agentes socioeconómicos, sejam eles os responsáveis pela produção, sejam os que contribuem para a apropriação de tempos e espaços.

Até há bem pouco tempo, o trabalho era entendido como único parâmetro não negligenciável e incontornável para a dignificação do Ser Humano. Resultante de uma filosofia de vida suportada e difundida pela burguesia que promoveu a Revolução Industrial e se manteve, de modos diversos, à frente dos destinos socioeconómicos do mundo até ao terceiro quartel do século XX, o crescimento da classe média, a democratização do acesso à tecnologia, a revolução nas mobilidades e a valorização dos estilos de vida, vieram provocar mudanças significativas no pendor das influências na socioeconomia contemporânea.

Efectivamente, a sociedade dá cada vez mais atenção (embora nem sempre esteja preparada para ele ou talvez como consequência deste facto) ao tempo fora do trabalho e, particularmente, ao uso desse tempo. Todavia, esta nova orientação não se apresenta como um modo altruísta de relação social: o lazer, parte importante deste tempo de não trabalho, é o modo de consumo de bens, serviços e espaços que apresenta uma maior capacidade de escoar a diversidade e a *massificação personalizada* da produção. Isto sucede devido à sua capacidade de promover ambiguidades, ambivalências e dualidades que se adequam tanto aos processos de resolução das necessidades, como aos de satisfação dos desejos, das aspirações e dos interesses de populações com intuítos muito variados (desde aqueles que procuram no lazer um processo de democratização social, até àqueles que materializam nele formas de elitização e segregação social).

Como tem vindo a ser sublinhado, o lazer acontece no espaço. Este espaço pode ser material, concreto e envolvente do nosso próprio corpo; o espaço pode ser metafórico e, mesmo, imaginativo. Este espaço imaginativo não está presente apenas no lazer virtual contemporâneo, mas também na prática imaginativa da pessoa. O espaço metafórico no lazer inclui abstracções da cidade e do campo e da natureza e muitas práticas acontecem em espaços que estão culturalmente definidos (Crouch, 1999). Assim, o espaço é importante na formatação metafórica do prazer no lazer e vai muito além do seu papel instrumental de localização. “Se bem que refira que cada história é uma história de viagens, De Certeau enfatiza, também, que essa história de viagens não deixa de ser uma prática espacial” (Crouch, 1999: 3). Esta interpretação está de acordo com a leitura que Cresswell (2004) nos dá da relação entre espaço e lugar, e que assenta na ideia de que, quando as pessoas colocam significados numa porção de espaço e, depois, lhe ficam ligados de alguma forma, esse espaço transforma-se em lugar, confundindo-se e tendo muitas vezes o mesmo significado de espaço social (Cresswell,

2004). Na realidade, os lugares e, no caso presente, especialmente os lugares de lazer, implicam a necessidade de interpretar o espaço para além do seu significado de suporte. Assim, também Lefèbvre (citado por Urry, 1995: 8) afirma que “o espaço não é uma geometria neutra e passiva”; o espaço é produzido e reproduzido, é um conjunto de lugares de práticas. A capacidade de acção, por parte das pessoas, sobre a estrutura social e cultural existente está na origem da diversidade de equipamentos e serviços, permitindo, também através dos lazeres, que o consumo oriente crescentemente a produção. O espaço de vida, circunscrevendo as práticas espaciais das pessoas através de nós estruturantes, define itinerários e tempos de lazer, porque, se um lugar está próximo, mas se não pudermos disponibilizar o tempo necessário para nos deslocarmos até ele, a proximidade espacial não será suficiente para permitir que o visitemos. Por outro lado, a distância nem sempre é medida geograficamente. A percepção do espaço é de grande relevância quando se fala de lazer. A imagem que se tem dos lugares, construída pelas práticas ou pela informação, condiciona o relacionamento socioespacial. É nesta ordem de razões que se baseia a organização dos roteiros turísticos e dos panfletos promocionais de lazeres. Da mesma forma se orientam as opções pessoais na selecção de actividades de lazer: se para alguns de nós – os mais jovens –, que procuram o excesso e o exótico, as discotecas são lugares de lazer por excelência, para outros de nós – os mais idosos, especialmente quando afastados da vivência urbana –, estes lugares são lugares *de perdição* ou *antros demoníacos*. Assim, a percepção do espaço condiciona os comportamentos, parecendo ser a conjugação entre o corpo e o espaço envolvente (ou o modo como um se reflecte no outro) o factor que influencia os valores dominantes. É neste sentido que Crouch (1999) define a relação da população urbana com a jardinagem, ao salientar que, na Europa Ocidental, essa ocupação se apresenta como o território de negociação e de representação do lazer enquanto produto do estilo de vida. O jardim (e o mesmo é válido para as hortas urbanas) é um lugar de prática personificada, onde o corpo se move lateralmente, multi-dimensionalmente, se debruça, roda, atraindo o espaço corporal de numerosas maneiras, frequentemente tácteis e multi-sensoriais (Crouch, 1999).

A par desta evolução impressionante dos factos associados à valorização dos espaços de lazer/consumo, outro aspecto, que mais significativas modificações apresentou, na maior parte das sociedades terciarizadas, foi o modo de estruturação do tempo.

O lazer está associado à redução do horário de trabalho, aos novos tempos de emprego, ao aumento da escolaridade obrigatória (que retarda a entrada no mercado de trabalho e cria um grupo social muito propenso a actividades lúdicas), à crescente amplitude do período pós-aposentação, ao desenvolvimento tecnológico, ao desemprego, à melhoria da qualidade de vida, ao aumento dos rendimentos das famílias, à entrada da mulher no mundo do emprego. Todavia, enquanto se afirma a importância do tempo de lazer, o tempo de trabalho tem vindo a aumentar. Estas situações, por ambíguo que possa parecer, dependem da vontade das pessoas de acederem a novos *níveis* de lazer, ou de alcançarem lazeres que nunca tiveram. Porquê? O lazer está, como acima foi dito, a transformar-se na razão de ser de muito do trabalho que fazemos, dos empregos que mantemos, do dinheiro de que usufruímos... A preocupação com o rendimento familiar promove, com frequência, a existência de um duplo emprego, o recurso a horas extraordinárias ou a definição de agregados com os dois cônjuges a contribuírem para o orçamento familiar. Efectivamente, é preciso trabalhar mais

porque há cada vez mais produtos para comprar, bens para substituir, espaços para conhecer, lazeres em que participar...

A terciarização da socioeconomia tem promovido mudanças que se expressam em termos de consumo e lazer. Isto sucede porque surgem novas espaço-temporalidades sociais que se conjugam com a valorização das antigas e que dependem das alterações concretizadas nas relações sociais, nos hábitos de consumo/lazer e nas funções do espaço. Destas alterações resultam novos espaços de sociabilidade e a reabilitação de alguns, entretanto desvalorizados através de práticas que têm no lazer uma expressividade crescente.

Este estado de mudança, de procura de inovação, de novidade, tem contribuído para o aumento de economias paralelas, normalmente extra-legais, relacionadas com a sazonalidade dos modos de trabalho associados ao lazer, com a necessidade de oferta diversificada, com o pequeno investimento inicial, com a possibilidade de aceder facilmente a tecnologias que permitem promover novos serviços organizados para ocupar os tempos livres das pessoas.

Hoje, os tempos de trabalho de uns são os tempos de lazer dos outros, que podem gozar ou não esse tempo de trabalho como forma de obtenção de prazer. Em consequência, os espaços de práticas valorizam novas fronteiras, muitas vezes difíceis de delinear. A oposição entre o lazer e o trabalho, que acontece perante a valorização negativa do lazer, reivindicada pelo puritanismo e pelo ascetismo, é, hoje, substituída por modos complementares de acção, enquanto “o lazer se afirma como valor social” (Dumazedier, 1966: 1703). “Perde algum significado a ‘luta entre o bem e o mal’, entre o puritanismo e o hedonismo, e dá-se expressão a comportamentos mais ecléticos, no que às esferas de acção das pessoas diz respeito” (Santos, 2001).

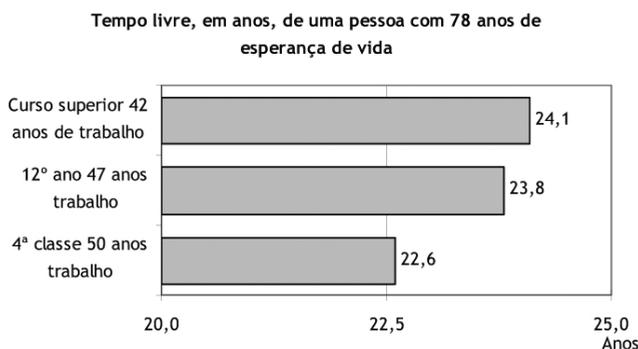


Fig. 1 – Variação do tempo livre por grupo socioprofissional.

Com a maior parte do emprego a constituir-se como um portfolio de actividades, o lazer é responsável por uma parte significativa dos novos trabalhos, pelo incremento de actividades económicas complementares à economia formal, pela valorização de novos modos de emprego, pela criação de novos lugares que são testemunhos da ambiguidade que envolve todas as actividades de lazer, concretamente as relações entre o trabalho e o lazer. Isto é, os lugares são, ao mesmo tempo, lugares de trabalho e lugares de fruição (Gama & Santos, 1992), onde se conjugam o tempo livre, o consumo e o lazer. Disso

são bem demonstrativas as áreas centrais de comércio das cidades, com todo o seu espectáculo de montras e de luzes, ou os modernos centros comerciais periféricos.

Partindo do pressuposto de que a presença de tempo livre é reveladora da qualidade de vida da população do mundo ocidental desenvolvido, partiu-se de uma situação teórica³ de modo a identificar uma relação entre esse tempo e os grupos socioprofissionais dominantes.

Efectivamente, o tempo livre tende a aumentar nos grupos socioprofissionais dominantes, do mesmo modo que os tempos de qualidade, referidos por Urry (1995), terão que ser mais numerosos do que são em classes baixas ou médias-baixas. As orientações de comportamento utilizadas na elaboração da Fig. 1 têm a ver com o facto de as actividades quotidianas da população se distribuírem entre um tempo e um espaço que permitem definir padrões de comportamento. É por isso que tantas pessoas fazem a mesma coisa ao mesmo tempo e num mesmo espaço. As rotinas e os nós estruturantes são os responsáveis pela identificação de áreas de convergência (o trabalho, o urbano, o centro comercial, os territórios de lazer) e de divergência (áreas residenciais).

Qd. 1 – Actividades diárias da população de Fafe e Aveiro.

	Actividades diárias da população - Fafe	Actividades diárias da população - Aveiro
Trabalho	8	8
Alimentação/restauração	2	2
Transportes	0,5	1
Tempos obrigatórios	3	2,5
Dormir	8	7,5
Lazer	2,5	3

Fonte: Inquéritos às actividades de lazer efectuado em Trabalho de Seminário em Geografia Humana por Elisabete Carvalho e Sandra Conde, 2003.

Quando se observa o Qd. 1, resultante de análises efectuadas com base em inquéritos à população, nos casos vertentes, nas cidades de Fafe e Aveiro, pode-se constatar que as pessoas apresentam uma distribuição de tempos quotidianos idêntica, sendo visível que uma cidade maior apresenta um maior dispêndio de tempo em transportes. Todavia, Aveiro regista um valor de horas diárias de lazer, superior em meia hora à da população de Fafe. Tal diferença parece provir do facto de uma parte muito mais significativa da população de Aveiro se integrar no sector terciário de actividade económica, enquanto esse valor é muito mais reduzido em Fafe, onde ganha importância evidente o sector secundário ligado à indústria transformadora.

Quanto ao tempo, o trabalho e o descanso (dormir) continuam a marcar os ritmos, no quotidiano. A referência aos três oitos (8 horas de sono, 8 de trabalho e 8 de tempo fora do trabalho) está, todavia, desajustada. Importa identificar tempos de

³ A Fig. 1 baseia-se nos tempos de vida de pessoas com 78 anos de vida que despendem 4 horas por dia em cuidados básicos e pessoais, dormem 7,5 horas por dia, gastam 1 hora por dia em transportes (vivem tendencialmente fora das áreas metropolitanas), com níveis de estudos básicos (4ª classe), intermédios (12º ano) e superior (licenciatura) e com anos de trabalho dependentes dos anos de estudo (quantos mais anos de estudo, menos anos de trabalho).

deslocação, tempos obrigatórios (cuidar da casa, higiene pessoal, cuidar dos filhos) e tempos livres, onde se inclui o lazer (embora entendido como actividade ocasional ou, pelo menos, com temporalidade diversa da do trabalho ou do descanso nocturno). Um inquérito efectuado em 2003, na cidade de Fafe (Qd. 1) mostra-nos, no entanto, que a população identifica uma estruturação do tempo onde o lazer faz parte do quotidiano; o mesmo resultado se obtém, aliás, num inquérito efectuado, no mesmo ano, na cidade de Aveiro.

Mantendo como tema central o espaço e a cidade nos lazeres contemporâneos, é possível identificar algumas práticas predominantes nos comportamentos da população. Parece evidente que o lazer quotidiano apresenta uma maior sedentarização, surgindo associado a localizações tendencialmente centrífugas (a residência ou o bairro). Por outro lado, os lazeres mais ocasionais envolvem uma muito maior diversificação de espaços. Tendo isto em consideração, percebe-se que os aveirenses mais jovens valorizem a vida nocturna, o *sair à noite*, como principal actividade de lazer. Esta forma de lazer é, de facto, um conjunto de práticas que se integram num périplo complexo que resulta numa utilização de espaços urbanos diversos com usos temporais específicos. Por seu turno, a população adulta promove outros espaços e outros tempos (mais distantes e mais espaçados temporalmente, o que é sintoma de uma maior independência económica e social), dando mais importância às viagens. Neste grupo, os menos jovens (41 a 64 anos) começam também a dar valor aos passeios⁴ e aos desportos⁵, enquanto os idosos (com mais de 65 anos) diversificam, em termos espaciais, as suas opções de lazer. Se uns valorizam as viagens, integrando de forma efectiva o espaço nas suas actividades de lazer – com certeza, estruturando as suas deslocações no sentido dos espaços centrípetos de população e actividades –, outros expressam a importância dos seus tempos de lazer através de actividades mais sedentárias e de menos práticas, como é o *ver televisão*, onde o lazer se associa a uma forma de audiência passiva.

Se os modos de vida urbana se têm caracterizado por uma diminuição da convivência de rua, e pela valorização do lazer individual, para a maioria dos fafenses, de qualquer idade ou grupo, o lazer é, também, uma actividade de grupo. O lar acolhe hoje uma variedade de actividades de tal forma alargada, que se tornou um dos lugares mais importantes de lazer, facilitada pela materialização e domesticação. Efectivamente, o tempo de consumo é um tempo de lazer em potência e os lugares de lazer são, sem dúvida alguma, lugares de consumo por excelência.

⁴ Estes passeios são normalmente efectuados em automóvel para diversos destinos fora da área de residência e implicam situações de fuga à cidade em direcção ao campo ou a ambientes onde a natureza é preponderante. A importância deste tipo de actividade de lazer, de apropriação de espaços através do seu calcorreamento e/ou cruzamento em trânsito, do contacto sensitivo com os lugares é expressa por Ravenscroft (1999) ao afirmar que 14% dos visitantes que se deslocam ao campo, na Inglaterra e em Gales, encontram nos passeios a principal motivação para a prática de lazer.

⁵ Embora, no caso vertente, a relação entre desporto e passeio não surja valorizada, ganham significado as situações onde o passeio se torna desporto. Vai neste sentido a afirmação de Ravenscroft (1999) citando Werlen (1993) de que “não são os espaços por si só que dão significado às práticas, mas a prática – neste caso a prática de lazer – que atribui significado ao lugar”. Neste sentido, é relevante referir o incremento que têm hoje os itinerários todo-o-terreno (4x4), os trilhos dos *motoqueiros*, as caminhadas temáticas, os *trekkings*...

Esta relação entre lazer e consumo tem implicações na organização do espaço: lojas de artigos de desporto com espaços de práticas; livrarias com espaços de leitura e de sociabilidade; lugares de venda de CD/DVD com áreas de audição e visionamento, espaços de brincadeiras para crianças que libertam os pais para as tarefas de consumo; lojas-âncora de espaços comerciais associadas a actividades de lazer; espaços de lazer (jogos e diversões) integrados em centros comerciais. A panóplia de relações é indicativa da ténue fronteira que existe entre o lazer e o consumo, tanto mais que o próprio consumo funciona, para muitos de nós, como forma de lazer. O *ver montras* (*window shopping*) é disso um exemplo, pelo prazer e emoção que provoca no potencial consumidor, que, até se tornar real, se vai recreando com as sensações de posse que os bens lhe vão incutindo. Outro exemplo, bem diverso, mas muito expressivo, é oferecido pela importância da integração das *catedrais de consumo* nos itinerários dos excursionistas, assumindo-se como referências espaciais, não escamoteáveis, de lazer e prazer.

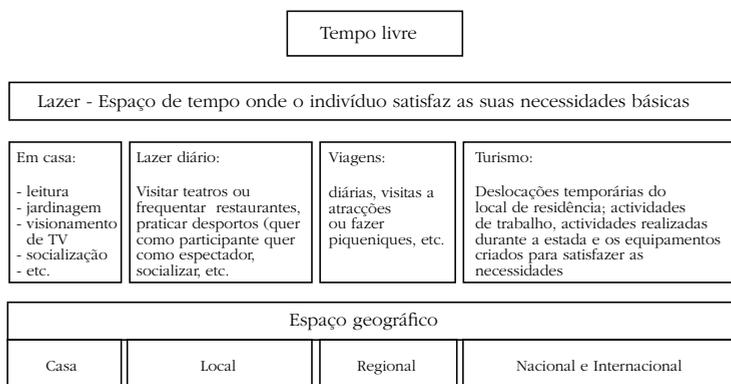


Fig. 2 – A organização do tempo livre.

Fonte: Boniface e Cooper, citados por Pinto, 2004.

Boniface e Cooper (1990, citados por Pinto, 2004: 55) (Fig. 2) evidenciam a vertente espacial ou geográfica quando abordam a problemática do lazer, tal como Gama (Fig. 3) já tinha sublinhado antes (Gama, 1988: 211). Efectivamente, o lazer ganha significado, em termos de análise, quando se conjugam diferentes escalas e diferentes tempos. Isto quer dizer, a geografia permite relevar a importância dos lazeres, tanto quando a abordagem é efectuada através das relações entre os espaços e as pessoas (lugares), como quando o é através das relações entre diferentes tempos de vida ou das relações com espaços de apropriação que conjugam acessibilidades e distâncias de grande diversidade.

Ambos os autores sublinham a importância dos lugares de lazer ou, pelo menos, do significado das diversas escalas de análise para a sua compreensão, porque “a relação tempo de trabalho/tempo livre põe em evidência três ou quatro tipos [de lazer], conforme a dimensão do tempo livre se relaciona com o dia, a semana, o ano, a vida. Ao primeiro correspondem algumas horas fora do trabalho, do sono, e das obrigações; ao segundo, os fins-de-semana; ao terceiro, as férias; ao último, a reforma” (Gama, 1988: 210).

		Fim de dia	Fim-de-Semana	Fim de ano (férias)	Fim de vida (reforma)
Casa		Jogos de mesa, Televisão, Rádio, Leitura, Audição de música	Jogos, Televisão, Rádio, Leitura, Audição de música, Bricolagem e Jardinagem	Jogos, Televisão, Rádio, Leitura, Audição de música, Bricolagem e Jardinagem	Televisão, Rádio, Jogos, Audição de música, Bricolagem e Jardinagem
Fora de casa	Espaço de alcance imediato	Jogos ao ar livre, Passeios a pé, Desportos, Idas ao café, Idas ao cinema	Jogos, Passeios a pé, Desportos, Idas ao café, Idas ao cinema e teatro	Jogos, Passeios de bicicleta, Desportos, Idas ao café, Espectáculos	Passeios a pé, Jogos ao ar livre, Idas ao café, Idas ao cinema e teatro
	Espaço de alcance médio		Passeios de curta duração (a pé, bicicleta, automóvel), Cinema e teatro, Espectáculos, Saídas do ambiente de vida quotidiana	Passeios de curta duração (a pé, bicicleta, automóvel), Pequenas viagens, Ida ao campo, à montanha, à praia, Visitas culturais	Passeios, Viagens de automóvel (campo, montanha, praia, termas)
	Espaço de alcance longo			Viagens de turismo, Cruzeiros, Desporto, Montanham, Campo, Praia	Viagens de turismo, Estâncias termais, Regiões turísticas, Visitas culturais, Cruzeiros

Fig. 3 – Classificação das actividades de lazer.
 Fonte: Gama, 1988, *Cadernos de Geografia*, 7. IEG, Coimbra.

Como é óbvio, muitas outras classificações podem ser apresentadas, uma parte significativa delas associadas à importância do turismo na actual socioeconomia. Esta situação, visível nas caracterizações de turismo da Organização Mundial de Turismo (1993) ou na apresentada por Chadwick (1987), em cujo âmbito o lazer é relevante, corresponde a um aumento da importância do lazer nas actividades turísticas. Hoje, o turismo não se pode dissociar das práticas recreativas que permitam ocupar o tempo livre com modos de desenvolvimento ou de distração. Na realidade, a qualidade do turismo depende, de forma significativa, da qualidade dos serviços de lazer que são oferecidos e não apenas dos equipamentos existentes ou dos serviços directamente ligados ao turismo.

Quais serão as actividades que hoje se devem integrar nos espaços e tempos de lazer? Parker (1978) agrega três tipologias (Fig. 4) que nos confrontam com a diversificação e a dificuldade de classificação. Como dissemos em 2001, os grupos de actividade correspondem a experiências de lazer, com Maw (1969) e Kaplan (1960) a efectuarem apenas um agrupamento de acções fora do tempo de trabalho. Encontrar um “esquema classificatório que fizesse justiça a todas as formas de experiências de lazer, nem simplificando em demasia as diferenças (...) nem obscurecendo as dimensões subjacentes pelo excesso delas” (Parker, 1978: 48) era, já então, difícil. Parker refere

mesmo que quase todas as actividades humanas podem fornecer experiências que se aproximam do lazer para alguém, dependendo das circunstâncias e da atitude de espírito com que são praticadas, sendo evidente a ambiguidade e dualidade associadas ao tempo de lazer e às suas classificações.

<p>Tipologia de Maw:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Conversa, festas — Desporto e jogos — Teatro — Jantar e beber fora de casa, DIY, jardinagem, conduzir por prazer — Divertimentos passivos, repouso, TV, rádio, leitura — Hobbies 	<p>Tipologia de Kaplan:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Sociabilidade — Associação — Jogo — Arte — Movimento — Imobilidade 	<p>Tipologia do Multi-National Time Budget Research Project (Szalai):</p> <ul style="list-style-type: none"> — Vida social — Conversação — Organizações — Desporto — Cinema e teatro — Passeios a pé — Descanso — TV, rádio e leitura — Hobbies
---	--	---

Fig. 4 – Tipologias de lazer.

Fonte: Parker (1978).

Não queríamos deixar de apresentar outros dois esquemas de classificação que consideramos muito interessantes do ponto de vista da definição das actividades de lazer. Trata-se das proposições efectuadas por Cazes (1992) (Fig. 5) e por Patmore (1983) (Fig. 6).

Apresentando uma sistematização de tempos e categorias de lazer e turismo, demonstrando como os dois conjuntos de actividades são sinérgicos, o primeiro autor considera as temporalidades como responsáveis pela diferenciação de acções ou apropriações. Ao esquema de Cazes (1992) foi associada uma quinta temporalidade (o ocasional) que decorre da importância que é atribuída, hoje, a esta temporalidade na valorização das férias repartidas.

Em Patmore (1983) (Fig. 6), é visível que os espaços construídos em função do consumo de lazer se distribuem de modo omnipresente e contribuem para caracterizações centrais da socioeconomia contemporânea, sendo crescentemente responsáveis pela qualidade de vida das populações. O lazer está por todo o lado e em todo o lado, por intermédio dos lugares de práticas, dos equipamentos e dos operadores responsáveis pelos serviços. Patmore (1983) divide o lazer em quatro grandes sectores, em função da natureza das suas práticas e dos seus espaços: o turismo, o desporto, as artes e o recreio e sociabilização são formas de lazer/consumo que dependem directamente da especialização comercial e de serviços e implicam novas socioespacialidades.

A cultura e a identidade social definem os comportamentos da população num mundo em crescente globalização. A assumpção da relevância desta afirmação permite transformar o lazer num tema de análise transversal: tomado a diferentes escalas, decorrendo em tempos curtos e tempos longos, promovendo produções e consumos, integrando situações sincrónicas e diacrónicas, assumindo valências relacionais incontornáveis e actos de isolamento social, expressando-se num mundo urbano e valorizando os espaços rurais e *vazios*, transformando espaços em lugares e servindo-se dos não-lugares, expressando situações de massificação e de diferenciação.

O espaço urbano é um importante potenciador das actividades de lazer. Se as pessoas procuram estilos e identidades próprias em lugares mais distantes, mais difíceis

de alcançar, mais exóticos, mais agrestes, a cidade continua a marcar o ritmo de uma boa parte dos lazeres modernos.

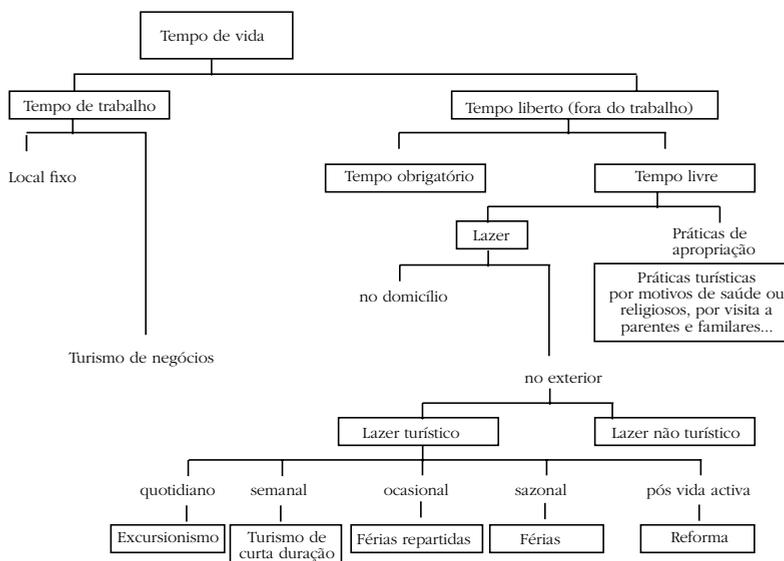


Fig. 5 – A organização do tempo de vida da população.

Fonte: Adaptado de Cazes, 1992.

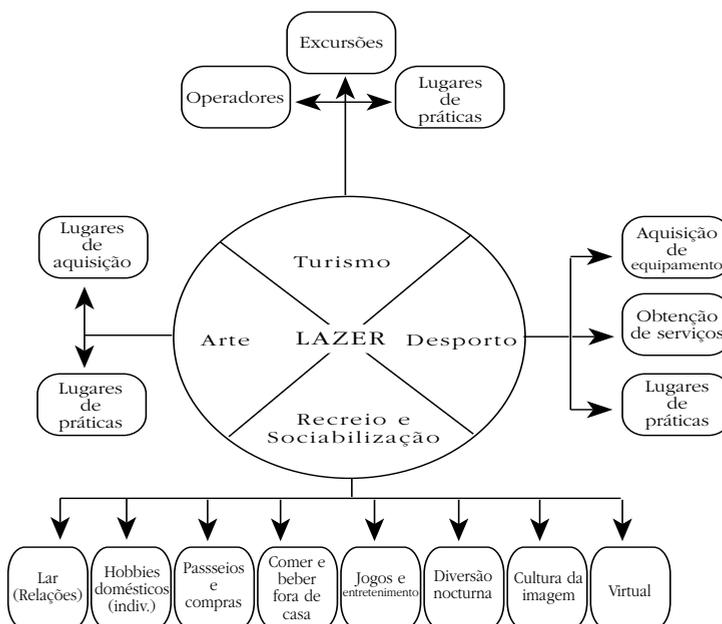


Fig. 6 – As práticas e os espaços de lazer.

Fonte: Adaptado de Patmore, 1983, citado por Santos (2001).

Como dizia Dumazedier (1966), o lazer da cidade é também um regresso, diferente, à *terra*. A cidade cria espaços verdes e áreas de jogos em torno de bosques e rios. A cidade desenvolve o prazer do passeio e desenvolve também a necessidade de fuga periódica para a natureza. Por outro lado, o desenvolvimento dos meios de informação e a difusão dos modelos de vida urbano levam os lazeres, que se desenvolvem fundamentalmente nos meios urbanos, a estarem presentes nos espaços não urbanos, caracterizando a procura continuada da população no sentido da melhor qualidade de vida.

Cazes (1992), por seu lado, sublinha a importância do lazer enquanto factor de renovação e imagem urbana. Os espaços urbanos são identificados pelas mais diversas funcionalidades. Todos sabemos que ‘Coimbra estuda, o Porto trabalha e Lisboa diverte-se’, numa associação funcional generalista, mas que revela a importância de determinadas actividades. Todavia, hoje, todas as cidades querem ser conhecidas, valorizando as relações em rede que se vão conjugando com a estrutura hierárquica existente. Neste sentido, os centros urbanos procuram constituir-se como referências de qualidade e exclusividade. É a procura de centralidade, a busca do *egocentrismo urbano* que transforma cada vez mais cidades em *capitais de alguma coisa*. Mas que coisas são essas? Observando bem, trata-se tendencialmente da valorização de actividades associadas a lazeres modernos ou modernizados que atraem as populações e promovem o desenvolvimento local. Assim sucede com as capitais do Carnaval (Ovar, Sendim, Mealhada, Torres Vedras, Loulé), da Gastronomia (Santarém, Miranda do Corvo, Mealhada), do Cavalo (Golegã), da Cinematografia (Porto, Espinho, Vila do Conde), do Vinho (Régua, Cartaxo), do Vinho do Porto (Gaia, Valença do Douro), da Noite (Matosinhos), etc...

O lazer é importante quando o intuito é a renovação dos espaços urbanos. Sabendo-se que apresentam grandes clientelas potenciais, as actividades de lazer são utilizadas como actividades âncora para a população intra-urbana e para a população alóctone. A reconversão das frentes de água (ribeirinhas ou marítimas) tem sido estruturada em torno de actividades e espaços/lugares com uma vertente lúdica importante. Do mesmo modo, é importante a criação de “complexos intra-urbanos multi-funcionais em que os elementos lúdicos estão encarregados de reforçar a atractividade: galerias e centros comerciais, palácios de congressos, zonas hoteleiras” ou de espaços novos construídos em torno de centros de lazer artificialmente criados (complexos desportivos, centros de lazeres, planos de água, marinas (Cazes, 1992: 170).

Ainda no âmbito da reconversão urbana, a recuperação da monumentalidade arquitectónica, integrada na valorização dos centros históricos (como no caso de Sintra, de Viseu, de Évora, de Guimarães), funciona como uma atracção para o cidadão do mundo, através da criação de uma imagem de qualidade que se transforma em modo de competição num mercado de âmbito nacional, internacional e mundial. De facto, mesmo o turista que procura o fim do mundo tem uma imagem desse fim do mundo que pretende encontrar e que efectivamente caracteriza, ou é apanágio de, territórios específicos.

Importa também aqui afirmar que a imagem que nos é oferecida por Sue (1997), dizendo que “o progresso acabaria por nos libertar do trabalho forçado e nos conduziria para uma sociedade onde o homem seria mais livre de realizar as suas ‘necessidades superiores’, necessidades sociais, espirituais, culturais ou estéticas” (Sue, 1997: 10), está, hoje, algo comprometida. Como diz Mothé (1997), “poderemos nós escapar à

regulamentação do tempo livre?” Será que é preciso começar a limitar a forma como utilizamos o nosso tempo livre? Efectivamente, assim é. Os impactos associados ao lazer são evidentes, especialmente aqueles que dizem respeito ao turismo. A sociedade programada também aqui está presente e o “tempo livre limitado pelos recursos financeiros sê-lo-á também pela lei”, com a sociedade do tempo livre, tal como nos foi prometida, a implicar um preço tão elevado em consumo de riqueza que ficará confinada às classes médias dos países desenvolvidos (Mothé, 1997: 101 e 108). Este modelo de relação identifica um mundo segregado e onde a relação entre o proprietário e o proletário se desenvolve agora entre o pagador do serviço e o funcionário do lazer, porque, como acontece com frequência, é nas regiões mais pobres que se pode encontrar a melhor hotelaria do mundo, os melhores serviços de turismo e alguns dos melhores serviços de lazer.

Na cidade, o processo de crescimento urbano, pela suburbanização pela periurbanização, é também uma forma de difusão do lazer, uma vez que “à medida que o modo de vida urbano vai conquistando o espaço rural, tal como a cidade conquista o seu espaço, o comportamento de consumo entre os grupos aproxima-se” (Zorrilla Castrejana, 1990: 91). O espaço urbano, normalmente associado e organizado em função do trabalho, estrutura-se, ou expressa-se, em formas de lazer. Os grandes espaços verdes, de que Howard nos fez herdeiros, os parques de diversões e temáticos, as catedrais dos desportos, das culturas e das tecnologias, conjugam a sua imponência arquitectónica e funcional com novas formas de ocupação dos espaços urbanos. Os reformados nos jardins, os desportistas das ruas das cidades e dos espaços verdes, “o *dandy*, o *play-boy*, são produtos tipicamente urbanos. Hoje em dia encontramos os *yuppies*, que implicam certas peculiaridades” (Zorrilla Castrejana, 1990: 95). Na verdade, estes grupos, facilmente integráveis em novas tribos, associadas a determinados estilos de vida (Clark, 2003), são relevados por Maffesoli, quando este valoriza as relações sociais intensas e episódicas que tomam lugar no seio da transparência e neutralidade generalizada da sociedade pós-moderna (Rojek, 1999). Estas relações materializam-se na cultura, no consumo e no lazer e baseiam-se na efemeridade, na volatilidade dos desejos, no ecletismo das esferas de acção. Neste sentido, os neo-tribalistas, onde se incluem os *yuppies* e onde se incluíram os *hippies*, grupos de referência na passagem de uma sociedade de consumo de uma geração para outra, representam também a passagem de modos de vida que valorizam a antítese e a oposição (no caso destes) para estilos de vida que se sustentam na complementaridade (no que aos primeiros diz respeito). Esta complementaridade surge precisamente na relação que se estabelece entre o trabalho e o lazer, através da superlativação do espaço urbano enquanto palco de acção. O empreendedorismo de Rouse, que marcou a revitalização de muitas cidades dependente de parcerias entre governo e sector privado, veio valorizar a desindustrialização, que levou à substituição do secundário pelo sector dos serviços, e promover a integração dos *yuppies* que procuram o centro, fogem dos subúrbios e consideram o lazer como uma necessidade básica. Este processo de construção de uma imagem para a cidade, organizada em torno do trabalho e da residência, tornada sede de muitas das actividades de lazer, ganha expressividade, mais recentemente, com os esforços, por vezes desmesurados, de construir, difundir e promover essa imagem, direccionada principalmente aos turistas potenciais e menos aos habitantes permanentes; o intuito é forjar uma identidade e justificar um sentimento de vaidade (Cazes, 1996).

De uma maneira ou de outra, o lazer continua na primeira linha da promoção urbana, tanto na definição do seu urbanismo e ordenamento, como na identificação da sua área de influência ou na valorização da sua integração em redes globais.

Bibliografia:

- Aubert, N. 2004, 'Que sommes-nous devenus? Dossier L'individu hypermoderne. Vers une mutation anthropologique', in *Sciences Humaines*, 154, Auxerre.
- Bassett, C. & Wilbert, C. 1999, 'Where you want to go today (like it or not). Leisures practices in cyberspace', in *Leisure/tourism geographies. Practices and geographical knowledge*. Critical Geographies, Routledge, Londres.
- Cazes, G. 1992, *Fondements pour une géographie du tourisme et des loisirs*, Amphi, Géographie, Bréal, Rosny.
- Cazes, G. & Potier, F. 1996, *Le tourisme urbain*, Que sais-je? PUF, Paris.
- Clarke, D. B. 2003, *The consumer society and the postmodern city*, Routledge, Londres.
- Corbin, A. 2001, *História dos tempos livres. O advento do lazer*, Editorial Teorema, Lisboa.
- Couturier, Y. 2002, 'Les réflexivités de l'oeuvre théorique de Bourdieu: entre méthode et théorie de la pratique', *Esprit critique*, vol. 4, n° 3, Março, Disponível em <http://www.espritcritique.org>.
- Cresswell, T. 2004, *Place. A short introduction*, Coll. Short Introductions to Geography, Blackwell Publishing, Londres.
- Crouch, D. 1999, 'The intimacy and the expansion of space', in *Leisure/tourism geographies. Practices and geographical knowledge*. Coll. Critical Geographies, Routledge, Londres.
- Crouch, D. (ed.) 1999, *Leisure/tourism geographies. Practices and geographical knowledge*, Critical Geographies, Routledge, Londres.
- Dumazedier, J. 1962, *Vers une civilisation du loisir?* Col. Points, Éditions Seuil, Paris.
- Dumazedier, J. 1966, 'Géographie du loisir', in *Géographie Générale*, Eds. A. Journaux, P. Desfontaines & M. J. Brunhes-Delamare. Encyclopédie de la Pléiade, Gallimard, Paris.
- Gama, A. & Santos, N. P. 1991, 'Tempo livre, lazer e terciário', *Cadernos de Geografia*, 10, Coimbra, pp. 99–129.
- Gama, António, 1988, 'Notas para uma geografia do tempo livre', *Cadernos de Geografia*, 7, Coimbra, pp. 203–217.
- Gershuny, J. 2003, *Changing times. Work and leisure in postindustrial society*, Oxford University Press, Nova York.
- Gómez, A. L. 1988, *Aproximación histórica al estudio de la geografía del ocio*, Anthropos, Editorial de l'Hombre, Barcelona.
- Gronow, J. 1997, *The sociology of taste*, Routledge, Londres.
- Jardin, E. 2001, 'Les grands questions de notre temps', *Sciences Humaines, Hors Serie*, n° 34, Auxerre.
- Jenkins, R. 1996, *Social identity. Key Ideas*. Routledge, Londres.
- Kwiatkowska, A. 1999, 'Nomadic-symbolic and settler-consumer leisure practices in Poland', in *Leisure/tourism geographies. Practices and geographical knowledge*, Critical Geographies, Routledge, Londres.
- Lefebvre, H. 1974, *La production de l'espace*, Gallimard, Paris.

- Mackay, H. 1997, *Consumption and everyday life. Culture, media and identities*, The Open University, Sage Publications, Londres.
- Mothé, D. 1997, *L'utopie du temps libre*, Série Société, Éditions Esprit, Le Seuil, Paris.
- Nielsen, N. K. 1999, 'Knowledge by doing. Home and identity in a bodily perspective', in *Leisure/tourism geographies. Practices and geographical knowledge*, Critical Geographies, Routledge, Londres.
- Parker, S. 1978, *Sociologia do lazer*, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- Patmore, J. A. 1983, *Recreation and resources. Leisure patterns and leisure places*, Basil Blackwell, Oxford.
- Philips, D. 1999, 'Narrativised spaces. The functions of story in the theme park', in *Leisure/tourism geographies. Practices and geographical knowledge*. Critical Geographies, Routledge, Londres.
- Pinto, A. 2004, *Turismo em espaço rural. Motivações e práticas. Holandeses em Ferreira de Aves Sátão*, Col. Raiz do Tempo, Palimage Editores, Viseu.
- Potier, F. 1997, 'Les métamorphoses du tourisme', in *Sciences Humaines*, nº 73, Junho, Auxerre.
- Ravenscroft, N. 1999, 'Hyper-reality in the official (re)construction of leisure sites', in *Leisure/tourism geographies. Practices and geographical knowledge*, Critical Geographies, Routledge, Londres.
- Rojek, C. 1999, *Decentring leisure. Rethinking leisure theory*, Sage Publications, Londres.
- Santos, N. P. 2001, *A sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias. A dualidade dos espaços, a turbulência dos percursos e a identidade social*, Edições Colibri, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra, Lisboa.
- Silvano, F. 2002, *Antropologia do espaço. Uma introdução*, Celta Editora, Oeiras.
- Sue, R. 1997, *La richesse des hommes. Vers l'économie quaternaire*, Editions Odile Jacob, Paris.
- Urry, J. 1995, *Consuming Places*, The International Library of Sociology, Routledge, Londres.
- Urry, J. 1999, 'Sensing leisure places', in *Leisure/tourism geographies. Practices and geographical knowledge*, Critical Geographies, Routledge, Londres.
- Zorrilla Castrejana, R. 1990, *El consumo del ocio. Una aproximación a la teoría del tiempo libre desde la perspectiva del consumo*, Servicio Central de Publicaciones, Gobierno Vasco, Vitoria.

(Página deixada propositadamente em branco)

Norberto Pinto dos Santos
Centro de Estudos Geográficos
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**GLOBALIZATION AND THE RELATIONSHIP WORK/LEISURE
FROM STANDARDIZATION OF LEISURE TO WORK FLEXIBILITY***

Introduction

Contemporary society creates needs, desires, hopes and interests to enable human beings to take advantage of all their time and space through forms of consumption which create jobs, jobs that promote leisure activities, leisure activities which shape places, jobs and consumption/leisure activities which generate mobility.

For a long time, production has been increasing the job mobility through technological and technical development (both in terms of infrastructures and means of transport). The oscillations which this development permits and each person's perception of the meaning of the quality of life (capable of encouraging different ways of socio-spatial integration encouraged by making work a fundamental phase in the daily life of the majority of the population), and which is, today, truly integrated in the ways we seek to make the most of non-work time and space.

The capability to affect the functions of space by significant mutations to its physiognomy has, during recent history, been associated to industry and the growth of urban space, due to the construction of residential areas. Activities related to leisure and consumption (which are the predominant creators of employment in the post-modern society) are new to this function; nevertheless, they prove themselves to be remarkably efficient in this role: consider the way shopping centres, theme parks, amusement parks, tourist facilities and the facilities existing for artistic, sports, cultural and social leisure do this.

This process involves the relationship between a particular place and all other places, expressed in the different globalising factors which confront us in our daily life.

We must assume the indelible presence of global thinking in local action. Issues like fear of terrorism, environmental concerns, dominance of finance (banks) in economic growth, growing presence of multinationals with consumer products, impacts of the media coverage of events, accidents and disasters, cultural influence

*Texto apresentado à IGU International Geographical Union C04.27, *Marginalization, Globalization, and Regional and Local Responses, The Global Challenge and Marginalisation*, 19 a 23 de Setembro de 2005. Natal, Brasil.

of North American films, dependence on reality-shows (including wars), franchising, eating out (fast-food), desire for leisure activities and tourism, are important modes of global cultural and economic adaptation.

This affects our time and our relations with space. Also influences the way we build our relationship with others and institutions. Thought dependent on control and planning, the tendency is to allow people access to excess, superabundance and urgency supported by consumption (Baudrillard, 1970 and Rochefort, 1995), spectacular consumption (Debord, 1991), entertainment (Langman, 1992), free-time (Sue, 1982), leisure (Dumazedier, 1962), post-work (Gorz, 1999 and Hochschild, 1997) societies.

Towards Globalisation

Space is nowadays understood in increasingly globalized terms due to the ease of travelling in it, to the ability to interact with it; consequence of the ability to produce it, and due to the spread of human habitats reached, even in situations which are extreme to human life.

The attempt to dominate all space is not only a phenomenon of today. Dollfus (1998) states that globalization is not a recent process. In fact, what may be called *weak globalization*, with an uneven occupation of the planet is a phenomenon which began long ago. The great conquerors: Charlemagne, Alexander, Attila, the Arabs or the Vikings; constructed ways of globalisation perhaps even more extraordinary than those we experience today, if we take into account the level of information and technique that these civilisations had concerning space. Waters (1999: 4) states that “in some ways there has always been globalisation, although until the middle of this millennium it had not had a linear development”; Robertson (1992) also suggests that globalisation is not just a phenomenon of today but that it existed even before modern society and the development of capitalism.

Until the end of the Middle Ages, “in the economy of feudal and rural societies, the wealth was essentially in the land and property ‘obtained by the grace of God’” (Sue, 1997: 149), with work practically absent, associated with suffering, the distribution of wealth depended on the generosity of the rich. This is a period in which employment and work are not synonymous, however, with the merchandising of work they are brought closer together and work is increasingly confused with employment, the further we advance in this modern period. It is here that we discover the initial phase of the present phase of globalisation.

Dollfuss (1998) identifies the first phase of globalization on the Iberian Peninsula, with the spread of European society, occurring with the constitution of the Portuguese and Castilian Empire: means such as the caravel, the compass and the conquest of new lands appear at the centre of the *tentacle* effect of the shrinking/knowledge of the world. At the same time, in Italy, the Renaissance emerged as a form of appreciating and valuing Greco-Latin antiquity in response to an obscurant medieval Christian civilisation, thus initiating what is known as the modern age “based on three ideas: progress, reason and well-being” (Aubert, 2005: 14).

The idea of modernity entered a crisis because the promised well-being was never reached, or was only obtained by very few. The distancing of Man from Nature,

which brings an increasing mechanisation, based on quantification, objectivity and distanciation, will lead to a second phase of globalization corresponding to the industrial and financial imperialism of the 19th and early 20th centuries, with industry, communications and rail and sea transports as its key points.

Francis Bacon (1561-1626) stated that the only important knowledge for man was empirically rooted in the natural world and that the efficient system of scientific information guaranteed Man's domination of the world (www.blupete.com). It was technical reasoning which permitted power and subjugation, which substituted participation and contemplation of Nature (like in Middle Age).

The globalization process, therefore, is associated with the domination of Nature by Man and Man's distancing from Nature. Mass production and consumption, already associated in twentieth century with fordism, associated to the importance of energy and economic growth, occur as the basis of a third period of globalization: between the First World War and the end of the Cold War, with the End of the colonial empires, of bipolarization of the world and of emergence of the Third World and the world institutions (United Nations and the UNO).

At this time, the great thinkers of industrial society show us that "progress would free us from the need to work and would lead to a society where man would be free to fulfill his *higher needs*, social, spiritual, cultural and aesthetic needs" (Sue, 1997: 10).

However, Sue does not seem to believe in the end of work as suggested by Rifkin (1996) or Collin (1997), instead his position is closer to that of Baudelot and Establet (2000: 181), who state "work is the key which provides access to other goods". Although there is a great resistance to blue collar work, a relative distancing from companies, and the development of more opportunistic strategies within a framework of increasing individualism and a greater interest in activities taking place outside of work (music, social activities, sports...), in order to be happy, it is first necessary to *have*, Baudelot and Establet (2000: 177). Galbraith (1987) subscribes to this idea when he refers to the New Class, by showing that this seeking of well-being in *having*, depends on *being* and, today on *seeming*, which has a significant influence on the course of globalisation, as we are now in a time of the *cultural economy*. During this period, the marketing of symbols has evolved beyond the management of states and the units of economic production have begun to evolve towards a scale which is both more individual and humane (Waters, 1999). Even though it seems contradictory, the relation between people and the global is more and more focussed on and subjected to, a process of mass-production in which consumption seems to have the effect of a cosmic black hole on the majority of leisure activities.

Leisure activities are a response to a time which is limited or scheduled according to professional demands, in a heavily globalized world, occur in increasingly diverse ways stimulated by the consumer society which has completely colonised the places dedicated to leisure activities (Ritzer & Stillman, 2001). In a previous work (Santos, 2001), when characterising contemporary leisure's ability to segregate, draws attention exactly to the role of this *mass society* where there is an increase in leisure time, activities and places, simultaneously with their standardization and merchandising, responsible for the standardization and similarities in the rhythms of leisure, similar to that which characterised the working environment of a society run using Henry Ford's techniques.

Within this ambiguity and duality Dollfuss (1998) identifies a 4th phase of globalization which main characteristics are the speed of the circulation of information, the autonomy of finance, leading to an increasing importance of the role of worldwide companies. With neoliberalism as their dominant ideology, merchandising of goods and services grow. Robertson (1992, quoted by Waters, 1999) refers to a phase of uncertainty, concerning the ways of relating and power where material exchanges localise, political exchanges internationalise and symbolic exchanges globalise (Waters, 1999).

Ambiguity and duality continue as determinants because the aggravation of the consumer society and its assumption as a “society of the spectacle” is associated to a “Henry Ford like standardisation and social imitation related with a certain lack of individual initiative or perhaps inhibition of individual initiative outside of certain stratum of the population” (Santos, 2001). As Baudrillard states (2005: 44), “we are no longer critical spectators (...) we are in the world screen (...) in real time, we are no more contemporaries of our selves”. McLuhan (1962) was the first one to pay attention to the global village, to the importance of communication technologies and means of transportation (technological determinism), to the significance of globalizing signs: watch that controls time, money that multiplies social relations and promotes velocity. Today, “the screen is the world” Baudrillard (2005).

However, and simultaneously the “spread of “McDonaldisation” suggests that certain aspects of the industrial society will remain for quite some time” (Ritzer, 1993: 153), both in the world of work and leisure. “The economy is so dependent on individual tastes and choices that it becomes reflectively merchandised and, given that the symbolically guaranteed systems are not subject to physical frontiers, they also become reflectively globalised. The leading sectors in this process are those whose *goods* are themselves symbols: the mass media, the entertainment sector, and the sectors of post-industrialised services (Lash e Urry, 1994, quoted by Waters, 1999).

Global homogenization gradually happens with the non-western world colonisation by the Occident and cultural differences are increasingly being eroded through the world-wide replacement of local products with mass-produced goods which usually originate in the West (Howes, 1996) referred as *Coca-colonization* (Hannerz, 1992, quoted by Howes, 1996).

It is important, however, to stress that globalisation or the sense of the whole, the global, and the holistic has always existed, although in a form which did not involve strong spatial, temporal and socio-economical relationships, until the middle of the 20th Century. It should also be noted that underlying the idea of dominion and authority concerning territories (today, both physical and non-physical) and defining territories (which are a form of global relation between man and his environment) related to a time and a space (Gama, 1989), it has always been possible to identify global processes acting simultaneously with local events. Nowadays, this concerns a way of considering a subject which has a broader meaning, resulting in the appearance of the neologism *glocalisation* which expresses the maxim “think globally and act locally”. This idea may also be attributed to Silva (2002: 147) who states that “a place as a singularity is added to other places which, by identifying criteria, form bigger portions, with different designations. (...) A city, an excellent place, when a point within a context of different flows, may take on a worldwide and local character simultaneously, depending on the range and intensity of transactions which take place there”.

Globalisation has negative connotations in terms of economic growth and social justice (de-localisation, exploitation and exclusion), but there are positive aspects: the assumption of the differences of local societies, investment in the protection of the environment and supra-national intervention in matters related to human rights or terrorism.

Today, in the myriad of cases between global and local, consumption seems to be the major factor responsible for socio-economic relations (everything becomes consumable, even time and space).

The globalisation of the markets has led to the situation where trans-national companies, by selling the same products in the same way worldwide, ignore and eradicate cultural differences (Howes, 1996): tourism, a privileged form of leisure is an ideal example of this. As we have stated in previous work, nowadays, leisure takes a central place in the orientation of a population's daily life, particularly that which has a significant relation to urban spaces. However, the evocation of leisure may appear with differing meanings. Kwiatkowska (1999) takes us to the beginning of time, when he points out that, "in the concept of daily routine (the world was created in six days and the seventh was for rest) two qualities of time are defined. Work is secular time, related to creation, production (...) to satisfy bodily needs; leisure is sacred time related with prayer, with meditation (...) concerned with the soul" (Kwiatkowska, 1999: 127). Is leisure more diverse today? Certainly.

Nevertheless, the search for excitement, interior harmony, and spiritual experiences in compensation for the work done, remain present. Although leisure may be based on these aspects, it is an economic activity which provides some of the best opportunities for financial gain and which creates new opportunities, encourages innovative *products*, productivity and exponential profit. In fact, apart from being always present and, sometimes associated to dual situations which are often ambiguous, even if only as a project, leisure seems to be everywhere: in the streets, on trains, boats, aeroplanes, in newspapers, in waves, on the ground we walk on, in the cinema, on the radio, TV, in our mail box, on high mountains, making constant appeals to escaping from our daily routine (Santos, 2005).

Emphasising the meaning of leisure and work (employment) in what is known as late modern society, by some, as post-modern, by others, as hyper-modern, by others or, for others, the changing world system, what matters is to show how employment, work and leisure contribute to the present socio-economical organisation, even more considering that it has undergone very important modifications recently which, probably we are still not really ready to incorporate into our daily life.

Work and Leisure: dualities and ambiguities

The international division of employment is associated to globalisation, which is installed to a reasonable degree, affects the way the contemporary socio-economy is organised. Establishing the mobility of labour from the Third World (peripheral) and the First World (central) with the mediation of the semi-peripheral world on the edge of the former, shows clearly the importance of supra-national and supra-states when discussing employment. Employment gains an international dimension which may be expressed simply in Fig. 1.

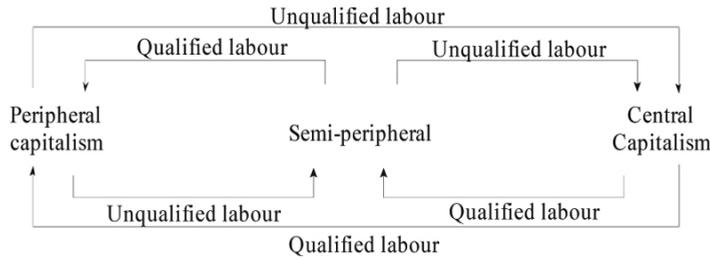


Fig. 1 – Model of the international mobility of labour.

However, “international exchanges encourage countries to specialise in producing that which uses intensively the factors of production that they have in abundance. On the contrary, the same countries import goods whose production demands factors which they have less of” (Fitoussi & Rosanvallon, 1996: 82). In the first world globalization promotes the qualified workers and undervalues the non-qualified ones while third world (and developing countries) promotes the latter ones, predominant in their work structure. Anyway, the work mobility increases inequalities between socio-professional categories in an infra-national level.

Just as employment is increasingly not necessarily territorial, in the sense that there is no obligatory relation between nationality and the country where you work, so too, does this occur regarding goods and companies, this may be seen by considering various references, such as Husson (1999) who states that “American companies are, from now on, no longer connected to the United States” (Husson, 1999: 119). This results in the growing number of jobs which are dependent on international or world relations, either because of labour mobility or because of direct foreign investment.

We should not be surprised to note that employment is affected by many factors which include those of indigenous development and also global aspects. In fact, “in the middle of the 70s the majority of the active international population was placed in spaces closed to the world markets, with a third living in strongly protected planned economies. In the year 2000, according to the World Bank less than 10% of the population was truly not connected to the world” (Cohen, 1999, quoted by Cabin, 2000).

Although globalized, work/job keeps its importance “as mediator between man and society appearing as an original power, deeply-rooted in our culture, punishment, but also as hope of ransom, inventor of human existence objects and liberator of nature domination” (Gama, 1989).

Looked at this way, employment is a form of power just as property, but it is achieved either by physical or intellectual effort, transforming time into products or services and space into territories, but always with the idea of leisure activities at the end of the task or of the period of employment. This is to value free time over an alienated time of employment, which is an expression of the will of the employer. However, employer and employee may be the same person and the central aspects of free time, choice and free will may also be present during time spent at work. At the same time “jobs which require muscular force are disappearing while those needing manual or mental dexterity are increasing. Industries based on labour were

substituted by industries requiring skills; and these, in their turn, will be replaced by industries based on knowledge” (Handy, 1986: 22). However work will still continue to dominate people’s lives even if in ways which are very different from those which were most important during the Glorious Thirties. It is clear that labour has been substituted by clerks given the exponential growth of services, but this change has not reduced the time or intensity of work, even if it has definitely reduced the physical effort required. Curiously enough, this physical aspect is one of the attractions of many leisure activities which fulfil the needs of the human mind and body for games and physical activity. The positive aspect associated to work is recent and promoted the approximation of the concepts of work and employment (paid work). It was the middle class at the beginning of the Middle Age which assumed this positive attitude, since it gave them access to wealth. Work continued to be valued because of Protestant pragmatism and Puritanism, both because of the ideological aspect of “time is money”, and by the condemnation of leisure time. During the 20th century work is associated to remuneration, and this, by means of the ideology of profit, values free time, which begins to be seen as a time for consumption, with leisure as a central factor of the time created for consumption.

The work-time reduction claimed notoriously during the twentieth century, leading to an (to a) employees victory, was also responsible for the drainage of products. If we mass-produce it is necessary time (five-days week, 35 working hours, vacation month), money (middle class predominance, vacation and 13th month wages) and space (new commercial facilities, equipment and service leisure) to consume.

Work is, often, particularly concerning less qualified workers or employees, repetitive, monotonous, and not very creative.

The increase in value of activities related with knowledge has made work less monotonous, more creative and more the result of individual expression and free judgement of employees, to a certain extent bringing those characteristics usually associated to leisure activities to work. For some, work is done in a way which is obligatory and alienating, for others it is a source of personal realisation which may include elements characteristic to leisure time (Gama & Santos, 1991). Companies have begun to include, near production sites, places for leisure activities for their workers; a fact that Kurz names perverse concern, “because it has nothing to do with the well-being of the worker (...) what they want is for the worker to be as healthy as possible so that they can get the most out of him” (Kurz, www.geocities.com).

Martin, Metzger & Pierre (2004) state that, according to Rifkin, we are in a third industrial revolution, where generalised automation of productive processes, combined with new forms of capitalist management, implies the elimination of millions of workers worldwide. Further, Gorz states that “not only is work going to run out, but the society of wage earners is threatened by the growing influence of capital upon work”. As a result new forms of work are imposed: *job-sharing*, *part-time work*, temporary work, sub-contracting, *telework*, *jobber* (someone who makes precariousness his way of life), and self-employed worker (who works for low wages and in poor conditions). The intention is to make employment a flexible element in the productive process. Mercure (2000) identifies the increased financial, technical, functional and numerical flexibility, with clear effects on the way we perceive work today. Flexibility is, in fact, a form of pressure, not always negative, on the body of paid workers, because it

implies continuous adjustments of the: remuneration, processes, objectives, methods and organisation of work.

Flexibility is important for the companies which provide services connected with leisure or are dependent on people's free time (seasons of the year and travel). This means that a significant part of the growth of these forms of work is, in reality, linked with times and spaces of leisure.

Martin, Metzger & Pierre (2004) state that the direction for the future is "work less, better, or in other words go in the direction of a society of free time. But this time does not guarantee leisure", it implies more work.

Méda (quoted by Martin, Metzger & Pierre, 2004) questions the valued position of work in the Western mind, in a fully occupied society, as Kurz says, the combination of leisure and work in the same space, avoiding the alienation of work, creating a social place in which the person is not reduced to the function he has (Kurz, www.geocities).

All work is often a mixture of pleasure and suffering, implying both the harsh reality of necessity and the satisfaction of finished work (Martin, Metzger & Pierre, 2004) for this reason it is difficult to define where work begins and leisure ends. "Pleasure in what you do, even if it occupies many hours of the day, demands an intense dedication and absolute concentration. For some, the office, the laboratory, the company, the street, the school, or rather all work places and the activities occurring there may be a source of pleasure and personal fulfilment, without there being anything wrong with this: the expression *work-lovers* is used to describe them." (*O Estado de S. Paulo* – 29/10/04). The pleasure obtained at some moments associated with work may be very close to that obtained during leisure activities, indeed, it is difficult for some of us to understand how some work is not considered leisure, or how it is that a certain task is paid, when it would be a pleasure for us to do it for free. The footballer, the disc jockey, the masseur or masseuse at the SPA, the F1 pilot, the lifeguard, are a few examples, which, however, very often represent, for those who practice these activities, routine, monotonous and repetitive situations, which make them what in truth they are: jobs. That does not mean that these people do not find pleasure in these activities, however, the interpretation of either the observer or participant in the situation implies a perception which is the result of idiosyncratic interpretations, which are themselves the result of cultural aspects and influences of the *global* way of life. The Marlboro Man, the series Baywatch, Coca-Cola, surfers, Barbie, the beef-burger, Nike, the resorts and the amusement parks, are potent images due to the impact of global television networks which connect us and make us perceive the reality of both work and leisure wrongly.

This, because many of the best leisure facilities in the world are stained by poverty and exploitation of labour. On the list of the hundred best hotels in the world (<http://www.mapsofworld.com/world-hotels/top-100.html>) 40% are in places belonging to developing or Third World countries, resulting in islands of splendour and luxury right in the middle of areas which are truly problematic in socio-economic terms, but which are sustained on the idea of more work for better leisure.

Whatever your understanding is, seeing work as a value in risk of extinction, as Méda says (quoted by Martin, Metzger & Pierre, 2004) contradicts the results of numerous surveys in which work remains in second place, right after family and well

before friends, leisure activities and religion. However it is interesting to see that some countries (France, Italy, Spain and Portugal, for example) have started to create systems which may revolutionise the value of work. A good example of this are Time Banks (Bancos de Tempo).

Today we work more “because in the modern economy, the time used by machines is not used in benefit of the employees. It is used in more production. The economy of time either results in more work or in unemployment” (Kurz, www.geocities.com). This means that the economy of time at work does not mean an increase in leisure time, while the increasing importance of the consumer society means that we are obliged to spend more time at work. Quino gives us a good example of this organisation in a conversation between Mafalda and Libertad: “as his wage wasn’t enough to live on he had to get another job, but as he didn’t have enough time he was always late to both jobs. And as he was about to be fired from one job and couldn’t live with just the other one, he had to buy a car by instalments with what he earns at the job he had to get when he couldn’t live with just one wage, so, in order to live now he only has the wage from the first job, but with the car he always arrives on time to both jobs, and that’s for sure” (Quino, 1991).

There may be some polarization in the evolution of the division between work time and leisure time because in the last twenty years lower class workers reduce the time they spend at work and gain more free time than those in higher classes and workers may now have more free time than their bosses (Zuzanek *et al.*, 1998). It should be stressed that there has been a recent change in the decrease in paid working hours and factors such as the globalization imposed by economic competition, the reduction of jobs which increases the work of those who remain, flexibility of work and social insecurity which encourages part-time work or second jobs and the syndrome of work-and-spend due to consumerism. “Paid work increasingly dominates people’s lives, because people work more and more intensively than ever” (Lewis, 2003: 343).

The atypical work and jobs mentioned above are responsible for violations of people’s private lives, which although more or less accepted, create a certain pressure which is released in the leisure activities people seek. Nevertheless the line drawn between time outside work and the time spent at work, between private and professional work, tends, among contemporary wage earners, to disappear which encourages many forms of servitude (Vega, 2004: 7) and it is not only the lower paid jobs which show this tendency. Lewis (2003: 343) also states that “as time expands to reach the global 24 hour market and space is compressed by computer technologies and advances in communications so the temporal and spatial frontiers between paid work and personal life become blurred”. The notion of the client-king (or the client is always right) makes all service relationships extremely dependant on situations of servitude which creates an industrial rationale within the services. When considering the work at the hypermarket till, Vega (2004) states that the transposition of the industrial conveyor belt is completed by the sequence of gestures, words and attitudes which the staff adopts concerning the clients, worthy of Taylor.

Of course, there are different situations related to the invasion of private life by the world of work. In fact, this invasion may be understood as just one more conquest for the ideology of profit, which takes another step in guaranteeing that all space may be productive, in a clear process of globalisation. Just look at the examples of *piecework*,

of *paid-by-the-minute worker*, who wait at home for a few hours of work or *telework*, which are invasions of our private times and spaces.

	End of day	Weekend	Holidays	Retirement
Home	Board games Tv, Radio Reading Listening to music	Games Tv, Radio Reading Listening to music Do It Yourself (DIY)	Games Tv, Radio Reading Listening to music Do It Yourself (DIY)	Games Tv, Radio Reading Listening to music Do It Yourself (DIY)
Nearby Places	Outdoor games Walks Sports Visits to café Visits to cinema	Outdoor games Walks Sports Visits to café Visits to cinema and theatre	Games Walks Sports Visits to café Shows	Outdoor games Walks Sports Visits to café Cinema and theatre
Medium Distance Places		Short trips (car, by bicycle, on foot) Cinema and theatre Shows Trips resulting from daily life	Short trips (car, by bicycle, on foot) Visits to countryside, mountains beach Cultural visits	Trips Car journeys (countryside, mountains, beach, SPAs)
Distant Places			Tourism Cruises Sport Mountains Countryside Beach	Tourism Cruises Sport Mountains Countryside Beach

Fig. 2 – Classification of leisure activities.

Source: Gama, 1988.

It is therefore increasingly clear that there are situations which involve the double situation of work and leisure. There may be situations which, while implying obligation and remuneration, may also imply pleasure, hedonism and freewill. We may also find situations of “co-presence: the producer and the consumer, the seller and the buyer. Or rather, the same practices are performed by some as work, while for others, as leisure” (Gama & Santos, 1991: 109). Yet, we should give importance to leisure as a social organiser and guide for more and more people, not only in terms of seasonal holidays, but also in terms of daily life, the weekend or seasonal breaks, as Gama (1988) refers to (Fig. 2). Some months ago we wrote (Santos, 2005) that “culture and social identity define the behaviour of people in an increasingly globalised world. The assumption of the pertinence of this statement allows us to make leisure a subject for transversal analysis: reaching different scales, occurring in both short and long terms, promoting production and consumption, integrating synchronic and diachronic situations, assuming unavoidable value relations and acts of social isolation. These scales are expressed in an urban world which values rural and *empty* spaces, transforms spaces into places and uses non-places and provides examples of conglomeration and differentiation”.

Leisure is intimately connected to the consumer society, but the logic of consumption is not superimposed on that of leisure. Consumerism seeks human satisfaction by the

acquisition of goods and leisure has its aesthetic fulfillment in the enjoyment of a moment and is not related with time but intensity (Zorrilla Castrejana, 1990: 86). When this happens with the acquisition of goods, we are actually having a moment of leisure; this is why it is said many times that shopping is a form of leisure.

Choice and free will have always been fundamental elements of any definition of leisure, but there are also various limits which may be associated with leisure activities. Leisure is a non-coercive activity performed during free time, it is something that a person wants to do, seeking personal satisfaction using his abilities and resources, and is fulfilled by doing so (Stebbins, 2005). Leisure is confused with cultural activities, creating a kind of “pan-culturalism” with the effect, at least apparently, of ending the bourgeois model according to which culture is divided into culture of the masses and culture of the elite (Zorrilla, 1990). Culture is associated with leisure because the origins of culture rest on games more than work (Rojek, 2001).

Dominant Groups	Trend Followers
Social distinction	The illusion of equality Democratisation of consumption
Reduced Access New Leisure Activities and Space	Broader Access New Leisure Activities and Space
Novelty	Copying
Sophistication	Banality
Exclusivity	Crowds
Rareness	Ubiquity
Exotism	Standardization
Distant places	Near places

Fig. 3 – Leisure: between elitism and democratisation.

But, is there a form of democratisation resulting from leisure? As Stebbins states it is important to distinguish between *casual leisure* (Stebbins, 2001) and *serious leisure*. Casual leisure may be obtained by the majority of the population as it is “a leisure activity producing an immediate pleasure, it is intrinsically rewarding, short term and requires little or no practice to experience the pleasure it produces”. Other leisure activities involve longer periods of time, careful and expensive preparation, specialised knowledge and skills in order to perform the activity which may take place in international or global space.

Our well-being and quality of life appear to depend increasingly on our capacity to enjoy casual leisure which culture broadly promotes in significant ways. However, the elite (upper classes) wish to retain the difference they have with the *tour* of the 19th and early 20th centuries. “If tourism, leisure activity *par excellence* is one of the most important socio-cultural and economic phenomena nowadays, it also continues to be a major factor of social segregation (...)” (Gama, 1988). The elite promote the restriction of access by means of the novelty, sophistication, exclusivity and the rarity of the distant and exotic places where the leisure activities occur. It is a race to be first, attributing a symbolic value which leads to the global but which may only be accessed by the few, leaving a broad access to casual leisure activities and those which imitate the lifestyles of the dominant classes but which are associated with

more ordinary and nearer places to the general public but not the poor and those excluded by society.

Conclusion

Work is, for each person, a time alienated by the will of the employer who defines the tasks and functions; leisure discovers its own perversion in consumption.

In fact the shadow of consumerism may well transform leisure, as many leisure facilities have the consumption of goods and not leisure services as such (as occurs in many cinema chains and sports stadiums), with “the consumer society completely colonising the places where leisure activities occur” (Ritzer & Stillman, 2001: 111). *McDonaldisation* is therefore present in many leisure activities and is not limited to the world of work. However, it is exactly this kind of rationalisation which should be avoided, thus preserving free-will, or at least people’s non-coercive choice. This occurs because the capitalist economy is one of the main forces promoting rationalisation, due to the relation between rationalisation, efficiency and profit. The ideology of profit tries to give *homo ludens* the head of *homo faber*, presupposing the valuation of work over leisure. Leisure is colonised by the regime of work, according to the references of the School of Frankfurt which suggest that leisure for the masses strengthens the dependence on capitalist organisation (Rojek, 2001).

In fact, nowadays, leisure is assumed as a central orientation in people’s daily lives, particularly those which have significant connections with urban spaces, either by means of casual leisure or more organised leisure. Are we heading for a post-work society, as suggested by Gorz (1999), “where work is considered as a necessary evil (...) where the compulsion to work is a disguised symptom of the desire for leisure (...) and a way of participating in the culture of consumption and the economy of leisure” (Rojek, 2001: 121).

Bibliography

- Aubert, N. 2005, *L'individu hypermoderne*, Sociologie Clinique, Éditions Érès, Ramonville Saint-Agne.
- Baudelot, C. & Establet, R. 2000, *Avoir 30 ans en 1968 et en 1998*, L'Épreuve des Faits, Seuil, Paris.
- Baudrillard, J. 1970, *A sociedade de consumo*, Edições 70, Lisboa.
- Baudrillard, J. 2005, ‘L'évidence du oui a fabriqué le non’, *Le Monde*, 2, 28 mai, pp. 40-45.
- Boissonat, J. 1995, *Le travail dans vingt ans*, Rapport du Commissariat General du Plan, La Documentation Française, Editions Odile Jacob, Paris.
- Bourdieu, P. 1979, *La distinction. Critique sociale du jugement*, Le sens commun, Les Éditions de Minuit, Paris.
- Chapman, K. 1979, *People, pattern and process. An introduction to human geography*, Edward Arnold, Londres.
- Collin, D. 1997, *La fin du travail et la mondialisation*, Ouverture Philosophique, L'Harmattan, Paris.
- Connerton, P. 1993, *Como as sociedades recordam*, Celta Editora, Oeiras.

- Cresswell, T. 2004, *Place. A short introduction*, Blackwell, Oxford.
- Debord, G. 1991, *A sociedade do espetáculo*, Mobilis in mobile, Lisboa.
- Dollfus, O. 1998, *A mundialização*, Estudos e Documentos, 298, Publicações Europa-América, Mem Martins.
- Dumazedier, J. 1962, *Vers une civilisation du loisir?* Coll. Points, Éditions Seuil, Paris.
- Galbraith, J. K. 1987, *La sociedad opulenta*, Editorial Ariel, Barcelona.
- Galbraith, J. K. 1992, *La cultura de la satisfacción. Los impuestos, para qué? Quiénes son los beneficiarios?* Ariel Sociedade Económica, Barcelona.
- Gama, A. 1989, 'O território como inscrição do poder', *Locus*, 2/3, pp. 74-79.
- Gama, A. & Santos, N. P. 1991, 'Tempo livre, lazer e terciário', *Cadernos de Geografia*, 10, pp. 99-129.
- Giddens, A. 1994, *Modernidade e identidade pessoal*, Celta Editora, Lisboa.
- Gorz, A. 1999, *Reclaiming work: beyond the wage-based society*, Polity Press, Cambridge.
- Handy, C. 1986, *El futuro del trabajo humano*, Ariel Editores, Barcelona.
- Harvey, D. 1992, *The condition of postmodernity. An inquiry into the origine of cultural change*, Blackwell, Oxford.
- Howes, D. (ed.) 1996, *Cross-Cultural Consumption. Global Markets. Local Realities*, Routledge, Londres.
- Husson, M. 1999, *Miséria do capital: uma crítica do neoliberalismo*, Terramar, Lisboa.
- Kwiatkowska, A. 1999, 'Nomadic-symbolic and settler-consumer leisure practices in Poland', in *Leisure/tourism geographies. Practices and geographical knowledge*, ed. D. Crouch, Critical Geographies, Routledge, Londres, pp. 126-136.
- Lallement, M. 1994, *Travail et employ. Le temps des metamorphoses*, Logiques Sociales, L'Harmattan, Paris.
- Langman, L. 1992, 'Neon cages. Shopping for subjectivity', in *Lifestyle shopping. The subject of consumption*, ed. R. Shields, The International Library of Sociology, Routledge, Londres, pp. 40-82.
- Lefebvre, H. 1974, *La production de l'espace*, Gallimard, Paris.
- Lewis, S. 2003, 'The integration of paid work and the rest of life. Is post-industrial work the new leisure?', *Leisure Studies*, 22, pp. 343-355.
- Maffesoli, M. 2000, *L'instant éternel. Le retour du tragique dans les sociétés postmodernes*, Essai, Denöel, Paris.
- Marshall, N. & Woods, P. 1995, *Services and space. Key aspects of urban and regional development*, Longman, Harlow.
- Martin, D., Metzger, J.-L. & Pierre, P. 2004, 'La mondialisation menace-t-elle le travail?', *Sciences Humaines*, 150.
- McLuhan, M. 1962, *La galaxie Gutenberg*, University of Toronto Press, Toronto.
- Mercure, D. 2000, 'Les forme de la flexibilité', in *L'économie répensée*, Coord. P. Cabin, in Éditions Sciences Humaines, Auxerre.
- Odina, M. 2000, *La Aldea Irreal. La sociedad del futuro y la revolución global*, Aguilar, Madrid.
- Parr, M. G. & Lashua, B. D. 2004, 'What is leisure? The perceptions of recreation practitioners and others', *Leisure Sciences*, Vol. 26, 1, pp. 1-17.
- Quino, 1991, *Mafalda*, 5, D. Quixote, pp. 63, banda 5.
- Rifkin, J. 1996, *El fin del trabajo. Nuevas tecnologías contra puestos de trabajo: el nacimiento de una nueva era*, Estado y Sociedad, Paidós, Madrid.

- Ritzer, G. 1993, *The Mcdonaldization of society*, Pine Forge Press, Sage, Newbury Park.
- Ritzer, G. & Stillman, T. 2001, 'The postmodern ballpark as a leisure setting: enchantment and simulated de-McDonaldization', *Leisure Sciences*, 23, pp. 99-113.
- Robertson, R. 1992, *Globalization*, Sage, Londres.
- Rocheftort, R. 1995, *La société des consommateurs*, Editions Odile Jacob, Paris.
- Rojek, C. 2001, 'Leisure and life politics', *Leisure Sciences*, 23, pp. 115-125.
- Santos, N. P. 2001, *A sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias*, Centro de Estudos Geográficos de Coimbra, Colibri, Lisboa.
- Santos, N. P. 2005, 'Lazer, Espaço e Lugares', in *Os Lugares do Lazer*, ed. R. Gomes, Instituto do Desporto de Portugal, Lisboa, pp. 122-143.
- Silva, J. B. 2002, 'Cidadania, Lugar e globalização', in *Globalização & Desigualdade*, eds. M. Valença & R. Gomes, A. S. Editores, Natal, pp. 136-151.
- Stebbins, R. 2001, 'The costs and benefits of hedonism: some consequences of taking casual leisure seriously', *Leisure Studies*, 20, pp. 305-309.
- Stebbins, R. 2005, 'Choice and experiential definitions of leisure', *Leisure Sciences*, 27, 4, pp. 349-352.
- Sue, R. 1982, *Vers une société du temps Libre?* Sociologie d'Aujourd'hui, PUF, Paris.
- Sue, R. 1997, *La richesse des hommes. Vers l'économie quaternaire*, Editions Odile Jacob, Paris.
- Urry, J. 2000, *Sociology beyond societies. Mobilities for the twenty-first century*, Routledge, Londres.
- Valença, M. & Gomes; R. (eds.) 2002, *Globalização e Desigualdade*. A.S. Editores, Natal.
- Vega, X. 2004, 'De la relation de service à la servitude?', *Sciences Humaines*, 152, pp. 6-7.
- Waters, M. 1999, *Globalização*, Celta Editora, Oeiras.
- Zorrilla Castrejana, R. 1990, *El consumo del ocio. Una aproximación a la teoría del tiempo libre desde la perspectiva del consumo*, Servicio Central de Publicaciones, Gobierno Vasco, Vitoria.
- Zuzanek, J., Beckers, T. & Peters, P. 1998, 'The 'harried' leisure class revisited: Dutch and Canadian trends in the use of time from 1970s to the 1990s', *Leisure Studies*, 17, pp. 1-19.

URLs

- <http://www.blupete.com/Literature/Biographies/Philosophy/Bacon.htm>
- <http://www.geocities.com/Athens/Acropolis/6634/kurzlazer.htm>, KURZ, Robert – Mataram o lazer, Entrevista de Eduardo Ferraz a Robert Kurz.
- <http://www.mapsofworld.com/world-hotels/top-100.html>.
- <http://www2.uol.com.br/aprendiz/guiadeempregos/primeiro/info/artigo291004.htm>, 29/10/04. O Estado de S. Paulo.

Claudete Oliveira Moreira
Centro de Estudos Geográficos
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**TEMPO LIVRE, LAZER E CONSUMO NA SOCIEDADE URBANA CONTEMPORÂNEA,
SEGUNDO OS GÊNEROS***

Os “temas do lazer e do consumo (...) [estão] fortemente enraizados no sistema de valores da génese da modernidade, expressos no modo como é encarado o lazer, passando de uma avaliação carregada de negatividade até à valorização contemporânea positiva” (Santos & Gama, 1999: 131).

A sociedade urbana contemporânea é claramente marcada pela valorização do tempo livre. Os tempos e os espaços de trabalho deixaram de ser centrais (Santos & Gama, 1999; Touraine, 2000) em termos de motivação, ainda que permaneçam centrais na organização e na estruturação dos quotidianos dos géneros, bem como na viabilização, fundamentalmente material, de um outro tempo: o tempo livre – um tempo cada vez mais valorizado (Ballesteros, 2000) –, um tempo orientado para espaços e práticas de lazer e de consumo, fundador de novas espacialidades, sociabilidades e identidades. A identidade tende cada vez mais a ser construída através do lazer e não pelo trabalho (Nielsen, 2001), ou, pelo menos, em resultado dessa dupla influência.

O trabalho ganha centralidade na estruturação de um tempo e de um espaço curtos – os de fim de tarde e de fim-de-semana –, mas também de um tempo e de um espaço longos – as férias – que fraccionam cada vez mais o tempo de trabalho (Rochefort, 1999). Assim, o trabalho condiciona os tempos, sendo o seu objectivo obter um tempo livre destinado ao lazer. Por outro lado, o trabalho, para além de ser estrutural em relação ao lazer, é estruturante dos lazeres, porque é pelo trabalho que se torna possível obter condições materiais capazes de suportar estilos de vida cada vez mais ecléticos, individualizantes, exóticos, e fazer face à crescente ‘mercantilização

*O texto que aqui se apresenta corresponde, com algumas alterações, a parte do conteúdo da dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para a obtenção do grau de Mestre em Geografia Humana, em Maio de 2005, orientada pelo Professor Doutor Norberto Pinto dos Santos, intitulada *A geografia e o género: um encontro urbano. Os tempos e os espaços nos territórios de Coimbra*. Esta dissertação foi distinguida pela Fundação Eng.º António de Almeida, Porto, com o *Prémio Professor Doutor Fernando Manuel da Silva Rebelo, 2006*, Instituição que patrocinou a sua edição.

do lazer¹ (Gomes, 2004). Efectivamente, os lazeres nesta modernidade interligam-se, de forma cada vez mais estreita, com outros dois domínios, o da produção e o da comercialização de objectos (Gama & Santos, 1991), sendo grandemente responsáveis pela dinamização do sector terciário.

Patmore (1983) situa, no tempo, o início da mercantilização na revolução industrial e no aumento do tempo de trabalho e do trabalho pago, em que o lazer deixa de ser entendido como uma mera extensão do trabalho contrapondo-se, de uma forma mais clara, a este último, sendo o rendimento obtido pelo trabalho importante para comprar os prazeres que preenchem este outro tempo de divertimento pessoal. Mothé (1997) destaca o investimento na aquisição de bens materiais, em transportes, bem como no lazer, pelo aumento do tempo livre, com os lazeres mais desejados a serem os mais dispendiosos, sendo por isso, na sua opinião, “impossível sair desta civilização do trabalho!” (Mothé, 1997: 92). O trabalho é, deste modo, uma das variáveis sociais que condicionam os meios, as motivações e os comportamentos no domínio do lazer (Aitchison *et al.*, 2000). Se se pensar que o desemprego atinge particularmente as mulheres, facilmente se conclui que socialmente elas vêm mais limitada a sua participação, não apenas numa, mas em duas importantes dimensões da vida contemporânea: não só no trabalho mas também no lazer. Entre a análise das desigualdades de acesso ao lazer nas sociedades capitalistas, o género é uma variável causal importante (Wearing, 1998).

A sociedade capitalista fomenta a *mercantilização do lazer*, promovendo, pela publicidade e através do *marketing*, os objectos e os espaços internos e externos, de modo a ir ao encontro de todos os gostos, e individualizando as possibilidades práticas de ocupar o tempo livre. Dentro de casa podem ter lugar as mais variadas formas de ocupar esse tempo que está para além do trabalho formal e informal, mesmo aquelas que requerem equipamentos específicos, como aparelhos de ginástica, mesas de snoker, jogos de computador, hidromassagem, instrumentos musicais, tudo se molda aos prazeres individuais. Há, de facto, uma ubiquidade crescente dos recursos do lazer doméstico (Patmore, 1983).

Por tudo isto, não é de estranhar que se invista no trabalho de forma crescente, não apenas em termos de tempo mas também de formação. A procura neste mercado orienta-se para um trabalho bem remunerado e que liberte tempo para despendar em bens e serviços de consumo e de lazer (Gershuny, 2003). Assim, será que esta sociedade é a do fim do trabalho? Touraine (2000) refuta a hipótese considerando que nas práticas individuais, nas atitudes, na economia, esta tese não encontra sustentação. Castells (2002) reafirma, também, a centralidade do trabalho na vida de cada pessoa. Apesar de se proclamar que se vive numa sociedade cada vez menos de trabalho, e de o próprio debate teórico contemporâneo se centrar no ‘fim do trabalho’, no ‘fim do valor do trabalho’, na perda de ‘centralidade do trabalho’ (Hirata & Zarifian, 2000), o certo é que o trabalho continua a ser central no quotidiano social, nas relações de género.

¹ Gomes (2004) realça o facto de presentemente o lazer se confundir com o consumo, daí usar a expressão ‘mercantilização do lazer’, sublinhando que quando surgiu, o lazer, ao contrário do consumo, não implicava custos, sendo inicialmente entendido como um tempo de descanso.

Todavia, há uma inquestionável perda de importância relativa do trabalho no quotidiano. Como refere Gorz (1989), tornou-se possível nas sociedades industrializadas, com um decréscimo do trabalho, um acréscimo na produção de riqueza, graças ao surgimento de novas formas de organização do trabalho (que encontram em Frederick Taylor, um dos seus precursores, ao preconizar a organização científica do trabalho, e continuação em Henri Ford, que implementa o trabalho em cadeia).

O progresso tecnológico e a intensificação dos processos produtivos proporcionaram aumentos significativos de produtividade, diminuições do tempo de trabalho e o consequente aumento do tempo livre, tudo isto a par do aumento dos salários, e da redução do custo por unidade de produto, que viabilizaram o consumo em massa: o que é valorizado na sociedade não é propriamente o trabalho mas o salário que dele resulta, salário que reingressa ao sistema de produção pela via do consumo (Lopes, 2000). Compreende-se, assim, o interesse da sociedade de novo na redução do tempo de trabalho. Deste modo, a sociedade industrial foi uma sociedade fundada no valor do trabalho e promotora do consumo e do lazer. A organização do trabalho, assente num modelo fordista-keynesiano, incrementa substancialmente a produção e diversifica o consumo, resultando numa sociedade e numa cultura do *bem-estar* (Lozano & Maurel, 2000; Ballesteros, 2000). Os aumentos de produtividade traduziram-se em melhores salários e num aumento do poder de compra, que foi extensivo a todos os estratos sociais. Ainda que, como sustenta Fonseca (1996), os aumentos de produtividade não encontrem tradução na diminuição do tempo consagrado ao trabalho, pois para fazer face ao consumo cada vez se trabalha mais, fazem-se horas extraordinárias, concilia-se mais do que uma actividade profissional, investe-se no auto-provisionamento. A dualidade e a ambiguidade são os jargões desta sociedade da pós-modernidade.

Perante isto, a intensificação dos processos produtivos levou à necessidade de se criar um tempo de decompressão, de libertação, de distração, de satisfação, de lazer e de consumo, um tempo essencial para uma vida com qualidade. É uma outra dimensão da vida individual, marcada pelo domínio do contingente, do imprevisível, que contrasta com a necessidade e a obrigatoriedade do trabalho (Nielsen, 2001). Acontece que a diminuição do tempo consagrado ao trabalho foi acompanhada pelo desempenho de trabalhos intelectualmente cada vez mais exigentes (ou pelo afastamento de trabalhos menos exigentes fisicamente), e pela omnicomunicabilidade, com as pessoas sempre contactáveis e rapidamente presentes graças à facilidade de telecomunicação e de deslocação. As mudanças no mundo do trabalho levaram a um menor uso do corpo, pelo que hoje há a necessidade de usar mais o corpo nos lazeres (Nielsen, 2001). Melhorar as condições de vida e beneficiar de uma vida com qualidade tornou-se central nos projectos de vida individuais e familiares.

Há claros indícios da perda de importância relativa do trabalho: pela redução do tempo de trabalho – que, como sublinha Merlin (1994), foi em primeiro lugar reivindicada para as mulheres e para as crianças –; pela parcialidade e flexibilização crescente deste, em parte explicada pela entrada da mulher nos sistemas de emprego; pelo surgimento de “novos tempos sociais” (Santos & Gama, 1999: 129); pelo aumento da esperança média de vida à nascença; pela diminuição da dimensão temporal do trabalho no ciclo de vida individual, constituindo-se os idosos, particularmente as mulheres, como fundamentais para o mercado dos tempos livres.

Perante este cenário social e económico, a produção capitalista instrumentaliza o consumo, colocando-o ao serviço da produção (Pahl, 1992; Santos, 2001; Kneale; Dwyer, 2004). Bowlby (2003) sustenta, por exemplo, que a produção de bens de luxo é uma forma do homem (produtor) apelar e seduzir a mulher (consumidora). Esta posição é questionável pois também as mulheres produzem bens de luxo para os homens consumidores. A instrumentalização do consumo por parte do capitalismo é extensível ao lazer (Wearing, 1998), pois a empresa capitalista fomenta, em quantidade e diversidade, os consumos a ele associados.

O capitalismo criou assim, com êxito, um mundo irreal (Herpin, 1997), alicerçado no simbolismo, no hedonismo, em todo um conjunto de imaterialidades que surgem consubstanciadas na materialidade dos bens e dos lugares de consumo.

O consumo tem suscitado um interesse multidisciplinar crescente, ainda que a sua teorização não seja suficiente (Kneale & Dwyer, 2004). Em geografia humana, um conhecimento mais consistente neste domínio decorre da ‘mudança cultural’. Os geógrafos centraram durante muito tempo os seus interesses nos processos económicos e na produção, tendo estado a componente cultural e social subvalorizada nas análises geográficas (Ballesteros, 2000).

O consumo é importante pois permite estabelecer relações com os outros ajudando a criar identidades sociais (Kneale & Dwyer, 2004). Neste sentido, o ‘consumo conspícuo’ (Veblen, 1965; Santos, 2001; Clarke *et al.*, 2003; Gomes, 2004), permite uma valorização de estatuto, afirmação e pertença sociais, numa sociedade crescentemente marcada pelo anonimato. O consumo material e simbólico de bens como roupas, perfumes, música, é importante para definir a pessoa intrinsecamente e perante a sociedade (O’Shaughnessy, 1989, Clarke *et al.*, 2003; Kneale & Dwyer, 2004). O que é de facto relevante não é apenas o que cada pessoa consome mas sim os seus consumos em relação aos outros que o rodeiam (Gomes, 2004), marcando esta relação, claramente, a sociedade contemporânea. É que, “através dos espaços que se utilizam e dos bens que se compram podem-se transmitir estatutos sociais” (Santos, 2001: 215) e, neste sentido, o consumo liga-se às categorias sociais e à construção de uma identidade pessoal que se procura afirmar na identidade colectiva (Jenkins, 1996; Clarke *et al.*, 2003). O poder económico e o capital cultural estabelecem alianças na procura de um outro poder: o simbólico (Bourdieu, 1989), sendo o capital cultural importante para aceder ao significado dos bens e dos lugares consumidos, lugares onde se consomem signos culturais e lugares que são, eles mesmos, signos importantes para as imagens das cidades (Lopes, 2000; Ballesteros, 2000). O capital cultural, com tradução primeira nas habilitações literárias, é extremamente importante para estruturar os sentimentos de pertença classista, como mostra Santos (2001), e para definir a mobilidade e os estatutos sociais (Fonseca, 1990).

Ter o que os outros têm foi, durante muito tempo, um factor de integração social (O’Shaughnessy, 1989), que a produção em massa fordista possibilitou e promoveu. Hoje, a mudança do quadro de valores e de representações veio alterar a materialidade do ter, uma vez que a pertença social surge cada vez mais pela aquisição de produtos que os outros não têm: produtos de luxo, modelos exclusivos, produzidos em séries limitadas, onde o natural, o manual e o tradicional são cada vez mais simbolicamente valorizados. Segundo Rochefort (1999; 2000), produz-se uma segmentação cada vez maior do mercado, usando a palavra de ordem nos Estados Unidos *one to one*, para

designar a individualização absoluta. É que, efectivamente, “o consumidor deixou de ser elemento anónimo de uma massa em que todos consumiam os mesmos produtos” (Salgueiro, 1999: 25). Ainda assim, Zukin (2003) sublinha que a standardização e a produção em massa não foram negligenciadas, dando como exemplo as linhas de produção da *fast food*.

Consumir, para além da faceta económica preponderante, central na perspectiva da oferta, tornou-se um acto multifacetado pelas componentes social, lúdica e cultural, de que se reveste para a procura. As lutas centradas no trabalho, na produção, no sexo feminino, descentraram-se. Os cenários são outros e os actores ‘batem-se’ pelo consumo, pelos estilos de vida, por formas de integração classista simbólica. Como refere Bourdieu o “espaço social e as diferenças que nele se desenham ‘espontaneamente’ tendem a funcionar simbolicamente como *espaços dos estilos de vida*” (1989: 144). Salgueiro (1999), quando configura a cidade pós-moderna, refere-se, em termos socioculturais, como sendo um espaço em que os consumos simbólicos adquirem uma importância crescente.

Esta importância do simbólico no consumo é sublinhada por Nava (1992) e por Lozano & Maurel (2000). O consumo não reflecte apenas a produção e está para além de uma simples actividade económica: é que a identidade, a imagem, os sonhos, o conforto, a ele associados adquirem sentidos culturais não negligenciáveis (Nava, 1992). Para além disto, a criação de *fetiches*, que significa atribuir qualidades humanas a objectos (por exemplo sensualidade), é amplamente construída através do *design*, do *marketing* e da publicidade (Kneale & Dwyer, 2004). Daí que o *marketing* procure vender uma imagem, associada ao produto ou no próprio produto (Bowlby, 2003). A publicidade, por sua vez, para além de promover o valor de uso do objecto, apresenta também o seu significado social (Ballesteros, 2000).

Para Zukin (2003) os homens e as mulheres combinam marcas de género, de etnicidade, de categorias sociais e de estilos culturais quando expressam as suas identidades sociais, sendo que é a partir da cidade que se criam e difundem estas marcas, sociais e culturais, concebidas por cidadãos com estilos de vida urbanos condicionadores dos consumos (Lozano & Maurel, 2000; Zukin, 2003). Mitchell (2000) posiciona os geógrafos neste universo híbrido e carregado de signos e de símbolos, considerando que para estes nos artefactos materiais pode ser lido o conteúdo simbólico. Quando se envolvem os géneros na análise da utilização do tempo livre, do consumo e do lazer, várias considerações devem ser feitas. O facto de a mulher participar agora em maior número no mercado de emprego, permite um aumento dos rendimentos familiares e, conseqüentemente, variar mais significativamente o lazer (Patmore, 1983), bem como aceder a bens e a serviços ‘discricionários’ (Dubois, 1999), visível por exemplo na escolha dos destinos de férias que espacialmente se diversificam. Para além disto, têm desempenhos profissionais cada vez mais enquadrados em categorias sociais mais elevadas e melhor remuneradas. Com maiores níveis de instrução valorizam mais a informação e fazem consumos de bens e de serviços, de espaços mais orientados em função de concepções de bem-estar e de qualidade de vida. Por outro lado, os ‘novos modelos femininos’ (Fournier, 1998) apontam claramente para que as mulheres sejam cidadãs, mulheres activas, mães, esposas e decidam os seus lazeres aumentando-os e diversificando-os, também nos tempos que lhes destinam e nos espaços que elegem.

É em função do investimento que os géneros fazem no trabalho formal que definem os outros tempos e os outros espaços, ocupados e percorridos fora do tempo de emprego, no tempo livre. As mulheres que integram categorias socioprofissionais mais elevadas, com carreiras profissionais mais exigentes em termos de investimento pessoal, apresentam, tendencialmente, uma maior diversidade da espaço-temporalidade do lazer.

O tempo livre não deve ser entendido unicamente como o tempo que resta fora do trabalho formal, mas também fora do trabalho informal. Ao considerar-se apenas o primeiro, estava a ignorar-se um tempo livre do emprego mas preenchido por trabalho. Este ganha significado particular para as mulheres, a quem ainda estão, em grande parte, cometidas a reprodução social, as tarefas domésticas, o cuidar dos filhos e, que segundo Perista (2002), levam a uma compressão ou superação do tempo de lazer feminino. No tempo feminino, que está para além do trabalho formal, têm lugar actividades de lazer e trabalhos domésticos, sendo as fronteiras, entre ambos, pouco nítidas (André & Henriques, 1995). O inquérito próprio² revelou que um número significativo de mulheres indica a concretização de actividades domésticas como um dos *hobbies* que tem lugar dentro do espaço privado. Contudo, é preciso não esquecer que, no que diz respeito ao trabalho doméstico, o padrão mudou significativamente, como refere Patmore (1983), especialmente em termos de composição da família e da aquisição de bens duráveis.

Em termos de lazer é preciso ter em conta a estrutura da família, principalmente a sua composição. Famílias com filhos pequenos, geralmente com idade inferior a 15 anos, de classe média, média-alta, ajustam a recreação aos interesses dos mais jovens: visitas a parques infantis, a parques aquáticos, aos jardins zoológicos, à Eurodisney, à Disneyworld. A par disto, o aumento dos isolados (por casamento tardio, por divórcio, por viuvez) produz efeitos em termos de lazer, a liberdade decorrente da diminuição das responsabilidades familiares, leva, de acordo com Patmore (1983), a um padrão de lazers mais variado e complexo.

Os espaços de recreação são importantes, os géneros precisam de espaços para “exprimirem e desenvolverem a sexualidade” no sentido da sua mudança ou reprodução (Mitchell, 2000: 223). Segundo Patmore (1983), as alterações que têm tido lugar em termos de recreação³, fazem-se em dois sentidos opostos. O aumento da mobilidade proporcionou uma distensão das oportunidades de recreação fora de casa mas, a par disto, as actividades de recreação centradas em casa ganharam importância. Reconhece igualmente haver um peso relativo diferente de ambos os espaços de recreação ao

² O inquérito designado como *inquérito ao uso e percepção do tempo e do espaço no quotidiano da população em geral e das mulheres em particular*, foi realizado sob a forma de questionário, tendo sido lançado no centro urbano de Coimbra, nas freguesias da Sé Nova e de Santo António dos Olivais, na margem direita do Rio Mondego, e na freguesia de Santa Clara na margem esquerda, entre os dias 25 de Junho e 2 de Julho de 2004. O seu objectivo era conhecer como é que os géneros organizam os seus quotidianos num espaço urbano de média dimensão. No dimensionar do universo amostral houve a preocupação de sobrerrepresentar as mulheres. Foram realizados 172 inquéritos, sendo que a amostra por via directa e indirecta envolveu 161 mulheres e 127 homens o que perfaz um total de 288 pessoas.

³ Patmore (1983) distingue lazer (*leisure*) de recreação (*recreation*), considerando que o lazer se refere ao tempo, particularmente ao tempo de não trabalho, enquanto a recreação diz respeito às actividades que têm lugar no tempo de lazer.

longo do ciclo de vida individual e familiar, o casamento e a família vinculam mais espacialmente os lazeres à residência, considerando que isto é mais frequente para as mulheres. Nota igualmente que no final do ciclo de vida, com o declínio da mobilidade, da saúde e dos recursos financeiros, o lazer tende também a estar mais centrado em casa.

Entre as formas de lazer, as mulheres referem que um dos modos de ocupar o tempo livre que preferem é viajar (Perista, 2002). As mulheres valorizam a evasão proporcionada, nomeadamente, pelas viagens, por se tratarem de actividades fora do espaço privado. Por outro lado, vão ao encontro de uma das condutas dos consumidores na actualidade, o desejo de mudança e de procura da novidade (Lozano & Maurel, 2000). As viagens acontecem geralmente nas férias, sendo as escalas geográficas envolvidas e os destinos cada vez mais diversos.

Factores como a idade, a conjugalidade, a categoria socioprofissional, introduzem algumas diferenciações neste domínio. A análise desta última variável explicativa (Figs. 1a e 1b) leva a concluir que as mulheres que integram as mais elevadas categorias socioprofissionais são as que diversificam mais os seus destinos de férias no estrangeiro⁴: as funcionárias públicas, as técnicas e funcionárias intermédias e superiores, as professoras e quadros, as directoras, as administradoras, as empresárias e as profissionais liberais. E se entre as mulheres, as que integram os primeiros agrupamentos de categorias, evidenciam uma acentuada procura por Espanha e pelos países da Europa, a procura do longínquo, do exótico, aumenta entre as profissionais liberais ao escolherem como destinos de férias a República Dominicana, o México, as Seychelles, a Tunísia e o Brasil. Destaque-se igualmente o facto de uma diversificação acentuada de destinos à escala nacional estar presente entre as mulheres da classe baixa, média-baixa e média, empregada no comércio e nos serviços, tradução clara da alteração dos estilos de vida e do consumo de espaço entre os estratos menos solventes. É preciso não esquecer que algumas destas mulheres casam com homens de categorias sociais mais elevadas, havendo uma exogamia socioprofissional. Note-se, contudo, que é entre as mulheres que se incluem nestas categorias socioprofissionais que a procura de praias do centro litoral, próximas da área de residência, é mais acentuada, daí que também a Figueira da Foz adquira expressividade como destino de férias destas mulheres. Ainda assim, a Figueira da Foz continua a ser o espaço de eleição para as funcionárias e técnicas intermédias e superiores, bem como para as que são quadros, directoras, administradoras, empresárias e profissionais liberais⁵. O Algarve, por seu turno, assume-se como referência importante nos destinos de férias de grande parte das categorias socioprofissionais, sendo a procura do sol e da praia preponderante entre as residentes no centro urbano de Coimbra.

Entre as formas de lazer, o turismo ganha cada vez maior importância. A existência de férias remuneradas possibilita a muitos agregados familiares escolher destinos cada vez

⁴ Note-se que atendendo a que o padrão amostral é significativamente composto por mulheres casadas ou em união de facto, estas férias encontram no agregado familiar, e não no indivíduo, “a unidade ‘natural’ de compra e de consumo” (Dubois, 1999: 118).

⁵ A Figueira da Foz continua a manter a atractividade e o prestígio que sempre teve junto da ‘burguesia’ coimbrã, que possui ali, frequentemente, uma segunda residência.

mais longínquos e exóticos. Por outro lado, os lugares são promovidos como produtos para serem consumidos através de estratégias de *marketing* (Aitchison, 2001).

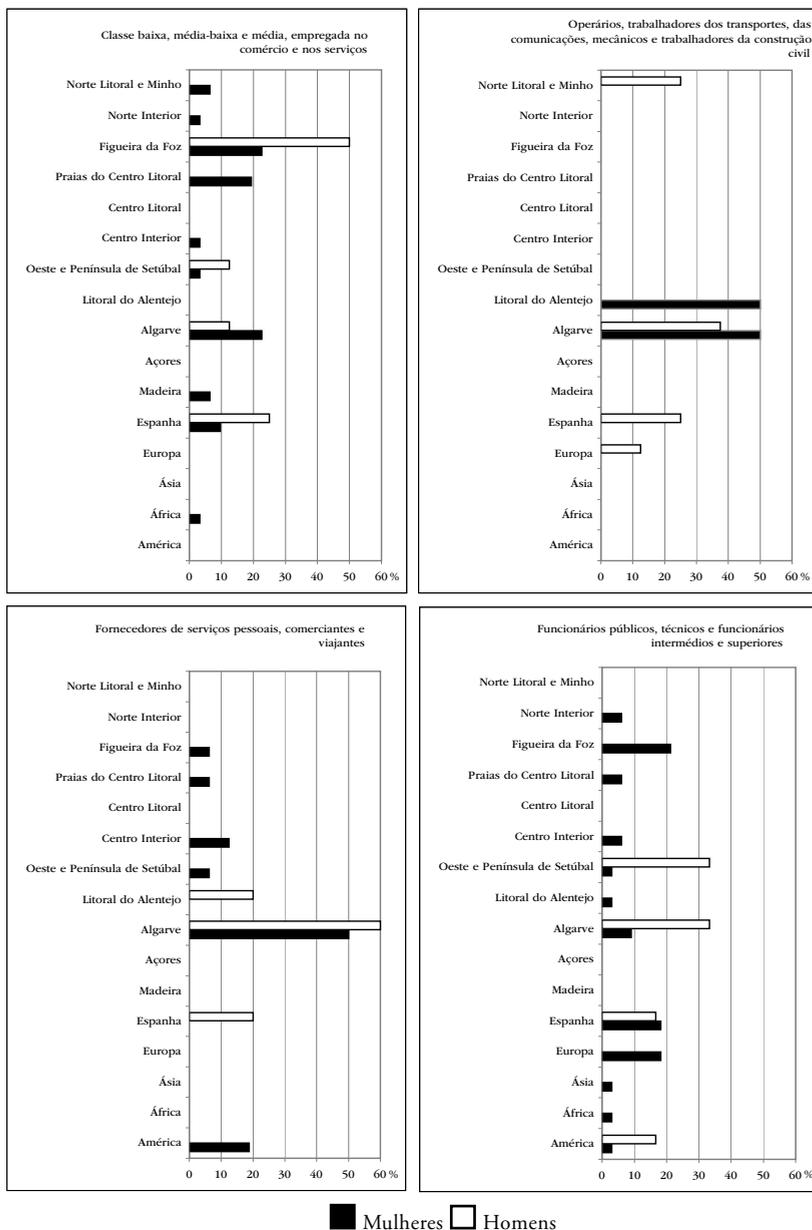


Fig. 1a – Destinos de férias das mulheres e dos homens inquiridos, segundo a categoria socioprofissional.
 Fonte: Inquérito ao uso e percepção do tempo e do espaço no quotidiano da população em geral e das mulheres em particular, 2004.

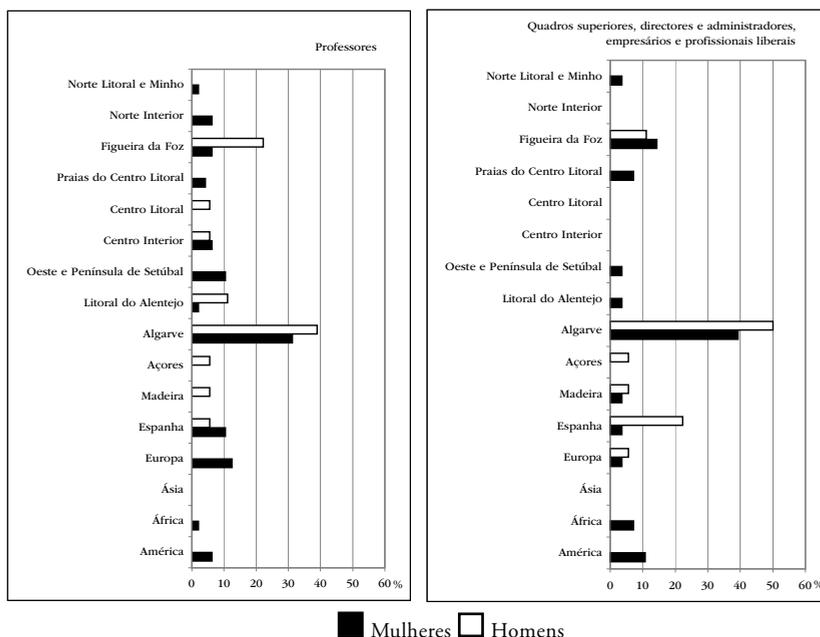


Fig. 1b – Destinos de férias das mulheres e dos homens inquiridos, segundo a categoria socioprofissional.

Fonte: Inquérito ao uso e percepção do tempo e do espaço no quotidiano da população em geral e das mulheres em particular, 2004.

O emprego feminino ampliou, de modo muito significativo, as possibilidades de viajar, a frequência e os destinos. Numa tentativa de descortinar variações intra-género feminino, cartografaram-se os lugares de férias das mulheres casadas ou em união de facto e das isoladas (Figs. 2 e 3). Apesar das diferenças não serem significativas, conclui-se que o casamento amplia as possibilidades e as espacialidades das férias das mulheres, a todas as escalas: à escala de Portugal Continental distendem as suas férias por todo o litoral, à escala europeia escolhem os destinos tradicionais (a Espanha, as Ilhas Baleares, a Holanda e a França), enquanto as isoladas procuram novos destinos como os países da Europa de Leste (a República Checa e a Hungria), escolhendo a nível mundial o Brasil, a Tunísia e Cuba, destinos turísticos exóticos.

Mas a posição da mulher na actividade turística ganha relevo não só como consumidora mas também como prestadora de serviços (Sinclair, 1997). Aitchison *et al.* (2000) fazem referência ao facto da actividade turística ser frequentemente mencionada como a maior e a que mais cresce no mundo, sendo negligenciado o facto de ser também aquela que é mais segregante em termos sexuais. A posição fundamenta-se na importância que as mulheres têm na viabilização desta actividade, pelos desempenhos profissionais que exercem, e pelo modo como são usadas nos cartazes publicitários para vender destinos turísticos, numa associação do erótico com o exótico. Nas paisagens mais históricas, por seu turno, onde o turismo se volta para o património, a mulher

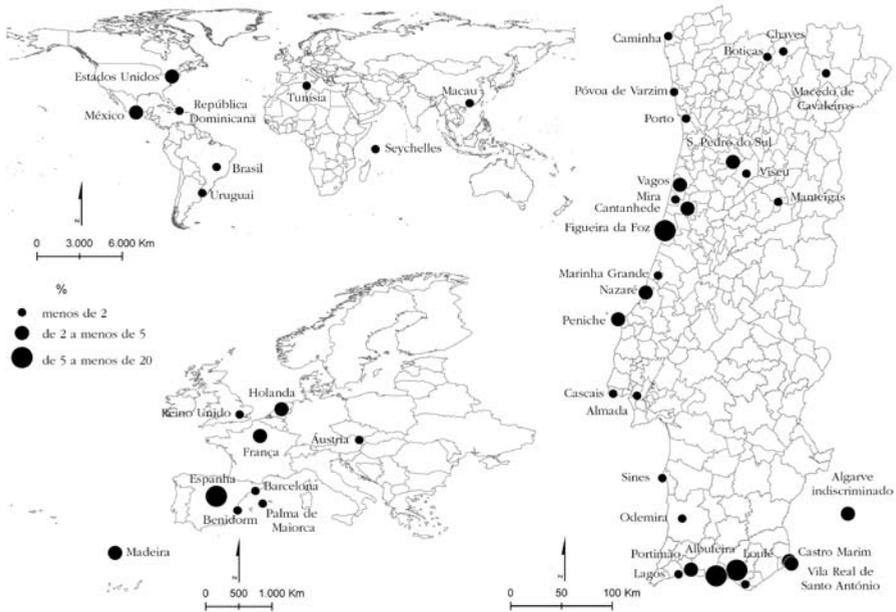


Fig. 2 – Lugares de férias das mulheres casadas ou em união de facto, inquiridas no centro urbano de Coimbra.

Fonte: Inquérito ao uso e percepção do tempo e do espaço no quotidiano da população em geral e das mulheres em particular, 2004.

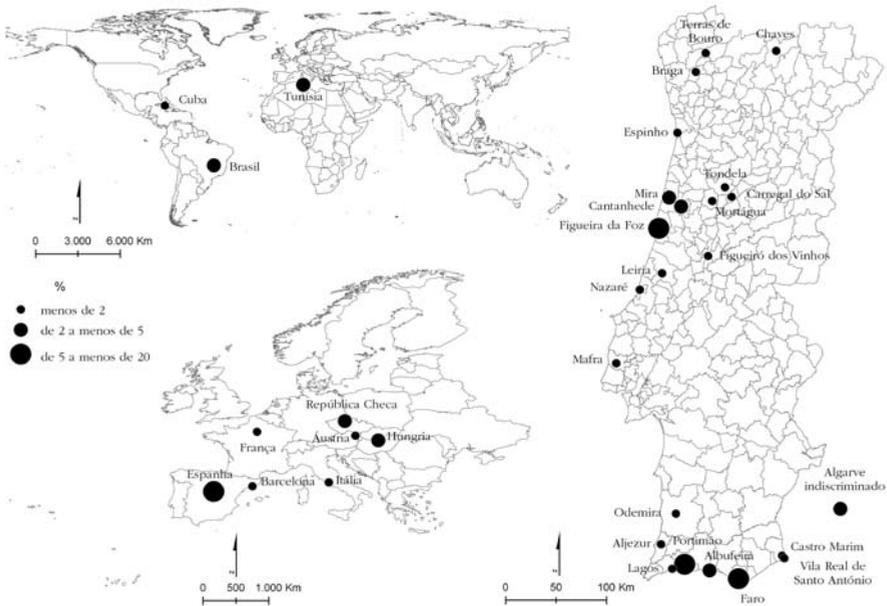


Fig. 3 – Lugares de férias das mulheres isoladas, inquiridas no centro urbano de Coimbra.

Fonte: Inquérito ao uso e percepção do tempo e do espaço no quotidiano da população em geral e das mulheres em particular, 2004.

está ausente, porque a sua acção na construção destes espaços foi propositadamente tornada invisível (Aitchison, 2001). A importância que a mulher tem na venda de lugares turísticos é destacada por Marshment (1997) ao analisar em panfletos britânicos a relação entre a construção das férias e as construções do género, considerando que o corpo da mulher foi usado para vender os destinos turísticos reproduzindo a ideologia das relações dominantes: as patriarcais. Os aspectos que observou para a realidade estudada considera serem muito idênticos aos países da Europa Ocidental.

Diferenciação de práticas em função dos géneros, representações e espacializações

O modo como os géneros usam a cidade é diferenciado também no uso dos espaços de lazer e de recreação, tendendo a sociabilidade feminina a ser mais restrita do que a masculina e a persistirem equipamentos de lazer mais reservados aos homens (Pacione, 2002)⁶. O modo como o tempo livre é usado pelos géneros é, também ele, diferente, mas cada vez mais convergente (Gershuny, 2003). Para as mulheres, as fronteiras económicas, particularmente limitadas durante várias décadas, foram condicionantes da sua integração social, nomeadamente nos espaços de lazer. Todavia, exercícios profissionais crescentes e melhor remunerados, a par das tecnologias domésticas e da expansão e conseqüente externalização dos serviços domésticos, possibilitaram ganhos de tempo livre significativos. Acontece que, mesmo assim, para os homens os tempos livres são temporalmente mais latos porque não têm a seu cargo o desempenho de actividades domésticas e exteriorizam, mais do que as mulheres, as suas práticas (Lopes, 2000).

Mas as diferenças não são só entre os géneros. Há elementos de diferenciação intra-género das práticas de ocupação do tempo livre, das práticas de lazer e de consumo que importa salientar, e que variam em função da estrutura etária, do nível de instrução, da ocupação socioprofissional, do estado civil, do ter ou não ter filhos, do número e idade dos filhos, da fase do ciclo de vida familiar, das habilitações literárias. Factores que, combinados ou isolados, determinam especificidade nos tempos, nas práticas e no uso do espaço. Razões de natureza subjectiva, mas também as possibilidades objectivas, levam a diferenciações significativas de género nos lazeres, estando as mulheres mais dependentes dos meios radiofónicos e televisivos (Silva *et al.*, 2002).

Entre os lazeres que ocorrem em casa o televisual é dos mais frequentes. Em termos de número de horas de visualização de televisão por dia, as mulheres vêem menos do que os homens. O inquérito próprio revelou que, em média, as mulheres vêem 1:46 horas, enquanto os homens somam a este tempo mais 10 minutos diariamente (1:56 horas). As desigualdades tornam-se mais evidentes quando se constata que as mulheres estão bastante representadas nos tempos inferiores a uma hora, sendo que os homens têm maior representatividade do que as mulheres nos tempos entre duas e três horas e superior a três horas (Fig. 4). Segundo Lopes (2000), são os homens quem maior uso faz do *zapping*.

Quando são tidos em linha de conta alguns factores de diferenciação, neste caso intra-género feminino, na definição de uma forma de ocupar o tempo livre em casa,

⁶ Para André & Henriques (1995) a Geografia do lazer não tem integrado a problemática do género.

que é a visualização de televisão, toma-se consciência da dimensão de cada um (Figs. 5 A, B, C e D). A um aumento dos tempos de visualização de televisão correspondem aumentos de representatividade das mulheres isoladas, contudo, em tempos superiores a três horas a representatividade decai significativamente. Importa referir que na composição destas isoladas, cerca de 66,7% são solteiras, pelo que é natural que diversifiquem mais, espacial e temporalmente, os seus lazeres, não os circunscrevendo tanto ao espaço doméstico, nem a tempos muito alargados com uma única actividade. Em termos de tempo médio, as isoladas vêem ligeiramente menos televisão diariamente do que as mulheres casadas ou em união de facto, 1:42 e 1:44 horas respectivamente, sendo a diferença muito pouco expressiva.

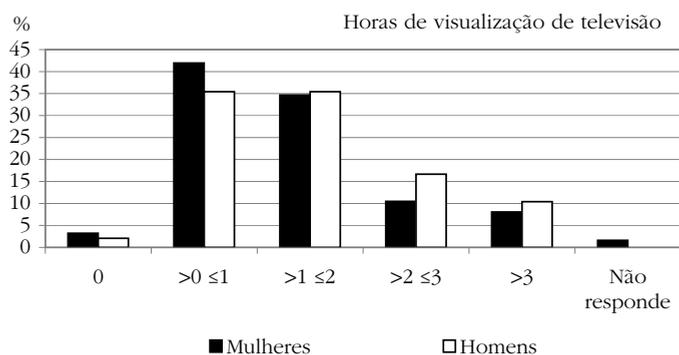
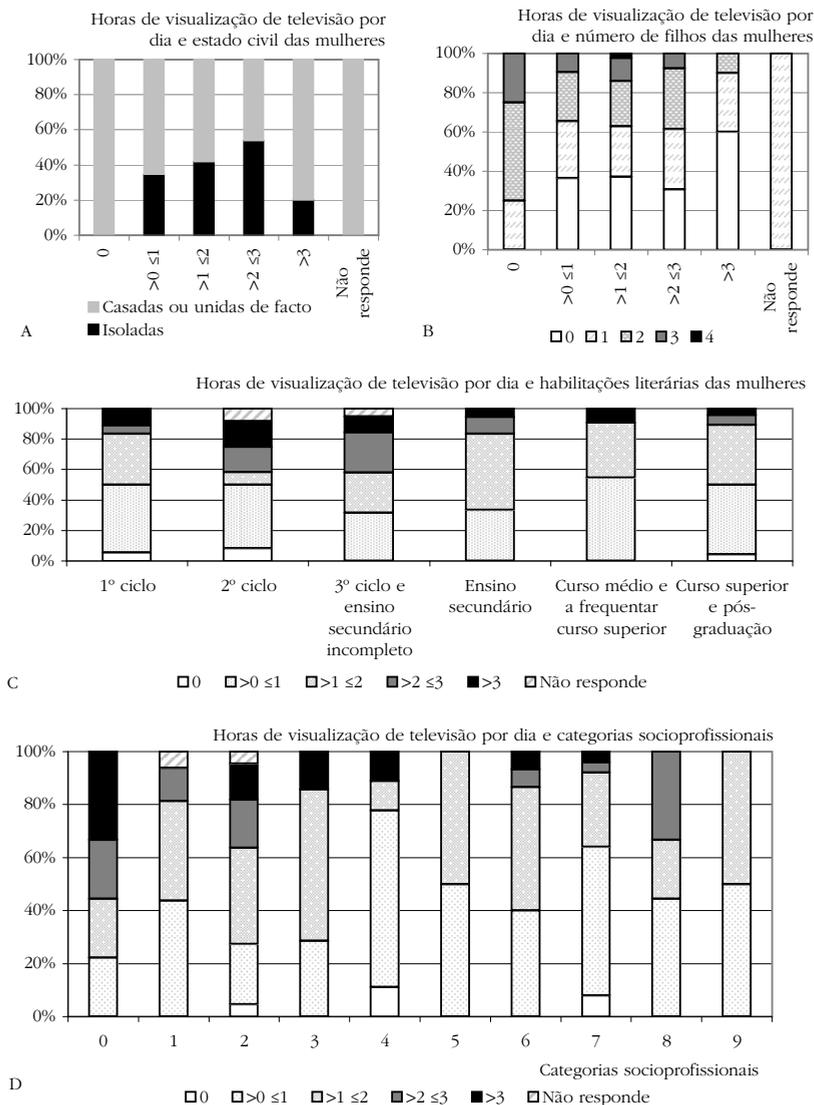


Fig. 4 – Representatividade dos gêneros inquiridos, nos diferentes tempos de visualização de televisão.

Fonte: Inquérito ao uso e percepção do tempo e do espaço no quotidiano da população em geral e das mulheres em particular, 2004.

Os filhos condicionam grandemente esta forma de passar o tempo livre. Os cuidados pessoais, a alimentação e outros quesitos de reprodução social, levam a que as mulheres com filhos, nomeadamente com dois filhos, estejam largamente representadas no grupo de inquiridas que refere não dedicar nenhum tempo a ver televisão. Ainda assim, entre estas mulheres, o tempo médio diário que dedicam a esta forma de ocupar o tempo livre é de 1:31 horas. As mulheres que não têm filhos estão mais representadas nos tempos de visualização de televisão superiores a três horas, e vêem em média diariamente cerca de 1:56 horas de televisão. Mas aqui, mais relevante do que ter ou não filhos, são as idades dos filhos. Uma análise casuística possibilita constar que as mulheres com filhos mais pequenos, com pelo menos um filho até aos 6 anos de idade, vêem 1:47 horas, em média, de televisão diária; e que as mulheres com filhos em idade escolar, com pelo menos um filho entre os 6 e os 15 anos de idade, vêem 1:20 horas. A menor idade dos filhos explica, possivelmente, a maior permanência em casa e um condicionamento dos lazeres, tendencialmente mais passivos, o que é traduzível em maiores tempos de visualização de televisão.

A esta forma de lazer dedicam mais tempo as mulheres com níveis de instrução mais baixos, com o segundo e terceiro ciclo de ensino básico (Fig. 5 C), ainda que a difusão deste meio de comunicação social, a posse por parte de muitas famílias de mais



Legenda das categorias socioprofissionais: 0 – Domésticas e outras; 1 – Classe baixa/média-baixa empregada no comércio e nos serviços; 2 – Classe média empregada no comércio e nos serviços, operárias, trabalhadoras dos transportes e das comunicações, mecânicas e trabalhadoras da construção civil; 3 – Fornecedoras de serviços pessoais; 4 – Comerciantes e viajantes; 5 – Funcionárias públicas, técnicas e funcionárias intermédias; 6 – Técnicas e funcionárias superiores; 7 – Professoras; 8 – Quadros superiores, directoras, administradoras e empresárias; 9 – Profissionais liberais.

Fig. 5 – Número de horas de visualização de televisão por dia para o sexo feminino de acordo com: a conjugalidade (A), o número de filhos (B), as habilitações literárias (C) e a categoria socioprofissional (D).

Fonte: Inquérito ao uso e percepção do tempo e do espaço no quotidiano da população em geral e das mulheres em particular, 2004.

do que um aparelho televisivo, a variedade de programação, o aumento do número de canais, e a criação de canais temáticos proporcionada pelos operadores por cabo, levam a que exista, por parte dos consumidores, um amplo espectro de opções e que se individualizem, de modo crescente, nos agregados familiares os tempos e os espaços de visualização e a opção por uma programação cada vez mais privada. A par da individualização destaca-se o carácter interactivo (Lopes, 2000). Em termos de categorias socioprofissionais (Fig. 5 D), verifica-se que são as inquiridas inseridas na categoria 0 (categoria que é mais de três quartos, 77,8%, composta por domésticas), as que mais tempo, em média, dedicam diariamente a ver televisão, cerca de 3:13 horas. Efectivamente, como nota Lopes (2000), as camadas populares centram no televisionamento as suas actividades culturais. Os menores tempos de visualização adquirem maior importância com o aumento das categorias socioprofissionais, servindo de exemplo as profissionais liberais que em média vêem 1:24 horas de televisão por dia.

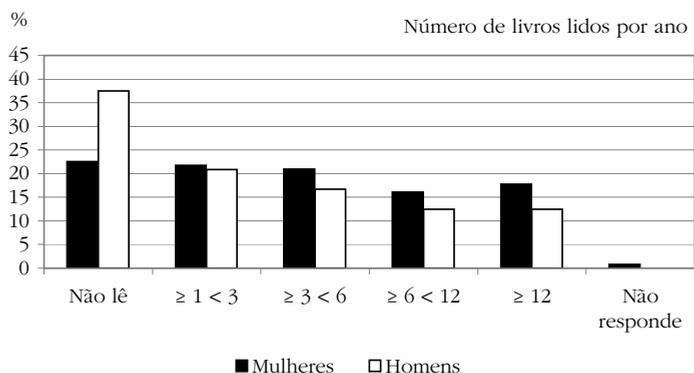


Fig. 6 – Número de livros lidos por ano, pela população inquirida, segundo o sexo.

Fonte: Inquérito ao uso e percepção do tempo e do espaço no quotidiano da população em geral e das mulheres em particular, 2004.

Uma outra forma de ocupar o tempo livre é ler. Também neste domínio há diferenças significativas inter-géneros e intra-género. Na leitura importará de seguida fazer duas valorizações: a leitura de livros por ano e a leitura de publicações periódicas. No que à leitura de livros diz respeito os géneros apresentam dissemelhanças assinaláveis. Em média as mulheres lêem 7,0 livros por ano, ficando-se os homens pelos 4,1 livros. Na leitura, os géneros têm, segundo Lopes (2000), preferências distintas: as mulheres procuram livros de romances, sentimentais, de culinária e os homens os policiais, os científicos, os político-filosóficos, os pornográficos e os eróticos. Ainda assim, sublinhe-se que os interesses das mulheres não são assim tão convergentes e aquelas leituras interessam cada vez menos a um número cada vez maior de mulheres que procuram outras leituras, nomeadamente as científicas. Entre os homens, destacam-se os que não lêem nenhum livro durante o ano (37,5%) (Fig. 6), sendo, comparativamente, em muito maior número do que as mulheres (22,6%). A explicação poderá residir nos elevados níveis de instrução femininos, e no facto da leitura de um livro ser uma forma ubíqua de ocupar o tempo livre. Apesar de

ter lugar preferencialmente no espaço privado, não se vincula a este espaço, sendo por vezes um lazer que se concilia com a fruição dos espaços. Para além disto, a leitura proporciona a transposição para cenários romancescos, mas também sociais, culturais, económicos diferentes dos que servem de contexto, traduzindo uma procura de evasão que é mais nítida por parte do género feminino.

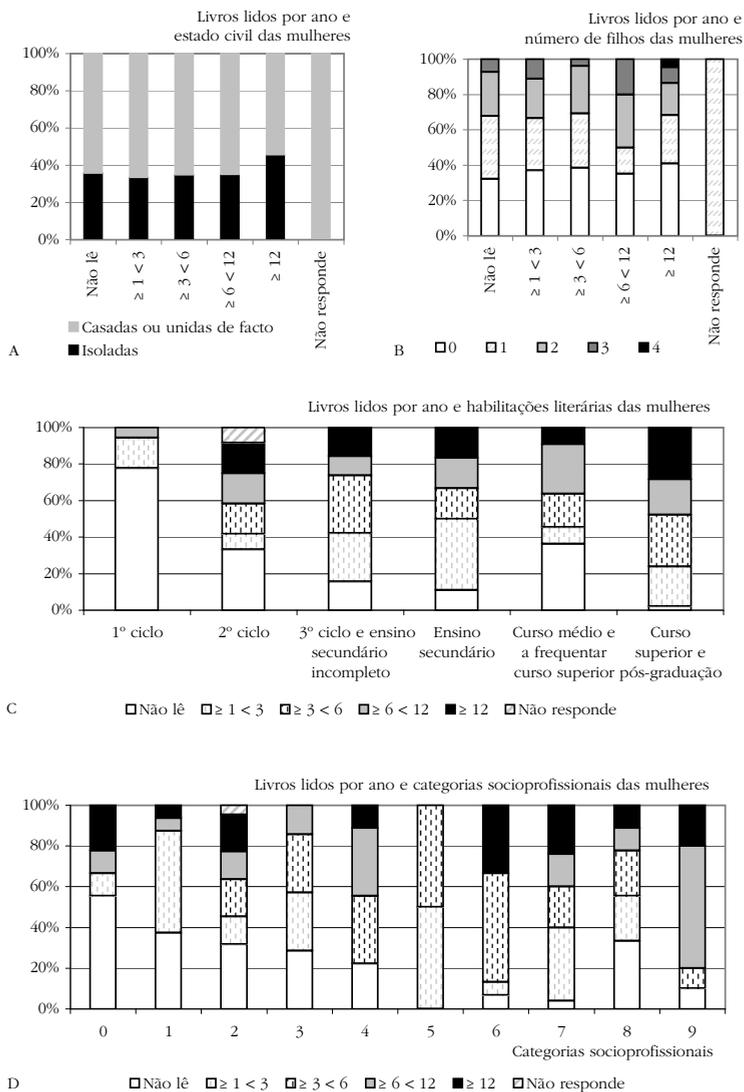
Analisados alguns factores que podem eventualmente introduzir variações na leitura de livros, no decorrer de um ano, por parte das mulheres, constata-se que a conjugalidade (Fig. 7 A) não interfere grandemente na leitura anual. Contudo, descortina-se uma ligeira tendência para as isoladas aumentarem a sua representatividade entre as que lêem mais do que doze livros por ano. Não será pois de estranhar que, em termos médios, as casadas ou em união de facto leiam 6,2 livros por ano e as isoladas 8,5 livros por ano, em média. Já Dubois (1999), não fazendo distinções de géneros, afirma que os isolados têm um rácio de leitura de livros três vezes superior aos casados. Relativamente ao número de filhos (Fig. 7 B), a ausência destes possibilita aumentar o número de livros lidos por ano. Ainda assim, este não se mostra um factor grandemente condicionante da leitura feminina, atendendo a que um aumento do número de filhos não encontra correspondência na redução do número de livros lidos por ano.

Já no que às habilitações literárias diz respeito, estas são, como seria de esperar, responsáveis por variações nesta forma de lazer entre as mulheres (Fig. 7 C). É entre as mulheres que possuem apenas o primeiro ciclo do ensino básico que ganha maior representatividade a falta de hábitos de leitura. O maior número de livros lidos por ano adquire maior expressividade entre as mulheres que possuem um curso superior, estando muitas delas ligadas ao ensino. Entre as mulheres que possuem um curso médio, quase sempre voltadas para desempenhos mais técnicos e prosaicos, decresce a importância da leitura.

A categorização profissional (Fig. 7 D) não segmenta de forma clarividente o acesso a esta forma de lazer por parte das mulheres. Mais do que pelo número de livros lidos, as diferenciações evidenciam-se certamente nas opções e nos conteúdos da leitura. Ainda assim, a ausência de hábitos de leitura é mais expressiva entre as mulheres que integram as mais baixas categorias socioprofissionais: categoria 0 composta fundamentalmente por mulheres domésticas (todas as inquiridas que integram este grupo lêem em termos médios 5,9 livros por ano), e a classe baixa e média-baixa empregada no comércio e nos serviços (1). As professoras e profissionais liberais lêem em média, por ano, 7,0 e 8,3 livros, respectivamente.

O facto de as mulheres declararem a leitura como um dos *hobbies* preferidos encontra correspondência no maior número de livros lidos por ano e também nas publicações periódicas, diárias e semanais. Neste domínio há representações e consumos distintos pelos géneros. Tendencialmente, associam-se as publicações de âmbito desportivo, de pesca, de caça, como publicações masculinas e as revistas de bordados, de televisão, de actualidade social, de entretenimento, ao universo feminino (Santos, 2001; Silva *et al.*, 2002), interesses vinculados aos espaços e às actividades dos géneros.

Se, como afirma (Santos, 2001), a imprensa cujo conteúdo é informação geral não serve para diferenciar nem para definir as especificidades de leitura entre os sexos, valorizando mulheres e homens a informação constante da imprensa escrita, jornais nacionais diários e revistas de informação em geral (Fig. 8), ainda assim, há especificidades que importa realçar, nomeadamente, a das escalas informacionais mais relevantes para os géneros.



Legenda das categorias socioprofissionais: 0 – Domésticas e outras; 1 – Classe baixa/média-baixa empregada no comércio e nos serviços; 2 – Classe média empregada no comércio e nos serviços, operárias, trabalhadoras dos transportes e das comunicações, mecânicas e trabalhadoras da construção civil; 3 – Fornecedoras de serviços pessoais; 4 – Comerciantes e viajantes; 5 – Funcionárias públicas, técnicas e funcionárias intermédias; 6 – Técnicas e funcionárias superiores; 7 – Professoras; 8 – Quadros superiores, directoras, administradoras e empresárias; 9 – Profissionais liberais.

Fig. 7 – Número de livros lidos por ano, pela população inquirida do sexo feminino, de acordo com: a conjugalidade (A), o número de filhos (B), as habilitações literárias (C) e a categoria socioprofissional (D).

Fonte: Inquérito ao uso e percepção do tempo e do espaço no quotidiano da população em geral e das mulheres em particular, 2004.

Na leitura da imprensa, como no quotidiano, a mulher valoriza mais a proximidade, as escalas locais, sendo ela quem mais procura jornais como o Diário de Coimbra ou o Diário As Beiras. Interessante é constatar que esta imprensa é valorizada pelas mulheres que integram as mais baixas categorias socioprofissionais: classe média (2) e classe baixa, média-baixa (1) empregada, fundamentalmente, no comércio e nos serviços (Qd. 1). A imprensa diária de âmbito nacional interessa ligeiramente mais aos homens.

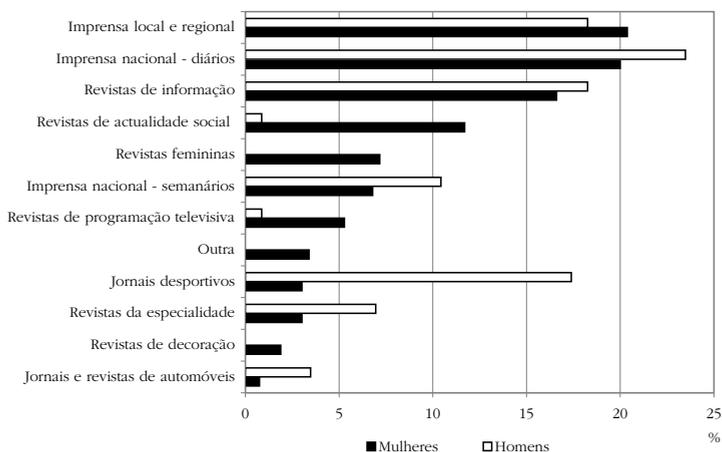


Fig. 8 – Especificidades dos géneros na leitura de publicações.

Fonte: Inquérito ao uso e percepção do tempo e do espaço no quotidiano da população em geral e das mulheres em particular, 2004.

A imprensa feminina tem sido objecto de uma adaptação, acompanha a evolução dos modelos femininos e investe progressivamente numa segmentação da oferta, tendo como denominador comum a mulher activa (Dubois, 1999). Para Rochefort (1999), a imprensa feminina procura criar um modelo de super-mulher, que o autor não se coíbe de considerar ridículo, pelo exagero de desempenhos que configura. Muitas das publicações femininas procuram brindar as suas assinantes, ou compradoras de ocasião (especialmente aquelas que se procuram seduzir e vincular), com ofertas específicas de acordo com a época do ano (o biquíni, o saco de praia...), nomeadamente no domínio dos objectos de uso pessoal, estes sim prevaletentes, mas também para a casa, espaço de grande significado para o feminino.

Em termos de publicações lidas, a categoria socioprofissional (Qd. 1) permite constatar que as revistas femininas, de actualidade social e de programação televisiva, interessam particularmente às mulheres que integram a classe baixa, a média-baixa (1) e a classe média (2) empregada, fundamentalmente, no comércio e nos serviços, enquanto a procura de revistas da especialidade, de economia, científicas, entre outras, é restrita, interessando maioritariamente às que integram as categorias socioprofissionais mais altas, professoras e profissionais liberais (7 e 9). Relativamente à imprensa nacional, à medida que diminuem as categorias socioprofissionais, verifica-se um decréscimo da leitura. Os jornais semanários encontram entre as mulheres que integram a categoria de técnicas e funcionárias superiores (6) e professoras (7) as leitoras preferenciais.

Imprensa nacional - diários	Imprensa nacional - semanários	Imprensa local e regional	Jornais desportivos	Revistas de actualidade social	Revistas de programação televisiva	Revistas femininas	Revistas de informação	Revistas da especialidade
%	%	%	%	%	%	%	%	%
28,3 (7)	33,3 (6)	22,2 (2)	37,5 (2)	32,3 (1)	35,7 (1)	31,6 (2)	31,8 (6)	50,0 (7)
15,1 (8)	27,8 (7)	16,6 (1)	25,0 (1)	19,4 (7)	21,4 (0)	26,3 (1)	27,3 (7)	25,0 (9)
11,3 (6)	11,1 (2)	11,1 (6)	25,0 (4)	12,9 (4)	21,4 (2)	15,8 (3)	11,4 (2)	12,5 (6)
11,3 (9)	11,1 (8)	11,1 (8)	12,5 (8)	9,7 (2)	14,3 (7)	15,8 (8)	11,4 (8)	12,5 (8)
9,4 (2)	11,1 (9)	9,3 (4)	0,0 (0)	9,7 (3)	7,2 (4)	10,5 (9)	6,8 (9)	0,0 (0)
9,4 (4)	5,6 (4)	9,3 (7)	0,0 (3)	6,4 (6)	0,0 (3)	0,0 (0)	4,5 (1)	0,0 (1)
5,7 (5)	0,0 (0)	9,3 (9)	0,0 (5)	3,2 (0)	0,0 (5)	0,0 (4)	4,5 (4)	0,0 (2)
3,8 (0)	0,0 (1)	7,4 (0)	0,0 (6)	3,2 (8)	0,0 (6)	0,0 (5)	2,3 (3)	0,0 (3)
3,8 (3)	0,0 (3)	3,7 (3)	0,0 (7)	3,2 (9)	0,0 (8)	0,0 (6)	0,0 (0)	0,0 (4)
1,9 (1)	0,0 (5)	0,0 (5)	0,0 (9)	0,0 (5)	0,0 (9)	0,0 (7)	0,0 (5)	0,0 (5)

Legenda das categorias socioprofissionais (): 0 – Domésticas e outras; 1 – Classe baixa/média-baixa empregada no comércio e nos serviços; 2 – Classe média empregada no comércio e nos serviços, operárias, trabalhadoras dos transportes e das comunicações, mecânicas e trabalhadoras da construção civil; 3 – Fornecedoras de serviços pessoais; 4 – Comerciantes e viajantes; 5 – Funcionárias públicas, técnicas e funcionárias intermédias; 6 – Técnicas e funcionárias superiores; 7 – Professoras; 8 – Quadros superiores, directoras, administradoras e empresárias; 9 – Profissionais liberais.

Qd. 1 – Peso relativo de alguns tipos de publicações lidas segundo as categorias socioprofissionais das mulheres inquiridas.

Fonte: Inquérito ao uso e percepção do tempo e do espaço no quotidiano da população em geral e das mulheres em particular, 2004.

A imprensa desportiva, entre as mulheres, é claramente uma leitura da classe média (2) empregada, fundamentalmente, no comércio e nos serviços, da classe média-baixa (1) e das comerciantes e viajantes (4) (veja-se a este propósito Lopes, 2000).

Não é pois de estranhar que entre os *hobbies* femininos dentro do espaço doméstico a leitura surja realçada (Fig. 9). Já para os homens, destaca-se uma preferência clara pela visualização de televisão e de filmes. Esta conclusão encontra sustentação empírica no mesmo questionário, pelo facto de, como já se teve oportunidade de referir, o tempo médio diário de visualização da televisão ser superior para os homens e o número médio de livros lidos por ano ser superior para as mulheres. Neste espaço privado, os modos de ocupar o tempo livre surgem marcadamente influenciados pela variável género. Tendencialmente, os homens exercem, mais do que as mulheres, nestes espaços, lazes passivos (Gershuny, 2003).

Há actividades que são unicamente referidas pelas mulheres, como por exemplo bordar, fazer renda e costurar, bem como as actividades domésticas, entre as quais

se inclui o cozinhar. Segundo Valentine (2001), a indústria alimentar, os anúncios publicitários, as revistas de culinária, a imprensa escrita, promovem esta actividade junto das mulheres, para passarem o seu tempo de lazer a preparar pratos agradáveis para os homens. Todas estas actividades são importantes para a reprodução do agregado familiar (como sublinham André & Henriques, 1995). São concretizações associadas ao trabalho doméstico, mas que, pela entrada da mulher nos sistemas de emprego, se converteram em actividades prazerosas, processos produtivos que se ligam com o *do it yourself*, com uma dimensão económica residual, mas significativa, do ponto de vista da satisfação pessoal. Daí que, para muitas mulheres, o tempo livre se converta num tempo com um carácter utilitário, o que não acontece para os homens, em que o tempo no espaço doméstico é lúdico e de fruição.

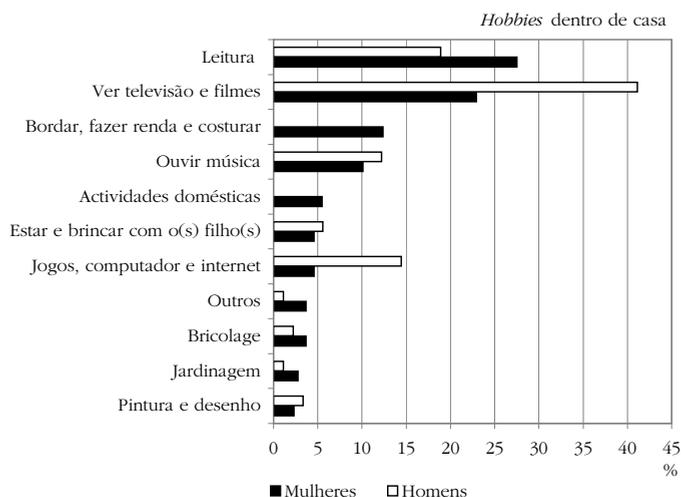


Fig. 9 – Importância relativa das actividades realizadas no tempo livre dentro de casa, segundo os géneros, com ordenação decrescente para o género feminino.

Fonte: Inquérito ao uso e percepção do tempo e do espaço no quotidiano da população em geral e das mulheres em particular, 2004.

Os homens centram cada vez mais os seus lazeres em casa, as mulheres procuram de forma crescente o espaço fora de casa para passear, para praticar desporto. Os homens privilegiam, dentro de casa, os jogos, nomeadamente os de computador, bem como navegar na Internet (Fig. 9), encontrando nestas formas tecnológicas as relações de sociabilidade que sempre sedimentaram, mais do que as mulheres, no espaço público. De referir que dentro de casa, os homens, mais do que as mulheres, atribuem importância a estar e brincar com os filhos. Como nota Wearing (1998), para um número significativo de homens a família é sinónimo de lazer, procurando também, em casa, espaços onde são eles próprios, onde realizam os *hobbies* preferidos. De acordo com Aitchison *et al.* (2000), as formas de lazer informais (fazer compras, estar com os filhos) têm sido teorizadas e investigadas pela geografia social e cultural, onde também se inserem os estudos do género.

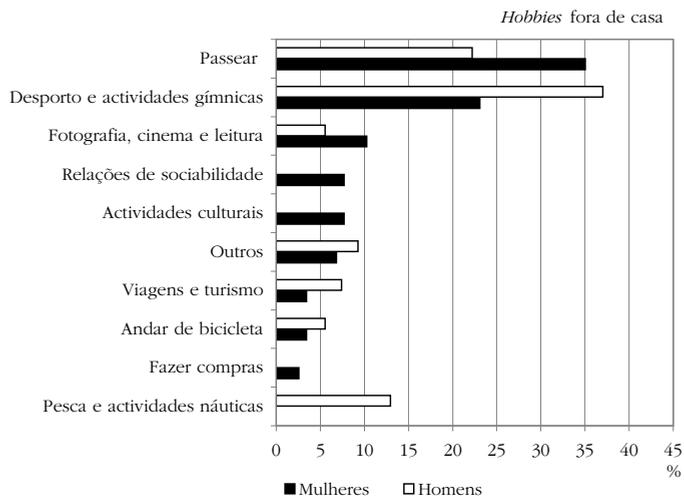


Fig. 10 – Importância relativa das actividades realizadas como *hobby* fora de casa, segundo os géneros, com ordenação decrescente para o género feminino.

Fonte: Inquérito ao uso e percepção do tempo e do espaço no quotidiano da população em geral e das mulheres em particular, 2004.

De referir, igualmente, que os produtos e serviços associados à *bricolage* e à jardinagem encontram nas mulheres consumidoras um importante mercado, atendendo a que estas actividades ganham alguma relevância na ocupação do tempo livre dentro de casa. Jardinagem, ouvir música, ler, são *hobbies* valorizados em função do género, implicando ‘espaços de lazer pessoais’ importantes para a expansão do *eu*, espaços de resistência e de subversão em relação aos estereótipos e às prescrições sociais que remetem para a inferioridade feminina e para a superioridade masculina, daí que os lazeres da época pós-moderna devam ser (re)conceptualizados, como nota Wearing (1998).

Entre as actividades que têm lugar fora de casa (Fig. 10), as mulheres denotam uma preferência clara por passear, sendo os espaços que elegem, muitas das vezes, a área próxima da residência, mas também os espaços verdes da cidade, manifestando também o gosto de passear na praia. No contacto com a natureza, os homens revelam interesses muito peculiares do ponto de vista do género, pois, ao contrário das mulheres, eles têm uma predilecção pela pesca e pelas actividades náuticas. Assim se compreende que o lazer é importante para o homem (re)construir as suas masculinidades (Wearing, 1998).

Por outro lado, as relações de sociabilidade, onde se inclui o estar com amigos e familiares, são importantes formas de ocupar o tempo livre fora de casa por parte das mulheres (Fig. 10). Sublinhe-se, como já o fizeram André & Henriques (1995), o carácter restrito destas esferas sociais femininas. Muitas destas sociabilidades passam por uma das formas de consumo e de lazer que é o almoçar ou jantar fora. Entendida não como necessidade mas como um prazer partilhado quase sempre com *outros* (Valentine, 1999; 2001), esta forma de ocupar o tempo de lazer é cada vez mais

importante no domínio das sociabilidades. Dubois (1999) assinala a maior frequência dos restaurantes por parte dos isolados. A escolha das ocasiões, ainda que assinalada pelas biografias individuais, familiares, empresariais e institucionais, banaliza-se cada vez mais. Na escolha dos lugares é importante o ambiente. Os restaurantes são espaços fundamentais para sedimentar as relações entre os géneros, na medida em que fazem a mediação entre o espaço público e o espaço privado, propiciando, através das velas, da reduzida luminosidade, da música, ambientes românticos (Valentine, 2001), um tempo de qualidade.

A participação em actividades culturais assistir a espectáculos ou ir ao teatro, constituem-se como formas de evasão particularmente para os elementos do sexo feminino (Fig. 10). Convém sublinhar que, em meio urbano, a mulher acede, pelos níveis de formação mais elevados e pela maior solvência, a formas de cultura de elite, superando neste domínio, na amostra, os homens. O que não é de estranhar, pois como sublinha Lopes (2000), o gosto pela alta cultura serve os interesses de todos aqueles que procuram ou estão numa trajectória de mobilidade social ascendente. Esta preposição é válida para as mulheres que, pelo investimento académico, se nobilitaram socialmente e têm necessidade de coadunar os gostos culturais a novos estatutos sociais. No sentido de se estabelecerem em novas redes sociais, subvalorizam paulatinamente as formas de cultura popular, aqui mantidas porque carecem de formas de integração interclassistas, ainda que, na cultura de consumo pós-moderna, o consumidor deva ser activo e criativo e a distinção entre cultura de elite e de massas se tenha desvanecido (Kneale & Dwyer, 2004).

A prática de actividades desportivas e gímnicas adquire especial significado para os homens (Fig. 10) – Wearing (1998), referindo-se a Messner⁷, dá conta que o desporto é importante para os homens estabelecerem as suas masculinidades e os limites da sua identidade, afastando-se da mãe e da feminilidade. Segundo Wearing (1998), numa altura em que a mulher adquire poder social, os homens reforçam a hegemonia da sua masculinidade através do lazer e do desporto. Valentine (1999) destaca o facto do capital físico masculino se poder converter em capital sexual, e das revistas masculinas, nomeadamente a *Men's Health*, fomentarem estes ideais de masculinidade. Todavia, este aspecto não é negligenciável para as mulheres, havendo uma valorização, pelos géneros, do bem-estar físico, do corpo e da imagem (Fig. 10). Aliás, o desporto, enquanto propiciador de bem-estar, adquire cada vez maior importância. O comércio beneficiou da valorização do desporto, com o aumento da venda de equipamentos para a sua prática, nomeadamente, com um aumento da roupa desportiva, usada muitas vezes no quotidiano fora do trabalho formal. Efectivamente, segundo o Observatório do Comércio (2002) quatro quintos do calçado e do vestuário desportivo é destinado não à prática desportiva mas para os tempos de lazer⁸. Valentine (1999; 2001) dá conta que, quando entrevistadas, muitas mulheres heterossexuais afirmam que mudaram as suas práticas de lazer para se tornarem mais atraentes para

⁷ Messner, M. 1992, 'Boyhood, organised sports, and the construction of masculinity' in *Men's lives*, eds. Kimmel & Messner, Macmillan, Nova Iorque, pp. 176-182.

⁸ A versão desportiva dos objectos de consumo, geralmente conotada como mais jovem e mais prática, surge também, por exemplo, nos veículos automóveis, onde os modelos desportivos se afirmam num nicho de mercado.

um homem ou para os homens em geral. Sublinha contudo que, para as mulheres, os constrangimentos espaço-temporais associados às responsabilidades domésticas e familiares limitam a liberdade física, condicionando os tempos de lazer diários para a prática de actividades desportivas e gímnicas (Valentine, 2001). Acrescentando que, quando um dos membros do agregado tem uma actividade física, há sempre um que sai penalizado porque tem que assegurar as actividades rotineiras. Estes condicionamentos são também notados por Wearing (1998) para quem o acesso por parte das mulheres aos espaços de lazer públicos na cidade possibilita interações fundamentais para a construção da identidade.

Ao analisar a influência de factores sociais e económicos na participação em vários desportos *outdoor* e *indoor*, Patmore (1983) destaca a significativa influência do género, considerando que esta variável é diferenciadora das práticas desportivas, principalmente daquelas que implicam esforço físico. Considera que o sexo e a idade não devem ser entendidos em si mesmos, mas afirma que são marcados pela família, pelo ciclo de vida e pelo estilo de vida. Entende igualmente que entre as mulheres solteiras, casadas, e com filhos, há um decréscimo do tempo dedicado ao lazer que envolve actividades físicas. No universo amostral do inquérito próprio estas mulheres são na maior parte isoladas, predominando aquelas que não têm filhos, que possuem um curso superior, e que trabalham em média 30,4 horas por semana. Também Gershuny (2003) assinala as limitações de tempo no lazer fora de casa quando existem crianças, principalmente de reduzida idade.

Segundo Nielsen (2001) o lazer tem uma grande virtude: possibilita conhecer os lugares que protagonizam a geografia do quotidiano. Ora, a espacialização dos *hobbies* fora de casa, femininos e masculinos (Figs. 11 e 12), mostra de forma clara, à escala nacional, que os homens, na escolha dos seus espaços de lazer, evidenciam uma atracção pelo litoral. As mulheres circunscrevem mais as suas práticas ao quadro regional do centro e, apesar de uma clara preferência pelo litoral, nomeadamente pela Figueira da Foz, como acontece com os homens, intensificam a procura de lugares nos concelhos mais próximos de Coimbra, fundamentalmente a Norte: Mealhada, Cantanhede e Aveiro.

No centro urbano de Coimbra os lugares de *hobbies* dos homens são muito mais marcados e descentralizados. As mulheres associam os seus espaços de lazer à Baixa e a Celas, elegendo frequentemente os espaços verdes da cidade: o Choupal, o Parque Manuel Braga, o Jardim da Sereia, o Parque Verde do Mondego, para passear, e o primeiro também para a prática de actividades desportivas. Os homens valorizam igualmente de forma significativa este espaço. Ambos os géneros escolhem, para lugares de *hobbies*, os equipamentos desportivos que existem na cidade: na natação há uma clara preferência pelas piscinas de Celas e pela Quinta da Romeira, enquanto que para a prática de outros desportos elegem o Estádio Universitário, o Estádio Cidade de Coimbra, bem como os pavilhões dos Olivais e da Solum. Entre os lugares de *hobbies*, há uma valorização da Solum e da Avenida Sá da Bandeira. A existência de dois importantes centros comerciais explica esta valorização espacial, estes lugares (bi)polarizam os *hobbies* fora de casa femininos. Destaca-se, igualmente, para as mulheres, a Praça da República e, nesta, as referências fazem-se ao Teatro Académico Gil Vicente, numa tradução espacial das preferências das mulheres urbanas pelos espaços culturais.

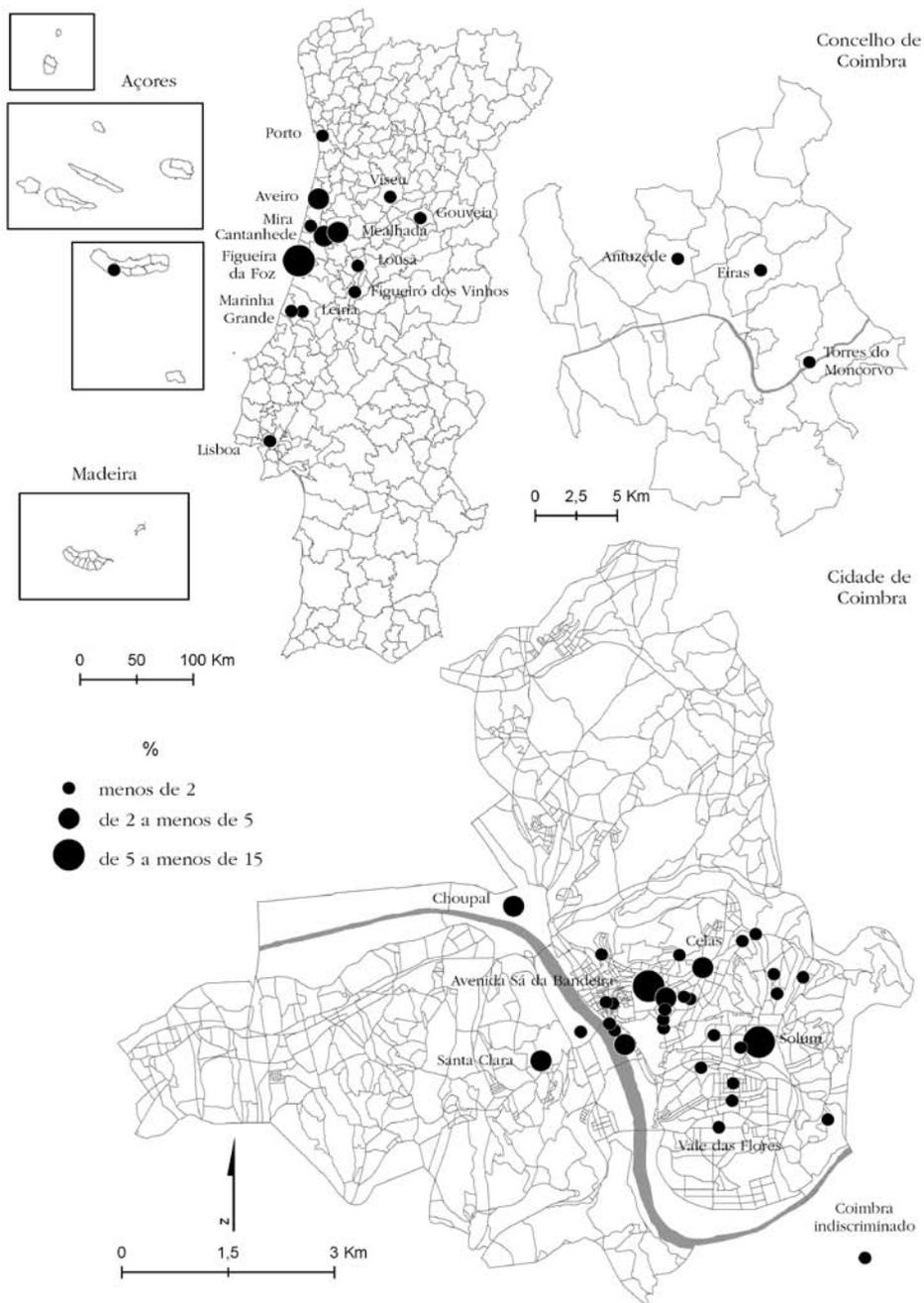


Fig. 11 – Lugares dos *hobbies* fora de casa das mulheres inquiridas no centro urbano de Coimbra.

Fonte: Inquérito ao uso e percepção do tempo e do espaço no quotidiano da população em geral e das mulheres em particular, 2004.

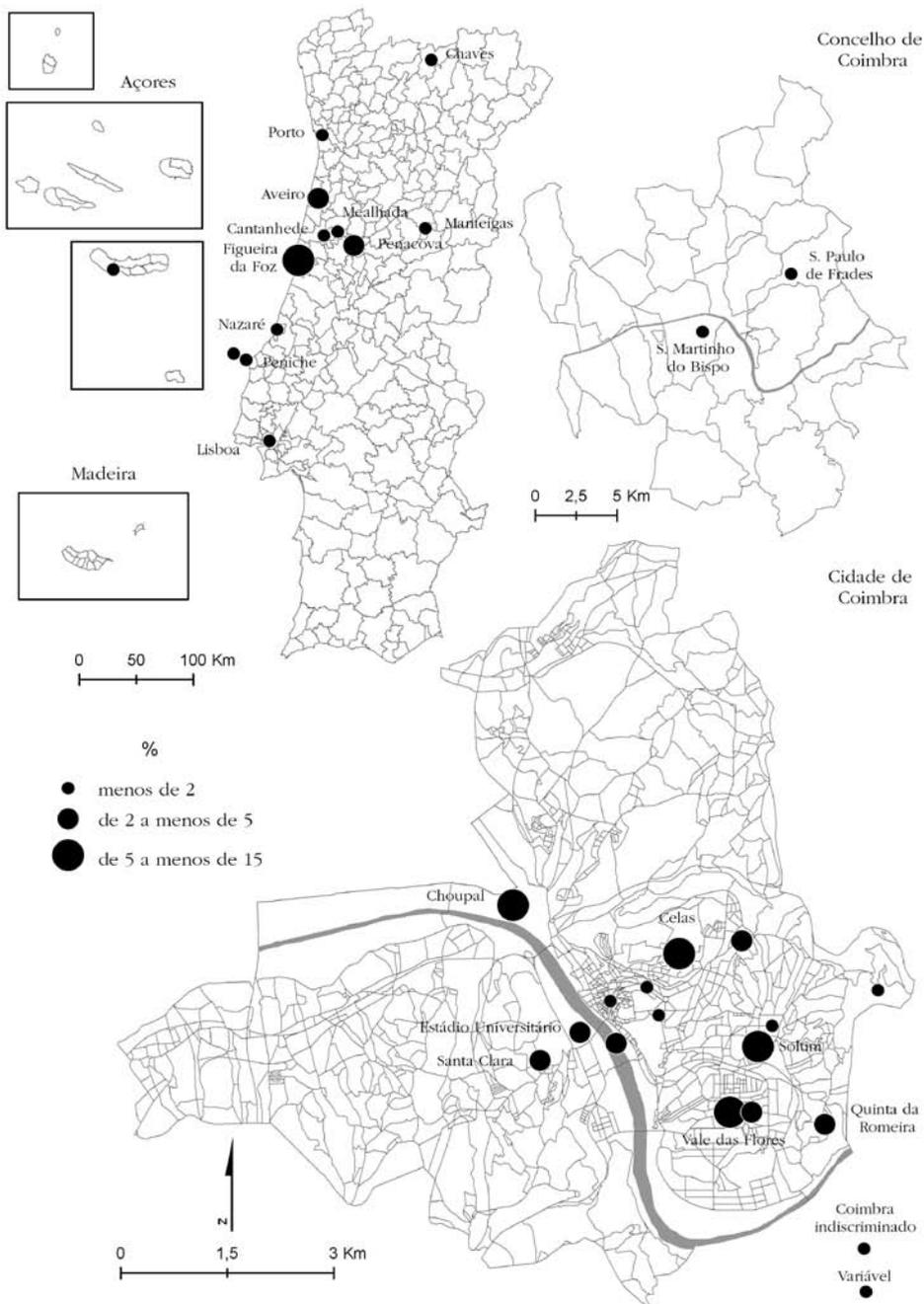


Fig. 12 – Lugares dos *hobbies* fora de casa dos homens inquiridos no centro urbano de Coimbra.

Fonte: Inquérito ao uso e percepção do tempo e do espaço no quotidiano da população em geral e das mulheres em particular, 2004.

Wearing (1998) e Mothé (1997) sublinham o facto das pessoas de baixas categorias socioprofissionais e, conseqüentemente, de baixos rendimentos, terem dificuldade em aceder a espaços de lazer pagos, públicos e privados: aos estádios desportivos, a salas de cinema e de teatro, a museus. Ainda assim, como nota Lopes (2000), a cultura de elite tem vindo a alargar os seus públicos, torna-se mais ecléctica, de modo a que as organizações a ela associadas usufruam de financiamentos. O desenvolvimento da comunicação e de formas de entretenimento que não implicam a co-presença física e temporal, a par do aumento da produção e do mercado de bens de consumo lúdicos, abre novas possibilidades de consumo, mais individuais. Desenvolve-se no mercado do lazer e da cultura um consumo no domicílio: onde é possível assistir a filmes, a concertos, a espectáculos, com ganhos em termos de deslocações, de conforto, de privacidade e, teoricamente, de custos (Mothé, 1997). André & Henriques (1995) dão conta que houve uma democratização das actividades recreativas e dos espaços sociais que as enquadram, em ambos passou a estar presente uma classe média que se afirma por processos de mobilidade social ascendente. Actividades como o teatro, a leitura, o ténis, a natação deixam de estar confinados a espaços e a grupos sociais. O poder público é importante na criação dos espaços e na abertura social das actividades que lhes dão conteúdo. Por outro lado, e como sustenta Wearing (1998), sendo as actividades de lazer símbolos de escolhas individuais, de liberdade, são uma forma do género feminino resistir e quebrar com as relações opressivas de dominação.

Considerações finais

A valorização do tempo livre marca claramente o quotidiano dos géneros na sociedade urbana contemporânea, ainda que o trabalho (pelo rendimento que dele se obtém, pelas relações interpessoais que nele se estruturam...), seja importante para estruturar o tempo livre, para lhe dar conteúdo, para definir os comportamentos espaciais e temporais de lazer e para fazer face a uma tendência crescente, estimulada pela sociedade/modo de produção capitalista: a da *mercantilização do lazer*. Na modernidade tardia o lazer liga-se de um modo muito estreito à produção, à aquisição de bens materiais que dela resultam, à imaterialidade que lhes está associada, a uma procura de serviços, numa busca incessante de prazeres cada vez mais individuais e que funcionem como distintivos sociais, sendo os lazeres mais onerosos os mais desejados. Daí que o trabalho apresente uma perda de importância apenas relativa, e permaneça como um elemento central nos quotidianos dos géneros, nomeadamente, a procura por um trabalho bem remunerado, que exija pouco esforço físico, e que liberte tempo para o lazer. A intelectualização do trabalho, bem como a intensificação dos sistemas produtivos, impõem um tempo de descompressão essencial para o bem-estar e para uma vida com qualidade.

A participação crescente da mulher no trabalho formal foi importante para viabilizar materialmente o lazer, o seu e do agregado familiar em que se insere, alargando as possibilidades materiais e espaciais na ocupação do tempo livre. A sua crescente intervenção no domínio público, a multiplicação dos desempenhos sociais e a conseqüente intensificação dos ritmos de vida impõem-lhe, pessoalmente, um tempo

de libertação. Cada vez melhor remuneradas e mais instruídas as mulheres aumentam e diversificam as actividades de lazer. Para elas os lazeres são uma forma de alargarem as suas sociabilidades e de aumentarem a interacção/integração social. Intra-género feminino há categorias de análise que levam a uma variação das práticas de lazer: o estado civil, o ter ou não ter filhos, o nível de instrução, a ocupação socioprofissional, entre outras, e que não devem ser negligenciadas.

O uso que, em contexto urbano, os géneros fazem do tempo livre é diferente, apesar de ser cada vez mais convergente. Em termos de diferenças inter-géneros os homens apresentam mais tempo de lazer do que as mulheres. Para estas, particularmente, a externalização de parte significativa dos serviços domésticos, a aquisição de aparelhos domésticos traduziram-se em libertação de tempo de trabalho informal, com relevo para a reprodução social, e em ganhos de tempo livre. Para muitas mulheres as responsabilidades familiares condicionam grandemente os tempos e os espaços de lazer, e o conteúdo do mesmo, ao ponto de muitas delas verem nas actividades de reprodução social formas de lazer. São actividades que entendem de recreação, com um grande carácter utilitário, que desenvolvem para os outros, fazendo-as com prazer. Em termos de actividades de recreação é notória uma tendência: os homens centram cada vez mais o lazer em casa e as mulheres procuram de modo crescente o espaço exterior ao espaço doméstico, espaços verdes e/ou espaços de comércio.

As diferenças inter-géneros e intra-género são visíveis em algumas formas de ocupar o tempo livre dentro de casa, como ver televisão e ler, quer pelos tempos que lhes dedicam, quer pelos conteúdos que consideram relevantes. Os homens, em termos de tempo médio vêem mais televisão do que as mulheres e estas lêem um maior número de livros por ano do que os homens. No espaço doméstico os lazeres masculinos são tendencialmente mais passivos, mas assumindo um carácter mais lúdico do que os lazeres femininos. O tempo livre das mulheres não significa um tempo fora do trabalho, pois, como já se referiu, muito deste tempo é preenchido com trabalho informal.

O tempo livre é extremamente importante para as relações entre os géneros, feminino e masculino. É um outro tempo, que cresce de importância e que permite aos géneros estreitar relações e marcar posições. É que apesar de haver uma convergência nas formas de recreação das mulheres e dos homens, persistem os lazeres tendencialmente femininos e masculinos. Neste sentido, o tempo livre e o lazer são extremamente importantes para (re)contruir as identidades de género, o mesmo é dizer a masculinidade e a feminilidade. No domínio dos serviços de lazer, há prestações que exploram as necessidades diferenciais dos géneros e direccionam os conteúdos e os tempos para as especificidades de cada género, pense-se por exemplo nos ginásios, que apresentam ofertas diferenciadas em função dos géneros. Também neste domínio se evidencia a necessidade, no âmbito das relações dos géneros, de marcar a diferença.

É fundamental que os estudos realizados no âmbito do tempo livre e do lazer contemplem, cada vez mais, o género como categoria de análise e que, dentro desta, procurem as especificidades dos géneros no uso dos tempos e dos espaços de lazer. Só conhecendo os particularismos se consegue ajustar a oferta de bens e de serviços de lazer às necessidades femininas e masculinas.

Referências bibliográficas

- Aitchison, C. 2001, 'Heritage and nationalism: gender and the performance of power', in *Leisure/tourism geographies: practices and geographical knowledge*, ed. D. Crouch, Routledge, Londres, pp. 59–73.
- Aitchison, C., MacLeod, N. & Shaw, S. 2000, *Leisure and tourism landscapes: social and cultural geographies*. Routledge, Londres.
- André, I. M. & Henriques, E. B. 1995, 'Práticas de lazer, território e género'. *Actas do VI Colóquio Ibérico de Geografia: A Península Ibérica – um espaço em mutação*, vol. II, Porto, pp. 665–672.
- Ballesteros, A. G. 2000, 'El espacio social del consumo en la cultura de la postmodernidad', *Estudios Geográficos*, 238, pp. 27–48.
- Bourdieu, P. 1989, *O poder simbólico*. Difel, Lisboa.
- Bowlby, R. 2003, 'Commerce and femininity', in *The consumption reader*, eds. D. B. Clarke; M. Doel e K. M. L. Housiaux, Routledge, Londres, pp. 168–172.
- Castells, M. 2002, *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, vol. I, A sociedade em rede. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Clarke, D. B., Doel, M & Housiaux, K. M. L. (eds.) 2003, *The consumption reader*. Routledge, Londres.
- Dubois, B. 1999, *Compreender o consumidor*. Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- Fonseca, M. L. 1990, *População e território: do país à área metropolitana*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Memórias do Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, 14, Lisboa.
- Fonseca, M. L. 1996, 'Portugal no fim do milénio: imagens e itinerários de transformação social', *Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*, Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra, pp. 549–567.
- Fournier, M. 1998, 'Égales et différentes', *Sciences Humaines*, 85, Julho, pp. 20–23.
- Gama, A. 1988, 'Notas para uma geografia do tempo livre', *Cadernos de Geografia*, 7, pp. 203–217.
- Gama, A. & Santos, N. P. 1991, 'Tempo livre, lazer e terciário', *Cadernos de Geografia*, 10, pp. 99–129.
- Gershuny, J. 2003, *Changing times: work and leisure in postindustrial society*. Oxford University Press, Oxford.
- Gomes, O. 2004, 'O Homem de Chicago, consumo conspicuo e a mercantilização do lazer', *Economia e Sociologia*, 77, pp. 29–44.
- Gorz, A. 1989, *Métamorphoses du travail quête du sens: critique de la raison économique*. Galilée, Paris.
- Herpin, N. 1997, 'Sommes-nous postmodernes?', *Sciences Humaines*, 73, Junho, pp. 21–27.
- Hirata, H. & Zarifian, P. 2000, 'Travail (Le concept de)', in *Dictionnaire critique du féminisme*, eds. H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré & D. Senotier, Presses Universitaires de France, Paris, pp. 230–235.
- Jenkins, R. 1996, *Social identity*. Routledge, Londres.
- Kneale, J. & Dwyer, C. 2004, 'Consumption', in *A Companion to cultural geography*, eds. J. Duncan, N. Johnson & R. Schein, Blackwell, Oxford, pp. 298–315.
- Lopes, J. T. 2000, *A cidade e a cultura: um estudo sobre práticas culturais urbanas*. Edições Afrontamento, Porto.

- Lozano, M. A. & Maurel, J. B. 2000, 'Consumo, ciudad y globalización', *Estudios Geográficos*, 238, pp. 7–26.
- Marshment, M. 1997, 'Gender takes a holiday representation in holiday brochures', in *Gender, work and tourism*, ed. M. T. Sinclair, Routledge, Londres, pp. 16–34.
- Merlin, P. 1994, *La croissance urbaine*. Que sais-je? Presses Universitaires de France, Paris.
- Mitchell, D. 2000, *Cultural geography: a critical introduction*. Blackwell, Oxford.
- Moreira, C. O. 2005, *A geografia e o género: um encontro urbano. Os tempos e os espaços nos territórios de Coimbra*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Mothé, D. 1997, *L'utopie du temps libre*. Éditions Esprit, Paris.
- Nava, M. 1992, *Changing cultures: feminism, youth and consumerism*. Sage, Londres.
- Nielsen, N. K. 2001, Knowledge by doing: Home and identity in a bodily perspective, in *Leisure/tourism geographies: practices and geographical knowledge*, ed. D. Crouch, Routledge, Londres, pp. 277–289.
- O'Shaughnessy, J. 1989, *Why people buy*. Oxford University Press, Oxford.
- Observatório do Comércio 2002, *Novo comércio, novos consumos*, Lisboa.
- Pacione, M. 2002, *Urban Geography: a global perspective*. Routledge, Londres.
- Pahl, R. E. 1992, *Divisions of labour*. Blackwell, Oxford.
- Patmore, J. A. 1983, *Recreation and resources: leisure patterns and leisure places*. Basil Blackwell, Oxford.
- Perista, H. 2002, 'Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens', *Análise Social*, XXXVII, 163, pp. 447–474.
- Rochefort, R. 1999, *O consumidor empreendedor: os novos modos de vida*. Instituto Piaget, Lisboa.
- Rochefort, R. 2000, 'Le consommateur roi', in *Qu'est-ce que la société?* vol. 3, dir. Y. Michaud, Éditions Odile Jacob, Paris, pp. 368–372.
- Salgueiro, T. B. 1999, 'A cidade e o comércio nos finais do século', *Fórum Comércio, Cidade e Qualidade de Vida*. Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência e Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa, pp. 22–27.
- Santos, N. P. 2001, *A sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias. A dualidade dos espaços, a turbulência dos percursos e a identidade social*. Edições Colibri, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Santos, N. P. & Gama, A. 1999, 'Os espaços-tempos de lazer na sociedade de consumo contemporânea', *Cadernos de Geografia*, 18, pp. 129–137.
- Silva, A. S., Brito, P., Santos, H. & Abreu, P. 2002, 'As práticas e os gostos: Uma sondagem do lado das procuras de cultura e lazer', in *Projecto e circunstância: culturas urbanas em Portugal*, org. C. Fortuna & A. S. Silva, Edições Afrontamento, Porto, pp. 109–162.
- Sinclair, M. T. 1997, 'Issues and theories of gender and work in tourism', in *Gender, work and tourism*, ed. M. T. Sinclair, Routledge, Londres, pp. 1–15.
- Touraine, A. 2000, 'Passé et avenir du travail', in *Qu'est-ce que la société?* vol. 3, dir. Y. Michaud, Éditions Odile Jacob, Paris, pp. 373–385.
- Valentine, G. 1999, 'A corporeal geography of consumption', *Environment and Planning D: Society and Space*, 17, pp. 329–351.
- Valentine, G. 2001, 'Consuming pleasures: food, leisure and the negotiation of sexual relations', in *Leisure/tourism geographies: practices and geographical knowledge*, ed. D. Crouch, Routledge, Londres, pp. 164–180.
- Veblen, T. 1965, *A teoria da classe ociosa*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo.

- Wearing, B. 1998, *Leisure and feminist theory*. Sage, Londres.
- Zukin, S. 2003, 'Urban lifestyles: diversity and standardisation in spaces of consumption', in *The consumption reader*, eds. D. B. Clarke, M. Doel & K. M. L. Housiaux, Routledge, Londres, pp. 127–131.

(Página deixada propositadamente em branco)

Norberto Pinto dos Santos
Centro de Estudos Geográficos
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Lúcio Sobral da Cunha
Centro de Estudos Geográficos
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

NOVAS OPORTUNIDADES PARA O ESPAÇO RURAL ANÁLISE EXPLORATÓRIA NO CENTRO DE PORTUGAL*

A abordagem que pretendemos efectuar utiliza como espaço/suporte aquele a que normalmente associamos uma baixa intensividade da actividade humana, com uma relação directa com a paisagem menos moldada pela civilização urbano/industrial. Esta parte do mundo, que habitualmente denominamos por rural, é, multiforme nas suas características e, quando adequadamente intervencionada, de grande potencialidade endógena.

A população autóctone destes espaços, que associamos, ainda, a tempos do relógio menos espartilhantes do espaço de vida, quando a actividade económica é na íntegra assegurada pela actividade agrícola, tem, desde há muito, uma pluriactividade de grande significado no tempo e no espaço vivido, sendo “a expressão significativa das capacidades de adaptação de certos grupos sociais e situações locais precisas” (Froelicher, 1982: 159, citado por Lourenço, 1991: 93). Gaspar refere, precisamente, que “os espaços rurais são, assim, cada vez menos os espaços de estabilidade – se é que alguma vez o foram” Gaspar (2004: 181). As últimas décadas têm debilitado os espaços rurais. Uma parte significativa das fragilidades e ameaças surge por influência da acção desenvolvimentista explosiva do mundo urbano, que fez erodir os espaços envolventes, devido a relações paternalistas e modos de interacção de dependência do rural perante o urbano, que resultaram numa redução significativa das densidades demográficas (Fig. 1) e numa falta de dinamismo económico, perante o não aproveitamento das oportunidades para valorização das suas próprias potencialidades.

O modelo territorialista de desenvolvimento é ou deve ser, hoje, assumido como fazendo parte de “redes, procurando assim superar a velha dicotomia entre modelos endógenos e exógenos” (Cardoso, 2002: 28). Torna-se evidente que é necessário definir quais as funcionalidades que podem actuar de modo sustentável e exequível socioeconomicamente no espaço rural. A importância da agricultura é fulcral em todo o processo de estruturação rural, porque a agricultura não é só uma actividade económica, é também criadora das paisagens que nos atraem e constituem a forma de

*Texto apresentado ao *VI Congresso da Geografia Portuguesa*, Pensar e intervir no território. Uma geografia para o desenvolvimento, Universidade Nova de Lisboa, 17 a 20 de Outubro de 2007.

suporte organizacional deste mundo de menor intensividade económica e populacional. Numa visão inversa, “o abandono das actividades agrárias ou a diminuição da pressão antrópica nas paisagens culturais determina uma degradação deste recurso” (Moltó Mantero, 2004: 72), que é relevante evitar.

A globalização tem tido grande importância na valorização dos lugares a que associamos as identidades dos territórios, os saber-fazer específicos, os *ex-libris*, as heranças patrimoniais e as tradições. Neste âmbito, o espaço rural ganha projecção, associado, na história recente, aos diferentes modos de Turismo em Espaço Rural, mas ampliada, hoje, à nova *embalagem* de actividades económicas existentes (termalismo), ao aproveitamento dos recursos hídricos para propósitos de lazer anteriormente apenas explorados em situação de beira-mar (barragens e praias fluviais), à nova cultura de relação Natureza/Ser Humano (roteiros, turismo cultural e de natureza), aos desportos (actividades equestres, golfe, desportos radicais). Como refere Simões (1993) “o turismo tem sido considerado uma estratégia de desenvolvimento económico e social pelos mais variados argumentos, tais como o aumento de rendimentos, construção de novas infra-estruturas e formação de recursos humanos, criação de emprego e aumento da produção, entrada de divisas e, em geral, criação de mais riqueza”. Os investimentos recentes, que têm levado para o mundo rural novas funcionalidades, são, precisamente, formas de corroborar o seu papel estratégico no desenvolvimento.

As questões da sustentabilidade do desenvolvimento e do nível de intervenção local são centrais para a abordagem que pretendemos efectuar. Importa, por isso, tomar em consideração a importância da conjugação das dimensões económica (eficiência, crescimento, estabilidade), social (equidade, solidariedade) e ecológica (reproduzibilidade dos recursos naturais), que Mela *et al.* (2001) sublinham, de forma a conseguir intervenções equilibradas e eficazes. Sabemos, também, que “a natureza e o ambiente deixam de ter a função de produção agro-silvo-pastoril prevalente no passado, para adquirir uma representação estética, simbólica e lúdica pelos novos protagonistas urbano e institucionais” (Cardoso, 2002: 35). Isto sucede porque a dinamização das cidades-região, com as suas áreas de influência (onde se inscreve o rural) é também, ou precisa de ser, um modo de desenvolvimento rural. Efectivamente, é pertinente sublinhar que, como refere Cavaco (2004: 100) “O desenvolvimento rural é essencialmente um problema de densidades de população (massa crítica de meios humanos), de actores e das suas relações, de iniciativas, institucionais e privadas, de capacidade organizativa; densidade de actividade económica, de capitais, de mão-de-obra qualificada, de saberes e de competências, de criação de emprego, de infra-estruturas, de serviços, de centros urbanos, como lembram Baptista (1999) e Cunha (2004: 258), para quem só existirá um mundo rural dinâmico se dispuser de uma estrutura urbana dinâmica e bem hierarquizada”.

Ainda assim, é preciso ter em consideração que a relação entre urbano e rural é uma relação desigual. Os *urbanitas* criam o seu próprio meio rural, idílico e atractivo, depreciando os elementos que não correspondem ao seu estereótipo, resultado do desconhecimento das facetas que vão para além do isolamento, da tranquilidade e do bucolismo oferecidos pelo mundo rural (Maltó Mantero, 2004).

Torna-se evidente que o rural é diverso, é multifuncional, é produtivo, é inovador, é competitivo e apresenta uma capacidade atractiva que potencia, numa relação de complementaridade, a do espaço urbano que o integra na sua área de influência.

O Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (Feader, 2007-2013) ajusta-se claramente ao propósito de promover os espaços rurais fora do âmbito das suas actividades tradicionais.

Como refere Ferrão (2000), o mundo rural organiza-se em torno de uma tetralogia de aspectos: “uma função principal: a produção de alimentos; uma actividade económica dominante: a agricultura; um grupo social de referência: a família camponesa (...); um tipo de paisagem que reflecte a conquista de equilíbrios entre as características naturais e o tipo de actividades humanas desenvolvidas” (Ferrão, 2000: 46). Todavia, as mudanças são evidentes e no mundo rural inscreve-se, também (ou começa a inscrever-se), a modernidade por oposição a espaços rurais profundos ou arcaicos, assentando esta dicotomia na proposição de novos elementos para o espaço rural: a mecanização e especialização na actividade agrícola, a dominância ou paridade de actividades não agrícolas, uma consciência urbana que assoma as famílias e a vontade de manter o equilíbrio entre Natureza e Ser Humano, no sentido da sustentabilidade.

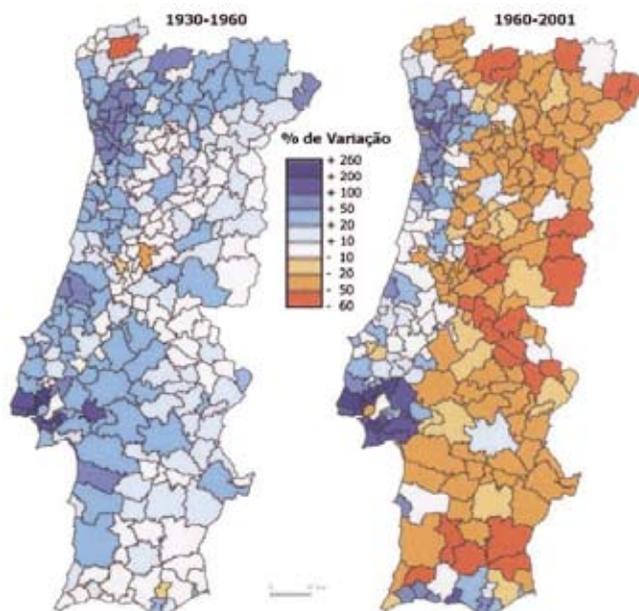


Fig. 1 – Evolução da População: 1930-1960 e 1960-2001.

Fonte: Geografia de Portugal com base em INE.

O Feader é proposto em 4 eixos: aumento da competitividade; melhoria do ambiente e da paisagem rural; qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural; abordagem Leader (Ligações entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural). Entendendo os dois primeiros como fundamentais para a promoção da actividade agrícola, ajustamento às necessidades dos mercados e a propostas inovadoras de valorização das actividades ditas tradicionais, fundamentais para o mundo rural, interessam-nos mais, para este trabalho, as orientações presentes nos eixos 3 e 4.

Sabendo da importância dos Programas Leader, parece importante manter uma política de valorização e ampliação dos investimentos efectuados assim como de promoção de novas propostas.

O eixo 3 do Feader remete para um propósito que é central neste texto, *a qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural*, assumida pelo agricultor, em situação de pluriactividade, através da constituição de microempresas.

Efectivamente, para o desenvolvimento local em espaços rurais é preciso uma efectiva participação das populações, no sentido de valorizar o processo de criação de uma consciência de cidadania, capaz de dar valor à conjugação entre a economia de mercado e a necessidade de conservação dos recursos. Para que isto suceda é fundamental que as políticas públicas estejam presentes, para promover investimentos, formações e apoio financeiro (Campanhola e Silva, 2000).

Estes apoios de *cima para baixo* são, pois, fundamentais mas as determinações governamentais não são determinantes no processo, resultando, de facto, de uma construção social (Cavaco, 1996) de ambiente sistémico, porque “não se pode depender apenas da agricultura e ser exclusivamente agrícola, ignorando os níveis de urbanização, integração social e economia urbana” (Rodrigues & Callou, www.eca.usp.br).

Assumindo que o processo deve contar com os diversos níveis de intervenção para que possa vingar, o Feader apresenta um incentivo às actividades turísticas com centros de informação e a sinalização de locais turísticos; a valorização de infra-estruturas recreativas, como as que oferecem acesso a zonas naturais e alojamentos com pequena capacidade, a par com o desenvolvimento e/ou a comercialização de serviços turísticos relacionados com o turismo rural.

Conjuntamente com estes investimentos surgem os associados aos serviços básicos para a economia e a população rurais, a conservação e valorização do património rural (natural e cultural).

Sabendo que o Feader surge em íntima relação com o Leader – que procura definir estratégias locais de desenvolvimento, obter parcerias locais dos sectores público e privado (denominados grupos de acção local), organizar grupos de acção local com poderes de decisão no que diz respeito à elaboração e execução de estratégias locais de desenvolvimento, promover a execução de abordagens inovadoras e projectos de cooperação – e reconhecendo o interesse autárquico e privado em promover localmente iniciativas e projectos no âmbito do turismo e do lazer, parecem criadas as condições para tornar o mundo rural num espaço de actividades de serviços, que valorizando o tempo livre das populações autóctones e alóctones, promova o desenvolvimento local.

Potencialidades e investimentos (alguns exemplos)

Um dos elementos que tem merecido alguma atenção, tanto por parte da oferta, como por parte da procura, é o termalismo.

Perante a debilidade que atingiu o termalismo de saúde, devido à dificuldade em cativar clientela, o *marketing* das termas de lazer/saúde e os *spas* surgem como modo de revitalização de equipamentos subaproveitados, recuperação de antigas termas e caldas devolutas com edifícios de elevado valor patrimonial, valorização e diversificação

dos serviços de outras e promoção da imagem de todas, através da difusão de novos propósitos. Estes, associados à ideia de saúde como requisito primeiro para a qualidade de vida, valorizam o aproveitamento dos tempos livres de estada nestes equipamentos em formas de lazer, quer de descanso, quer de desenvolvimento, quer, ainda, de divertimento (sociabilidade). Os equipamentos que são responsáveis pela saúde, agora conjugados com medicinas alternativas, são-no também para o lazer.

No caso da Região Centro, os lugares de promoção do turismo de lazer/saúde surgem no território em número significativo. Duas áreas evidenciam potencialidades acima da média na oferta destes equipamentos e serviços: Viseu (com as termas de Alcafache, da Felgueira e de S. Gemil, a sul; e as de S. Pedro, Carvalhal e Cavaca – em processo de recuperação – a norte) e Anadia/Mealhada (com as Termas do Luso, da Cúria e de Vale da Mó).

Outras existem, embora dispersas pela região, mas ainda assim muito importantes na oferta de serviços para uma população à procura de qualidade de vida através da valorização do lazer, da saúde e da descoberta de territórios de fuga ao bulício urbano, repletos de história e tradição e marcadamente identificados como guardiães últimos da natureza. É o caso de Monfortinho, Monte Real e Caldas da Rainha, cuja importância vai para além da influência regional e mesmo nacional e, ainda, as de Cró e Fonte Santa de Almeida, que com Monfortinho servem de bastiões deste tipo de serviços na raia central portuguesa. Também presentes estão as Termas da Ladeira de Envendos, em Mação, e na Serra da Estrela, as Caldas de Manteigas e as Termas de Unhais da Serra, em renovação e requalificação que motivarão, com certeza, uma clientela específica de espaços rurais à procura de qualidade, saúde e bem-estar.

Outras há, como as da Amieira, em Soure, que continuam à espera de investimento que permita a recuperação do hotel, dos balneários e da casa das máquinas, assim como da vegetação exótica e autóctone que lhe está associada.

Um outro elemento fundamental são as praias fluviais. O turismo de sol e praia, normalmente associado ao turismo massificado, assim como à democratização dos lazeres, assume, hoje, novas formas menos massificadas e relacionadas com espaços com menores densidades relacionais, menos acessíveis e ainda com debilidades infraestruturais e de equipamentos consideráveis.

Porém, através da intervenção do poder local (concelhos e freguesias), isoladamente ou em conjunto com investimentos privados, é possível valorizar as potencialidades de lazer de espaços ribeirinhos que conjugam paisagens e ludismo aquático de modos completamente diversos dos que temos à beira-mar.

A oferta é muito diversa e a qualidade fica, quase sempre, aquém da desejada. As bandeiras azuis são poucas, a qualidade dos serviços não é a ideal, as acessibilidades são muitas vezes difíceis (embora este possa ser um elemento qualificativo dos lugares de lazer aquático fluvial). Verifica-se, contudo, um aumento e uma melhoria da oferta que importa ter em consideração porque a procura tem aumentado de forma significativa nos últimos anos: quer como forma de maior democratização das actividades de lazer, quer como modo alternativo de participação em actividades lúdicas.

No caso da Região Centro (Fig. 3) a oferta é muito diversificada e explora precisamente territórios rurais, com debilidades ao nível da oferta de serviços em geral, e de serviços de lazer em especial, conjugando propostas de turismo natureza, com património e sociabilidade.

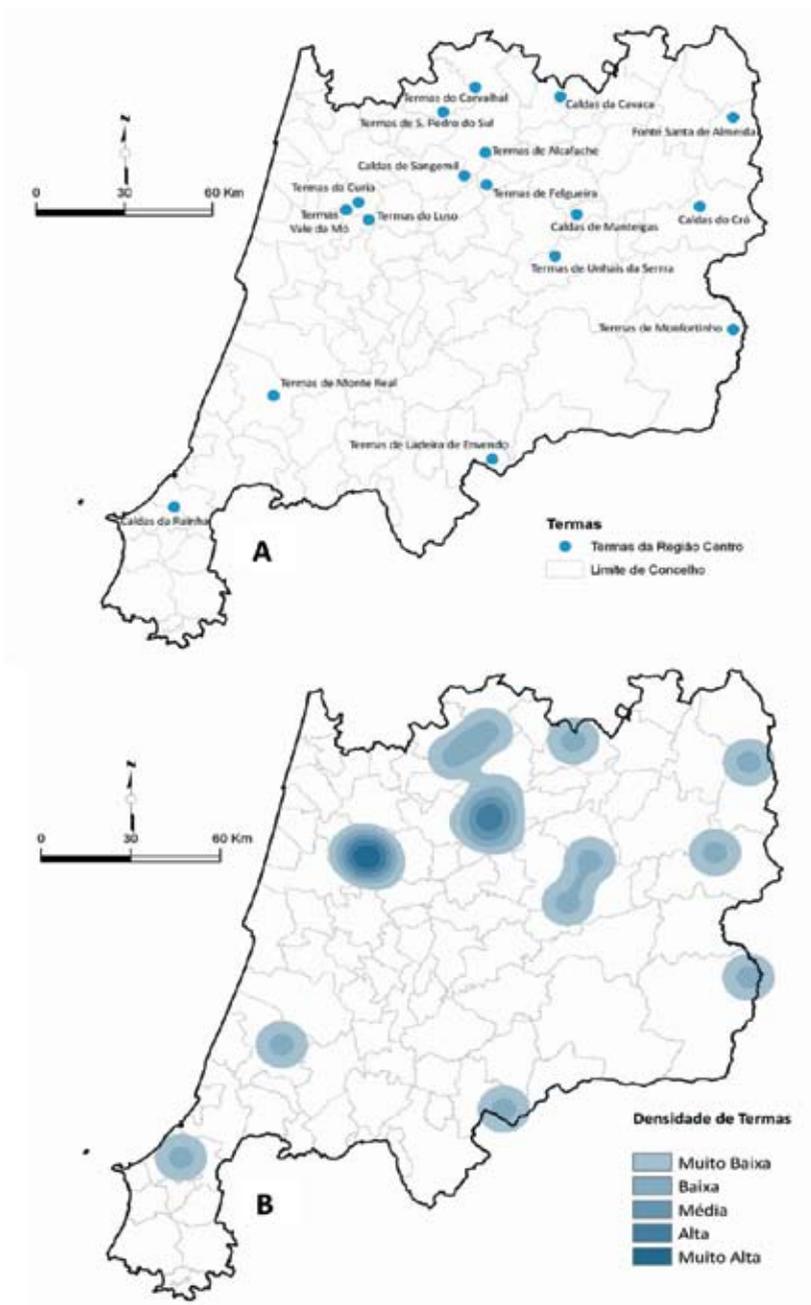


Fig. 2 – Termas na Região Centro.

A: Distribuição de Termas na Região Centro.

B: Análise da densidade de actividades de termalismo na Região Centro (Método Kernel).

Fonte: Termas de Portugal.

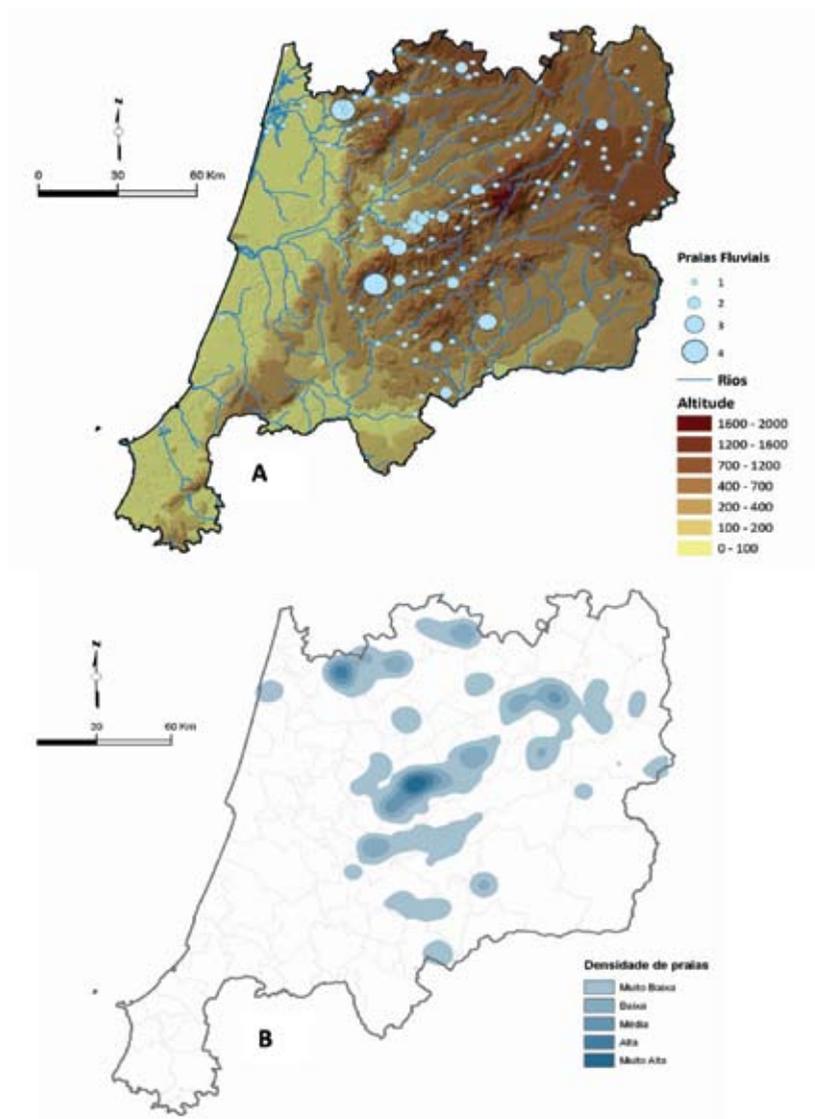


Fig. 3 – Praias fluviais na Região Centro.
 A: Distribuição de Praias Fluviais na Região Centro.
 B: Análise da densidade de lugares com praias fluviais na Região Centro (Método Kernel).

Fonte: Atlas do Ambiente, Site Guia de Portugal.

Na Fig. 3A é possível verificar que a distribuição de praias fluviais, na Região Centro, acontece quase sempre no interior, a altitudes acima dos 400 metros e em núcleos identificáveis em torno de alguns rios onde parecem ter coalescido as condições físicas e a vontade das instituições e administrações. Neste sentido, salientam-se o rio Vouga, o rio Mondego e, particularmente, os seus afluentes Alva e Ceira, bem como o

Rio Zêzere e alguns dos seus afluentes dando expressão à densidade de praias fluviais representada na Fig. 3B.

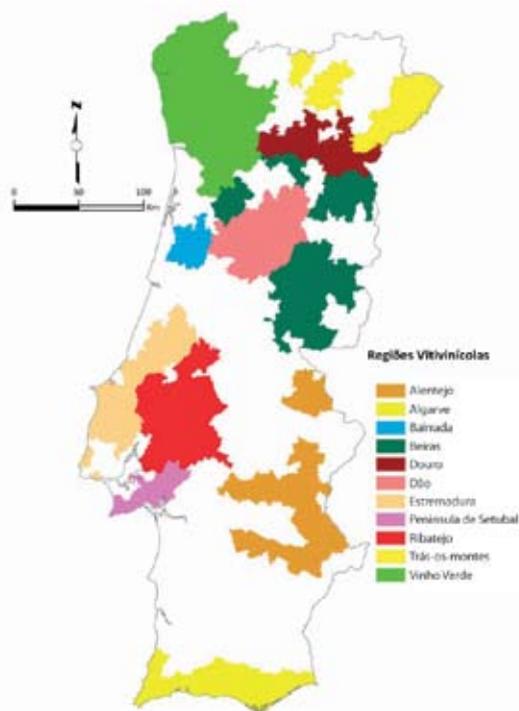


Fig. 4 – Regiões Demarcadas (Portugal Continental).

Fonte: Instituto do Vinho e da Vinha, Diários da República.

Um terceiro elemento que escolhemos, para caracterizar as novas oportunidades de lazer nos espaços rurais, foi a produção vitivinícola. Sabemos que Portugal apresenta ótimas condições para a produção de vinho e que a qualidade do produto tem aumentado significativamente, devido à intervenção tanto de instituições reguladoras, como dos investidores privados, melhorando as vinhas, seleccionando as castas, ajustando os modos de produção.

Com o território nacional praticamente coberto por Denominações de Origem ou por Indicações Geográficas, as Regiões Demarcadas (Fig. 4) servem de referência à qualidade de um produto que pretende ser identitário em relação aos territórios onde é produzido, pela capacidade de promover a integração de produtos turísticos diversos em torno de propostas de grande pertinência para o desenvolvimento local sustentável. É incontornável a importância da Região Demarcada do Douro no contexto nacional e mesmo internacional, com grandes produções e grande qualidade.

Todavia, a Região Centro integra um conjunto de Regiões que desde há muito se apresentam como referências vitivinícolas ou estão em desenvolvimento acelerado.

No primeiro caso a Região do Dão é exemplar, a par com o Távora/Varosa, enquanto a Bairrada e os territórios da Bacia do Côa procuram integrar cada vez mais

a qualidade, com a oferta de fileiras muito organizadas e assumidamente viradas para a promoção do produto vinho, desde o cultivo da vinha à venda directa, não apenas do vinho, mas da imagem de qualidade com associação de serviços ao território, através da vitivinicultura. Essa oferta, embora muito distribuída no território, surge relacionada com localizações específicas (Fig. 5), em correlação directa com as quintas, as sociedades, as adegas, as caves dos produtores e engarrafadores (Fig. 5A), que permite uma expressão densitária (Fig. 5B) que permite identificar, de forma explícita, onde se localizam as maiores potencialidades do produto vinho em Portugal.

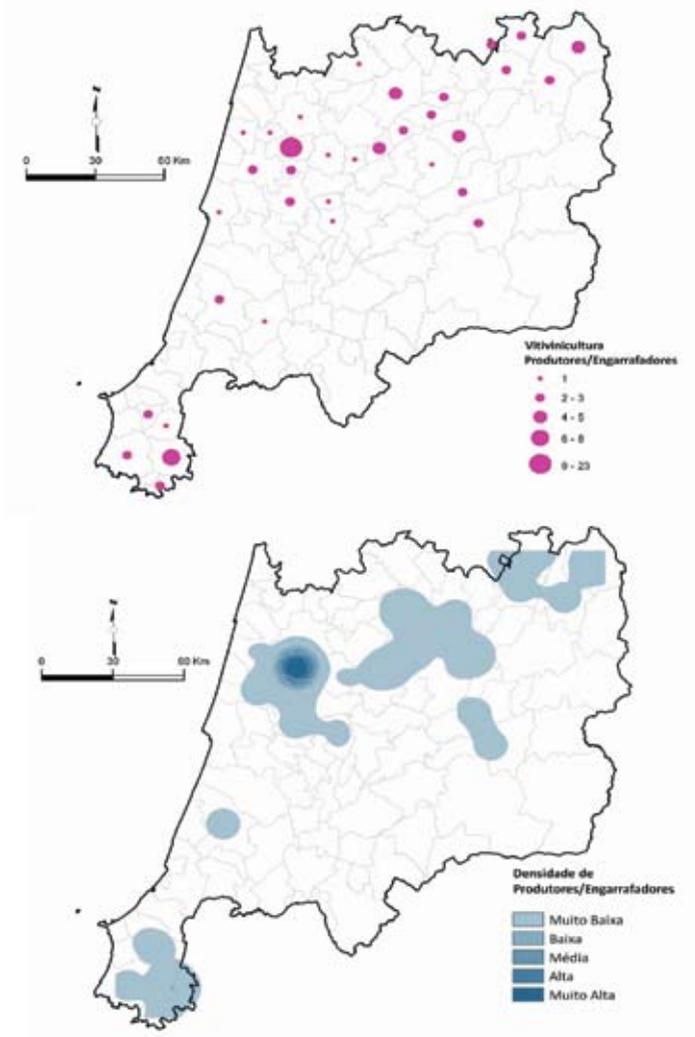


Fig. 5 – Vitivinicultura na Região Centro.

A: Distribuição de Produtores e Engarrafadores na Região Centro.

B: Análise da densidade de Produtores e Engarrafadores na Região Centro (Método Kernel).

Fonte: <http://www.vinhos.online.pt/>.

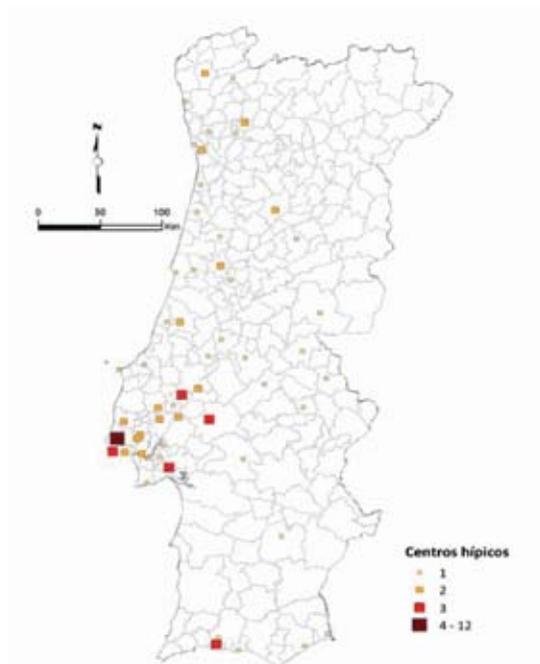


Fig. 6 – Centros Hípicos em Portugal Continental.

Fonte: <http://www.cavalonet.com/>

Até porque é no rosário de lugares que se associam aos produtores/engarrafadores que vamos encontrar as melhores ofertas de enoturismo, marca clara de um investimento inovador, ecológico e identitário que as próprias políticas nacionais procuram valorizar (Plano Estratégico Nacional para o Turismo). Assim, a leitura da Fig. 5 (A e B) mostra que, na Região Centro o *core* do sistema se encontra na Bairrada, onde a relação entre vinhos de mesa, espumantes e licores, conjuntamente com um conjunto de entidades reguladoras predominantes e investidores privados inovadores se revela de grande significado para a economia e a identidade territorial.

Também importantes são os territórios do Dão e do Côa, assim como o Norte da Estremadura (Alcobaça, Terras de Aire, Lourinhã e Óbidos).

Outro elemento novo que tem estado a ser valorizado como produto de desenvolvimento local é a actividade equestre.

Sem grande projecção na Região Centro, o cavalo sempre teve maior impacto social e importância económica em terras ribatejanas e Área Metropolitana de Lisboa. Todavia, a reorganização administrativa da Região de Lisboa e Vale do Tejo veio oferecer à Região Centro mais um elemento de inovação que se tem difundido por vários lugares do território e que se apresenta imbuído das características ideias para singrar enquanto promotor de novas densidades relacionais e, por isso mesmo, de desenvolvimento local. A Fig. 6 permite, precisamente, mostrar a importância do cavalo na Grande Lisboa e no Ribatejo, onde se concentra um número significativo dos centros hípicos portugueses, muito associados a situações de desporto equestre, mas também de lazer.

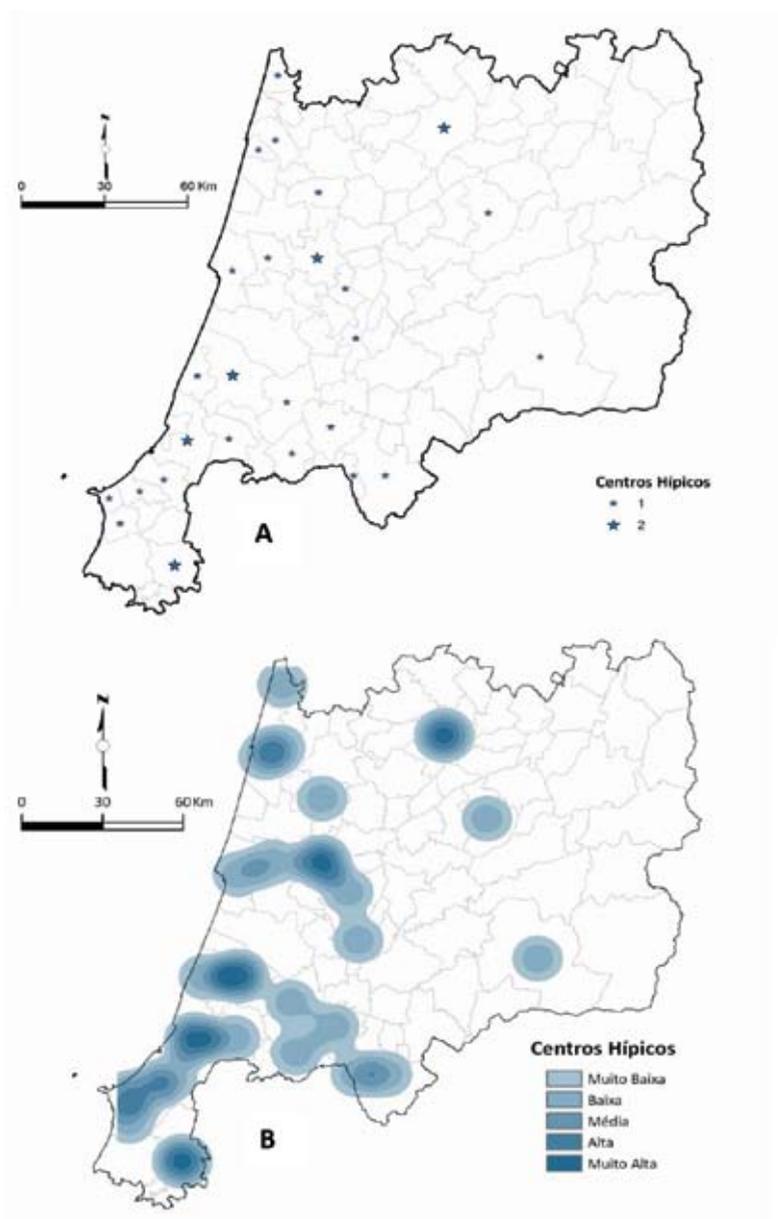


Fig. 7 – Centros Hípicos na Região Centro de Portugal.

A: Distribuição dos Centros Hípicos na Região Centro de Portugal.

B: Densidade de Centros Hípicos na Região Centro de Portugal (Método Kernel).

Se bem que, do ponto de vista social, seja identificado com algum elitismo, devido aos custos que implica a manutenção e os equipamentos necessários para as actividades relacionadas com a equitação e o hipismo, as ofertas começam a ser diversificadas e acessíveis a bolsas de classes médias.

Tornar possível a prática e o contacto com actividades equestres sem a necessidade de suportar as despesas de adquirir um cavalo e todas as despesas que lhe estão associadas é uma forma de promover novas práticas de lazer. A oferta vai do contacto efémero e excepcional, passa por propostas de percursos equestres de tempos e espaços variados, e vai até aos serviços especializados de tratamento e serviços a cavalos cujos donos não têm nem tempo, nem espaço para oferecerem aos seus animais condições necessárias para o seu bem-estar.

Esta nova oferta de serviços consegue, na verdade, conjugar tanto o propósito do lazer do autóctone do lugar ou região, como a atracção que representa o contacto com um cavalo em percursos pensados para desfrutar a beleza paisagística e patrimonial dos lugares.

Na Região Centro é possível encontrar já alguns lugares (Fig. 7) onde essa oferta se torna realidade. Como é óbvio, o Oeste e o Médio Tejo apresentam uma concentração significativa de centros hípicas que funcionam como recursos para o território. Todavia, mais a norte começam a surgir investimentos pensados para serem atracção de clientelas específicas que procuram novas experiências ou serviços equestres qualificados. Torna-se evidente, pela análise da Fig. 7 (A e B) que é o litoral que apresenta uma oferta digna de registo e, no interior, a oferta equestre surge associada a concelhos com centros urbanos importantes na rede de cidades da região (Viseu, Castelo Branco, Seia), salientando uma distribuição em que a relação entre a capacidade de atracção urbana se conjuga com funcionalidades rurais, evidenciando a importância de existir uma relação de complementaridade e integração entre estes espaços, para que se possam potenciar, da melhor forma, as características endógenas dos territórios.

Finalmente, podem ser considerados recursos para o desenvolvimento local de espaços rurais, os elementos ligados à Natureza, com particular relevância para aqueles que pelas suas características intrínsecas (raridade, espectacularidade, beleza) ou pelo significado sociocultural de que se revestem (interesse científico ou didáctico, simbolismo espiritual ou religioso, significado em termos de lazer ou desporto), facilmente podem ser integrados em políticas regionais ou locais de desenvolvimento territorial.

Estão neste caso as árvores notáveis (Fig. 8), referenciadas pela Direcção-Geral de Recursos Florestais e disponibilizadas através do Atlas do Ambiente Digital, muitas delas autênticos monumentos à vida vegetal, de inegável interesse pedagógico-didáctico.

Tratando-se de árvores que, pelo seu porte, idade, raridade ou ainda por motivos históricos e culturais se distinguem de outros exemplares (Pinho, s/d), correspondem tanto a carvalhos, sobreiros, castanheiros, testemunhos raros dos povoamentos autóctones da região, como a pinheiros ou eucaliptos, e mesmo árvores de fruto ou a espécimes decorativas, que à escala da Região Centro se distribuem de forma mais ou menos homogénea. Ainda que neste conjunto estejam espécimes com importância científica, cultural e pedagógico-cultural diversas, muitos destes exemplares são hoje, a nível municipal, autênticos ícones, perfeitamente integrados nas estratégias de desenvolvimento local.

Porventura mais importantes, sobretudo em tempos de forte valorização dos exotismos paisagísticos encontrados no mundo rural, são os elementos do património geomorfológico (Fig. 9), que pelas suas características de relevância científica, espectacularidade ou raridade possam ser apelidados como “monumentos” (Carvalho, 1999).

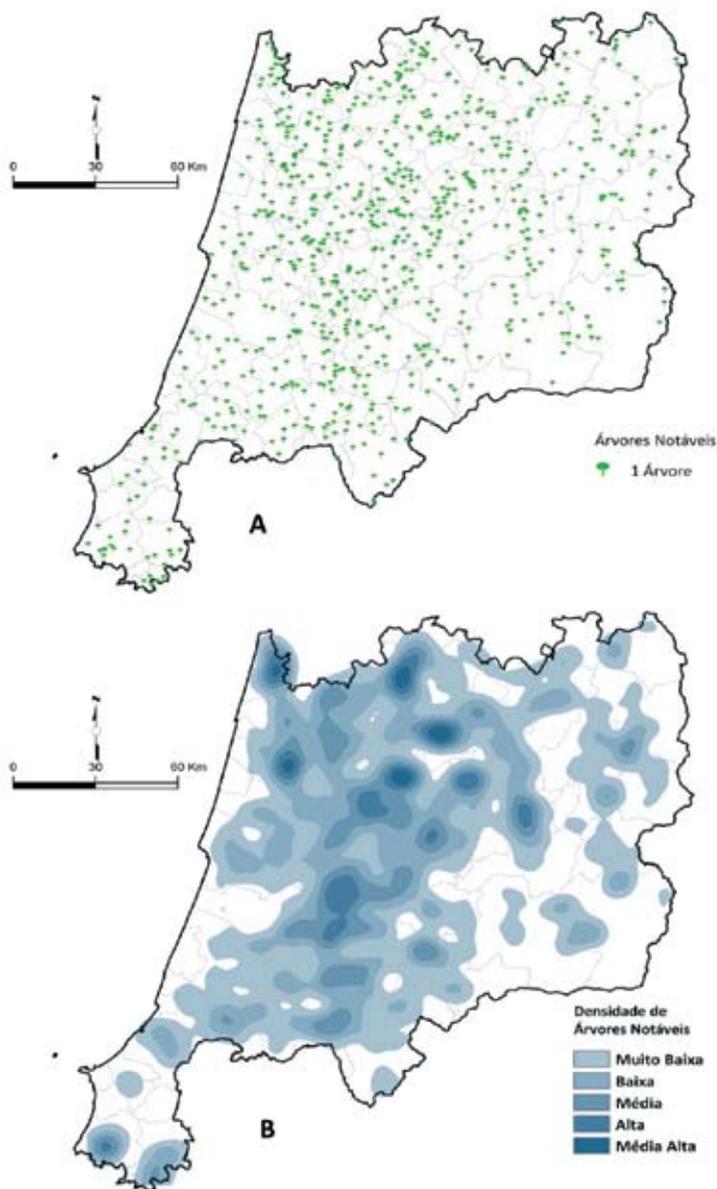


Fig. 8 – Árvores notáveis na Região Centro de Portugal.
 A: Distribuição das Árvores Notáveis na Região Centro.
 B: Densidade das Árvores Notáveis na Região Centro (Método Kernel).

Fonte: Atlas do Ambiente.

Dos elementos da geodiversidade (Gray, 2004), cuja relevância estética ou simbólica justifica, por um lado, a integração em estratégias de desenvolvimento e, por outro, a adoção de medidas de conservação e valorização, destacam-se, em particular, alguns

elementos geomorfológicos situados, quer em espaços montanhosos, quer no litoral, ligados à dinâmica da linha de costa. Nos espaços montanhosos destacam-se elementos ligados à paisagem granítica das Serras do Montemuro, Freita e Caramulo, à paisagem cársica dos Maciços de Sicó e Estremenho e à paisagem glaciária herdada patente no Maciço Central da Serra da Estrela.

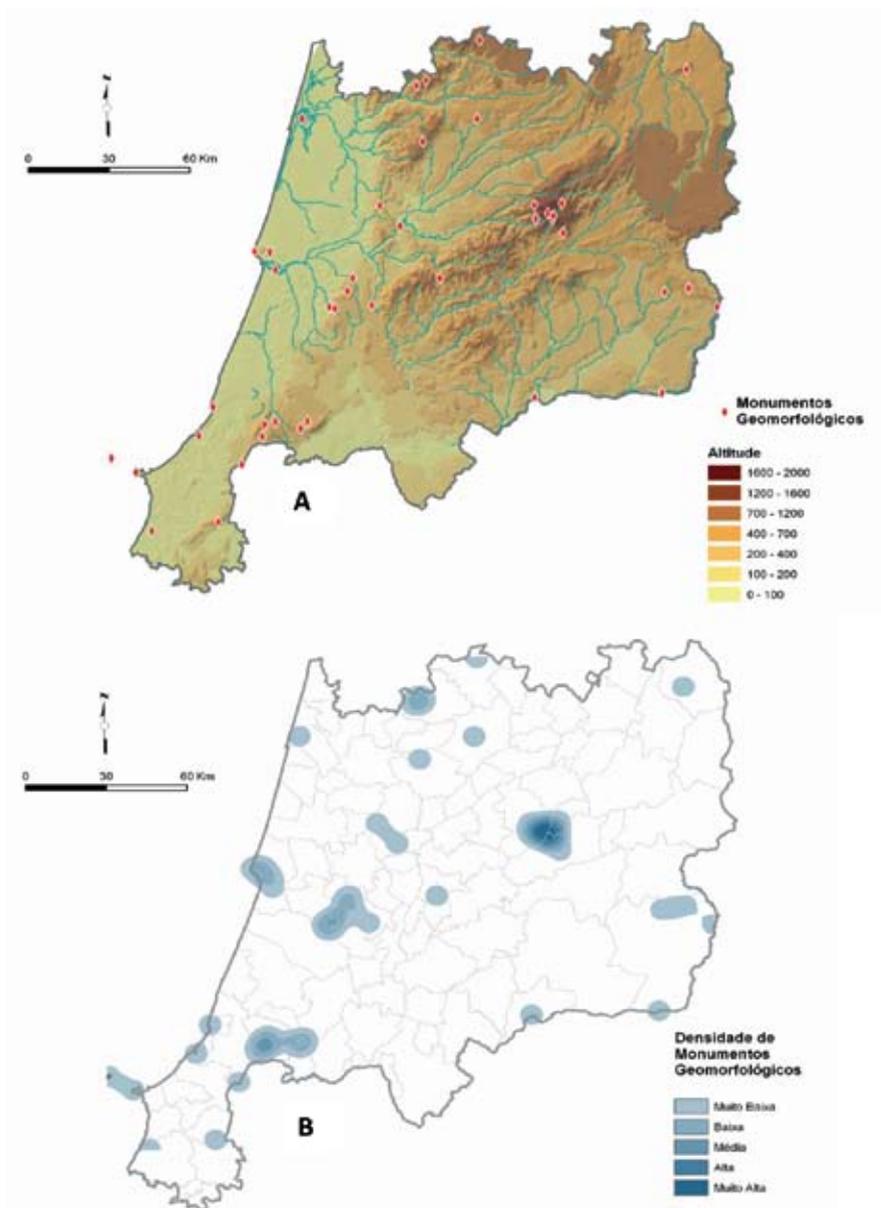


Fig. 9 – Monumentos Geomorfológicos na Região Centro de Portugal.

Fonte: Elaboração Própria.

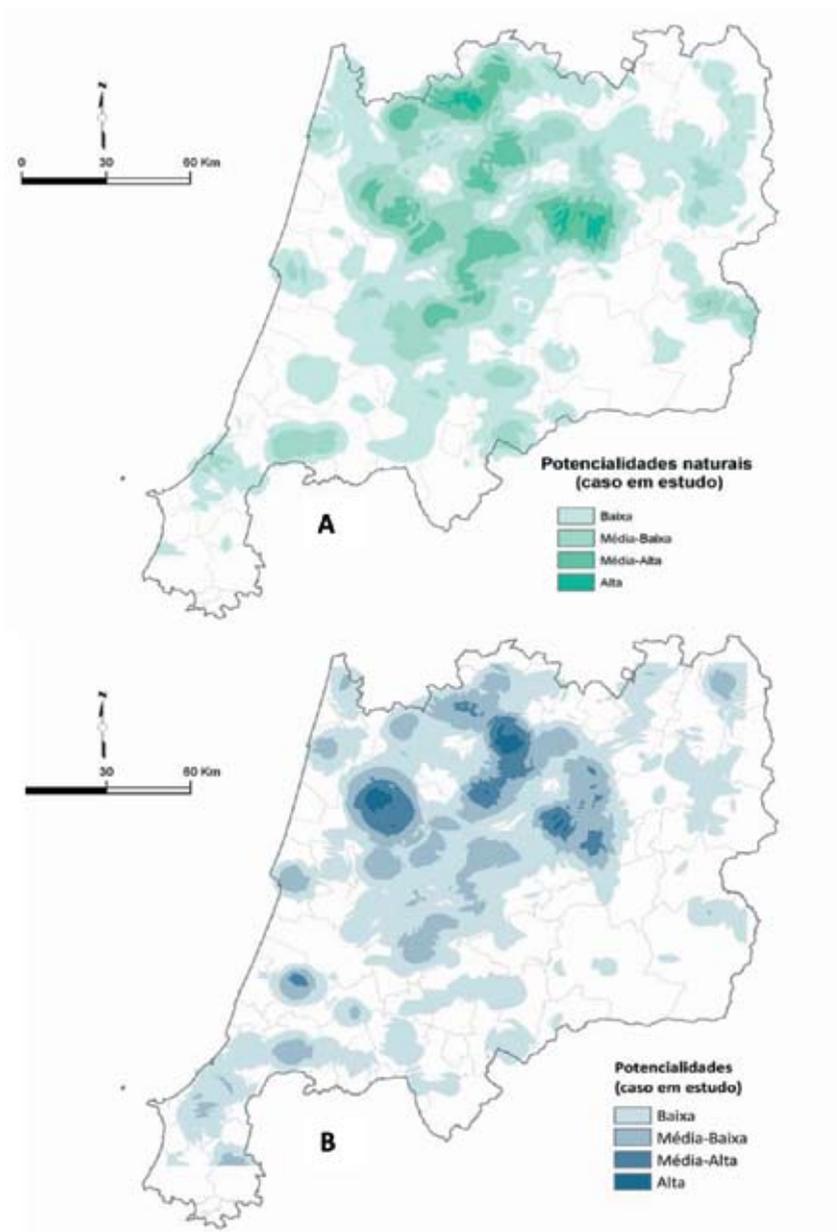


Fig. 10 – Carta Síntese das Potencialidades Patrimoniais seleccionadas (Região Centro).
 A: Potencialidades Naturais; B: Total das Potencialidades seleccionadas.

Fonte: Elaboração Própria.

Na linha de costa da região merecem referência alguns elementos ou sistemas geomorfológicos ligados à evolução de costas baixas e arenosas (Laguna de Aveiro, por exemplo) e de costas com arribas Rochosas (como por exemplo o Cabo Carvoeiro).

No conjunto, define-se um padrão regional que, claramente, pende para o interior montanhoso, o que vem ao encontro daquilo que é a rede de áreas protegidas e Natura 2000 da região. Este facto não é de estranhar, uma vez que, apesar de, em regra, serem indicados argumentos de natureza biótica ou ecológica para a classificação e delimitação de áreas protegidas, a influência que os elementos geomorfológicos detêm na construção da paisagem e como suporte ecossistémico é, de facto, o factor base da classificação (Cunha, 2006), porque suporte de todos os outros. Servem como exemplos os Parques Naturais da Serra da Estrela, das Serras de Aires e Candeeiros ou do Tejo Internacional e do Douro Internacional, bem como os sítios da Rede Natura da Serra do Montemuro ou da Serra de Sicó.

Até aos anos (19)80 a classificação de um território como área ambientalmente protegida era tida, essencialmente, como factor de constrangimento ao desenvolvimento local pelas limitações que impunha em termos das actividades económicas (agricultura, pecuária, indústria extractiva, turismo). Hoje, este estatuto, pelo valor simbólico que acrescenta aos territórios e pela capacidade de atracção de visitantes que promove, é um importante factor de *marketing* territorial à escala local e regional (Sexto, 2006), indispensável à prossecução de políticas de desenvolvimento.

Conclusão

São muitos os elementos patrimoniais naturais, culturais e económicos do mundo rural português que podem constituir factores de desenvolvimento. São também já muitas as actividades de lazer e desportivas que, utilizando estes recursos patrimoniais, aos poucos começam a animar os espaços de baixa densidade económica, infra-estrutural e demográfica. Por outro lado, um pouco por todo o mundo rural despontam ou ressurgem novas pólos de lazer utilizando quer recursos naturais (praias fluviais; termas), quer actividades rurais mais ou menos tradicionais (enoturismo; actividades equestres, entre outros).

A lista atrás apresentada não é necessariamente exaustiva no que diz respeito aos recursos nem no que se refere às possibilidades de desenvolvimento local. No entanto, permite já uma imagem de conjunto da região e das suas potencialidades territoriais através de novas formas de desenvolvimento local. Utilizando as possibilidades técnicas do software SIG utilizado foram construídos dois mapas, um que traduz o somatório das potencialidades naturais e um outro que traduz o somatório do conjunto de potencialidades elencadas ao longo deste texto (Fig. 10). Esta lógica de associação ou de somatório de potencialidades reflecte também as lógicas de complementaridade entre a fruição de diferentes recursos, capaz de permitir a criação de imagens ou mesmo produtos turísticos e de lazer característicos do espaço rural.

Numa análise breve do conjunto regional distinguem-se algumas regiões montanhosas representativas sobretudo das potencialidades naturais (caso da Serra da Estrela) e áreas menos montanhosas como as regiões de Dão-Lafões ou do Baixo Vouga em que as potencialidades termais são complementadas pelas praias fluviais, pelo enoturismo e por elementos naturais mais ou menos próximos. Qualidade, quantidade, diversidade e complementaridade serão, assim, palavras-chave no quadro de desenvolvimento futuro do mundo rural do Centro de Portugal.

Ao ver reabilitada a sua diversidade e reajustadas à contemporaneidade as acessibilidades, a qualidade de vida potencial e o seu papel de “preservatório” natural e cultural, o mundo rural assume-se como um *continuum* de desenvolvimento urbano-rural, de importância central no processo de conjugação da sustentabilidade com os interesses económicos.

Bibliografia

- Carvalho, A. M. G. 1999, *Geomonumentos*. Lisboa.
- Cavaco, C. 2005, ‘Diferenciação regional da função turística’, in *Geografia de Portugal*, dir. C. A. Medeiros, XI, C. Cavaco, O Turismo e as Novas Dinâmicas Territoriais, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, pp. 385-399.
- Cavaco, C. 2005, ‘Os espaços de turismo’, in *Geografia de Portugal*, dir. C. A. Medeiros, XI, C. Cavaco, O Turismo e as Novas Dinâmicas Territoriais, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, pp. 408-422.
- Cavaco, C. 2005, ‘Turismo e desenvolvimento regional e local’, in *Geografia de Portugal*, dir. C. A. Medeiros, XI, C. Cavaco, O Turismo e as Novas Dinâmicas Territoriais, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, pp. 400-407.
- Cavaco, C. 1996, ‘Turismo e desenvolvimento local’, in *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*, org. A. Rodrigues, Hucitec, São Paulo, pp. 94-121.
- Champanhola, C. & Silva, J. G. 2000, ‘Directrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local’, in *O novo mundo rural: políticas públicas*, org. C. Champanhola & J.G. Silva, Embrapa, S. Paulo, pp. 61-91.
- Cunha, L. S. 2006, ‘Para quê e a quem serve a Geomorfologia’, *Aurora*, Braga, pp. 27-40.
- Ferrão, J. 2000, ‘Relações entre mundo rural e mundo urbano. Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro’, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, CIES, Celta, Oeiras, pp. 45-54.
- Gaspar, J. 2004, ‘Técnica, território e poder’, in *Milton Santos e o Brasil*, org. M. Brandão, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo.
- Lourenço, N. (1993) – *Família rural e indústria. Mudança social na região de Leiria*. Coleção Estudos, Editorial Fragmentos, Lisboa.
- Moreno, L. 2007, *Desenvolvimento Territorial – de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador: Caminhos e Caminhantes*, e-book, com base na revisão da obra de 2002 intitulada *Desenvolvimento Local em Meio Rural: Caminhos e Caminhantes*, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Pinho, J. R. 2003, *A árvore como monumento*. DGF. MA. Lisboa, Disponível em www.dgrf.min-agricultura.pt/v4/dgf/ficheiros/20030323170810DSVPF-P.pdf; consultado em 31 de Dezembro de 2007)
- Regulamento (CE) N.º 1698/2005 do Conselho, de 20 de Setembro de 2005, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) Jornal Oficial da União Europeia 21.10.2005
- Rodrigues, M. & Callou, A. *Estratégias de comunicação rural para o desenvolvimento local: o caso do Conselho Municipal de turismo na Cidade do Conde, Bahia*, Disponível em www.eca.usp.br.
- Santos, N. P. 2007, “Sustentabilidade Urbana. Território e Aplicabilidade”. Iberografias, Centro de Estudos Ibéricos, Guarda (no prelo).
- Sexto, C. F. 2006, ‘Mercadotecnia territorial. El territorio como un producto mercantil en la sociedad de la información’, *Aurora*, Braga, pp. 27-40.

(Página deixada propositadamente em branco)

Norberto Pinto dos Santos
Centro de Estudos Geográficos
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

WINE IN PORTUGUESE TOURISM AND LEISURE*

Introduction

A few months ago a leading Portuguese weekly newspaper wrote: “Golf, horses, gastronomy, wines and heritage... So much to see and do ... awaiting us at our new hotels” (Special insert, *Expresso*, 27 October 2007).

Resources, goodwill and ready services are today’s image of Portuguese tourism. Furthermore, these products are being perceived as the core references of quality tourism, clearly linked to local and regional development.

The present paper will focus precisely on one of the products of the Portuguese tourism system: *wine*.

This product encompasses tradition and social-economic meaning, whilst closely associated with sparsely populated areas, although currently it displays new outfits, innovative procedures and new identities, which lend the surrounding territory added-value that cannot be ignored. Besides the important role it plays in farming, wine is nowadays above all a product of excellence of Portuguese tourism, as underlined by the The National Strategic Plan for Tourism (NSPT).

In 1995, Claval stated that we were witnessing what became known as a *new cultural transition*, which included the development of *mass* media and its dominance, the rise of new feelings of identity and the development of new spatial anchors of culture. In traditional societies each region had its own techniques and methods, and they interpreted the moral principles of the elite classes in their own way. They believed to be endowed with a well-traced identity (Claval, 1995: 332). Mass media eroded the local authorities and the territorial identity lost much of its value, so much so that the resulting void was filled with choices of *cultural consumption*, as they are called.

These cultural products gained expression in the world of leisure and entertainment and they reveal new identities, through the mediation of both public and private institutions and the acknowledgement of the local populations of traditional products

*Texto apresentado ao II *International Colloquim in Tourism and Leisure*, Chiang Mai, Tailândia, 5 a 8 de Maio de 2008.

in new packaging, of which wine tourism is a part. Such identities, when interpreted in the light of sustainable development, help foster local marketing, create employment and promote growth in competition with the global markets. To achieve these goals the local power (public and private) and central governments play a very important role, as is vital companies' fight for their share in the market through product image, excellence and innovation. This is precisely the case of the Portuguese wine cluster as a tourism product (wine tourism), associated with the wine routes, farms and estates, vineyards, wine production procedures, wine-tasting, museology, wine brotherhoods, quality of the wine product... An array of other tourism products which, operating in a systemic manner, may promote wine tourism.

Time and space of wine in Portugal

Time...

The Celts, who had already discovered the vine, are believed to have been the ones to introduce in the Iberian Peninsula in the sixth century BC the vine varieties which they grew.

One of the first references to the production of wine in Portugal dates back to 989, according to the Fiães Convent Book of Dates (Douro).

With the Roman occupation of the Peninsula, vine culture developed more modern trends: new grape varieties were introduced and growing methods upgraded, in particular pruning. In this period, grape-growing grew significantly as a result of the need to send frequent shipments of wine to Rome to supply growing demand.

It is also worth noting the role that the Catholic Church played in the dissemination of vineyards and the generalised use of wine. The Catholic Church consecrated bread, as well as wine, which became part of the ritual of sacred mass. To guarantee mass wine supply, monks became the promoters and masters of grape-growing and wine production. Wine then became part of Medieval society's drinking habits and accounted for a significant share of the Medieval Lords' revenue.

In 1703 Portugal and England signed the Methuen Treaty which regulated trade relations between the two countries and provided a special framework for the supply of Portuguese wines to England.

The Marquis of Pombal was a great promoter of wine production in Portugal. In 1756 the Douro region was designated wine region under his orders, the first to receive such designation worldwide. Consequently, the *Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro* was appointed. The current municipalities of Loures and Sintra also received wide support of their wines under the Marquis of Pombal, particularly the regions of Bucelas and Colares (in the current province of Estremadura).

Going into the 20th century, 1907/08 started the regulation process of several Portuguese protected designations of origin. Besides the producer region of Port wine and Douro table wine, other already famous wine production areas were also demarcated, including Madeira wine, Moscatel wine from Setúbal, Carcavelos, Dão,

Colares and Vinho Verde (<http://www.ivv.min-agricultura.pt/>). The *Organização Corporativa e de Coordenação Económica* of the New State founded, in 1933, the Wine Producers Federation of the Centre and South of Portugal, a corporate body in charge of regulating the market and endowed with the appropriate powers. Four years later the *Junta Nacional do Vinho (JNV)* was invested with the power to balance supply and demand, to survey production and store surplus wine.

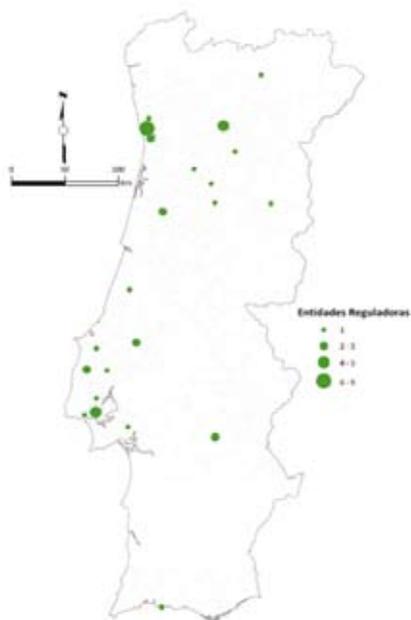


Fig. 1 – Regulatory Bodies in 2007.
Source: Wine and Vineyard Institute.

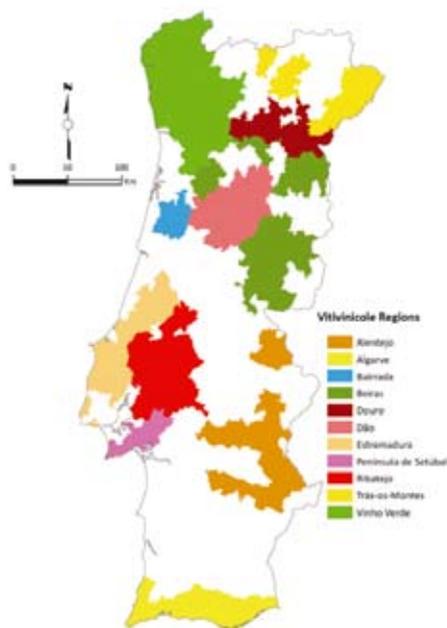


Fig. 2 – Portuguese vine and wine regions.
Source: Wine and Vineyard Institute.

Towards the late 20th century the Portuguese economy, and subsequently grape-growing and wine production, awoke to a new outlook concept Designation of Origin was standardized in conformity with Community legislation and the classification of Regional Wine was created for table wines of Geographic Indication, thus enhancing the quality policy of Portuguese wines. In 1986 the JNV was replaced by the *Instituto da Vinha e do Vinho (IVV)*, a new body which suited the structures established by the new market policy, as a result of Portugal joining the European Union. The acknowledged relevance of regional support led to the supported development of Regional Vine and Wine Councils, which played a very important part in the preservation of the quality and distinction of Portuguese wines. Together with the Federations of Vine and Wine Producers, Professional Associations of the Wine cluster, these Councils have functioned as regulators and promoters. Their geographical distribution (Fig. 1) clearly illustrates the core regions where wine production reveals greater social and economic meaning in Portugal.

Space with time...

There are currently 23 Denominations of Origin and 10 Geographical Indications in Portugal, besides the designated Wine Regions (Fig. 2).

Denomination of Origin is a concept applicable to designated wines whose originality and individuality are attached to one specific region. By joining the EU Portugal is authorised to use the Community nomenclature (QWPSR – *Quality Wine Produced in a Specific Region*) that designates wines of high quality, with a limited production established annually by the Regulatory Bodies, and that are produced from grape varieties grown in demarcated regions¹. There are also Regional Wines. This is a classification given to table wines with Geographical Indication. They are wines produced in a specific region and they are marketed with the same name. These wines are produced at least from 85% of the region's main variety of grapes, as identified, recommended, authorized and certified.

All of the wines that do not fit under the designations QWPSR and Regional Wines are considered *Table Wines*. They have no geographical indication and they are produced from lot wines, which are selections of good wines from north to the south of Portugal. They have to comply with the standards of quality, and bottling presentation and capacity.

By analysing the geographical distribution of Wine Production in Portugal (Fig. 3A) one easily identifies the core supplier areas. Clearly the largest producers are in the administrative sub-regions of Douro (NUT² III) (north-east Portugal) and West (NUT III) (the northern fringe of Lisbon). There is a tight link between the NUTs marked in grey and black (larger production) and wine tourism supply. Indeed, this tourism product plays an important part in the promotion of local development, as it is directly based on a traditional product with new packaging: innovative services, appealing images, integrated promotion of other tourism products.

A more targeted analysis of the production of Quality Wines Produced in a Specific Region enables us to identify the cores of Portuguese wine tourism (Fig. 3B), in tune with the proposals made by the *Instituto do Turismo* for first (Porto and North Regions) and second (Centre and Alentejo Regions) priority regions for investment in wine tourism product in Portugal, with the Douro, Vinho Verde, Dão and Alentejo designated Wine Regions as leaders in the supply of this tourism product.

As for Regional and *Table Wines* the NUTs surrounding the capital city (particularly in the West and Tagus wetlands) are clearly the main producers, paralleled by the Douro sub-region.

¹ To use this classification, there are standards based on the features of the wine, namely colour, flavour and aroma. Sometimes replaced by a known reference DR – Designation of Region. This designation encompasses all the classified wines as RDO (Registered Designation of Origin) and IRP (Indication of Regulated Provenance). RDO – Registered Designation of Origin: designation of wines produced in a geographically designated area and subject to compliance with specific legislation (soil properties, grape variety recommended and authorized, wine practical, alcohol content, time of period of training, etc.). IOR – 'Indication of Origin Regulated': designation of wines that, although enjoying of specific features, will have to fulfil, for at least 5 years, all the rules established for the production of wines of great quality to be able, then, to be classified as RDO.

² NUTS - Nomenclature of Territorial Units for Statistics.

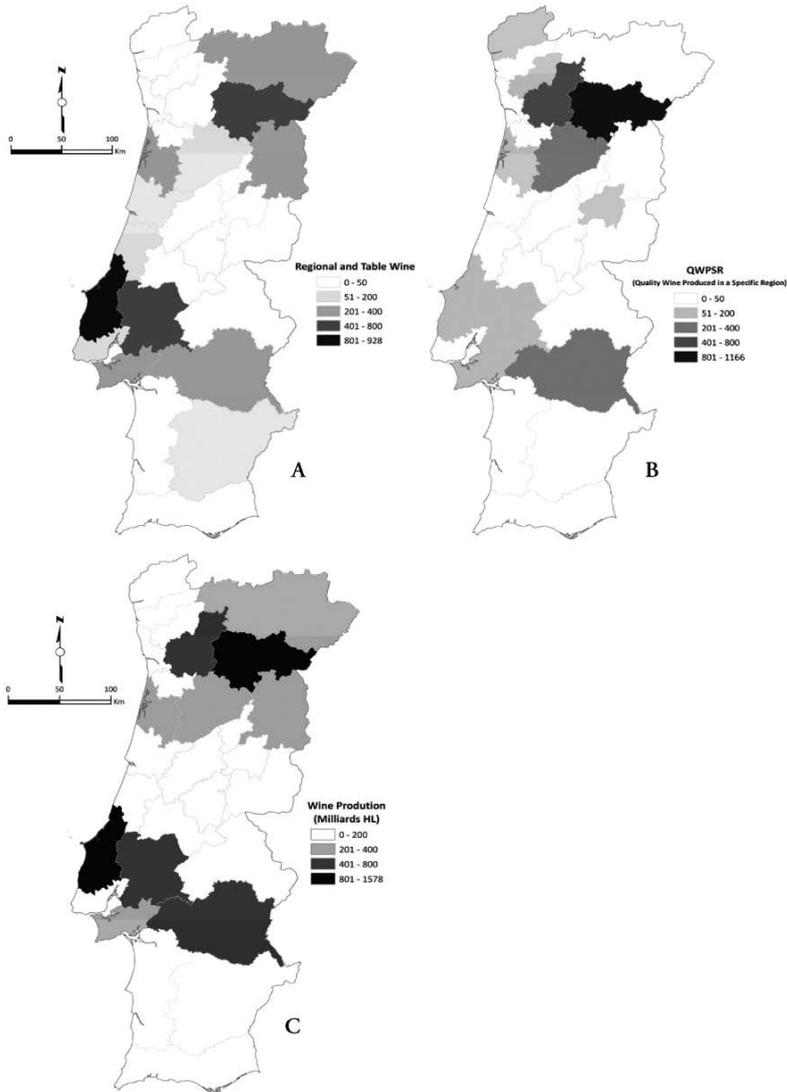


Fig. 3 – A – Wine production (total in millions of hectolitres).
 B – Quality Wines Produced in Specific Regions.
 C – Regional and Table Wines.
 Source: Wine and Vineyard Institute

Interestingly several sub-regions present high production values (Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Cova da Beira (QWPSR); Trás-os-Montes, e Baixo Alentejo), meaning that through investment in quality – currently an attribute of Portuguese grape-growing and wine production activities – wine tourism supply may become in the near future better and more diversified and it has a lot to win from distinct economies of scale.

The acclamation of the places associated with wine tourism product has grown in Portugal and the sustainable (ecotourism) and integrated perception hereof (connection to several tourism products relating with the territory) is a reality.

As Bell & Valentine put it (1997: 153) “the region is a product of both human and physical processes: a natural landscape and a peopled landscape. It is also a powerful way of thinking place and identity (Thrift, 1991)”. (...) Wine region is an exemplar of how the rhetoric’s of the region are pulled together to stress uniqueness, and how the physical and human landscapes are seen as together producing that uniqueness”. In effect, if one analyses the *wine product* by identifying the place as the result of the relation between nature and culture, if perceived from the standpoint of thinking global and acting local, geography gains a study field of undeniable value and meaning. What then needs identifying are the places, itineraries, routes and boundaries related to the vine and wine regions of Portugal.

There are in Portugal 11 designated wine regions (see Fig. 2) (without counting Madeira and Azores).

The Vinhos Verdes/Minho wine region, located in the North-eastern part of the country, is the largest in Portugal. The region was designated in the early 20th century and the Denomination of Origin is currently divided into nine sub-regions – Monção, Lima, Basto, Cávado, Ave, Amarante, Baião, Sousa and Paiva – each of which producing a unique form of Vinho Verde. The region is essentially a producer of white wine (Alvarinho and Loureiro being two of the most relevant examples) and the local red wine (formerly the predominant production in the region) is produced almost exclusively for local consumption.

On the same latitude, but in the Trás-os-Montes region (northeastern part of the country), another 3 sub-regions are identified: Chaves and its vineyards on the slopes of the tributaries of the river Tâmega; the planes of Valpaços; and the Miranda plateau and its vineyards at the mercy of the Douro river. However, it is in the South of this region that the Douro river is the closest to grape-growing and wine producing, through its lithological forms of shaping the territory.

The Douro region is precisely the product of a successful integration of Man and Nature. The distinct forms of grape-growing are themselves of tourist interest; furthermore the landscape designed by the combination of river bank slopes, ledges and terraces covered in vineyards was listed as World Heritage by UNESCO in 2001, another element in favour of this region’s tourism potential.

The three Douro sub-regions, Baixo Corgo on the west side, Cima Corgo and Douro Superior on the east, have to some extent become specialised in wine production. The first enjoys the best conditions for producing table wine, the second is an excellent *vintages* producer and Douro Superior is known for its white wines, sparkling wines and *generoso Moscatel* dessert wine.

Whilst the northern region displays a large variety of wines which results in the enhanced potential of wine tourism, the Beiras region is in frank expansion, albeit with lower levels of projection and less consolidated investment.

The *Instituto do Turismo* in its publication *Turismo de Portugal* (2006) underlines five stages in the development of the wine tourism product: planning, supply development, enhanced competition, supply diversity and enhancement and marketing. The Centre Region, which encompasses the Beiras (Lafões, Távora/Varosa – renowned for the

production of sparkling wine –, Castelo Rodrigo, Pinhel, Cova da Beira), Bairrada and Dão regions, is acknowledged for its “good potential owing to the excellent wines, natural landscapes and local gastronomy”, but “the cellars are not prepared for receiving tourists” Turismo de Portugal (2006: 56). Therefore the region is said to be in the *Planning stage*³. The Porto and North region, on the other hand, has entered the *Competition enhancement stage*⁴.

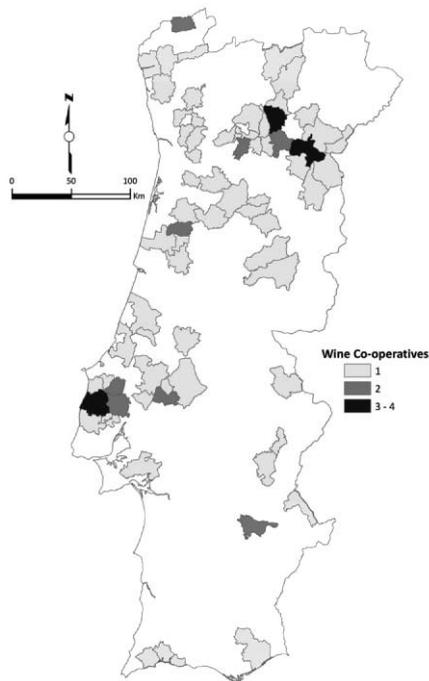


Fig. 4 – Wine Co-operatives.

Source: Adapted from data base in <http://www.infovini.com/>.

In the Centre Region, in Bairrada, located between Águeda and Coimbra, wine production is essentially supported by small wine co-operatives⁵ (Fig. 4), small and medium-sized companies and small producers. Small producers market what is commonly known as *farm wines*, which have become essential products for the region and they are today the foundation of the developing Wine Routes. Sparkling wine (which only existed in white until red sparkling wine began to be produced) and *leitão*

³ Planning stage: focus on creating the basic conditions for product development: land-use planning, activity regulation, resource enhancement, infrastructure and equipment development Turismo de Portugal (2006: 55).

⁴ Competition enhancement stage: focus on improving the product value chain through technological innovation, service quality improvement, capacity building...Turismo de Portugal (2006: 55).

⁵ It is in the Douro and Estremadura region that co-operative cellars play the lead role, yet in Bairrada cellars are the fundamental partners in structuring the wine sector.

(roast piglet) *da Bairrada* are two core references of *wine and food tourism products* in Portugal, both of which designations of origin.

Crossing Beira Litoral into the Beira Alta region we enter the renowned Dão wine region, which extends along the main tributary of the river Mondego, the longest river entirely in Portugal. “It is a region of many wine producers, most of which small farmers. For many decades the grapes were delivered at the co-operative cellars in charge of making the wine. The wine was then sold in retail to large and medium-sized companies, which bottled it and sold it under their own brand names” (<http://www.infovini.com/>). Nowadays, the producers of Dão, Bairrada and Távora/Varosa wines are becoming known, both domestically and abroad, for the quality and image of their wines anticipating the growing value of the *wine product*, well identified by the *Instituto do Turismo*, which under the National Strategic Plan for Tourism (NSPT) identifies Porto and North region, Alentejo and the Centre as being responsible for at least 5% of inbound tourism (PENT, 2006: 122).

Indeed Alentejo reveals great potential in the grape-growing and wine making cluster. Divided into eight sub-regions of Designation of Origin, Reguengos, Borba, Redondo, Vidigueira, Évora, Granja/Amareleja, Portalegre and Moura, only two decades ago did wine acquire meaning. At first it was regarded as a product of little value and was used only for domestic consumption and to supply the local markets. The wine sector later gained new meaning, which resulted in its designation as wine region in 1988, with the development of private producers, largely driven by the regulatory bodies and co-operative cellars. The Alentejo region is today a growing market in wide expansion due to the diversity of products which may be combined with the *wine product* and to the innovative features which it has managed to promote through marketing and the quality of its wine services and products.

Estremadura and Ribatejo in turn have undergone, in the past 15 to 20 years, a process of deep restructuring which will lead to a switch from large production to high quality, through investments in cellars, vineyards and grape varieties. Estremadura occupies a large portion of the western mesocenoic coast, essentially covered in limestone rock, which includes nine Designations of Origin: Colares, Carcavelos and Bucelas (south, on the Lisbon fringe), Alenquer, Arruda, Torres Vedras, Lourinhã and Óbidos (the heart of the region) and Encostas d’Aire (north, coalescing in the Beiras Geographical Indication). Ribatejo, on the other hand, encompassing six sub-regions (Almeirim, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Santarém and Tomar), and dominated by the river Tagus, transferred its vines to the poorest soils and made quality its core reference.

This journey around Continental Portugal cannot end without first mentioning the Algarve and Setúbal peninsula, another two designated Wine Regions. Setúbal peninsula includes Palmela and Setúbal Designations of Origin, as well as the designation Terras do Sado regional wines. This is also the nursery of *generoso* wines, like *Moscatel* (liqueur wine) from Setúbal, renowned inside borders and beyond. In the Algarve large investments are also being made to boost the wine sector. New grape varieties were replanted, cellars upgraded and new wine production methods introduced. Notwithstanding the four Designations of Origin, Lagos, Lagoa, Portimão and Tavira, most of the wine produced here is called “regional wine of the Algarve”.

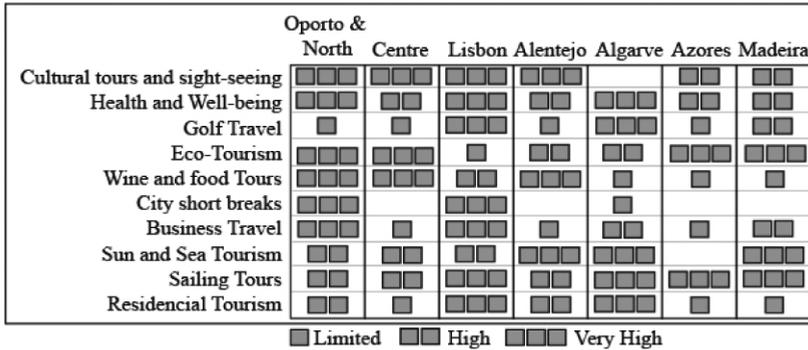


Fig. 5 – Territorial strategic matrix of product development.

Source: NSPT (2006) Instituto do Turismo de Portugal.

Portuguese tourism has definitely turned to the territory and finds in the sustainability of its actions the most suitable form of promoting the region. The 10 products⁶ defined as strategic products for Tourism by the National Strategic Plan (NSPT) belong to the food and wine segments (Fig. 5). They play a very important part in local development, but particularly they provide input to its growth. In effect, the implementation of this product will help enhance sophisticated and challenging demand, around 10% annual growth rates, high average expenditure per tourist (150 to 300 euros per capita/day) and low seasonality.

Wine tourism

The drivers of tourism are increasingly diversified and regions are, therefore, stockers and igniters of products and resources which, by highlighting their identity or at least their image, help promote local development, especially in the rural world. The cluster of products related to wine seem to be amongst those elements required to be part of the local action system, which turn the world into their field of action, particularly through the tourist and the quality leisure it provides to all who are attracted to the wine product. As Brown & Getz (2005) puts it “wine tourism is a form of special-interested travel based on the desire to visit wine-producing regions or in which travellers are induced to visit wine producing regions and wineries, in particular, while travelling for other reasons (Getz, 2000, quoted by Brown & Getz, 2005: 266).

In fact, as Bell & Valentine wrote in 1997 “the region clings to an identity forged in an era of productive activity. Actions to protect regions, to shore up and reaffirm their identities in the face of this erosion increasingly nostalgise the region chauvinistically, although Smith notes that global anti-imperialistic projects represent

⁶The 10 products are: food and wines, cultural and landscape touring, health and well-being, nature tourism, city break, sun and sea, business travel, sailing tourism, golf, integrated resorts and residential tourism.

a more progressive politicisation of the region” (Bell & Valentine, 1997: 17), when speaking about *appellations d'origine* of the wine industry. They function as trademarks that assure standards of quality, but more important, “appellations mix the natural environment of the region with the ‘raw materials’ (grapes) used and the skill involved in production and processing” (Bell & Valentine, 1997: 17), permitting a sense of place in a globalisation era. The sense of place is indeed essential for the development of wine tourism, as it may represent uniqueness and diversity to a specific type of customer who seeks tourism associated with the wine product cluster.

In 1983, Cazes & Knafou stated that the tourism place represented inner subversion (change in the established order) and outer conquest (through the incorporation of ancillary territories in the existing one) (Cazes & Knafou, 1983). However true this may be, the place today is perceived quite differently, particularly when reference is made to some specific tourism products, not least of which wine tourism.

Cazes & Knafou (1983) believed, quite understandably so, that the tourism place would switch from an essentially utilitarian function to an ideal function, representing the transformation of a society of players into another society where part of its players were temporary spectators. In this way the aesthetic consumption of the place would subvert the existing structures. In addition, tourism – or better yet the capitalist ideology which sustains it – would start including new places which were previously ignored, in view of making profit. Beaches and high mountains are two good examples of this, as well as of mass tourism.

“Fundamentally mass tourism identifies an extended form of accessing leisure, and it is a way of democratising consumption. In parallel, a process of growing elitism, featuring a diminishing number of people capable of accessing certain leisure activities and locations, is visible. The dominant groups dissociate themselves from the commonality of places, facilities and *modus operandi*, giving rise to new sorts of leisure and new, novel, sophisticated and exclusive locations” (Santos, 2001: 206 and 207).

Wine tourism is currently an innovative and selective form of tourism. It promotes appropriations (situations of possession) which gain self-expression through the identity taken on by each one (situations of being).

In a previous publication it was stated that “space is turned into place” (Cresswell, 2004: 2, quotation by Santos, 2005: 124). We transform into places of ours spaces which mean nothing to us until the moment we establish with them a form of complicity, sharing, until the moment we turn them into settings of our appropriations, needs, wishes or interests.” (Santos, 2005: 124).

Therefore, the places of wine tourism, subversives as they may be they are also creators, since they seek very specific customers with distinct purposes which involve understanding the places, their history and heritage, their functions. In parallel, these customers are attracted to living places occupied by the local populations which recreate places by developing the existing ones.

In brief, the tourism place implies “a tacit past agreement between the local population and society at large, it expresses some distancing between the idea which the inhabitants have of their place and the perception hereof of those who discover its new nature, as well as the different skills which the locals develop to overcome such gaps” (Cazes & Knafou, 1983: 836).

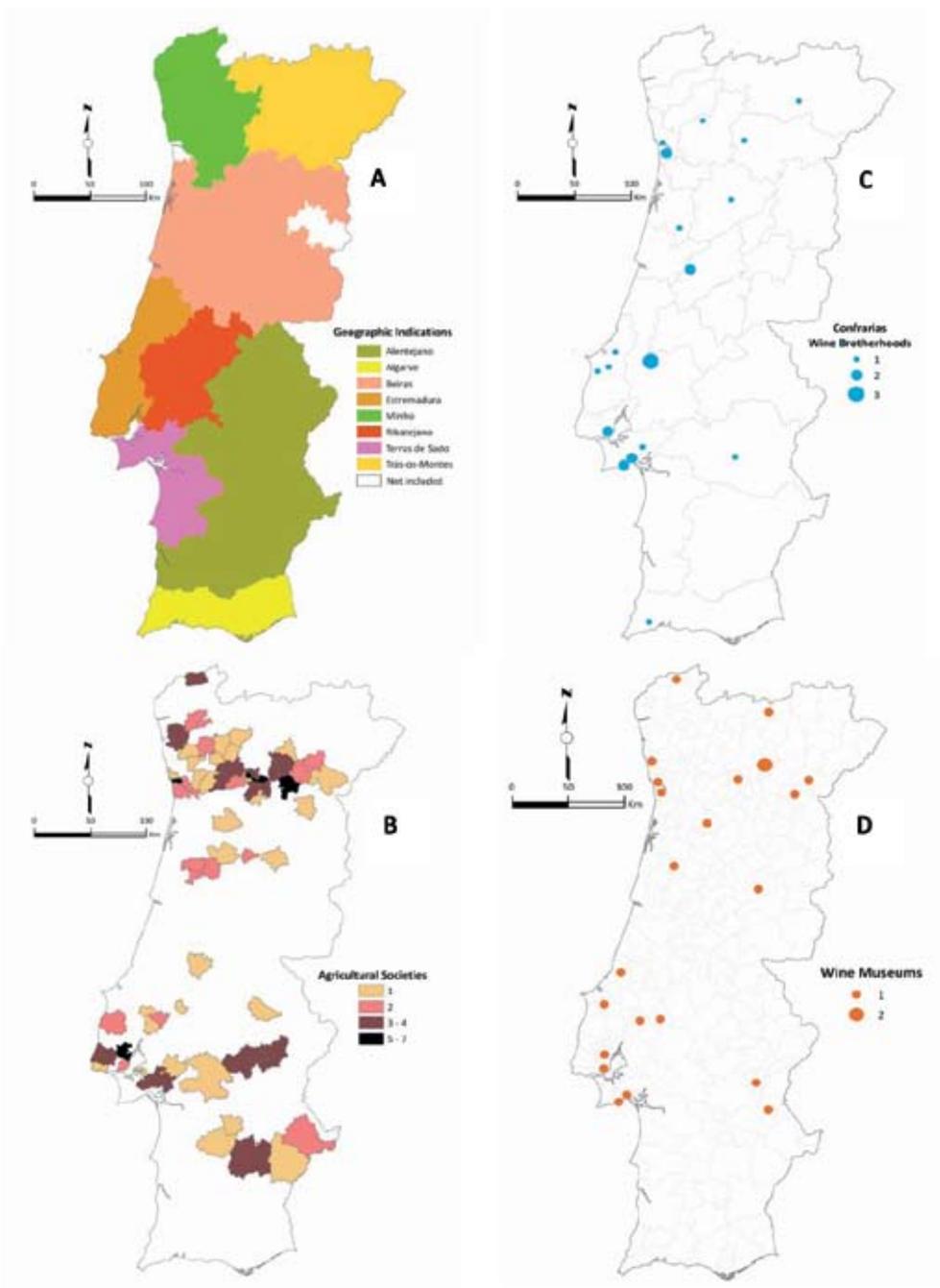


Fig. 6 – A - Geographic Indications (Source: Wine and Vineyard Institute);
 B – Agriculture Societies (Infovini, ViniPortugal and Vinhos Portugueses Online);
 C – Confrarias – Wine Brotherhoods (Infovini, ViniPortugal and Vinhos Portugueses Online) D – Wine Museums (Infovini, ViniPortugal and Vinhos Portugueses Online).

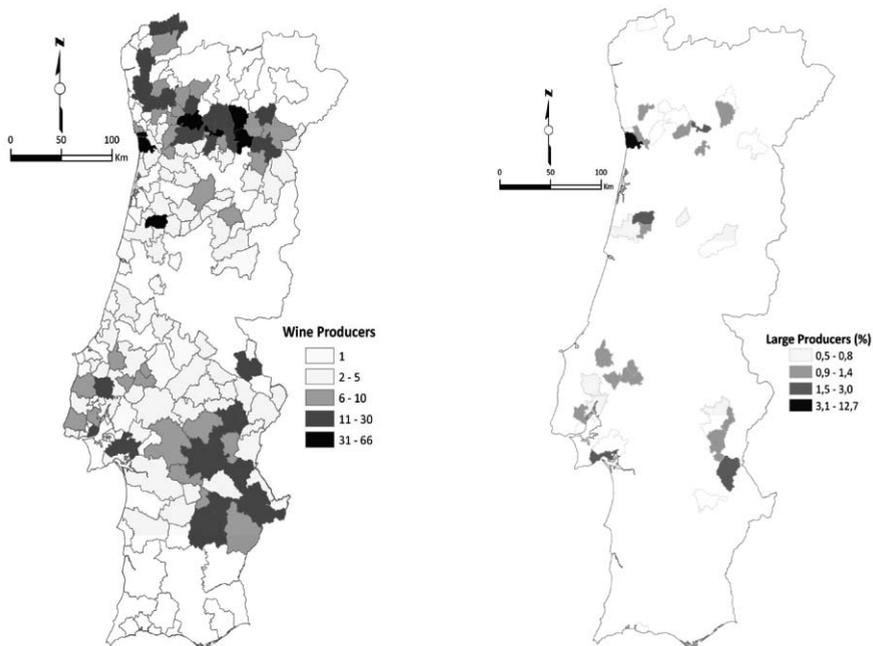


Fig. 7 – A – Wine producers in Continental Portugal. (Source: Wine and Vineyard Institute, Infovini, ViniPortugal e Vinhos Portugueses Online); B – Percentage of large producers (versus total). (Source: Wine and vineyard Institute, Infovini, ViniPortugal and Vinhos Portugueses Online).

Besides, the tourist seeking or consuming the *wine product* may present rather distinct features. Brown & Getz (2005) quoting Charters & Ali-Knight (2000) identify ‘wine-lovers’ who desire a learning experience at wineries; they have a comprehensive ground in wine education. A small component of this segment is called ‘connoisseur’ and this group was much more interested in learning about wine production. Most wine-lovers are, however, hard to distinguish from the tourist in search of a bundle of benefits, since they are normally medium to medium-high class individuals seeking to make the most of their visit to a specific place. Anyhow, typically wine-lovers value the wine product cluster more than the odd tourist. Not actively seeking specific forms of wine tourism, “for most people part of the travel experience involves sampling the local food and drink in a relaxed environment” (Chaney, 2002, quoted by Brown & Getz, 2005: 267).

In Portugal, the typical profile of a food and wine travel consumer is a male individual, between the age of 35 and 60 years, with high purchase power and coming from a high social and cultural background. In general, the typical wine tourist seeks accommodation in 3 to 5-star hotels or in rural tourism, shows no preference for a specific season, normally stays for 3 to 7 days in the places of his choice to enjoy the tourism products which they have to offer (Turismo de Portugal, 2006). It therefore makes a lot of sense to identify the potentials of wine tourism in Portugal. Following the designation of the Wine Regions (see Fig. 2), which include the Designations

of Origin, the quality of the Portuguese wines resulted in the development of the Geographical Indications (Fig. 6A) (10 in total, including Azores and Madeira). Henceforth, it became possible to better regulate grape-growing and wine production outside of the designated Wine Regions and to promote and value the areas with excellent edaphic and weather attributes, and population know-how, since they recognise their geographical provenance.

The country thus became almost fully linked with specific and regulated wine productions, which together with gastronomy have taken on a leading role in the developmental process of the local places, which “satisfies all the conventional requirements of cultural tourism products (...) [and] it is a viable alternative for new destinations that cannot benefit from sun, sea and sand” (Kivela & Crotts, 2006: 359). With wine tourism replacing eco-tourism “as the hot buzz world of global tourism development (...) it has been identified as one of a few tourism sectors that is genuinely concentrated outside traditional metropolitan areas” (O’Neill & Palmer, 2004: 270).

Portugal is a particular case with some idiosyncrasies relating to the core wine region – Douro. The city of Vila Nova de Gaia alone concentrates a large portion of wine marketing. However, wine producers/bottlers are scattered over a large part of the territory (Fig. 7A). The major producer organisations (co-operative cellars, agricultural societies, farms, cellars and family companies) are connected to the river Douro. This is quite visible both in the municipalities of the Douro Region where wine production plays a very relevant role (Peso da Régua – the headquarters of Casa do Douro, S. João da Pesqueira and Alijó), and in the region of the Vinho Verde wines (Amarante). However, even the municipalities which have no vineyards register a high number of producers, due to the organisational structure of the companies which are based in Vila Nova de Gaia and Oporto. Outside of the Douro basin Anadia alone has over 30 producers/bottlers, due to the position that Bairrada wine production occupies in this municipality, and owing to the fact that the corporate structure is essentially composed of small producers.

Since it is the largest wine producing companies which are most capable of promoting wine tourism, by identifying the main producers one can trace the geography (Fig. 7B) of the areas with the highest *wine tourism product* potential. Douro, from Vila Nova de Foz Côa (to the east) to Vila Nova de Gaia (in the west); Bairrada, including Anadia, Mealhada and Cantanhede; Estremadura and Ribatejo, with Alenquer, Almeirim, Alpiarça, Cartaxo (headquarters of the Wine Municipalities), Loures, Rio Maior and Vila Franca de Xira; Setúbal peninsula, encompassing Setúbal and Palmela; and Alentejo, including Borba, Estremoz, Redondo and Reguengos de Monsaraz are the clear expression of such potential.

The Wine Co-operatives (see Fig. 4) and the Agricultural Societies (Fig. 6B) represent the largest portion of the wine industry in Portugal: the former, as regulatory bodies of quality and production, are responsible for bottling and marketing small producers’ wine under a Designation of Origin or Geographical Indication; the latter are representative of the relevance of farming for the local markets, where wine plays a very important social and economic part.

On a par with these corporations, which are references of tourism linked to wine, new wine promoting bodies are developing, which attract tourists, be they connoisseurs,

wine-lovers, amateurs or the odd tourist. Examples of these are the wine brotherhoods (Fig. 6C) and the wine museums (Fig. 6D), which can be found around the country and leave a mark of tradition, expertise and greater investment in wine production and wine tourism.

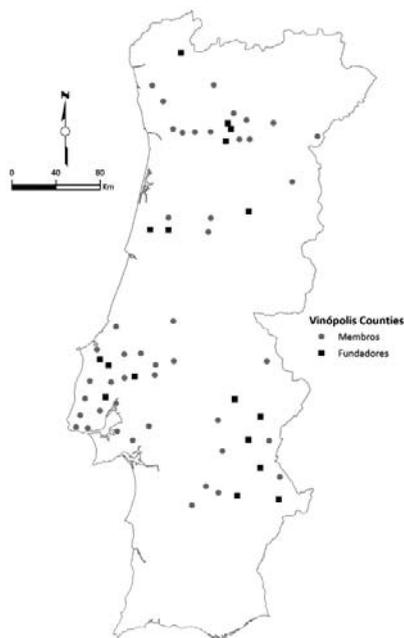


Fig. 8 – Vinópolis – Network of wine municipalities and cities. Traced according to information in <http://ampv-vinopolis.blogspot.com/>.

The integrated expression of Portuguese wine tourism takes shape in a number of itineraries which use both the players of the wine industry (from vines to consumers) and the territories' potentials. Such itineraries are designated Wine Routes, which cover all of the wine regions.

Wine Routes

The Wine Routes are related with the described geography and the heritage and landscape potentials of the places.

We do not ignore the fact that new producer countries are arriving in the market, namely Australia, South Africa, India, China, New Zealand, Bulgaria and the former republics of the Soviet Union, and the USA already occupies a fixed position in this market. However, the market's growth rate is still very high, specially considering the important changes which are taking place worldwide, even in consumption terms. In effect, "most wine-marketing research is limited to the European market because of the market's importance for both wine production and consumption. For instance, the

European wine countries produced almost 74% of the world's wine, and the market accounted for approximately 72% of the world's wine consumption in 1998" (Spahni, 2000, quoted by Lee, K, Zhao, J & Ko, JY 2005: 22). *Wine product* globalisation and marketing may be conducive to a rise in the levels of awareness and consumption amongst populations whose cultures nurture no relation with wine and its production. Wine production and its cluster is, therefore, one way of attracting *connoisseurs*, as well as tourists in search of new experiences and new products.

Wine tourism's core is probably connected to the Network of Great Wine Capitals, which includes the wine regions of Douro, Melbourne, Bordeaux, San Francisco/Napa Valley, Cape Town, Bilbao/Rioja, Florence and Mendoza. The network's core purpose is to promote international wine tourism, as well as economic, academic and cultural exchanges between the most renowned wine capitals of the world. It is indeed an interesting blend of wine tourism of the old and new worlds; a clear indicator of the potential customers waiting to be explored in markets which are not traditional wine consumers, since consumers of high alcohol-content drinks (North and Eastern Europe, South-east and West Asia, Latin America) or sparkling drinks (Central Europe, Oceania, North America) are potential wine customers who can grow to appreciate and even enjoy wine.

From this perspective, wine tourism – particularly the Network of Great Wine Capitals, due to the number of visitors they attract to their regions by promoting quality wines, the dissemination of leisure images and the services they provide, in association with the wine culture and aggregate tourism products – is conquering new markets.

Portugal seems to also have awakened to the relevance of developing networks which help structure economic activities, and wine production linked to wine tourism is no exception, following the ideology of the European Network of Cities of Wine.

Recevin, which encompasses 76 member municipalities, "is the European Network of Cities of Wine that includes cities or groups of cities of the European Union. The economies of the member cities of Recevin are strongly dependent on grape-growing and wine production. The cities are located in designated wine regions and they have a minimum of 5.000 inhabitants."

In the light of this European network, a network of Portuguese wine municipalities was created (AMPV), called *Vinópolis – Municípios e Cidades do Vinho* (Fig. 8). Founded in the end of 2006 by 17 founding members, by November 2007 it already included 62 municipalities (http://ampvvinopolis.blogspot.com/2007_09_01_archive.html). The network illustrates the level of development of the wine cluster in Portugal (from production to tourism) and it is concentrated in the regions with the greatest grape-growing and wine-making potential. It is an organisational innovation focused on the certification and promotion of wine tourism as the driver of local and regional development, and it is clearly oriented towards international or even global acknowledgement of local grape and wine products.

Innovations like these are conducive to the development of Wine Routes. The Vinho Verde wine route, coordinated by the Vinho Verde Wine Council, includes 8 itineraries: Ave, Tâmega, Sousa, Cávado Nascente, Cávado Poente, Lima, Minho and Basto. It has 62 partners and covers 390 points of interest, including vineyards, cellar tours, wine-tasting, natural sites, sight-seeing tours, churches, handicraft and

monuments. The Porto wine route covers 4 itineraries: *Festa das Vindimas* (grape picking), *à Descoberta do Douro Superior* (discovering upper Douro), *pelo Baixo Corgo* (down the Baixo Corgo), the first of these being a portfolio of events and not an itinerary of places, which includes *Fui ao Douro à Vindima* (taking part in grape picking), *Lagarada* (grape crushing and wine-making), *Almoços e Jantares de Vindima* (grape picking lunch and dinner) and *Laboratório de Sabores* (flavours lab). The 54 members, which include farms, wineries, musea, cellars, farm houses, inns and rural hotels, provide all sorts of services, namely accommodation in Rural Tourism establishments and Regional Hotels, lunches and dinners as means of introducing the local gastronomy to visitors, tours to the local cellars and wineries and wine-tasting, receptions for events by order, adventure activities and outdoor sports, boat trips on the river Douro and rides on the historic train. This is a net of highly regarded places of great patrimonial, historic, cultural, gastronomic and landscape value.

The Dão Wine Route, under the management of the Dão Wine Council, was founded by 17 members (co-operative cellars, wineries and farms) and currently comprises 35 members. It has to offer three itineraries: *Caminhos de Granito* (granite tours), which covers Viseu, Penalva do Castelo and its magnificent Casa da Ínsua, and Aguiar da Beira with the Medieval castle; *Entre o Vouga e o Paiva* (between the Vouga and Paiva rivers), which includes São Pedro do Sul, the renowned spa, and Castro Daire; *Entre o Dão e o Mondego* (between the Dão and Mondego rivers), in the heart of the wine region.

The Vine and Wine Route of the West – under the management of the West Tourism Region – was founded in 1997 by 15 members and further 10 members have joined it to date. The route covers three itineraries, Quintas de Alenquer, Óbidos and Linhas de Torres, which include tours to wine farms and cellars, as well as archaeological sites, caves, Arab castles, aqueducts and Roman bridges, churches and Medieval monasteries, fortresses, manors and musea, including the Lourinhã museum with the largest collection of dinosaur eggs in the world.

The Alentejo wine route is managed by the Alentejo Wine Council. Its 50 members are located along the 3 itineraries: S. Mamede route, Historic route and Guadiana route. The first route covers S. Mamede natural park, Castelo de Vide and Marvão, surrounded by fortress walls. It also includes Portalegre, Crato and Alter do Chão, home to the Lusitano breed stud farm. The second route is the historic itinerary of Montemor-o-Novo, which includes Arraiolos, Estremoz, Vila Viçosa and Monsaraz, all the way to Évora, World Heritage city. The third itinerary, further south, comprises Guadiana, Alqueva dam and the municipalities of Mourão, Moura, Vidigueira, Alvito and Viana do Alentejo.

Besides these three routes, there is still the Bairrada wine route (29 members dispersed along 3 itineraries: mountain tracks, clay paths and sand tracks), the Ribatejo route (including Gothic tours, Tagus riverfront, bulls and horses e Manuelino architectural style and 26 members), the Beira Interior Route (19 members organised in 3 itineraries: from Côa mountain, along the border and around the Beira Alta castles), Costa Azul route (10 members of the “in-between doors” itinerary), Bucelas, Carcavelos and Colares route (4 members and 3 itineraries: the palaces tour, the Sintra tour and the beaches track), and the Cister vineyards route (12 members along 2 itineraries: the monasteries tour, and amongst vines and chestnut-trees), which covers

a large portion of the Portuguese territory and has gained many new members and tracks since 2006.

All in all, in 2007 the Wine Routes covered 37 itineraries, for whom the national territory is their added-value, whilst the members and wine-making activities (wine brotherhoods, wineries, farms, cellars, agricultural societies, musea, wine-lovers, regulatory bodies, wine-tasting, fairs, grape-picking, equipment) are their clearest expression.

These Routes are paramount for wine tourism, but the leisure activities linked to the industry largely exceed them, with innovative products and internet gaining relevance. Through direct contacts, but particularly via virtual communication, new members join the *Wine Clubs*, which frequently promote virtual – national and international – wine sales⁷, help disseminate the wine culture and attract people to the places which have to offer wine tourism products, in particular designated farms, estates and wines related to the designated wine regions.

Another innovation is spas and wine therapy related. In Portugal there are currently a minimum of 6 companies which deliver this type of treatment (grape-seed oil massages, fermented grape and honey dressings, body soothing with grape extract, sauces, wines and derived oils and wine baths). These companies are located in: Lisbon (men only); Albernôa, Beja municipality, directly connected with the grape-growing and wine-making industry; Lagos and Monchique spas (in Algarve); Melgaço (Alvarinho wine therapy); and Viseu region (Alcáfolha spas, which provide the most complete services of vinotherapy).

Pitte (2004) underlines that geographical production (relating to the territory) is paramount for overcoming productive farming globalisation and surviving the crisis and, with time, it will lead to international changes of differentiated products which do not compete amongst themselves. “Grape-growing and wine-making is at the leading edge of this revolution” (Pitte, 2004: 31).

With the population drinking less wine one must start investing more in product quality. Wine tourism is apparently capable of transforming vines into the cornerstone of local development by combining production (of the best grape varieties and

⁷ One search on the Internet (in December 2007) found 50 Portuguese addresses of wine clubs and virtual wine sales: ACP Clube de Vinhos, Adegavirtual – Comércio de Vinhos, Lda, Amaro Vinho, Aromas Douro, Associação Portuguesa de Jovens Enófilos, Clube Companhia dos Vinhos, Clube de vinhos exclusivo para os leitores do DN, Clube Gourmet Expresso - www.clubegourmet.expresso.pt, Clube Grande Escolha – Revista de Vinhos, Clube O Mundo dos vinhos – Jornal Público, Clube Pêra-Manca – Fundação Eugénio de Almeida, Clube Vinhos & Sabores – Lisboa, Clubvintage.com, Clun Optimus de Vinhos, Coisas do Arco do Vinho Grupo de Prova <http://www.os5as8.com/>, <http://www.coisasdoarcodovinho.pt>, Confraria dos Apreciadores de Vinho, Decantervinho, EdV – Espírito do Vinho, Comércio e Distribuição, SA, Enoteca – Clube Unibanco, Garrafeira Nacional, <http://bservices.homelinux.com/>, <http://www.essenciadovinho.com/>, <http://www.fimdeboca.pt/>, <http://jn2.sapo.pt/>, <http://palaciodovinho.pt/>, <http://www.apje.net/>, <http://www.cortesdecima.pt/>, <http://www.enomarket.pt/>, <http://www.garrafeiracondestavel.pt/>, <http://www.saboresdovinho.com/>, <http://www.sitiiodovinho.com/>, <http://www.vinhosevinhos.com/>, <http://www.vinta.pt/>, LusaWines – Vinhos e Aguardentes de Portugal, Madeira Wine Shopping, Meio Cálice Portwine Shop, Oportowines.com, Portuguese Wines Shop, Quinta da Murqueira – Loja online de vinhos, acessórios e cristais, Reserva 1500 – Clube de Conhecedores, Sabores Ibéricos. <http://www.saboresibericos.pt/>, Topvini.com – Portugal in a Glass, Vinho & Coisas, Vinho Verde Shop, Vinhos do Porto online, Viniportugal.com, Viniturismo, winept.com – Clube de Vinhos online, Winescenter.com – Loja de Vinhos Online, Winesmania.com.

methods), processing (regulated and managed by experts, winemakers, and innovative entrepreneurs), product marketing (by developing distribution systems which are visible at the consumption scales of the global world), local marketing (through the identity that production with designation of origin takes on in the individual places) and leisure (through its capacity to attract people from close and afar to enjoy the vineyards and the wine production, the quality of the wine product, the hospitality and accommodation, associated with these places and the local tourism products).

Bibliography and sources

- Bell, D. & Valentine, G. 1997, *Consuming geographies. We are where we eat*. Routledge, New York.
- Brown, G. & Getz, D. 2005, 'Linking wine preferences to the choice of wine tourism destinations', *Journal of Travel Research*, 43, pp. 222-276.
- Cazes, G. & Knafou, R. 1983, 'Le tourisme'. in *Encyclopédie de Géographie*, ed. A. Bailly et al., Economica, Paris.
- Claval, P. 1995, *La géographie culturelle*, Fac. Géographie, Nathan Université, Paris.
- Costa, A. 2007, 'Enoturismo em Portugal: o caso das Rotas do Vinho', *Revista da Ciência da Administração*, vol. 1, jan/jun., Faculdade de Ciências da Administração, Pernambuco, (on line), viewed in 7 November 2007.
- Cresswell, T. 2004, *Place. A short introduction*. Blackwell, Londres.
- Dodd, T. & Bigotte, V. 1997, 'Perceptual differences among visitor groups to wineries', *Journal of Travel Research*, 35, pp. 46-51.
- Expresso 2007, SoJornal, 27 October.
http://ampv-vinopolis.blogspot.com/2007_09_01_archive.html
<http://www.carlacabral.eu/AP2007/gosto/historiaVinho.htm>
<http://www.greatwinecapitals.com/>
<http://www.ivdp.pt/>
<http://www.ivv.min-agricultura.pt/>
<http://www.recevin.net/index.asp?carpeta=english&web=municipios>
<http://www.rotavinhoeste.com/>
<http://www.viniportugal.pt/>
- Kivela, J. & Crofts, J. C. 2006, 'Tourism and gastronomy: Gastronomy influence's on how tourists experience a destination', *Journal of Hospitality & Tourism Research*, 30, pp. 354-377.
- Lee, K., Zhao, J. & Ko, J.Y. 2005, 'Exploring the Korean wine market', *Journal of Hospitality & Tourism Research*, 29, pp. 20-41.
- O'Neill, M. & Palmer, A. 2004, 'Wine production and tourism. Adding service to a perfect partnership', *Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly*, 45, pp. 269-284.
- PENT, *Plano estratégico nacional do turismo. Para o desenvolvimento do turismo em Portugal 2006*, Ministério da Economia e Inovação, Instituto do Turismo de Portugal, Lisboa.
- Pitte, J.-R. 2004, 'La nouvelle géographie des vins français', *Bulletin de la Société Géographique de Liège*, 44, Liège.
- Portugal Agrícola* 2007, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- Revista Visão* 2007, 270, Edimpresa, 27 September.
- Santos, N. 2001, *A sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias*. CEG, Colibri, Lisboa.

- Santos, N. 2005, 'Lazer, espaço e lugares', in *Os Lugares do Lazer*, org. R. Gomes, Coleção Estudos, Instituto do Desporto de Portugal, Lisboa.
- Simões, C. 2007, 'Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento. Abordagem do sector vitivinícola nas Beiras num contexto de globalização', Master thesis, Faculty of Arts, University of Coimbra, Coimbra
- Turismo de Portugal 2006, "*Gastronomia e vinhos. 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal*", THR – Asesores en Turismo Hotelaria y Recreacion, S.A., Lisboa.

(Página deixada propositadamente em branco)

Norberto Pinto dos Santos

Centro de Estudos Geográficos

Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra

Claudete Oliveira Moreira

Centro de Estudos Geográficos

Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra

O LAZER E A NOITE.

IMAGENS DE UMA CIDADE UNIVERSITÁRIA: COIMBRA

A noite tem merecido a atenção dos mais diversos investigadores de Ciências Sociais. Espaço de diferença e exclusão, perigos e medos, a noite surge na sociedade terciária contemporânea como um tempo de espaços e modos: para uns, normais e, para outros, transgressivos, mas que evidencia a avidez por parte do empreendedorismo em conquistar novos tempos e transformá-los em formas lucrativas de fornecimento de serviços. Esbatendo as fronteiras do tempo de descanso e de recuperação das energias para actividades produtivas, o tempo e o espaço da noite recriam os lugares e reordenam a cidade, alterando os quotidianos, modificando as práticas e fugindo às rotinas.

A cidade de Coimbra apresenta uma expressividade muito própria de actividades nocturnas, especialmente ancorada nas propostas de lazer que promovem centralidades diferentes das que se podem identificar durante o dia. Resultado de uma oferta de serviços diversa da diurna e de uma aglomeração promotora de economias e clientelas, a noite em Coimbra faz parceria com a vida estudantil e associa uma forte valência cultural ao prazer, ao hedonismo e à transgressão.

Revisitando o tempo livre e o lazer

Como diziam Dumazedier & Prost “a maior parte das Ciências Sociais subestimam este facto novo da civilização industrial e urbana: o lazer” (Dumazedier & Prost, 1966: 1703). Quarenta anos passados, o lazer, então novo na investigação social, condiciona, de modo impressionante, os tempos e os espaços da população contemporânea.

O progresso e a inovação permitiram que uma proporção crescente de população dos países desenvolvidos atingisse um período *desejável* de tempo livre, com a redução das horas de trabalho; se bem que criando, a uma parte demasiado significativa dela, tempo livre em demasia, através do desemprego. Isto sucede não sem antes os operários, embrutecidos pelo vício do trabalho, “não conseguirem perceber que, para haver trabalho para todos, seria necessário racioná-lo como se faz com a água num navio em perigo” (Lafargue, 1991: 50, 1ª edição em 1883).

O final do século XIX, nos países industrializados, criou nos operários a paixão desenfreada pelo trabalho (*quem não trabalha não come ou morte ou trabalho* eram as palavras de ordem do proletariado), levando mesmo à grande libertação dos “operários do jugo da Igreja para melhor os submeter ao jugo do trabalho” (Lafargue, 1991: 40) sendo, na época, os 52 domingos e 38 dias feriados abolidos e considerados dias de mais trabalho.

Efectivamente, o domingo e o feriado serviam de referências centrais no mundo cristão romano, enquanto na religião judaica o *Sabbath* era considerado como uma antecipação do estado paradisíaco da sociedade e, na verdade, o *Talmud* Babilónico, identifica o início da era Messianica como o momento na história em que todos se abstêm de trabalhar num Sábado particular. Kwiatkowska salienta que “num conceito de rotina diária (o mundo foi criado em seis dias e o sétimo foi de descanso) são definidas duas qualidades do tempo. O trabalho é um tempo secular relacionado com a criação, produção (...) para satisfazer as necessidades do corpo; o lazer é um tempo sagrado relacionado com o rezar, com a meditação (...) preocupado com a alma” (Kwiatkowska, 1999: 127). Esta posição estava já inscrita no trabalho de Lafargue que afirma que “Jeová, o deus barbudo e rebarbativo, deu aos seus adoradores o exemplo supremo da preguiça ideal; depois de seis dias de trabalho, deu-se ao repouso eterno” (Lafargue, 1991: 18). O lazer, melhor entendível como tempo livre, é o resultado de uma orientação divina que o concebe como forma de abstinência, alimento espiritual ou repouso/recolhimento. Hoje, a paixão desenfreada surge associada ao lazer e se a dependência ao trabalho existe (*workaholic*) ela surge no trabalho intelectual, não implica grande esforço físico e manifesta-se como modo de acesso ao lazer.

As décadas de sessenta e setenta, do século XX, vão marcar as mudanças que se esboçavam, com Thorsten Veblen ao escrever *A Teoria da Classe Ociosa* (1899), Bertrand Russell e *O Elogio ao Ócio* (1935), Johan Huizinga e o seu *Homo Ludens* (1938). Serão, entre outros, Georges Hourdin, com *Uma civilização dos tempos livres* (1961); Joffre Dumazedier com *Vers une société du loisir?* (1962); Stanley Parker com a sua *Sociologia do Lazer* (1967); Norbert Elias e Eric Dunning com *A busca de excitação* (1969); Marie-Françoise Lanfant ao debruçar-se sobre *As teorias do lazer* (1972) e, de novo, Joffre Dumazedier ao falar sobre a *Sociologie Empirique du Loisir* (1974), que criam um espaço e um tempo próprio para a investigação sobre o lazer.

O lazer aparece como conjunto de actividades que não são nem necessárias, nem obrigatórias. Efectivamente, “são ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para se divertir, seja para desenvolver a sua informação ou formação desinteressadas, a sua participação social voluntária, depois de estar liberto das suas obrigações profissionais, familiares e sociais” (Dumazedier & Prost, 1966: 1704).

O lazer, ao afirmar-se como valor social (Dumazedier & Prost, 1966), depois de ter sido entendido como valor de classe por Veblen (1965 – 1ª edição em 1899) e por Lafargue (1991) é visto, a partir de 1936, como uma conquista da dignidade operária e em 1950 como uma necessidade absoluta da pessoa humana. Contudo, como afirma Hourdin (1970) “o homem sempre teve tempos de ócio. Sempre se entregou a actividades gratuitas” (Hourdin, 1970: 227). Embora Lafargue (1991) mostre que, períodos houve em que o trabalho era dependência e devoção, principalmente os primeiros trabalhadores da indústria moderna, manietados pela ideologia burguesa,

eles “quiseram escapar ao inferno da produção industrial e à cidade, (...) e aquilo que havia sido concedido aos trabalhadores da cidade e da indústria sob a forma de tempo livre [também tempo para consumir] veio a ser pouco a pouco aproveitado pelo conjunto da população (Hourdin, 1970: 229).

Se o lazer começou o século XX como denominação de uma classe (*A Teoria da Classe Ociosa* de Veblen), vai terminá-lo como elemento central da sociedade de consumo contemporânea. Na verdade, o lazer foi assumido como um atributo do progresso civilizacional no qual nos movemos, de um mundo primitivo de *labuta ininterrupta* (expressão de Lafargue) até a um futuro de lazer *non-stop*, ou com hiatos temporais associados à necessidade de criar riqueza para obter mais, melhor e diversificado lazer.

Saez (2002) identifica os consensos e a convergência no interesse pelo lazer e que aqui importa, desde já, sublinhar. Começa por fazer referência ao carácter desejável da entrada na sociedade moderna de consumo através da industrialização e da urbanização, que promovem uma salarização generalizada e formas espaciais de lazer (cidade, lazers urbanos, férias de sol e praia, montanha, campo). Continua com a referência ao reconhecimento da legitimidade dos poderes públicos nacionais e locais na produção de infra-estruturas de lazer, equipamentos culturais, socioculturais e desportivos, como forma de planeamento. Conclui afirmando a importância da ideologia que dá sentido à nascente civilização dos lazers. Colocada sob o signo da democratização, “ela proclama que todos os seus movimentos se inscrevem numa dupla orientação não contraditória de, por um lado, libertação e desenvolvimento pessoal e, por outro, de construção cívica de coesão social” (Saez, 2002: 16 e 17).

Hoje o lazer é tema referenciado nas abordagens sociais, urbanas e culturais da Geografia e sustenta-se em 25 anos de investigação profícua de que podemos salientar alguns autores como Roger Sue (*Vers une société du temps libre?*, 1982), J. Allan Patmore (*Recreation and resources: leisure patterns and leisure places*, 1983), Joffé Dumazedier (*Révolution culturelle du temps libre 1968-1988*, 1988), António Gama (*Notas sobre a geografia do lazer*, 1988), Chris Rojek (*Leisure for leisure: critical essays*, 1989 e *Decentering leisure: rethinking leisure theory*, 1995), John Urry (*The tourist gaze: leisure and travel in contemporary societies*, 1990), Restituto Zorrilla Castrejana (*El consumo del ocio*, 1990), Robert Stebbins (*Amateurs, professionals, and serious leisure*, 1992), Elísio Estanque (*Classe, status e lazer*, 1993), Alain Corbin (*História dos tempos livres: o advento do lazer*, 1995), Jiri Zuzanek (*World leisure participation: free time in the global village*, 1996), John Haworth (*Work, leisure and well-being*, 1997), Jorge Umbelino (*Lazer e território: contributo geográfico para a análise do uso do tempo*, 1999), Jonathan Gershuny (*Changing times. Work and leisure in postindustrial society*, 2000), Domenico de Masi (*O ocio criativo*, 2000), David Crouch (*Leisure/tourism geographies: practices and geographical knowledge*, 2001), George Ritzer (*Explorations in the sociology of consumption: fast food, credit cards and casinos*, 2001), Chris Rojek (*Leisure and culture*, 2002), Rui Machado Gomes (*Os lugares do lazer*, 2005)¹.

¹ Uma referência mais completa encontra-se no final do livro sob o título *Outras obras de referência sobre o lazer*, enumerando algumas das principais obras sobre a investigação relacionada com o lazer.

O lazer contemporâneo

Como podemos, então, compreender o lazer perante uma tão grande diversidade de situações, processos, tempos, vontades e abordagens? O lazer pode ser uma obrigação imposta no local trabalho pelo empregador que, para melhorar a produtividade dos seus funcionários, determina, no tempo de emprego, a integração de períodos de actividades de desenvolvimento e de sociabilidade. Torna-se evidente que nas actividades habitualmente associadas ao lazer pode haver processos de alienação, de obrigatoriedade ou falta de livre arbítrio.

Todavia, como dissemos em *Globalisation and the relationship work/leisure. From standardisation of leisure to work flexibility* (Santos, no prelo) “a escolha e o livre arbítrio têm sido os elementos fundamentais de qualquer definição de lazer, mas existem diversos constrangimentos (...). É por isso que Stebbins (2005: 350) afirma que o lazer é “uma actividade não coerciva efectuada durante um período de tempo livre, sendo algo que a pessoa quer fazer, procurando a satisfação pessoal ao usar as suas capacidades e recursos, e é bem sucedida ao fazê-lo”.

Importa referir que, o livre arbítrio e a satisfação não se encontram apenas em actividades classificadas como de lazer. O emprego e, sem dúvida alguma, muitos trabalhos integram essas opções, porque se o tempo de lazer é entendível como não alienado (não dependente do relógio e da vontade de outrem) muitos profissionais liberais, artistas, investigadores, desportistas, entre outros, têm-no em situação de emprego.

Para além disto, ou talvez por causa disso, o lazer é compreendido como um produto a que se tem acesso num mercado de relações espaciais intensas, como *layers* interactivos, que o tornam um bem imaterial de grande relevância socioeconómica. A mercadorização do lazer é um sintoma evidente de mais uma conquista da ideologia capitalista do lucro, que agora se prepara para tomar de assalto o investimento nos projectos que valorizam as questões ambientais, numa relação evidente com o turismo. De facto, “o espaço tornou-se uma mercadoria e a expansão da dominação espacial uma necessidade do sistema capitalista [porque] ‘o capitalismo já não se apoia somente sobre as empresas e o mercado, mas sobre o espaço. (...) Com a *indústria* do lazer o capitalismo apoderou-se dos espaços que ficaram vazios; o mar, a praia, a alta montanha. Criou uma *indústria* nova, uma das mais poderosas: a *indústria* do lazer’ (Lefèbvre, 1974: 221)” citado por Gama (1988: 207).

Porque muitas actividades de lazer resultam em mais-valia económica e em tempo de trabalho, é muito ambíguo e dual classificar o lazer, mas quando surge como uma recompensa/direito de algo que entendemos como uma forma de reconhecimento do nosso trabalho (num tempo não alienado, assumido pelo nosso livre arbítrio, em espaços que consideramos apropriados ao prazer ou que criamos para tal fim, em actividades que consideramos fora do âmbito das tarefas obrigatórias que realizamos quotidianamente) estamos a falar de lazer.

Nos últimos 40 anos, a estrutura de despesas da população portuguesa diminuiu significativamente os consumos em *Alimentação, Bebidas e Tabaco*. A par com esta redução está o acréscimo nas despesas com *Transportes e Comunicações de Outros Bens e Serviços*, resultado de importância da sociedade da informação e da mobilidade da população, mas também de uma procura muito mais diversificada de bens e serviços que

promove novos consumos, numa dependência directa da diversificação dos mercados e de uma distribuição e de um comércio muito mais agressivos.

Para além desta caracterização geral é possível identificar uma estrutura de despesas associada a estilos de vida promotores de actividades que encontram, especialmente nos últimos anos (1990/2004), uma valorização da imagem, da sociabilidade e do lazer. Efectivamente, são as despesas com a *Saúde e a Higiene* que apresentam um maior crescimento ao longo dos quinze anos em referência e, conjuntamente com elas, as referentes ao *Recreio, Educação e Cultura*.

No mundo desenvolvido a população quer que o lazer possa ser a premissa central na sua vida quotidiana, especialmente quando mantidas relações significativas com os espaços urbanos.

Não podemos continuar a ver o lazer como algo anti-quotidiano, em oposição ao trabalho, mas sim como algo complementar a esse trabalho e simultaneamente expressão maior e diferenciadora do tempo individual. O trabalho serve, de formas directas e indirectas, para a valorização de um tempo fora dele que tem especial significado em situações de co-presença (Gama, 1988 e Gama & Santos, 1992). O trabalho e o lazer são as duas faces duma mesma e única existência (Sue, 1982). Efectivamente, a continuidade e a quotidianidade estão na relação trabalho/lazer e torna-se importante saber como se ajusta o ser humano a esta interrelação funcional de duas ou mais esferas de acção que envolvem espaços e tempos tão diferenciados.

A nossa sociedade durante algum tempo teve que se ajustar a um aumento do tempo livre que, não sendo acompanhado pelo tempo de lazer, se assume como *aborrecido* e motivo de *insatisfação*. É, por isso, importante sublinhar a afirmação de Sue (1982) que diz que “uma das funções maiores do lazer actual consiste em procurar o sonho [sendo] fortemente colorido pelo hedonismo” (Sue, 1982: 93).

Julgamos importante entender o tempo de lazer como um tempo quotidiano, valorativo de um desenvolvimento local continuado e complementar de processos de lazer específicos que se integram na denominada *indústria do lazer*, que aqui pretendemos resgatar para o mundo dos serviços.

Na senda do consumo, o capitalismo utiliza os lazeres (artísticos, desportivos, de desenvolvimento, de sociabilização, de descanso, deleite ou recuperação física e mental) como veículo prioritário para a motivação consumista. Nesta perspectiva, à noite é atribuída a imagem de *Novo Mundo/Outro Mundo*, associando o trabalho e a obrigação com o tempo cósmico diurno e o lazer, suportado pelo trabalho de alguns, com o tempo cósmico nocturno. Consumo e capitalismo, impondo normas e regras, uniformizações e massificação, obrigam a questionar se o lazer continua a ser uma actividade dependente do livre arbítrio individual ou se se assume, apenas, como mais uma das *tarefas quotidianas*

Como se pode compreender, não se está a tentar dar valor a uma oposição puritana, ascetista ou epicurista, mas a um *homo-chamaeleon*, que Brée (1994) refere na associação à sociedade de consumo e que hoje se assume como herdeiro detentor da parafernália de estilos de vida e esferas de acção de uma sociedade do divertimento (Langman, 1992) e da procura da satisfação imediata (Galbraith, 1992).

O *homo-chamaeleon* é o reflexo de uma sociedade dominada pela perspectiva de maximização da exploração do lucro capitalista, através não apenas dos modos, mas também dos tempos e dos espaços. A diversificação de serviços e bens — resultado

do ajustamento entre procura e oferta (não se sabendo bem o que influencia o quê) —, a criação de novas formas de trabalho (criando tempo para valorizar o consumo) e a valorização de novos modos de usar o espaço (cada vez mais longe e mais exótico) colocam o ser humano em situações de pressão que o fazem utilizar num mesmo contexto, de uma forma tolerada socialmente, o verso e o reverso da medalha, o bom e o mau, o correcto e o prejudicial, o sim e o não, a norma e a transgressão.

O *homo-chamaeleon* parece brotar da conjugação de novos homens (os novos *homo-faber*, *homo-ludens*, *homo-sapiens*, *homo-socius* e homem imaginário) (Dumazedier, 1962), e da valorização do lazer em todos os actos sociais humanos. Mesmo a compreensão do mundo do trabalho só resulta completa se compreendido o mundo fora do trabalho (consumo/lazer), numa combinação de esferas de acção que têm sido responsáveis tanto pela democratização como pela elitização dos fenómenos, tornando o homem num ser que se ajusta e que procura identidades, entre a semelhança e a diferença, entre o ser, o ter e o parecer.

A noite e o lazer

A noite tem vindo a ser crescentemente integrada nas investigações científicas efectuadas no domínio das Ciências Sociais, particularmente na Geografia (Deleuil, 1993²; Henriques & Feio, 1995; Bureau, 1997; Chatterton & Hollands, 2003; Gwiazdzinski, 2000, 2005; Alves, 2007), ainda que este objecto científico se apresente pouco explorado.

Realidade temporal de duração cósmica variável, cujo carácter obscuro levou a que fosse conotada como um tempo de repouso, de recato, de vinculação ao espaço privado, a noite deixa de se contrapor ao dia como tempo de acção, de obrigação, envolvendo o espaço público e passa a assumir-se como um tempo e um espaço com dinamismo próprio e, de igual forma, com uma expressão pública relevante.

Todavia, a noite torna-se tempo, espaço e modo de *outras* identidades. Por vezes extensão das sociabilidades diurnas, apresenta-se, também, em esferas de acção com actores, parceiros e intervenientes muito diferenciados daquelas.

A noite é tendencialmente um período em que o tempo livre associado ao lazer se sobrepõe ao tempo de emprego. Assim, o tempo da noite dá lugar à libertação das rotinas que marcam os dias, à transgressão, à subversão das normas de comportamento, à busca do prazer, da emoção, da excitação. Para Bureau (1997) a noite, criada pelo ser humano, torna-se sua criadora. Cada vez mais a descontinuidade espaço-temporal que é a noite desvanece-se passando a ser uma continuidade, um tempo que “precede e prepara a eclosão do dia” (Gwiazdzinski, 2005: 37), servindo as actividades que a preenchem como motivações libertadoras para o dia que se inicia.

A vida urbana faz-se agora, e cada vez menos, pela diferenciação entre dia e noite diversificando-se, todavia, os ritmos e os modos, só possíveis devido à conquista dos lugares públicos pela luz artificial, depois da revolução que originou na vida e nos espaços privados.

² Deleuil, J.-M. 1993, *Lyon, la nuit: espaces, pratiques et représentations*. Thèse de doctorat de géographie, aménagement et urbanism. Université Lyon, Lyon.

A luz artificial possibilitou o aumento do tempo de trabalho, permitindo que as horas de emprego pudessem entrar noite dentro e não apenas nas noites de lua cheia sem nebulosidade. As profissões da noite são uma referência da cidade, algumas ligam-se ao poder público, prendem-se com a segurança, a saúde, sendo essenciais para zelar pelo bem-estar e vigiar as necessidades da sociedade urbana: polícia, bombeiros, técnicos de saúde, recolha de lixo e limpeza de ruas; outros asseguram os abastecimentos diurnos: padeiros, vendedores de mercado, trabalhadores dos serviços postais; outros, ainda, garantem a mobilidade de pessoas: taxistas, condutores de transportes públicos e de bens: motoristas, maquinistas; alguns mais, animam a noite: locutores de rádio e apresentadores de televisão, actores e artistas. Algumas destas profissões são precisamente situações de co-presença para situações de lazer, juntam-se aos já referidos os empregados de cafés, de bares e de discotecas. Mas a noite ainda é, para uma maioria da população, um tempo livre do emprego, ocupado pelo descanso, pelo lazer, pelo consumo. Esta justaposição dos ritmos, das várias cidades produz disfuncionalidades urbanas, sendo potenciadora de conflitos (Allemand, 2005a; Gwiazdzinski, 2000).

Há claramente uma revolução nos tempos sociais, que passa pela sua *desconstrução* (Allemand, 2005b), trabalha-se à noite, aumentam os acontecimentos sociais, os consumos e os lazeres nocturnos. Neste contexto, a *economia da noite* (EN) tem criado, para o quotidiano da população urbana e da que está imbuída de uma consciência e participação urbanas, os tempos, os espaços e os modos que permitem a fuga à rotina e a gratificação pelo trabalho alienado ou pelas tarefas obrigatórias do dia-a-dia.

Em termos pessoais, as pessoas assumem um comportamento bipolar ou multipolar (e não estamos aqui a falar em termos médicos, mas em termos de acção espaço-temporal fora do ambiente do lar/residência) que se encontra hoje associado a padrões específicos de consumo. Na cidade, a noite cria espaços específicos, associados a tempos concretos que servem de *recreio* para grupos de pessoas com identidades específicas que se cruzam ao longo da noite, num ritual de amor/ódio, compromisso/conflicto, sempre buscando o prazer. Efectivamente, a condição pós-moderna (Harvey, 1992) abre novas valorizações individuais e colectivas. Relewa-se cada vez mais a dimensão imaterial, a simbólica dos consumos materiais, a das actividades de lazer que se praticam, a dos lugares que se frequentam.

Estas encruzilhadas de pessoas buscando o espaço e os modos certos para o seu tempo de lazer, fugindo à rotina e procurando a aventura ocasionam problemas. A *economia da noite* (EN) provoca conflitos entre actividades de lazer e outras funcionalidades urbanas, sendo o ruído, o crime, o comportamento anti-social, algumas das situações que motivam a confrontação. A conquista da noite faz-se, por isso, através da animação nocturna, da busca de prazer, mas, também, através da promoção da segurança e controlo (Gwiazdzinski, 2005).

Assim, o tempo de lazer só o é efectivamente quando temos a consciência das acções que realizamos. Como é óbvio, muitos lazeres envolvem riscos para as pessoas que os praticam, para parceiros e para o ambiente. Não se propõe aqui que se o risco existe não existe lazer. De facto, o prazer está relacionado com níveis de adrenalina cada vez mais elevados e intensidades cardíacas crescentes, de forma a criar novas sensações a quem participa e a permitir uma sensação de fuga às rotinas e às obrigações. A noite consegue reunir, num espaço — que de dia é predominantemente utilizado para

organizar um tempo alienado, rotineiro e/ou obrigatório —, a novidade, o prazer, a sensação de risco, o inesperado. A construção do tempo de lazer é modo de identidade social e envolve aspectos intrínsecos que na noite encontram as sombras e jogos de luzes que encobrem realidades e salientam características num intrincado jogo de criação de imagens e *recenterar* do eu. A escuridão da noite dissimula, aparentemente, os comportamentos, facilitando a transfiguração do eu.

Esta valorização da identidade através do lazer é utilizada por Stebbins (2001) ao referir-se ao *casual leisure*, que define como sendo imeditato, gratificante, com relativa curta duração, necessitando de pouca preparação para dele se tirar prazer (Stebbins, 1997, citado por Stebbins, 2001).

Se a esta interpretação juntarmos o facto de o “espaço geográfico ser um espaço percebido e sentido pelos homens, tanto em função do seu modo de pensamento como das suas necessidades” (Dollfus, 1982: 53) e que “as noções de acção e estrutura se pressupõem uma à outra, mas que o reconhecimento desta dependência, que é em si uma relação de tipo dialéctico, necessita da reformulação não só de uma série de conceitos associados a cada um dos termos, como dos próprios termos em si” (Giddens, 2000: 11), temos o triângulo conceptual que serve a interpretação do lazer no tempo nocturno.

Isto porque este lazer implica: a) uma acção que se revela casual (como afirma Stebbins, 2001) pelas características dos modos de lazer; b) um espaço que conjugado com o tempo específico, influencia os percursos, itinerários e acções, tornando-os completamente diversos do tempo de luz natural; c) que a percepção tida deste tempo/espaço seja a outra (a da luz artificial e a dos *gatos pardos*) com as necessidades/desejos, criadas(os) intrinsecamente pelo indivíduo e extrinsecamente pelos outros agentes, a transformarem o espaço criando outra cidade.

A lógica é: se existe uma população diversificada e um conjunto de serviços associados a um espaço, porque não conjugar a capacidade de atracção dos lugares, pelos mais diversos motivos, com uma oferta de 24 sobre 24 horas de propostas de consumo atraentes para o cidadão normal. O consumo efectuado durante a noite é criador de emprego, mas é o tempo fora dele, através do lazer, que marca os lugares. Efectivamente, cada vez mais as empresas, privadas e públicas, percebem a importância da noite. Tendo começado por ser um espaço quase exclusivo dos operários para manterem em contínuo a produção, cada vez mais se terciariza e é invadida pelo comércio e pelos serviços.

À ubiquidade do consumo, conquistada espacialmente pela cidade, junta-se a intemporalidade. Esta é proporcionada por um conjunto de serviços que passam a estar disponíveis 24 horas na cidade e que se ligam com a distribuição automática alimentar, monetária, de filmes. Salientam-se, também, as lojas de conveniência (quase sempre ancoradas nas estações de serviços) e, como é obvio, os estabelecimentos de lazer. Na cidade de Coimbra, ainda que a implantação espacial no espaço urbano seja muito pontual, começa a aumentar a oferta destes lugares de consumo baseados no auto-serviço, que anunciam uma abertura 24 horas por dia, 7 dias por semana. Concebidos e definidos como lugares de passagem, a ocupação do espaço é minimalista, restringe-se aos distribuidores automáticos. Ainda assim, casos há em que é apresentado algum mobiliário sugerindo a permanência e a sociabilidade casual (Fig. 1).



Fig. 1 – Distribuição automática de produtos alimentares, na Travessa da Avenida Dr. Mendes Silva, Vale das Flores (esquerda) e na Rua Padre António Vieira, próximo da Praça da República (direita).

A par destas iniciativas de investimento privado somam-se outras que conciliam o consumo e o lazer 24 sobre 24 horas. Em 2006, na noite de 29 para 30 de Junho, o centro comercial *DolceVita Coimbra* esteve aberto 24 horas, associando-se aos seus congéneres, numa iniciativa inédita em Portugal e na Europa, e que se repetiu, no mesmo dia do ano, em 2007 e em 2008. As actividades culturais, de recreio e divertimento estão sempre presentes, oferecidas a preços reduzidos, com a preocupação de abranger os consumidores de todas as idades e de aliar o consumo e o lazer.

As *noites brancas* (Allemand, 2005b; Gwiazdzinski, 2005; Alves, 2007) de que temos notícia em algumas das grandes cidades europeias (Bruxelas, Roma, Paris...), contam-se, também, entre os eventos que procuram preencher e povoar a noite de Coimbra. Organizam-se espectáculos, ocorrem manifestações artísticas que procuram cativar novos públicos, incentiva-se a fruição do espaço urbano à noite. O alargamento do horário do comércio até às 24 horas e o proporcionar de alguma animação cultural, foram o modo de materializar esta iniciativa em Coimbra.



Fig. 2 – Panfleto de promoção da *Noite dos Museus* na cidade de Coimbra, em 2008.

O lazer cultural sempre encontrou na noite um importante tempo de realização, também nos dias de hoje se ampliam e diversificam, na noite da cidade, as diferentes manifestações culturais. Os espaços culturais de tempos diurnos abrem-se à noite. A *Noite dos Museus*, evento de âmbito internacional, promovido pelo Ministério da Cultura e da Comunicação francês, que contou com a primeira edição em 2005 e com a adesão, em 2008, de vários museus da cidade/Universidade de Coimbra (Fig. 2), é disso um bom exemplo. As *24-hour cities, as cidades que não dormem*, imagens de marca de grandes metrópoles mundiais, experiências de algumas cidades como Manchester, Glasgow, Leeds (Heath & Stickland, 1997) e Lyon, são a expressão da conquista da intemporalidade da cidade.

O lazer nocturno incentiva o consumo³, pelo que à empresa num mercado neoliberal importa promover o primeiro para escoar a produção e aumentar os lucros, através do segundo. Como refere Hubbard (2003) as questões da sustentabilidade das *24-hour cities* são centrais nas políticas do lazer contemporâneo.

À noite, as motivações, os interesses, as necessidades, os transeuntes/utilizadores, são diferenciados dos diurnos, os ritmos são outros, os usos que se fazem do espaço são outros. Há lugares cuja animação é exclusivamente nocturna, pelo que as actuações no âmbito das políticas públicas não podem decalcar as intervenções promovidas para o funcionamento da cidade durante o dia. Há serviços, como os transportes urbanos que diminuem de frequência à noite, sendo as carreiras em número restrito. É fundamental possibilitar a mobilidade entre as áreas de residência, os lugares de encontro à noite e os lugares de diversão nocturna.

É cada vez mais importante a intervenção do poder público, nomeadamente local, no planeamento dos espaços urbanos no outro tempo que é a noite. Gwiazdzinski (2005: 72) considera que “o tempo permaneceu como o parente pobre das reflexões sobre o funcionamento, o ordenamento ou o desenvolvimento das cidades e dos territórios”, sublinhando, mais à frente, que os instrumentos de ordenamento ignoram a dimensão nocturna do espaço. Na realidade, a imagem da cidade à noite é, também, importante para atrair investidores e consumidores, e a competitividade entre espaços urbanos passa pela oferta de serviços nocturnos. Jayne (2006) considera que a quantidade e a qualidade de oportunidades de consumo que a cidade oferece é um elemento chave na competitividade. Como de resto sublinha Gwiazdzinski (2005), nesta competição entre metrópoles/cidades a qualidade de vida, e nesta os lazeres nocturnos e a animação, têm um papel essencial.

Importa aqui analisar o processo de lazer na perspectiva do espaço que lhe é destinado, do espaço que para ele foi criado e dos ajustamentos que são efectuados a espaços associados a outras actividades ou funcionalidades, que não as de lazer, e que numa parte do tempo quotidiano e/ou hebdomadário (são esses que aqui especialmente nos interessam) se transformam em espaços de lazer. Assumindo que, como afirma Urry (1995: 20 e 21) “o consumo visual do espaço e do tempo é simultaneamente acelerado e captado a partir da lógica da produção industrial (...) a cidade tornou-se um espectáculo, um *sonho de consumo visual*” (Zukin, 1992: 221)⁴

³ O inverso também resulta verdadeiro.

⁴ Zukin, S. 1992, *Landscape of Power*. University California Press, Berkeley.

Como afirma Sennett (1991)⁵ citado por Urry (1995) “na cidade contemporânea os diferentes edifícios já não exercem uma função moral – os novos espaços mais significantes são os que se constroem em torno do consumo”. A valorização do consumo perante a produção, com as catedrais de consumo a serem centros de eventos de lazer, com os complexos de cinemas, diversão, ou outras actividades-âncora nos centros comerciais, recria a cidade através de policentrismos e novos centros com o centro principal a perder *tempo de centralidade* se não se refuncionalizar. Estes espaços de consumo marcam, de forma evidente, a noite de Coimbra e condicionam os fluxos e as centralidades, escapando a outras funções que não sejam as do prazer e do lazer (pelo divertimento, pelas artes, pela sociabilidade, pelo desporto, pela evasão à rotina). Neste contexto, a desindustrialização e/ou revalorização dos centros urbanos joga um papel de potencialidade ou oportunidade, que se conjuga com o acréscimo da procura de lazer por populações cada vez mais diversificadas e não apenas os mais jovens.

A noite vai dar significado “não apenas ao valor imobiliário, mas também ao *capital cultural* representado pelos centros históricos (baixas) recuperados pelos urbanistas — recriando-os como sítios de um nova *urbanidade* centrada em torno do lazer, dentro do mercado de consumo e com prestigiadas áreas residenciais destinadas a sinalizar a nova *urbanidade* através dos ecos de *novo boémismo*, pioneiro da nobilitação da década de 1970 (Zukin, 1981 e 1991)” citado por Lovatt & O’Connor (1995: 127 e 128).

O espaço público *outdoor* e a luz artificial

A luz artificial permitiu ao ser humano conquistar a noite e os lugares à noite, permitiu estender a sua acção para além dos limites do crepúsculo, levando a que a vida social se estenda para além da luz natural e que os espaços ocupados deixem de se circunscrever à esfera privada. A tendência é clara: o ser humano procurou *emancipar-se dos ritmos naturais e artificializou a vida urbana* (Gwiazdzinski, 2005), apesar de à noite faltar o carácter ubíquo e uniforme da luz que caracteriza o dia (Bureau, 1997), porque a introdução da luz na noite cria crepúsculos e sombras que formam novas percepções e outras representações.

Foi a luz artificial, especialmente quando a fonte energética predominante passou a ser a da electricidade, que alterou profundamente o significado da noite nas cidades, carreando uma aura especial, uma nova beleza (Brandt & Geissmar-Brandt, 2007). A luz artificial ao suavizar a transição do dia para a noite permitiu uma *colonização* (expressão utilizada por Gwiazdzinski, 2005) desta última. Foi a luz que abriu o espaço público urbano ao lazer nocturno, primeiro os *indoor* e posteriormente os *outdoor*.

Torna-se evidente que, hoje, podemos ter lazer para além da luz natural. Melhor, passámos a querer lazer para além da luz natural, porque, como foi dito acima, essa é uma forma de criar um mundo próprio distante ou diferente da ambiência do tempo de trabalho, tendo sempre presente que o lazer é um mercado de emprego em crescimento. Os espectáculos artísticos, desportivos ou de entretenimento entram noite dentro com intensidades de luz ajustadas aos seus propósitos.

⁵ Sennett, R. 1991, *The Conscience of the Eye*. Faber & Faber, Londres.

Inicialmente a integração da luz artificial na cidade prendeu-se com questões meramente funcionais e que se ligam com a necessidade de tornar os espaços urbanos acessíveis à noite (Brandi & Geissmar-Brandi, 2007; Gwiazdzinski, 2005), permitindo a circulação, a segurança e a orientação no espaço. A esta importância cada vez mais se alia a dimensão estética. A iluminação é cada vez mais artística, valoriza a arte urbana e cria espaços cénicos, sendo em si uma arte urbana: o *lighting design*⁶. Os *designers* de luz “esculpem as noites das nossas cidades e dão-lhes uma identidade nocturna por vezes bastante diferente daquela que têm durante o dia” (Gwiazdzinski, 2005: 85).

Se, como refere Narboni (2003: 12), vai ser em meados da década de 80 do século XX que surgem os primeiros *designers de luz*, os anos 90, do mesmo século, evidenciam, logo desde o início, uma cisão na concepção entre os que valorizam as iluminações patrimoniais e realçam a monumentalidade do espaço urbano e os que privilegiam o espaço público da noite como um lugar de convívio quotidiano. As necessidades de iluminação, em termos de densidade e de intensidade, são diferenciadas. Narboni (2003) reforça esta nova tendência afirmando que:

“iluminar o solo já não é a única função da luz na cidade. Os modos de vida evoluíram integrando novas necessidades, novos lazeres e prazeres nocturnos. As lojas das proximidades, em certos países, e os bares e restaurantes, noutros, mantêm-se abertos durante toda a noite ou parte dela. As actividades nocturnas (comerciais ou culturais) desenvolvem-se. Os monumentos ficam abertos à noite para propor outro tipo de descobertas (...). A oferta de visitas turísticas nocturnas aumenta e diversifica-se (...). Estas novas práticas urbanas (...) [impõem] uma discussão urbana sobre a cidade nocturna, os seus usos, as suas implicações e os seus públicos” (2003: 113).

A luz artificial é fundamental para a leitura, para a apropriação, e para o uso dos espaços, à noite, nas cidades contemporâneas. O espaço iluminado é mais facilmente fruído, daí que a animação nocturna da cidade pressuponha iluminação.

A modernidade tardia ou a pós-modernidade trouxe mais luz ao espaço público como a publicidade e os seus *spots*. Os *néons* urbanos marcam os lugares e são presenças que definem as centralidades da noite, criando impactos visuais diversos que passaram a estar presentes na cidade por questões estéticas, na definição da imagem da cidade. As lojas competem umas com as outras na iluminação das montras, nos anúncios luminosos.

O ordenamento da luz artificial é importante pela intensidade, ao permitir hierarquizar os lugares no espaço urbano nocturno, reafirmando lugares importantes para a cidade durante o dia ou subvertendo, por vezes, valorizações diurnas. Mas a

⁶ A *Luzboa* – Bienal Internacional da Luz – cuja primeira edição teve lugar em 2004 – é um evento cultural, em que artistas e criadores, conceituados, propõem intervenções de luz no espaço público: miradouros, jardins, ruas, praças, monumentos e conjuntos edificados. A estas intervenções de arte contemporânea somam-se eventos performativos que têm lugar no espaço público, ateliês, concursos, conferências, congressos, tendo a edição de 2006, por exemplo, contado com o *congresso da noite* (ver <http://www.luzboa.com>).

sua artificialidade leva a que as hierarquias sejam, também elas, artificiais. Há espaços que ganham centralidade só em determinados dias, pense-se no *Estádio Cidade de Coimbra*, que se destaca na paisagem urbana nocturna em dias de provas desportivas ou de espectáculos, e que quotidianamente tem uma iluminação mais difusa, ou pense-se na Praça da Canção, que durante algumas semanas marca os ritmos nocturnos da beira-rio conimbricense, entre eventos esporádicos ao longo do ano.

É certo que a luz artificial transforma o espaço urbano, cria espaço urbano, (re)configura a cidade. Estamos perante outra paisagem urbana durante a noite. A percepção da cidade é diferenciada sendo o espaço vivido de um outro modo. A luz artificial converteu-se num *instrumento de ordenamento* (Narboni, 2003), devendo ser contemplada no planeamento das paisagens urbanas nocturnas.

A rua (Lefèbvre, 1978) é muito importante nas questões associadas ao quotidiano e ao uso dos espaços públicos. É, aliás, na rua que surgem novas formas de lazer, com o espaço público a ganhar, na noite, a luz artificial e a ambiência diurna, permitindo um uso diversificado num tempo nocturno. Actualmente as intervenções de (re)qualificação do espaço público urbano contemplam quase sempre o urbanismo de iluminação, a iluminação artificial que se faz das ruas, nomeadamente das pedonais, das avenidas, das praças, dos jardins, dos edifícios emblemáticos, dos cinemas, dos teatros, dos monumentos que integram o património histórico e cultural urbano. Valorizam-se os espaços construídos e os espaços verdes e de lazer, mas também os espaços de circulação, as rotundas e as pontes são importantes elementos a iluminar, assim como os planos de água.

Em Coimbra a colina da Universidade e o rio são elementos físicos da paisagem valorizados pela iluminação. O efeito da luz artificial duplica o efeito cénico da cidade à noite, quando reflecte nas suas águas, com um certo brilho, a iluminação artificial. A silhueta da cidade de Coimbra à noite, vista da margem esquerda, é dourada por uma iluminação única, de intensidade contrastante, desproporcional até, de lâmpadas de sódio, que com um tom amarelo, numa clara reprodução da luz solar, valorizam pontualmente alguns monumentos mas que deixam na sombra parte do património: o conjunto do casario. Há uma identidade topográfica nesta imagem nocturna da cidade de Coimbra, nela uniformizam-se alguns dos elementos patrimoniais da paisagem, destacam-se as iluminações patrimoniais do Paço das Escolas, da Torre da Universidade, da Sé Velha e da Sé Nova. Para Narboni (2003: 98) “a silhueta de uma cidade, ou melhor, uma das suas possíveis silhuetas constitui, de certa maneira, a sua assinatura”. É através desta imagem que se faz o reconhecimento do espaço urbano à noite, é por esta(s) imagem(ns) que se faz o *marketing* territorial, importante para a promoção turística do espaço urbano.

Em Coimbra há uma preocupação recente com o efeito cénico das pontes durante a noite. A iluminação tem reforçado a singularidade de todas elas na paisagem nocturna da cidade. A ponte pedonal *Pedro e Inês*, de arquitectura simples, vê a cor dos painéis à noite ser valorizada pela luz artificial, o que resulta num efeito cénico de grande beleza, cores que pela luz se reflectem na escuridão do leito do rio, contrastam e evidenciam-se mais na paisagem do que durante o dia. O mesmo se passa com a ponte Rainha Santa Isabel cujos tirantes iluminados valorizam de noite esta infra-estrutura encastelada, que de dia acaba por se diluir na paisagem, porque é o tabuleiro de rodagem de veículos que assume a primazia da funcionalidade. Destes efeitos cénicos

tiram partido os vários espaços de lazer nocturno na cidade, especialmente os que se implantam nas margens do Rio Mondego.

As referências arquitecturais diurnas da paisagem urbana que quotidianamente, durante o dia, passam despercebidas ganham reconhecimento, protagonismo, na paisagem nocturna das cidades. Como afirma Narboni (2003: 67) “de dia, a paisagem da cidade impõe-se naturalmente ao nosso olhar. De noite, desaparece totalmente”, pelo que ao acrescentarmos a luz artificial produzimos novos lugares; valorizam-se os patrimónios da cidade, reconstrói-se a cidade, recria-se e afirma-se uma identidade urbana. A cor das luzes, cuja paleta é cada vez mais completa, as formas e o movimento que progressivamente se combinam com a luz permitem diferenciar as paisagens e os lugares urbanos, individualizando-os e tornando-os mais atractivos. Estes são sem dúvida elementos importantes para o consumo, nomeadamente, visual dos lugares (Urry, 1995).

A luz artificial valoriza o espaço, atrai agentes e actividades económicas, fazendo aumentar os níveis de confiança, de conforto, de segurança. A luz artificial assume à noite, no contexto do ordenamento da cidade, um papel importante, porque a luz é oferecida aos transeuntes urbanos como um convite a estarem na cidade (Brandt & Geissmar-Brandt, 2007).

Na cidade de Coimbra o elemento mais valorizado tem sido o centro histórico, mas neste as intervenções são pontuais, privilegiam-se quase essencialmente os monumentos e os espaços de circulação, como já se teve oportunidade de referir. Contudo, mais recentemente, outros fragmentos de iluminação artificial, pública e privada, têm surgido na cidade, associando-se a intervenções urbanísticas de reabilitação e de requalificação urbanas e/ou a novos espaços comerciais. Nestas intervenções, luzes encastradas no solo são projectadas, sendo que a luz artificial destaca, conferindo-lhes singularidade, pequenos elementos arquitectónicos, fontes ou árvores. Estas intervenções têm valorizado as margens do Rio Mondego, as praças que se dispersam um pouco pela cidade, bem como as áreas adjacentes a elementos patrimoniais de relevo. Estas intervenções são importantes na medida em que integram os lugares no espaço da cidade, potenciando a sua fruição.

O Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, pode ser identificado como um bom exemplo, ao ser alvo de um projecto de valorização com o intuito de melhor o integrar no espaço urbano da frente ribeirinha. Grande conquista do ordenamento e urbanismo urbano desta Coimbra do século XXI foram os espaços públicos de lazer nocturno que se ancoram nas margens do Rio Mondego, elemento físico importante na identidade de Coimbra, durante muito tempo vedado à população.

Entre as intervenções privadas destacam-se as fachadas principais dos novos espaços comerciais. São amplas e em vidro, o que torna transparente o interior, dominado por combinações de luzes, de cores e de formas que são visíveis do exterior, com coreografias de luzes que produzem uma paisagem exterior mutante, e que atraem para si as populações como a lâmpada acesa se torna irresistível para o bailado da borboleta. Interessante é verificar como as composições arquitectónicas se enquadram na identidade da cidade. O *FórumCoimbra*, localizado numa colina na margem oposta ao Pólo I da Universidade, recria e faz sobressair à noite, com uma iluminação vermelha, uma torre que “rivaliza” e complementa a da Universidade (o saber e o lazer).

Uma espaço-temporalidade do lazer em Coimbra

Coimbra é uma cidade de média dimensão que se afirma no sistema urbano regional e nacional pela prestação de serviços muito diversificados, desde os administrativos locais, regionais desconcentrados, de educação (ensino secundário, mas, fundamentalmente, ensino superior), de saúde, até aos comerciais e privados às pessoas e às empresas. O seu perfil funcional, assente num terciário especializado nos domínios da educação, da saúde e das novas formas comerciais, tem sido o *móbil* da sua expansão espacial, de um crescimento urbano polarizado, polinucleado, que se reflecte na criação de novas centralidades urbanas, funcionais e sociais.

A cidade organiza-se em torno de um centro que apresenta dualidades significativas: de relevo (a Baixa e a Alta); de acessibilidades (geral e específica); de clientela (eclectica e elitista), de tradições (futricas e estudantes); de tempo de uso (vazio nocturno e vida nocturna). Para além deste centro os novos pólos universitários de ciência e de tecnologia e o das ciências da saúde, Pólo II e Pólo III, respectivamente a Sul e a Norte do centro da cidade, que se localizam imediatamente no limite interior dos eixos viários que circundam externamente a cidade, são marcos territoriais de crescimento e ajudam, actualmente, a configurar o espaço urbano que esboça as novas centralidades económicas, sociais e culturais que se apresentam em fase de consolidação. Muitas destas centralidades estão ancoradas em importantes centros comerciais que, servindo as áreas urbanas consolidadas, têm criado novas centralidades e induzido intervenções no espaço público, que atraem à cidade novas clientelas.

As actividades de lazer, especialmente associadas ao consumo, marcam a cidade e a sua imagem, e isso acontece de forma evidente em Coimbra. As ofertas, com uma divulgação ampla e diversificada, permitem a definição de um *ranking* de actividades de lazer, cultura e recreio muito importantes para as cidades a que estão associadas. Efectivamente, é possível perceber que existe “ênfase no divertimento (o carnavalesco, o festivo, a feira) [e esta] socialização do passear ocioso podia ter efeitos mais amplos. Estas actividades, anteriormente vistas como secundárias e marginais para a verdadeira cidade de negócios, começam a suscitar o debate sobre o que a cidade pode e deve ser” (Lovatt & O’Connor, 1995: 129).

Veja-se o caso de Coimbra com a Queima das Fitas, as Festas da Rainha Santa Isabel, os complexos *multiplex* de cinemas (*DolceVita* e *FórumCoimbra*), os Encontros de Fotografia, os Encontros Mágicos, as Tunas, os Palácios de Desportos, os Estádios de Futebol, a diversificação da oferta de restauração e de casas de sociabilidade nocturna nos centros históricos, a recuperação de espaços monumentais e de espaços verdes para utilizações diurna e nocturna (Parque Verde do Mondego, Jardim da Sereia, Praça da Canção, envolvência do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e Portugal dos Pequenitos).

Não há dúvida que “o resultado do aumento da importância do valor económico dos espaços de lazer foi a proliferação de estádios de desportos (Bale, 1993), *resorts*, centros comerciais de lazer e centros de entretenimento (Kawking & Gibson, 1994), centros de convenções, marinas e hotéis, restaurantes exóticos, centros de diversão, *playgrounds* e equipamentos culturais em áreas urbanas (Zukin, 1995; Cramer, 2000)” (Lloyd & Auld, 2003: 339). No caso da cidade de Coimbra o complexo desportivo *Euroestádio*, por exemplo, que foi profundamente renovado/reabilitado para acolher o

Europeu de Futebol 2004, tem associada uma área residencial, um pavilhão multiusos, piscinas, um centro comercial, sendo um espaço voltado para o consumo com um papel importante na requalificação/regeneração urbana.

Como afirmam Fortuna & Peixoto Coimbra apresenta uma “imposição de novos símbolos urbanos e a eclosão de novas formas de representar a cidade [porque] (...) as cidades, são para além daquilo que são no seu plano tangível e material, realidades socialmente apropriáveis e imaginadas, suscitando muitas vezes imagens contraditórias ou conflituais e assumindo, nessa medida, uma identidade difusa e mutável” (2002: 59). Julgamos que esta imaterialidade se expressa em formas significativamente importantes através das ancoragens que são efectuadas aos modos, espaços e tempos nocturnos, através dos lazeres oferecidos à população autóctone, de passagem e turista.

Aliás, nas referências a Coimbra, a cidade é entendida, com alguma frequência, como “cidade de passagem em que se fica por uns anos até os estudos acabarem” (Fortuna & Peixoto, 2002: 31). Este acréscimo de população adulta-jovem, com habilitações literárias acima da média, com liberdade acrescida, pelo afastamento em relação à família e a obrigações familiares, com dinheiro de bolso, que lhes permite uma fácil integração em situações de consumo, influencia a organização da *economia da noite* (EN). Um inquérito, por questionário, realizado em 2006, que teve como universo jovens-adultos a frequentar a Universidade de Coimbra, permitiu, através de uma amostragem, concluir que as despesas com o lazer não adquirirem grande representatividade no conjunto das despesas que este jovens efectuam, participando em actividades de lazer pouco dispendiosas. Um número muito significativo indica que estas representam de 10 a 20 % das suas despesas, estimando-se que com ofertas urbanas cada vez mais diversificadas estas tendam a aumentar. Os mais de 70% de alunos que afirmam despendem mais de 10% do seu dinheiro disponível em lazer evidencia a importância da noite no seu quotidiano e mostram que o lazer é incontornável enquanto veículo de inclusão social. Assim, o significado da Universidade não é apenas evidente no urbanismo, mas também na economia, na sociedade, com os jovens-adultos a desempenharem um papel essencial na dinamização destas. Este facto é tanto mais importante quanto sabemos que as despesas principais (alojamento, alimentação e transportes) representam um investimento significativo na vida destes estudantes.

Nesta perspectiva, importa, pois, saber quais os espaços da cidade que se transformam para a vida nocturna.

Como se promove, como se organiza, como se vive a noite numa cidade de estudantes? Coimbra não é um expoente máximo neste viver a cidade à noite. O inquérito indicativo, a que já se fez alusão, permitiu saber como se repartem as práticas de lazer nos quotidianos destes jovens. O inquérito permitiu concluir que um número muito significativo de jovens destina a noite à prática de actividades de lazer (aproximadamente 60% dispensem mais de 30% do seu tempo de lazer à noite). Um número não negligenciável situa os seus lazeres durante o dia, devido a uma grande flexibilidade na gestão do tempo durante o dia.

As práticas de lazer nocturno são diversas, numa tipologia de classificação *indoor* e *outdoor*, reconhece-se que são estas últimas as mais importantes para a *economia da noite* (EN) dos espaços urbanos. De facto, os mais de 20 000 estudantes representam cerca de um quinto da população que faz uso quotidiano dos espaços da cidade e aumenta significativamente a clientela potencial dos lazeres nocturnos, pelo que não

devem ser negligenciados. Centrando-se precisamente no *selling nightlife in studentland*, Chatterton & Hollands procuram analisar como é produzida, regulada e consumida a *student nightlife*. Sublinham que a vida social e nocturna é essencial para a identidade dos estudantes: “encontrar amigos, *rendez-vous* amorosos, brincadeiras e as noites fora de casa são tão ou mais importantes para a experiência universitária do que o *currículum* formal” (2003: 127).

Os operadores económicos nocturnos procuram cada vez mais ajustar as ofertas aos interesses, às motivações, aos ritmos, aos hábitos de consumo, aos estilos de vida, enfim, ao perfil destes consumidores jovens-adultos, que prolongam cada vez mais os estudos, que dispõem geralmente de um tempo livre muito dominado por um tempo de lazer. Combinam, de forma crescente, o estudo e o emprego em *part-time*, como modo de viabilizar consumos diversos, nomeadamente os da noite. Com os lugares e os consumos a servirem de construtores de identidade – porque há uma relação dinâmica e complexa entre lugar, consumo e identidade (Pain *et al.*, 2001) – usam os tempos e os espaços da noite para as suas sociabilidades, “como tal, os operadores comerciais da vida nocturna ajudam a construir a comunidade estudantil e as experiências do estudante, e estes ajudam a criar a vida noturna” (Chatterton & Hollands, 2003: 126).

O lazer nocturno é fortemente conotado pelos estudantes com um tempo de *divertimento*, de *distracção* de *descontracção*, para estar com os *amigos*, propício ao *convívio*, ao *companheirismo*, o que pressupõe a saída, o fora de casa. Cabe pois à iniciativa privada e aos poderes públicos criar os espaços que vão ao encontro destes interesses que são também necessidades.

Coimbra está certamente entre as cidades universitárias portuguesas com maior vida nocturna orientada para os estudantes, facto que contribui para a escolha da Universidade em que muitos se querem matricular. A noite foi sempre, para os estudantes, um tempo de vida boémia, de libertação, de livre arbítrio. O espaço público (ruas, praças, jardins, parques de lazer) conotado como um espaço adulto é progressivamente ocupado pelos estudantes, nesta fase em que muitas das vezes se desvinculam dos familiares mais próximos, ocupam a noite e os espaços da cidade de modo mais intensivo. É notória, nesta presença massiva dos estudantes na noite, uma desconstrução do espaço público como sendo um espaço *adulto* (Almeida, 2003). Esta fase de transição para as responsabilidades da vida adulta é marcada pela liberdade e por um lazer hedonístico. Os consumos, nomeadamente de álcool, são importantes nestas transições (Northcote, 2006). Associado ao lazer nocturno estão os consumos não só de tabaco como de álcool, sendo de facto as actividades de lazer nocturnas associadas à iniciação e à manutenção de vícios, à *loucura*, à elevação dos níveis de adrenalina. Mas mais expressivo é também o facto do lazer nocturno se conotar com o bem-estar e com o relaxamento. A pequena/média dimensão urbana de Coimbra reduz a expressão da *violência* e do *risco* associado aos espaços de lazer na noite. Efectivamente, a atracção pela noite é muito importante, porque a *distracção*, o *convívio* e o *bem-estar* correspondem a 53,8% das respostas dadas, sendo as referências negativas e de utilização da noite sem associação ao lazer de apenas 9,3%.

O lazer nocturno em Coimbra está ancorado nas ruas, mas essencialmente nos parques e nas praças da cidade. A Praça da Sé Velha é o lugar das Serenatas; o Parque Manuel Braga acolheu durante anos as *Noites da Queima das Fitas*, hoje transferidas para a Praça da Canção; a Praça 8 de Maio é ponto de encontro às Terças e Quintas-

feiras para os *jantares de curso*, que acontecem, preferencialmente, na Baixa da cidade. A Praça de República é a referência de encontro mais usada quotidianamente pela população estudantil, o seu cruzamento é socialmente obrigatório nos trajectos de, e para, a Universidade. Estes *pontos de encontro* são lugares de animação social e cultural, sendo referenciais importantes na vida urbana diurna e essencialmente nocturna. A partir deles estrutura-se uma itinerância, que começa nos cafés, que se direcciona para os restaurantes, que continua nos bares/*pubs* e que termina nas discotecas, mas que integra os cinemas e os centros comerciais. De facto, também aqui, “a mobilidade tornou-se (...) o traço distintivo da ocupação nocturna da cidade” (Almeida, 2003: 18). É nos *pontos de encontro* que se discute, que se estrutura, o lazer da noite.

À tradição académica, onde se integram as serenatas e as praxes, actividades características dos espaços públicos de Coimbra, soma-se uma oferta cultural promovida pela instituição universitária e pela associação de estudante e, cada vez mais, uma oferta privada que se vai dispersando pelo espaço público, procurando as novas centralidades, mas que gravita essencialmente em torno da Praça da República, ocupando as ruas que convergem para esta praça, e que tiram partido da proximidade de duas referências culturais importantes na noite para a população estudantil: o Teatro Académico Gil Vicente e a Associação Académica de Coimbra.



Fig. 3 – Divulgação de uma *ladies night* especial na discoteca *Vinyl* em Coimbra, em que se anunciam “3 bebidas de oferta para elas”.

Os espaços privados de lazer nocturno na cidade promovem frequentemente eventos que vão das festas temáticas aos espectáculos ao vivo, do teatro à poesia, da magia às exposições de pintura e de escultura, dos espaços de acesso à Internet aos salões de jogos (*snooker*, bilhar...). Alguns integram espaços reservados onde comercializam um pequeno número de peças alternativas, vestuário e *bijouterie*, e oferecem dança e música. Estes espaços direccionam-se tendencialmente para determinados estilos musicais, importantes para assinalar e distinguir socialmente os frequentadores: jazz, blues, rock, hip hop, música latina, fado... Para Jayne (2006: 21) “os objectos de consumo são *textos* que podem ser *lidos*, interpretados, apropriados e re-apropriados”. Evidencia-se assim quão importante é o lazer nocturno para o consumo, para a formação cultural e identitária. A noite, efectivamente, abre espaço às culturas urbanas, ou como se encontra em Northcote (2006: 5), às *subculturas*. E isto porque “o lazer é claramente um dos meios através do qual nos integramos e identificamos com outras pessoas, assim constituindo grupos sociais” (Pain *et al.*, 2001: 61).

As mulheres são cada vez mais consumidoras emergentes da noite, que importa cativar e seduzir. A população feminina integra de modo crescente o meio académico português e a academia de Coimbra, pelo que a criação de *Ladies nights*, em espaços de lazer nocturno, tem-se revelado como uma importante estratégia de *marketing*, adoptada por alguns espaços da *economia da noite* (EN) na cidade (Fig. 3), com ofertas que incentivam o consumo com o consumo. Efectivamente, se atendermos ao conteúdo da Fig. 3 as mulheres são um elemento importante na noite e intrinsecamente ligado a estas a dimensão erótica e o prazer, ligado ao sexo e às relações entre os géneros.

Muitos destes espaços privados de lazer nocturno seguem a tendência de outras actividades terciárias, estando associados às cadeias de *franshising*. (Re)Criam por todo o país urbano ambientes diversificados, muitas vezes distantes fisicamente, convidando os frequentadores a transpor o universo cultural que lhes serve de contexto quotidiano. Estes espaços de lazer, no tempo da noite, são importantes para a formação cultural, para a definição de estilos de vida para (re)construir as identidades individuais e sociais. A promoção destes espaços anuncia um ambiente frequentemente *diverso*, mas não raras vezes *jovem*, *universitário*, *estudantil*, o que ilustra bem o público-alvo destes estabelecimentos que se implantam numa cidade com grande tradição académica, vivida por académicos que fazem um uso contínuo e continuado da noite. Deste modo, e como afirmam Chatterton & Hollands, “os estudantes têm um importante papel na economia de muitas localidades, não apenas na habitação e no mercado de trabalho, mas também em termos de despesas e consumo. Uma parte significativa deste impacto ocorre na *economia da noite*” (2003: 134).

É importante identificar onde se localizam, na cidade, os estabelecimentos que promovem as actividades de lazer nocturnas. Para isso, foi efectuado um levantamento dos bares, discotecas, teatros e das salas de cinemas.

Assim, a maior concentração da oferta coincide com o Centro Histórico. Está ancorada na Alta da cidade, mas encontra ramificações na Baixa, penetrando pouco na Baixinha que à noite se converte num espaço mais inseguro. A oferta surge ainda associada à Avenida Sá da Bandeira e à Rua da Manutenção Militar bem como a algumas artérias que estão na envolvente desta última. As margens do Rio Mondego têm vindo a reforçar progressivamente a sua importância em termos de oferta de lazer nocturno. Devido aos investimentos efectuados no Parque Verde, na margem direita

do Mondego, foi possível tornar as duas margens (toda a envolvente da Ponte de Rossio de Santa Clara/Portagem) em lugar de animação nocturna. Também a Praça da República constitui uma importante centralidade de lazer bem como os eixos que para esta confluem e efectuam a ligação à Avenida Afonso Henriques, outro *centro* de actividades de lazer. No restante espaço urbano o padrão é disperso, realçando-se os espaços comerciais, nomeadamente pela oferta em termos de salas de cinema.

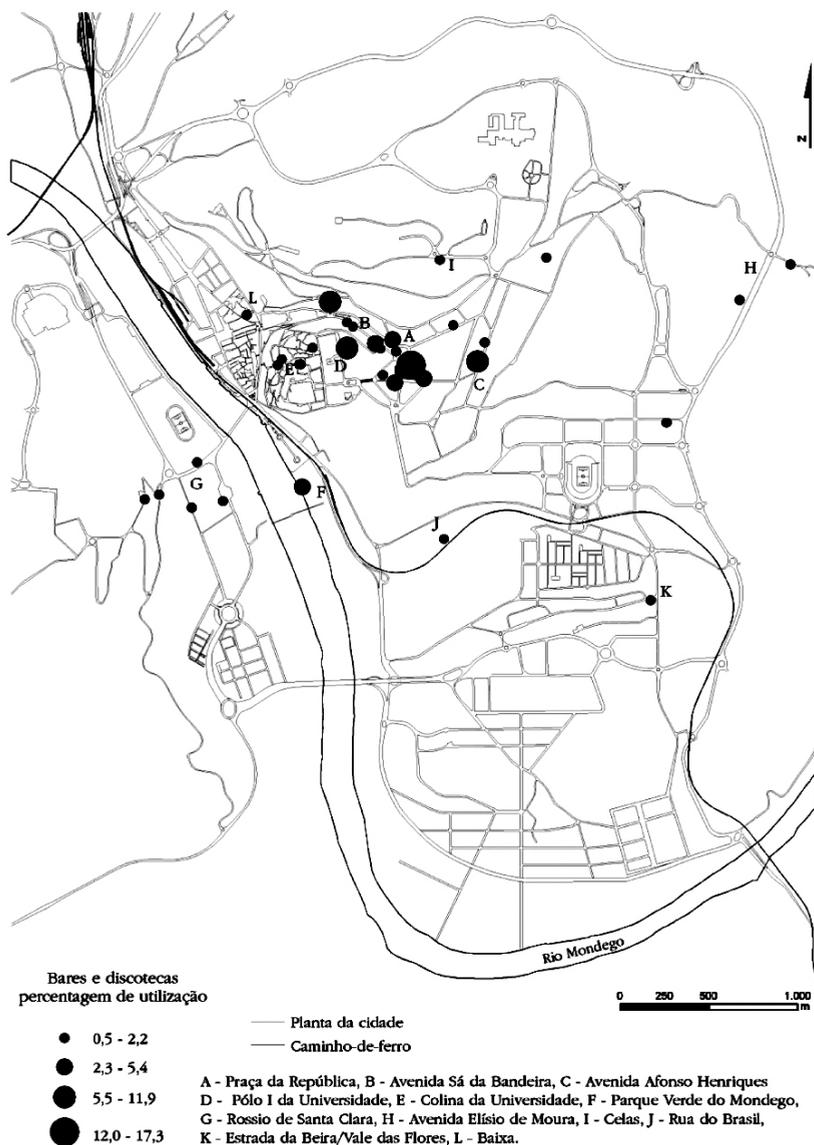


Fig. 4 – Espaços de lazer nocturno frequentados pelos jovens universitários, na cidade de Coimbra, em 2006.

A actividade de lazer nocturna manifesta-se de forma mais evidente nas discotecas, nos teatros, nos cinemas, nos bares e nos cafés nocturnos. É evidente que os bares/*pubs* e discotecas se concentram preferencialmente em lugares históricos, emblemáticos, com uma carga simbólica, que se ligam com a imagem da cidade de Coimbra, ou muito próximos destes, sempre buscando a proximidade com a clientela mais efectiva: a população universitária. Localizam-se, por isso, na proximidade do Pólo I da Universidade, no Largo da Sé Velha, mas também na Praça da República e Avenida Sá da Bandeira. Esta Avenida adquire deste cedo importância como espaço social de traçado linear. A característica de *boulevard*, que lhe é conferida pelo jardim que ocupa o seu eixo central, responde aos ideais de sociabilidade de oitocentos e novecentos, recebendo, hoje, novos modos de relação e expressão individual pública. A dimensão cultural deste eixo de circulação está patente pelas construções: do Teatro-circo Avenida (1892) (onde se veio a implantar o Centro Comercial Avenida); do Teatro Académico Gil Vicente e da Associação Académica de Coimbra. Importância cultural que tende a persistir, sendo esta Avenida animada hoje pela produção destes dois espaços de referência na noite de Coimbra, que se materializam na Praça da República, a par com os diversos investimentos privados.

Estes vínculos dos espaços públicos e privados de lazer nocturno ao espaço público urbano detentor de uma carga simbólica, patrimonial, cultural, relevante, são importantes para os jovens não só pelo efeito cénico e por questões identitárias mas pelo facto de beneficiarem, em tempo e custos de deslocações, na noite, destas economias de aglomeração.

Estas actividades nocturnas cuja abertura se faz ao início da tarde ou ao princípio da noite são, quando directamente acedidos através da rua/espaço público, frequentemente lugares discretos, passando despercebidos aos transeuntes urbanos durante o dia. São espaços fechados, misteriosos, como a noite, que só se desvendam com a sua frequência.

Os estudantes, uma clientela adulta-jovem, definem territórios de lazer nocturno muito circunscritos, embora ocasionalmente surjam utilizações mais diversificadas espacialmente. A utilização de espaços da *economia da noite* (EN) centra-se em torno da Praça da República (A) e apresenta três ramificações bem definidas: ao longo da Avenida Sá da Bandeira (B), até à Avenida Afonso Henriques (C) e em direcção ao Pólo I da Universidade (D). É nestes espaços que se localizam os estabelecimentos da noite de Coimbra mais referidos pelos inquiridos: *Via Latina*, *Vinyl*, *Shot's Procura-me* e *Centro Cultural D. Dinis*. É igualmente visível a utilização dos estabelecimentos da colina da Universidade que se localizam próximo da Praça da Sé Velha e no Quebra Costas e que se posicionam como forma de alargamento da área de lazer nocturno do Pólo I da Universidade (E).

Para além dos lugares já referidos é possível identificar outras duas áreas, posicionalmente menos centrais na cidade, que evidenciam alguma atractividade sobre a população estudantil. Um espaço mais recente e com uma procura intensa é o conjunto, ainda que restrito, de bares que se situam na margem direita, no Parque Verde do Rio Mondego (F), e em Santa Clara, extensão na margem esquerda do núcleo urbano terciário central (G).

Estas áreas preferenciais da noite são completadas por outras com utilizações mais pontuais, estas dizem respeito a espaços de lazer nocturno que estão integrados em

áreas residenciais: localizam-se na Avenida Elísio de Moura (H), em Celas (I), na Rua do Brasil (J), na Estrada da Beira/Vale das Flores (K) e numa área com um perfil funcional menos residencial mas mais terciário: a Baixinha (L).

Considerações finais

Com diferentes tradições em termos de abordagem teórica e de investigação empírica o lazer e a noite têm adquirido cada vez maior importância nos quotidianos urbanos, reflectindo a investigação científica, efectuada no domínio das Ciências Sociais, interesse em compreender estas duas realidades que se combinam de forma crescente entre si e com o consumo. Como ficou demonstrado, se a investigação sobre o tempo livre e o lazer se funda numa já mais longa tradição académica, a noite e a *economia da noite* são um objecto de estudo relativamente recente.

A vida de emprego e de trabalho é cada vez mais orientada para viabilizar o consumo, para diversificar as opções e para ampliar especialmente as possibilidades de lazer. A noite, por sua vez, abre novas possibilidades ao dia natural e converte-se num tempo de extensão do trabalho mas também do lazer. Os espaços urbanos têm-se ajustado progressivamente às novas necessidades e desejos, refuncionalizam-se espaços industriais, recupera-se o património arquitectónico com significado histórico, valoriza-se o espaço público, requalificam-se as margens dos rios. A cidade abre(-se) à fruição e à noite.

Há na modernidade tardia uma preocupação evidente em estetizar o espaço urbano nocturno, não só o público como o privado. A luz artificial tem desempenhado, neste âmbito, um papel extremamente importante, ao permitir a vivência do espaço, conferindo segurança aos transeuntes, evidenciando e dando espectacularidade aos elementos urbanos, por mais insignificantes que aparentemente sejam. Cada elemento é encenado no palco urbano, sendo o efeito cénico importante para a animação da cidade à noite e para a competitividade do espaço urbano na economia da noite, para o *marketing* territorial, relevante, nomeadamente, para as actividades de lazer e para o turismo, por isso, para a economia da cidade. Os espaços de consumo e de lazer nocturno participam neste *décor*, e beneficiam dos investimentos que, neste domínio, se têm efectuado nos espaços públicos, sendo a cidade de Coimbra um bom exemplo.

Os espaços de lazer nocturno são importantes referenciais para a identidade social, havendo uma valorização social e simbólica dos lugares frequentados e conseqüentemente dos seus frequentadores, pelo que os jovens universitários ancoram as suas práticas de lazer nocturno em espaços preferenciais, espaços que pela localização se vinculam ao património cultural, histórico e construído do espaço urbano. O mapa dos espaços de lazer nocturno, no espaço urbano de Coimbra, mostra o padrão da oferta concentrado na Praça da República, no Largo da Sé Velha, na Colina da Universidade, nas margens do Rio Mondego, com uma expressão muito significativa na margem esquerda, em Santa Clara, dispersando-se, todavia, cada vez mais pelo espaço urbano, estando próxima de importantes áreas residenciais como a Solum (S. José) e Celas.

É fundamental em termos de políticas de planeamento e de ordenamento urbano na cidade de Coimbra identificar os espaços de lazer nocturno, preferencialmente usados por uma população adulta-jovem, regular os horários de funcionamento, promover a

vigilância e a segurança destes espaços, nomeadamente dos espaços públicos envolventes, facilitar a mobilidade espacial entre estes diferentes núcleos de concentração da oferta que se convertem nos epicentros da procura, promover ofertas de lazer complementares nos lugares principais, intervir na limpeza, na reabilitação e na requalificação do espaço público, investindo numa iluminação que produza efeito cénico, que valorize os patrimónios existentes para que o espaço possa ser palco de ofertas valorizadoras do território urbano e dos quotidianos das pessoas. É possível e importante tornar o lazer em revitalizador dos desertos do centro urbano da cidade antiga.

Bibliografia

- Allemand, S. 2005a. 'La ville 24 heures sur 24. Les rythmes de la ville', *Sciences Humaines*, 156, pp. 18-19.
- Allemand, S. 2005b, 'La ville 24 heures sur 24. Les «passagers de la nuit»', *Sciences Humaines*, 156, pp. 20-25.
- Almeida, M. I. M. 2003, *Noites nômades: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas*. Rocco, Rio de Janeiro.
- Alves, T. 2006, 'Os espaços públicos e a arte da luz na construção da sustentabilidade das cidades', in *Iberografias*, nº8, O Interior Raiano do Centro de Portugal, coords. R. Jacinto & V. Bento, Campo das Letras, Porto, pp. 387-403.
- Alves, T. 2007, 'A noite, a cidade e a geografia das actividades económicas', in *Geophilia: o sentir e os sentidos da Geografia*, Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, Lisboa, pp. 489-500.
- Brandi, U. & Geissmar-Brandi, C. 2007, *Light for cities. Lighting design for urban spaces*. Birkhäuser, Hamburgo.
- Brée, J. 1994, *Le comportement du consommateur*. Que sais-je?, PUF, Paris.
- Baudrillard, J. 2007, *A sociedade de consumo*. Edições 70, Lisboa.
- Bureau, L. 1997, *Géographie de la nuit*. L'Hexagone, Québec.
- Chatterton, P. & Hollands, R. 2003, *Urban nightscapes youth cultures, pleasure spaces and corporate power*. Routledge, Londres.
- Crang, M. 2001, 'Rhythms of the city: temporalised space and motion', in *Timespace geographies of temporality*, eds. J. May & N. Thrift, Routledge, Londres, pp. 187-207.
- Crouch, D. 1999, 'The intimacy and expansion of space', in *Leisure/tourism geographies. Practices and geographical knowledge*, ed. D. Crouch, Routledge, Londres, pp. 257-290.
- Crouch, D. (ed.) 1999, *Leisure/tourism geographies. Practices and geographical knowledge*. Routledge, Londres.
- Dollfus, O. 1982, *El espacio geográfico*, Col. Qué sé? Nueva Serie, Oikos-tau, Barcelona.
- Dumazedier, J. & Prost, G. 1966, 'Géographie des loisirs', in *Géographie Générale, Encyclopédie de la Pleiade*, Gallimard, Paris, pp. 1703-1716.
- Dumazedier, J. 1962, *Vers une civilisation du loisir?* Points, 29, Éditions du Seuil, Paris.
- Fortuna, C. & Peixoto, P., 2002, 'A recreação e reprodução de representações no processo de transformação das paisagens urbanas de algumas cidades portuguesas', in *Culturas urbanas em Portugal, Projecto e circunstância*, orgs. C. Fortuna & A. S. Silva, Edições Afrontamento, Porto, pp. 17-63.
- Galbraith, J. K. 1992, *La cultura de la satisfacción. Los impuestos, para qué? Quiénes son los beneficiários?* Sociedade Económica, Ariel, Barcelona.

- Gama, A. 1988, 'Notas para uma geografia do tempo livre', *Cadernos de Geografia*, 7, pp. 203-217.
- Gama, A. & Santos, N. P. 1992, 'Tempo livre, lazer e terciário', *Cadernos de Geografia*, 10, pp. 99-129.
- Giddens, A. 2000, *Dualidade da Estrutura. Agência e Estrutura*. Celta Editora, Oeiras.
- Giddens, A. 2002, *As consequências da modernidade*. Celta Editora, Oeiras.
- Gwiazdzinski, L. 2000, 'La nuit, dernière frontière'. *Les Annales de la Recherche Urbaine*, 87, pp. 81-88.
- Gwiazdzinski, L. 2005, *La nuit, dernière frontière de la ville*. L'Aube, Paris.
- Harvey, D. 1992, *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*. Blackwell, Cambridge.
- Heath, T. & Stickland, R. 1997, 'The twenty-four hour city concept' in *Safer city centers: Reviving the public realm* eds. T. Oc & S. Tiesdell, Paul Chapman, Londres, pp. 170-183.
- Henriques, E. B. & Feio, P. A. 1995, 'Os espaços de lazer nocturno: Algumas notas a propósito do caso de Lisboa', in *A geografia Portuguesa, Debater as mudanças, preparar o futuro* (II), II Congresso da Geografia Portuguesa (Actas), Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa, pp. 467-477.
- Hourdin, G. 1970, *Uma civilização dos tempos livres*. Col. O tempo e o modo, Moraes Editores, Lisboa.
- Hubbard, P. 2003, 'A good night out? Multiplex cinemas as sites of embodied leisure', *Leisure Studies*, 22, Routledge, Taylor & Francis, pp. 255-272.
- Jayne, Mark, 2006. *Cities and consumption*. Routledge, Oxon.
- Kwiatkowska, A. 1999, 'Nomadic-symbolic and settler-consumer leisure practices in Poland', in *Leisure/tourism geographies. Practices and geographical knowledge*, ed. D. Crouch, Routledge, Londres, pp. 126-136.
- Langman, L. 1992, 'Neon cages. Shopping for subjectivity', in *Lifestyle shopping. The subject of consumption*, ed. R. Shields, Routledge, Londres.
- Lafargue, P. 1991, *O direito à preguiça*. Breve, Editorial Teorema, Lisboa.
- Lefebvre, H. 1978, *De lo rural a lo urbano*. Ediciones Península, Historia, Ciencia, Sociedad, 79, Barcelona.
- Lloyd, K. & Auld, C. 2003, 'Leisure, public space and quality of life in urban environment', *Urban Policy and Research*, vol. 21, nº 4, Carfax Publishing, Taylor & Francis, pp. 339-356.
- Lovatt, A. & O'Connor, J. 1995, 'Cities and the night-time economy', *Planning Practice and Research*, vol. 10, 2, Journals Oxford, Taylor & Francis, pp. 127-133.
- Martins, L. S. 2004, *Espaços de lazer e de turismo no noroeste de Portugal*. Afrontamento, Porto.
- Moreira, C. O. 2005, *A geografia e o género: um encontro urbano, os tempos e os espaços nos territórios de Coimbra*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Narbone, R. 2003, *A luz e a paisagem: criar paisagens nocturnas*. Livros Horizonte, Lisboa.
- Northcote, J. 2006, 'Nightclubbing and the search for identity: making the transition from childhood to adulthood in an urban milieu', *Journal of Youth Studies*, 9 (1), Routledge, Taylor & Francis, pp. 1-16.
- Pain, R., Barke, M., Fuller, D., Gough, J., MacFarlane, R. & Mowl, G. 2001, *Introducing social geographies*. Arnold, Londres.
- Saez, G. 2002, 'Les loisirs, temps social, temps pour soi, tempo aménagé', in *Le Règne des Loisirs*, dirs. A. Huet & G. Saez, Éditions de L'Aube, Datar, Paris, pp. 11-40.

- Santos, N. P. 2001, *A sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias. A dualidade dos espaços, a turbulência dos percursos e a identidade social*. Centro de Estudos Geográficos, Edições Colibri, Lisboa.
- Santos, N. P. to appear, 'Globalisation and the relationship work/leisure. From standardisation of leisure to work flexibility', in *Marginalization, Globalization, and Regional and Local Responses*, eds. M. M. Valença, UGI, Federal University of Rio Grande do Norte, Natal.
- Santos, N. P. 2005, 'Lazer, espaço e lugares', in *Os Lugares do Lazer*, ed. R. M. Gomes, Col. Estudos, Instituto do Desporto de Portugal, Lisboa, pp. 122-143.
- Soja, E. 1995, *Postmodern geographies: reassertion of space in critical social theory*. Verso Haymarket Series, Londres.
- Stebbins, R. 2001, 'The costs and benefits of hedonism: some consequences of taking casual leisure seriously', *Leisure Studies*, 20, Routledge, Taylor & Francis, pp. 305-309.
- Stebbins, R. 2005, 'Choice and Experiential Definitions of Leisure, Research Reflections', *Leisure Sciences*, 27, Routledge, Taylor & Francis, pp. 349-352.
- Sue, R. 1982, *Vers une société du temps Libre?* Sociologie d'Aujourd'hui, PUF, Paris.
- Tiesdell, S. & Slater, A.-M. 2006, 'Calling time: Managing Activities in Space and Time in the Evening/Night-time Economy', *Planning Theory & Practice*, vol. 7, 2, Routledge, Taylor & Francis, pp. 137-157.
- Urry, J. 1995, *Consuming places*. Routledge, Londres.
- Veblen, T. 1965, *A teoria da classe ociosa*. Livraria Pioneira Editora, São Paulo.

Série

Ensino

•

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

2008

